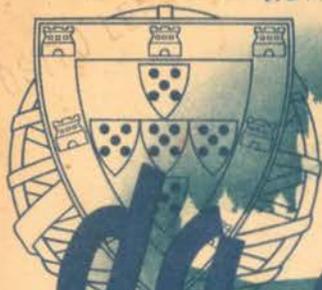


Rev.

6467

A.



da Estremadura

1938

BOLETIM DA
JUNTA DE
PROVINCIA
DA
ESTREMADURA



UPE
EDIÇÕES

Lisboa

GENERAL CARMONA

General

Historic

General

General

General



da Estremadura

Boletim da Junta de Província da Estremadura

1938

DIRECTOR: Carlos Botelho Moniz

SUMÁRIO

- I — No uso das atribuições que lhe são conferidas...
pelo DR. CARLOS BOTELHO MONIZ.
- Dois Governadores Civis
pelo ENG. CARLOS SANTOS.
- Como acabou a Escola Profissional da Paia.
- Os Dispensários de Puericultura da J. P. E. e a luta contra a mortalidade infantil
pelo DR. CARLOS SALAZAR DE SOUSA.
- A electrificação dos Concelhos de Oeste.
- Os Castelos da Estremadura
pe'lo DR. LUÍS CHAVES.
- A influência dos estremenhos na Restauração de Portugal
por ÓSCAR PAXECO.
- Estremadura Artística e Folclórica
por GUILHERME FELGUEIRAS.
- A Estremadura, berço da Aviação Nacional
por MÁRIO ROSA.
- O problema das Comunicações
por ELISEU PITEIRA DE ALMEIDA.
- A Mocidade Portuguesa
por COSTA JÚNIOR.
- A Legião Portuguesa e sua actividade na nossa Província
pelo MAJOR CORREIA GUEDES.
- II — General António Óscar de Fragoso Carmona, ilustre Presidente da República e Chefe prestigioso da Nação Portuguesa.
- III — Da Estremadura, figuras e factos de 1938.
- IV — A Vida dos Concelhos.
- V — J. P. E. — Relatórios de 1938.

A's Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

PRETENDAMOS dar neste e nos successivos Boletins uma nota, embora resumida, da vida administrativa da Província, na parte que se refere às actividades dos concelhos. Nesta conformidade, foi, em devido tempo, expedido um officio às Câmaras Municipais da Província da Estremadura, pedindo-lhes que nos fôsem dadas algumas informações, entre as quais as seguintes: resenha, embora limitada, do trabalho realizado em 1938; nota das aspirações principais do concelho; o número e nomenclatura das freguesias que constituem o respectivo concelho; alguns pormenores de ordem turística, monumental e artística, acompanhados de monografias, gravuras, mesmo postais, e quaisquer publicações com as quais possamos constituir arquivo que, na devida altura, terá a sua aplicação; uma cópia do brasão municipal e, finalmente, fotografias do presidente e vogais do município e do respectivo chefe da secretaria, e seus nomes.

Ao pedido destes elementos, cujo envio rogamos nos seja feito, agora, em referência ao exercício do ano de 1939, temos a acrescentar mais os seguintes: cópia do mapa do concelho, o mais completo possível; nota dos jornais, revistas ou quaisquer outras publicações e respectivos endereços; nota estatística, mais ou menos exacta, da produção agrícola e industrial do concelho, movimento escolar e de assistência; número de instituições de assistência, previdência, salvação pública, recreativa, cooperativista, corporativa, etc.

Nem tôdas as câmaras se apressaram a responder ao referido officio, de maneira que, no presente número, o capitulo que se refere à vida dos Concelhos sai incompleto, o que esperamos não aconteça no próximo Boletim, pelo que rogamos o envio destes elementos com a possível urgência.

Também às Juntas de Freguesia foi enviado um questionário, ensaio para a organização duma estatística que nos permita estudar profundamente tôdas as questões que interessam a cada povo da nossa Província. A pesar de nos ter respondido elevado número de Juntas, faltaram-nos muitas, o que impediu a realização do nosso objectivo, cuja utilidade se fará sentir oportunamente.

Vão ser enviados novos questionários, cujas respostas rogamos nos sejam dadas o mais brevemente possível.

EDIÇÃO DA JUNTA DE PROVÍNCIA DA
ESTREMADURA

Redacção e escritórios: Rua dos Anjos, 77
Composição e impressão — Tipografia "Minerva"
Vila Nova de Famalicão

USITO LEGAL
17 - ABR. 1940



No uso das atribuições que lhe são conferidas...

I — Cultura

A Junta de Província da Estremadura inicia esta publicação de carácter científico e literário para de algum modo colaborar na Política do Espírito, preconizada por Salazar.

Vão, felizmente, afastados os tempos em que muitas e valiosas actividades se malograram em lutas estéreis, em obras mesquinhas de compadrio e regedoria. Sente-se que a atmosfera começa a ser diferente porque se vai chegando à compreensão de que não vale a pena perder energias, criar dissídios e malquerenças por futilidades inúteis e deprimentes. Todos os que meditam um pouco — quer sejam da geração que passou, da que passa ou das que vão chegando — estão convencidos já de que é necessário encarar a vida de mais alto, subir, como as águias de Guilherme II de Inglaterra, de olhos abertos para o Sol e, sem se deixar deslumbrar, encher-se de espiritualidade e agir impellido por ela.

É uma nova ascensão para Deus através dos escombros de toda a ordem que o ma-



Dr. Mário Pais de Sousa, Ilustre Ministro do Interior
e legislador do Código Administrativo

terialismo causou, quando afirmava ir prodigalizar venturas intermináveis.

Muitos estão agindo já, sem se aperceberem bem da força que os impulsiona e dirige. Mas todos se compenetraram insensivelmente de que a nossa civilização assenta em princípios imateriais que devemos defender e valorizar o mais possível, porque lhe dão beleza inegalável, resistência extrema e projecção inconfundível; todos verificamos, numa cuidada observação cotidiana, que alguns dos costumes singelos e certas preferências ingénuas deste povo simples são, na verdade, melhor e mais seguro veículo para a felicidade do que determinadas congeminações diabólicas de alguns complexos metafísicos e de tantos cultores profundos da ciência pura; raros são os que não vêem — embora muitos queiram não ver — que só cultivando e revigorando os princípios informadores das suas tradições a Pátria poderá alar-se para novos e mais rasgados empreendimentos, utilizando, sem dúvida, os elementos úteis que a inteligência do homem tem desvendado, num labor abençoado, mas apoiada sempre na sua Fé serêna, inquebrantável.

Nesta Política do Espírito, foi determinada às Juntas de Província tarefa definida e meritória. Assim, compete-lhes: cuidar da criação de museus de arte regional e arquivos provinciais; promover a recolha, inventariação e publicação das tradições populares regionais e mais folclore da província; inventariar as relíquias arqueológicas e históricas, os monumentos artísticos e as belezas naturais existentes na área da sua jurisdição; cuidar da conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais e estudar as formas dialectais existentes na província; estimular as suas associações e institutos culturais.

Tentando realizar trabalho útil dentro destas normas que lhe são impostas por lei, a Junta de Província, editora e proprietária desta revista-boletim, deseja não só reunir, acautelar e beneficiar quanto, no passado e no presente, revele uma parcela de Beleza da vida nacional intramuros dos seus domínios, como, ainda, contribuir de algum modo para que surjam, no futuro, novas formas reveladoras das verdades inesgotáveis do Belo eterno.

Por isso, «*da Estremadura*», ao iniciar confiadamente o seu labor, dirige uma especial saudação aos artistas, homens de letras, investigadores, trabalhadores intelectuais de sensibilidade requintada, e a todos, sem distinção — ao equilíbrio dos consagrados e à ansiedade dos novos — a todos afirma o mais vivo desejo de se estabelecer uma frente comum no combate sem armas, na batalha do Pensamento, em que se luta por um portuguesismo integral nesta província ridente que é, afinal, o próprio coração da Pátria.

— *** —

II — Fomento e Coordenação Económica

Se é certo que, como disse o Senhor Doutor Oliveira Salazar, «o pensamento e o espírito não devem parar» e é necessário «estimulá-los e dar-lhes um movimento contínuo» (1), certo é, também, que «a realidade económica» se impõe à administração, por forma iniludível, absorvente.

Não deve ser esse o factor predominante da vida humana e social e muito menos o seu único

(1) António Ferro — in-Salazar, págs. 90.

propulsor; mas, com relação aos homens como às sociedades, a influência que exerce nas condições de existência e desenvolvimento é tam intensa e premente que por vezes os lança no turbilhão, na vertigem.

Anos de lutas estéreis limitaram por tal forma os horizontes da vida que até as mais requintadas sensibilidades se embotavam e envileciam. Parece, porém, que vai ganhando terreno uma reacção salutar: aquêles que conseguem ensimesmar-se e meditar no descabro que os diversos neo-paganismos contemporâneos têm ocasionado sentem a avidez dum ideal que os oriente e alicie. E é assim que os governantes ensaiam, em diversas latitudes, as mais variadas medidas, os mais complexos sistemas, com os quais procuram dominar e orientar os acontecimentos.

Uma conclusão parece poder tirar-se já das experiências feitas. E' a de que sòmente realizam obra perdurável aquêles que fazem assentar o «seu sistema» em sólidos princípios de moral.

A experiência portuguesa, desenvolvida gradual e pacientemente segundo normas que êsses princípios informam, tem como objectivo máximo a distribuição da justiça social conforme os preceitos cristãos.

«O corporativismo — afirma o Senhor Professor Dr. Marcelo Caetano — aponta ao Estado o dever de assegurar a perfeita conformação dos processos e fins económicos com as normas de consciência que conduzem os homens na sua vida de relação» (1).

(1) Prof. Marcelo Caetano, *Lições de Direito Corporativo*, págs. 14.

E' que, como escreveu Jacques Maritain, — «les lois politiques et économiques ne sont pas des lois purement physiques, comme celles de la mécanique ou de la chimie, ce sont des lois de l'action humaine, investissant en elles des valeurs morales: la justice, l'humanité, le droit amour du prochain font essentiellement partie de la structure même de la réalité politique et économique. Une perfidie n'est pas seulement une chose défendue par la morale individuelle, c'est une chose *politiquement* mauvaise, qui va à détruire la santé politique du corps social. L'oppression des pauvres et la richesse prise comme fin en soi ne sont pas seulement défendues par la morale individuelle, ce sont des choses *économiquement* mauvaises, qui vont contre la fin elle-même de l'économique, parce que cette fin est une fin *humaine*» (1).

Ponderadas estas judiciosas observações, apura-se a mais forte razão explicativa do entusiasmo e do carinho revelados na manifestação que as fôrças conjugadas pelo Estado corporativo fizeram no corrente ano a Sua Excelência o Presidente do Conselho, patenteando uma aproximação, um entendimento incipiente que muitos desconheciam e julgavam inteiramente impossível.

Essa manifestação, extraordinária pelo seu significado — por mais que o queiram desvirtuar certos sectores desorientados — veio demonstrar que o trabalho feito assenta em alicerces firmes. A obra realizada, a despeito das resistências internas com que já deveria contar-se e dos obstáculos externos que sobrevieram, vai já passando da fase preliminar para entrar num período de maior desenvolvimento. Apresenta-se forte,

(1) Jacques Maritain, *Religion et Culture*, págs. 46.

resistente, pujante, porque todos os portugueses — desde o povo simples que tantas vezes actua por instinto até os mais profundos observadores — todos vão sendo arrastados pelo potencial de verdade e de justiça que ela contém.

Há, sem dúvida, grandes deficiências a corrigir, inovações a tentar, amputações, porventura, a fazer. Compreende-se que assim tenha de ser, quando, para mais, se trabalha no campo social, tam variável e sensível. A obra é vasta e tem de ser profunda. O Chefe do Governo, que a concebeu e vai realizando com a fé dum beneditino, não deseja ter de concluir, em certa altura, como Horácio na sua Epístola aos Pisões: *Desinat in piscem*. Deseja vê-la crescer com as maiores probabilidades de atingir um elevado grau de perfeição. Para tanto, é indispensável que aquêles a quem fôr distribuído qualquer papel nessa tarefa correspondam, com a maior dedicação, ao apêlo de quem providencialmente nos conduz.

A's juntas de Província foram conferidas atribuições de fomento e coordenação económica. São limitadas, por emquanto. Tudo, porém, parece indicar que deverão ampliar-se bastante, ainda mesmo que o Estado venha a ser a super-corporação a que se referem certos tratadistas.

De qualquer modo, «da Estremadura» não pode permanecer indiferente às actividades que se desenvolvem no quadro da organização corporativa, em Portugal, e a tódas se dirige para lhes afirmar que espera viver em estreita colaboração com quantos se ocupam em valorizar a produção nacional, respeitando a dignidade humana e enaltecendo o trabalho, seja qual fôr a sua natureza.

III — Assistência

Muito se tem caminhado desde que, em 28 de Maio de 1926, o país tentou, num supremo esforço, reformar por completo a sua vida, apelando para as virtudes e fôrças tradicionais que lhe haviam proporcionado uma existência já multi-secular. Porém, tudo o que há feito e o muito que há para fazer seria impossível, em Portugal e com portugueses, sem que o animasse o coração. A nossa hipersensibilidade, o sentimentalismo exagerado, doentio talvez, constituem, por vezes, grave obstáculo à efectivação de obra perfeita no campo político e social. Mas qualquer trabalho útil seria impossível, nesse mesmo campo, se o quisessem levar a efeito negando ou destruindo essa realidade.

Somos sentimentalistas, somos idealistas — e ainda bem que o somos, porque assim as concepções materialistas da vida encontram entre nós uma resistência geralmente irremovível, derivada das próprias características psicológicas da raça.

Por isso, neste recanto da Península floresceu em todos os tempos o mais belo sentimento humano — a Caridade. Ela tornou possível que a assistência privada se desdobrasse em obras meritórias, até encontrar a sua fórmula mais bela nessas instituições tam portuguesas e cristãs, que são as Misericórdias; ela permitiu que a própria assistência pública — sempre mecânica, quasi insensível — chegasse a humanizar-se em certos aspectos, mercê do espírito de renúncia de quem a dirigia e praticava com os olhos postos no Salvador; ela permitirá que gradualmente se vão operando as transformações do meio social, necessárias para que S. Ex.^a o Ministro do Interior realize a extensa e profunda reorganização da

Assistência a que meteu ombros, e que há-de levar a efeito, como já fêz, com relação à vida administrativa, ao publicar o Código Administrativo de 1936.

A's Juntas de Província foram também atribuídas funções de assistência, e tôdas elas têm demonstrado que podem realizar nesse campo obra de grande alcance e penetração.

As diversas experiências feitas permitem concluir desde já que a grande e segura reformadora social é, sem contestação, a mulher.

São de todos os dias os exemplos dos seus triunfos, obtidos em circunstâncias que a muitos homens só puderam proporcionar insucessos.

Henri Sarrette, numa das suas palestras morais, explica que êstes desastres derivam geralmente de os homens se confinarem no domínio da ideologia, sonhando em transformar a sociedade apenas pela inteligência e «desdenhando de utilizar as riquezas do coração» (1). Em contrapartida afirma: «Os êxitos da mulher nas questões sociais, resultam de que a sua bondade natural se revolta ao ver desconhecida a dignidade da fêmea humana».

(1) Henri Sarrette, *Eve Auxiliatrice*, págs. 81 e segs.

De que armas se serve ao desenvolver a sua acção entre gente aguerrida, cética, revoltada?

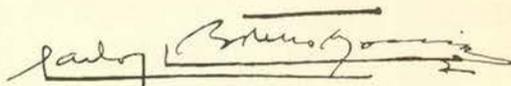
Segundo o referido conferente, apenas destas: paciência, doçura e caridade. E vence, porque «não declarou guerra senão às doutrinas de iniquidade, aos próprios doutrinários, nunca».

Como é «discípula do Deus da Paz, ela quer o reino da paz, procura a união dos espíritos na verdade; a união dos corações no amor».

Eis porque «*da Estremadura*» deseja neste momento dirigir-se respeitosamente às Mulheres de Portugal, e, em especial, às que enchem de luz os lares dos que labutam, com o cérebro ou com o braço, desde os pomares perfumados de Riba-Sado, até as areias cintilantes da Marinha Grande.

A tôdas envia a mais requintada saudação; de tôdas espera um acolhimento que seja a mais formal confirmação da sua bondade prodigiosa.

Lisboa, Dezembro de 1938.



DOIS GOVERNADORES CIVIS



Tenente-Coronel João Luís de Moura
1.º Governador Civil de Lisboa no Estado Novo

CONVIDADO pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Carlos Botelho Moniz, ilustre Director do *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, a escrever duas palavras sobre as personalidades do Tenente-Coronel João Luís de Moura e do Coronel Artur Leal Lôbo da Costa, antigo e actual Governadores Civis de Lisboa, não quis deixar passar esta ocasião de poder expressar a minha homenagem a êsses dois vultos da nossa administração pública.

Trabalhei efectivamente com João Luís de Moura, quatro anos, sendo eu presidente da antiga Junta Geral do Distrito de Lisboa. O então major de aviação havia sido colocado pelo Governo da Ditadura à frente dêste Distrito.

Em boa hora foi essa escolha feita. O seu carácter recto, independente e leal, grangeou-lhe a estima e a consideração, não só dos seus colegas, como das pessoas que serviram sob as suas ordens, ou com êle colaboraram. A Assistência Pública e particular encontraram em João Luís de Moura um sincero paladino. Tôda a sua auto-

ridade e o seu rigor desapareciam em frente dos casos de desgraça ou de miséria. Acompanhei-o em parte da sua obra. Palpei o seu sentir. Conheci-o bem.

As Juntas de Freguesia de Lisboa muito lhe ficaram a dever, pelo auxílio e consideração que sempre lhes dispensou, acompanhando-as em tôdas as suas manifestações, onde falava sem palavriado sonoro, retumbante ou vistoso, mas com uma simplicidade sincera, sentida e invulgar.

De tolerância generosa, mesmo para com os seus adversários, adivinhava-se nêle, ao ouvi-lo falar, aquêlê sentimento que nos impressiona sempre, quando brota dum coração onde alguma coisa de belo e de justo se comunica aos corações dos outros homens.

Por sua morte, foi o Coronel Artur Leal Lôbo da Costa, de quem se pode dizer que reúne as necessárias qualidades de inteligência e de carácter que são garante suficiente da continuidade da notável obra do seu antecessor, nomeado para a chefia do Distrito.

Quis o destino que eu, tendo deixado as coisas públicas em 1932, com João Luís de Moura à frente do Distrito, voltasse em 1937 a ter que tratar com o actual Governador Civil de Lisboa, na minha qualidade de vogal-tesoureiro da Comissão Central das Juntas de Freguesia. Posso afirmar ter êste ilustre oficial uma brilhante fôlha de serviços prestados à situação. A implantação da República, em 1910, encontrou-o fiel nos seus sentimentos de republicano, como fiel o encontramos hoje às doutrinas defendidas pelo pulso firme de Oliveira Salazar. Dum aprumo e distinção raros, impõe-se à consideração de todos que com êle de perto tratam.

Após o movimento de 28 de Maio, exerceu as

funções de Governador Civil dos Distritos de Coimbra e Pôrto, tendo, em ambos os cargos, afirmado altas virtudes, aliadas a uma invulgar energia, sem que tudo isto brigue com a excelência do seu coração.

Conheci Sua Ex.^a, como colega, na Assembleia Legislativa, no último triênio. Nessas funções o vi revelar qualidades de inteligência e desassombro do critério que muito concorreram para mais elevar o seu nome prestigioso.

A nenhum dos dois homens a que me refiro, pedi ou devo nada, como nada pedi ou devo à situação criada pelo 28 de Maio. Não tenho interesses especiais a defender, nem despeitos ou rancores a obscurecerem o sentido das realidades. Escrevo as palavras que ficam com o intuito apenas de prestar justiça aos homens que vêm pisando o custoso trilho da Governação Pública, sempre ingrato e cheio de responsabilidades; homens que receberam do País, em 1926, um mandato que não pode deixar de impressionar todos os que, com sinceridade, observam o desfile dos acontecimentos que enaltecem e prestigiam a nossa Pátria.

O cargo de Governador Civil é daqueles que pertencem, de direito, a um coração bem formado. É que o Governador Civil vive em permanente contacto com o povo. E quando me refiro a povo, não aludo nem quero designar essa massa anodina do comício ou da alfurja, sem consciência, por via de regra recrutada na mais ínfima camada das sociedades. Por povo entendo eu, considerando o nivelamento social que hoje existe nas sociedades cultas, tanto os que cavam a terra como os que escrevem os livros.

Compreendo e desejo uma certa hierarquia, mesmo entre êste povo. Mas para que essa hierarquia se estabeleça e, sobretudo, se mantenha, é

necessário que aquêles que estão em nível superior, com responsabilidades de comando, perscrutem e palpem as necessidades imediatas das camadas mais baixas da população (que são a maioria), sobretudo nas grandes cidades, onde a luta pela vida assume, por vezes, aspectos de ferocidade.

Pio XII disse, ainda há pouco tempo: «Não pode haver trabalho útil e Paz social, sem ordem, mas não haverá ordem sem Justiça». Admirável verdade!!!

É exactamente neste campo que João Luís de Moura e Lôbo da Costa são exemplos de consoladora actividade e salutar orgulho.

CARLOS SANTOS, Engenheiro.



Coronel Artur Lôbo da Costa
actual Chefe do Distrito



COMO ACABOU

A ESCOLA PROFISSIONAL DE PAIÃ

suas mais belas obras de assistência. O acontecimento deveria permitir-lhe alargar outras actividades não menos interessantes e de igual, se não superior, utilidade social.

Julgamos interessante registar o que, a propósito, o *Diário de Notícias* publicou em Setembro de 1938, em referência ao assunto. O jornalista intitulava o seu trabalho assim:

«Ensino profissional. A Escola Agrícola de Queluz vai absorver a Escola Profissional de Paiã, que deixa de pertencer à Junta de Província da Estremadura. Os estudos e propostas para a cedência das respec-

tivas propriedades ao Ministério da Educação Nacional foram entregues ao Sr. Presidente do Conselho, devendo a transferência realizar-se durante o próximo ano lectivo.»

E no texto, lia-se:

«Com as importantes obras que deverão remeter à sua grandeza original o magnífico Palácio de Queluz, onde o Chefe do Estado terá dependências reservadas à sua residência temporária, sai dali, como já tivemos ocasião de noticiar, a Escola Agrícola instalada em parte da propriedade. A transferência daquele estabelecimento para

outro lugar fôra resolvida ainda antes do incêndio, pois que repugnou às entidades que visitaram o Palácio, quando se decidiu superiormente fazerem-se ali os restauros necessários, deixar que os trabalhos escolares continuassem a prejudicar as matas e terras, destinadas a fins diferentes pelos fundadores da casa. Ficou, porém, para mais tarde a escolha de local que servisse os objectivos da utilíssima escola, de forma a continuar a obter dela o rendimento prático até hoje realizado.

A ocasião chegou e podemos já dar a notícia que se refere ao assunto: A Escola Agrícola de Queluz vai instalar-se na Escola Profissional de Paiã, antiga Escola Agrícola e vasta propriedade pertencente aos bens privados da extinta Junta Geral do Distrito. Esta propriedade deve ter passado para a posse da Junta de Província da Estremadura, por força das disposições do novo Código Administrativo, em cuja letra se respeitam os bens próprios dos organismos administrativos do Estado. A decisão do Ministério da Educação Nacional, se por um lado pôde remate a um dos estabelecimentos de assistência e instrução mais simpáticos de Lisboa, dá, por



Desfile dos alunos com sua banda de música

outro, um sentido lógico à organização daquele ensino técnico no nosso distrito, ficando com grande capacidade para alargar o seu raio de acção, levando-a, porventura, até ao estabelecimento de classes femininas, velha aspiração de Lisboa a que a Junta de Província da Estremadura procurava dar satisfação, quando a medida governamental lhe arrabou a sua Escola Profissional, que nunca perdeu completamente as características de Escola Agrícola.

Agora que a Escola Agrícola de Paiã tam honrosamente termina a sua bela carreira, vem a propósito recordar o que foi a sua acção na educação e instrução dos filhos das classes pobres de Lisboa e quais os resultados obtidos.

A Escola Agrícola de Paiã foi fundada por deliberação da Junta Geral do Distrito, tomada em sessão de 22 de Março de 1917. Circunscrita a acção daquele organismo administrativo ao julgamento das contas dos estabelecimentos de assistência, pois que nunca houve maneira de se lhe atribuir a função legal da administração das estradas distritais, a Junta, indo um pouco além das suas atribuições e aproveitando o agitado período da guerra mundial, julgou necessária a sua colaboração na obra de assistência aos filhos dos combatentes e resolveu fundar a Escola Agrícola, que, de facto, produziu seus frutos, aceites pela população da capital como um dos maiores benefícios saídos da política incerta desses tempos.

Cabe, a título de curiosidade, reproduzir um trecho de prosa que justificava a fundação da Escola, publicada num relatório officioso, por ocasião dum Congresso Municipalista realizado em 1922:

«A Junta Geral do Distrito de Lisboa, de recente restabelecimento, a-pesar-de



Demonstração da actividade agrícola da Escola Profissional de Paiã

NO momento em que planeávamos este boletim, não sabíamos que, quando êle saísse à luz da publicidade, já a Escola Profissional de Paiã, tam carinhosamente construída e mantida pela Junta Geral do Distrito de Lisboa e, mais tarde, pela Junta de Província da Estremadura, teria cedido o seu lugar a uma nova organização de ensino técnico que, por virtude das obras de reconstrução do Palácio de Queluz, absorveu as instalações da Paiã.

De qualquer maneira, porém, a Junta de Província da Estremadura, como não podia deixar de acontecer, aceitará, de boa vontade, o sacrifício dum dos seus bens mais valiosos, em troca da valorização do histórico e delicado monumento nacional que é o Palácio de Queluz, embora visse terminada, pela força das circunstâncias, uma das



Oficina de carpintaria de carros

em nada ter sido auxiliada na sua acção, mas, antes, contrariada pelo próprio Estado, e a par dela tantas outras no nosso país, têm bem compreendido essa missão. Tendo visto baldados todos os seus esforços no sentido de descentralizar a administração das estradas, que uma força atávica e retrógrada ainda mantém no Terreiro do Paço, com o maior desrespeito pela lei e pelos interesses regionais, não cruzou os braços sobre o desalento que momentaneamente invadiu alguns dos seus melhores membros. Logo que o nosso país, no cumprimento de um dever de honra, marcou o seu lugar na terrível conflagração que veio convulsionar o Mundo, emmudeceram todos os ressentimentos que podiam haver para com os poderes centrais e cada um, cónscio dos seus deveres, pensou só em auxiliar a acção desses poderes para que, do seu engrandecimento e das facilidades que se lhe deparassem, pudesse resultar uma maior grandeza para a Pátria! Daí a ideia da criação da Escola Profissional Agrícola.»

Tirante a linguagem pouco edificante do período, que denota o estado em que decorriam as relações políticas entre o poder central da Nação e seus corpos administrativos, vê-se que a fun-

ção da Escola foi uma ideia generosa, com todo o cabimento. Da sua utilidade falam os números e os resultados obtidos. Em cerca de vinte anos de existência, a Escola Agrícola de Paia recolheu alguns milhares de crianças, desde os sete anos, e lançou-os na vida, aos dezoito, apetrechados com arte ou ofício necessário à luta pela vida. Ainda depois de assim preparados, a Escola não abandonava os seus pupilos, auxiliando, tanto quanto possível, a sua colocação, tendo alguns deles transitado dali para cursos superiores, quando o seu aproveitamento e predisposições naturais justificavam tal auxílio.

A frequência da Escola principiou com cerca de 60 pupilos, recrutados, na sua maior parte, dentre os filhos dos soldados caídos nos campos da Flandres ou da Africa, em luta contra a Alemanha. O número de internados foi aumentando de ano para ano, atingindo, à data em que a sua extinção vai ser um facto, o número aproximado a 300.

Como é do domínio público, a Escola Profissional de Paia ocupa várias propriedades naquela pitoresca região, todas elas compradas e pagas integralmente pela Junta Geral do Distrito e cujo valor atinge alguns milhares de contos. A área total ocupada pela Escola atinge mais de 180 hectares, que incluem, além de numerosos edificios e dependências,

hortas, pomares, olivais, terras irrigáveis, terras de trigo, matos e terras incultas, pinhal, viveiros e campos de experiências. E' do relatório oficial sobre o valor da rica propriedade a seguinte descrição:

«Quasi inteiramente situada no Vale de Paia, planície fértil entre os montes que formam a linha militar da cintura, à Pontinha, e a cumiada de A-da-Beja, com os seus terrenos em altitudes que variam desde 25 a 125 metros sobre o nível do mar, a Escola ocupa, não só uma grande parte dos aluviões desse vale, com a grande extensão das suas encostas. Daí a variabilidade de



*Guilherme Felgueiras,
director da Escola Profissional de Paia*

terrenos, quer na sua feição litológica (desde os ricos aluviões recentes ao oligacénico, representado pelas argilas, areias e quartzites ou calcáreo e às marnas basálticas) quer na sua feição climática, quer na hidrológica. Conseqüentemente, a facilidade de adaptação destes terrenos aos fins mais variados.»

Os predicados descritos, fazem do ubérrimo vale de Paia uma região



Lavra conduzida pelos alunos

ideal para a instalação duma Escola Agrícola de vulto. Segundo opiniões autorizadas, é mesmo das melhores do país para esse efeito.

A Escola Agrícola de Paia funcionou, desde a sua fundação até 1928, sob a direcção do Sr. Dr. Joaquim Pratas. Depois dessa data, foi a direcção do estabelecimento entregue ao Sr. Guilherme Felgueiras, tendo a Escola beneficiado largamente com a política administrativa do Sr. Major António Santos Pedroso, presidente da extinta Junta Geral do Distrito e actualmente titular do mesmo cargo na Junta de Província da Estremadura. Há anos, com a nomeação do regente agrícola Sr. Dr. Pedro Escórcio da Câmara para inspector dos serviços da Escola, esta tomou um carácter de mais larga utilidade prática, instituindo-se ali várias oficinas e serviços que se prestavam com êxito às naturais tendências e vocações das crianças internadas. Muitos alunos aprenderam ali as artes de sapateiro, alfaiate, carpinteiro de banco e de carros, marceneiro, serralheiro, barbeiro e até de cozinheiro.

Encetaram-se já negociações para a cedência das propriedades de Paia ao Ministério da Educação Nacional, a fim de que nelas seja instalada a Escola Agrícola de Queluz. A Direcção Geral do Ensino Técnico, pela pessoa do seu adjunto Sr. Dr. Cândido Duarte, procedeu aos estudos que

assunto de tal importância requeriam. Tratava-se de instalar, com carácter definitivo, um dos mais importantes estabelecimentos técnico-agrícolas do País. O Sr. Dr. Cândido Duarte teve logo a certeza de que nenhuma outra região poderia ultrapassar, em situação e condições materiais, a que com tanto êxito serviu durante vinte anos a bela iniciativa da Junta Geral do Distrito de Lisboa.

Como é natural foi junto daquele ilustre funcionário que procuramos confirmar a notícia que aqui fica. O Sr. Dr. Cândido Duarte, com a gentileza habitual, disse-nos:

— Embora o assunto não esteja ainda arrumado, uma coisa é certa: é que a Escola de Queluz sai dali, como já o *Diário de Notícias* notificou. E, logicamente, a solução em curso é a única que se oferece de forma conveniente. Os estudos estão feitos e a Junta de Província da Estremadura, proprietária das terras e dependências de Paia, fez a sua proposta de cedência sem opôr qualquer razão ao negócio. Estudos e propostas estão já nas mãos do Sr. Presidente do Conselho, pois que se trata, sobretudo, duma operação financeira. A Junta de Província da Estremadura deverá receber o valor dos imóveis cedidos ao Ministério da Educação Nacional.

— Nada ficará à Junta da sua simpática iniciativa? — preguntamos.

— A Escola Agrícola de Queluz absorve a de Paia, integrando esta naquela, com as características técnicas da primeira — condição que o es-



Um ângulo do magnífico laçar de azeite



tinuarão na Paiã. Os outros, os que ainda não tenham a instrução primária completa, serão entregues às respectivas famílias, se estas tiverem poses para os manter, ou ingressarão nos estabelecimentos da Assistência Pública.»

*
* * *

Da feliz solução dada ao importante assunto, pela forma que é já do

domínio público falaremos desenvolvidamente no próximo Boletim. A criação da Escola Prática de Agricultura «D. Diniz», satisfaz igualmente as duas entidades interessadas: o Ministério da Educação Nacional e a J. P. E. — o primeiro, encontrando, na Paiã, uma localização ideal para o novo estabelecimento de ensino, e a segunda, continuando a sua obra de tam largo alcance e proveito sociais.

As festas de lavoura da Escola Profissional de Paiã, constituíam, sempre, grandiosas demonstrações de trabalho e de saudável alegria—cunho especial da instituição. A «festa da debulha» distinguia-se entre as demais e dava motivo, a folguedos a que a ubérrima região estava já habituada. De dia, a inauguração solene dos trabalhos da debulha, durante a qual os alunos punham as máquinas a funcionar perante entidades oficiais, expressamente convidadas. À tarde, depois duma refeição lauta, havia o «bailarico» que as moçoilas do Vale da Paiã alegravam com a sua vivacidade saloia.

A gravura mostra o Sr. coronel Linhares de Lima, então ministro do Interior, inaugurando uma dessas cerimónias.

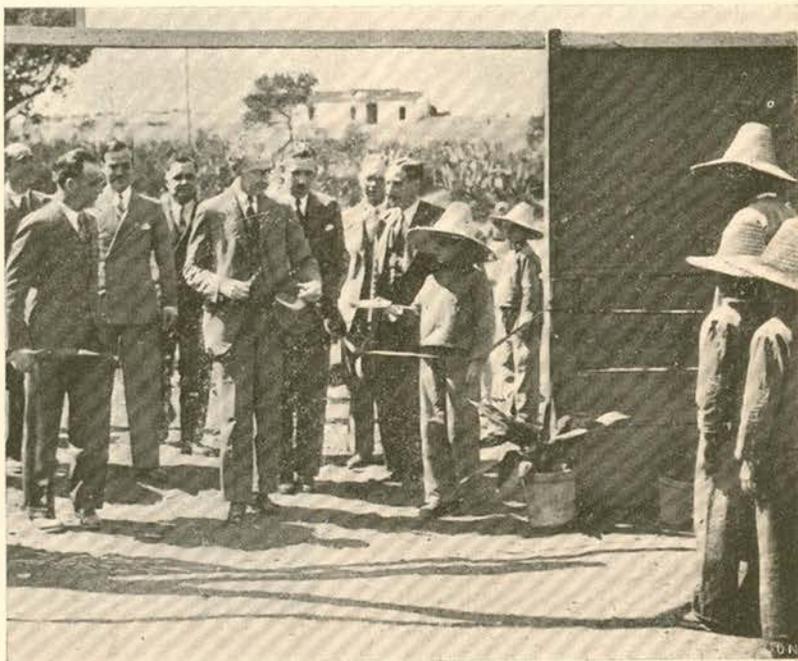
tabelecimento de Paiã tinha perdido com o estabelecimento de outras especialidades profissionais.

— Será o assunto resolvido ainda este ano?

— Tudo indica que sim, pois que estamos a poucos dias da abertura do novo ano lectivo. Mas quando os trâmites da operação demorassem a execução da transferência, esse facto não impediria que a nova Escola funcionasse mesmo em Queluz, onde ainda haverá dependências disponíveis durante algum tempo.

E mais não disse o Sr. Cândido Duarte, por entender que não devia adiantar qualquer pormenor, ainda no segrêdo dos gabinetes.

Podemos, contudo, noticiar que, sendo a admissão de alunos na Escola Agrícola de Queluz concedida apenas às crianças examinadas do 2.º grau da instrução primária, as de Paiã que ali se encontrarem à data da cedência e naquelas condições de preparação escolar transitarão para aquêlo outro estabelecimento de ensino, isto é, con-



Os Dispensários de Puericultura da J. P. E. na luta contra a mortalidade infantil

Por CARLOS SALAZAR DE SOUSA,

(Professor de Pediatria da Faculdade de Medicina de Lisboa e Director do Dispensário n.º 1 dos Serviços de Puericultura da J. P. E.).

TENDO sido solicitada a minha colaboração para o *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, parece-me que nada estará mais indicado do que mostrar qual o alcance da acção do Dispensário de Puericultura por mim dirigido e, francamente, indicar quais as deficiências do nosso serviço.

Os nossos Dispensários, tal como estão organizados, não podem desempenhar um papel completo dentro do programa da protecção infantil. Evidentemente que, se existisse um número suficiente das instituições que constituem, hoje, as armas da moderna técnica de Puericultura; se existisse, além disso, no nosso país, qualquer esboço de organização que permitisse uma perfeita colaboração entre todas essas obras, o papel dos Dispensários, como elo de uma cadeia que outras instituições completavam, seria perfeito.

Porém, com a deficiência manifesta de instituições, quer particulares, quer oficiais que infelizmente existe, e com a falta absoluta de plano de organização que tantas vezes temos deplorado, o alcance dos Dispensários é forçosamente diminuído.

Tenho, por isso, perguntado muitas vezes a mim mesmo: será mais proveitosa a multiplicação dos Dis-

pensários tal como existem, ou seria preferível que a Obra de Puericultura da Junta, embora em reduzidas proporções, abrangesse um plano perfeito de organização, que pudesse figurar como modelo do que até hoje ainda não foi feito no nosso país?

E' discutível a orientação e não é a mim, evidentemente, que compete resolver.

Tal como existem, os nossos Dispensários desempenham as funções de lactários e de consultas de lactantes, instituições evidentemente importantíssimas dentro dum plano completo da puericultura. De passagem direi, porém, que pelo menos o meu Dispensário não tem condições para o desempenho daquelas funções.

Um Serviço que, como de resto, em minha opinião, deve realmente ser, acumule aquelas duas funções, sendo por isso obrigado a receber tanto lactantes sãos como doentes, necessita, forçosamente, de manter um perfeito isolamento entre aquêles dois grupos de crianças, o que só poderá convenientemente fazer-se em construções adequadas. O luxo é dispensável, e mesmo censurável, em instituições de puericultura, mas a perfeição técnica da construção é indispensável para o seu bom funcionamento. Era portanto desejável



Mãe de cinco filhos, todos criados pelos Dispensários de Puericultura da J. P. E.

que, embora em edificações baratas, os Dispensários funcionassem em casas feitas propositadamente para esse fim.

Será isso possível dentro das disponibilidades financeiras da Junta? Não o sei e, mais uma vez o digo, com estas sugestões francas, não quero meter a foice em seara alheia.

Dois pontos principais marcam, quanto a mim, progresso na orientação dos nossos Dispensários:

1.º) a acumulação de funções a que me referi, e que nitidamente distinguem assim os Dispensários da Junta dos antigos lactários em que o leite é fornecido sem o *contrôle* constante do médico, princípio fundamentalmente errado em puericultura; 2.º), serviço de visitadoras, permitindo tornar efectivos os esforços do médico para convenientemente



Um raquitico na admissão

orientar a criação dos seus protegidos.

Evidentemente que não foram estas as primeiras instituições em que tais orientações foram seguidas; mas a adopção de tais princípios como base de organização de todos os Dispensários representa, realmente, um nítido factor de perfeição dos Serviços de Puericultura da Junta.

É, porém, necessário ponderar que, para não falharem os resultados duma tal organização, indispensável se torna permitir que o trabalho possa ser devidamente executado. Isso só se conseguirá desde que exista determinada proporção entre o número de crianças assistidas e o do pessoal encarregado do serviço.

Reputo indispensável para que o serviço de visita domiciliária possa ter uma eficácia completa, e tendo em vista o lamentável atraso de educação das mulheres do nosso povo, que os lactantes até os seis meses sejam visitados uma vez por semana; dos seis meses ao ano, uma vez por quinzena e, depois, uma vez por mês. Isto representa o mínimo, pois que, em caso de doença ou manifesta incúria das mãis, as visitas terão de multiplicar-se.

O pessoal necessário para um tal serviço variará evidentemente com a

extensão e condições de transporte na zona abrangida pelo Dispensário. Mas mesmo admitindo que a zona seja restricta, o que não é o caso para o nosso Dispensário, é fácil compreender que, com uma população superior a quinhentas crianças, como há bastante tempo funciona a nossa consulta, e com duas visitadoras apenas, nem de longe pode ser atingido o número de visitas que reputo indispensável. Portanto, a-pesar-de toda a boa vontade do pessoal, o serviço de visita domiciliária, cuja importância é extraordinária, está sendo executado de forma absolutamente deficiente.

Conseqüências disto? Primeira, o número relativamente elevado de perturbações digestivas que nos aparecem na consulta, devidos a êrros e descuidos facilmente evitáveis, o que vem sobrecarregar as despesas do Dispensário, pois que o tratamento de tais situações nos obriga ao emprego de produtos dietéticos de preço elevado. Segunda, o abandono do Dispensário por um número, também relativamente elevado, de mulheres, sob pretextos disparatados, como o das crianças não gostarem do alimento, o do alimento dado pelo médico ser insuficiente, o do regime instituído fazer mal à criança, etc. Evidentemente que, com uma vigilância assídua que permitisse afastar os êrros cometidos, com uma educação persistente que mostrasse a falsidade de certos preconceitos e com um mais íntimo contacto entre o pessoal e as famílias assistidas, seria evitado o afastamento daquelas crianças que, continuando a persistir-se nos êrros cometidos, vão, em grande parte, contribuir para cifra desoladora da enorme mortalidade infantil portuguesa.

Uma das modificações que, mesmo dentro da actual orientação, mais importante se me afigura introduzir nos Dispensários é o estabelecimento, como anexo de cada um, de uma creche.

A grande maioria dos maus exem-

plares dos nossos protegidos é constituída pelos filhos de desgraçadas que, indo trabalhar, os deixam entregues a amas sem a mais pequena competência, e, o que é pior, sem sombra de escrúpulo. As perturbações digestivas sucedem-se, a nutrição é prejudicada, instalam-se complicações infecciosas, e cada um destes casos constitui uma sobrecarga de trabalho e de despesa para o Dispensário. São numerosos os exemplos de crianças inscritas no nosso Serviço que prosperam enquanto estão na companhia das mãis e cujo estado se modifica desfavoravelmente, desde que as necessidades de trabalho as obrigam a entregar os filhos a amas.

A sobrecarga para a Junta com a instalação de tais creches não seria,



	POR 100 NADO-VIVOS					POR 100 ADMISSÕES	
	FRACO	MODERADO	FORTE	MUITO FORTE	PORTUGAL	POSTO DE PUERICULTURA	
	1 9 3 6	1 9 3 6	1 9 3 6	1 9 3 6	1 9 3 6	1 9 3 6	1 9 3 7
PERIGO CONGÉNITO	ATÉ 3	3 A 4.99	5 A 6.99	MAIS DE 7	7.8	-	-
" ALIMENTAR	" 0.5	0.5, 0.99	1, 1.49	" 1.5	5.4	0.7	0.4
" INFECCIOSO	" 1.5	1.5, 2.49	2.5, 3.49	" 3.5	2.8	4.8	2
MORTALIDADE ¹ ATÉ ANO	" 5	5, 6.99	7, 9.99	" 10	13.96	5.8	3.9
" FETO-INFANTIL	" 6	6, 9.99	10, 13.99	" 14	18.4	-	-

de certo, exagerada, pois que o serviço das visitadoras seria muito aliviado e a verba de alimentação de certo reduzida, visto a diminuição do número de casos de perturbações digestivas implicar a diminuição de consumo de produtos dietéticos caros e ainda porque, sendo habitual o pagamento de determinado salário às improvisadas amas a quem as crianças costumam ser confiadas, essa mesma importância poderia, com vantagem, ser entregue à Creche.

Mas mesmo admitindo que houvesse sobrecarga de despesas, as vantagens incontestáveis que em contra-partida se oblinham justificariam amplamente uma tal medida.

Mais se poderia certamente dizer das deficiências dos nossos Serviços, mas isso levar-nos-ia muito longe, pois seríamos levados a encarar na sua totalidade o complexo problema da Assistência à 1.^a Infância. No nosso país nada existe organizado, e não é evidentemente a Junta que tem a possibilidade de o fazer.

No campo restrito a que se dedicou, a utilidade dos seus Serviços de Puericultura não pode ser regateada.

Desde que, por iniciativa do Eng. Carlos Santos, então presidente da extinta Junta Geral do Distrito de Lisboa, foi instalado o primeiro Posto de Puericultura, os esforços dos Dirigentes da Junta, sábiamente coadjuvados pelo director dos Serviços de Puericultura, Sr. Dr. Xavier da

Silva, têm aperfeiçoado e estendido a sua acção de assistência.

Conforme as possibilidades financeiras, têm sido sucessivamente abertos outros Dispensários, não só em Lisboa mas noutras localidades, como Torrões Vedras, Parêde e Cascais.

A cooperação, para conseguir tal fim, entre a Junta e outros organismos nêle interessados marca bem a inteligência dos elementos orientadores. A participação importante que os Dispensários de Puericultura da Junta de Província da Estremadura têm na Obra actualmente existente de protecção à criança é incontestável.

Referindo-me, apenas, ao movimento do Dispensário que dirijo, a exposição que vou fazer prova-o com evidência.

Três rubricas principais englobam a quasi totalidade dos casos de morte até um ano, o que fêz dizer a Mouriquand que três perigos, sobretudo, espreitavam a criança: o perigo congénito, o perigo infeccioso e o perigo alimentar.

Na primeira rubrica, são englobados os nado-mortos, mortes devidas a parto prematuro, debilidade congénita e traumatismo obstétrico.

Na segunda, tôdas as mortes devidas a factores infecciosos externos.

Na terceira, as mortes provocadas por perturbações do aparelho digestivo, directamente ligadas a erros de técnica alimentar.

Cada uma destas três rubricas é diversamente influenciada pela série de medidas de ordem sanitária, de ordem económica e de ordem psicológica a que se tem de atender na luta contra a mortalidade infantil. A primeira e a última são as mais facilmente modificáveis, porque nelas influe menos o factor económico, que pode, em parte, ser compensado por medidas educativas e de assistência. A segunda, dependendo, principalmente, das condições de habitação e, portanto, do nível económico geral da população, é a mais difícil de modificar.

A primeira rubrica pode ser francamente melhorada pela execução de toda a série de medidas que constituem a Puericultura ante-natal. Ela não pode, portanto, ser abrangida no âmbito dos nossos Dispensários, tal como actualmente funcionam, nem podemos pretender, com as condições de trabalho de que dispomos, influir para modificá-la. A segunda será forçosamente muito forte nos nossos protegidos. Sendo a população do nosso Dispensário recrutada entre populações miseráveis como as das Quintas da Curraleira, da Letrada, da Conceição, etc., é difícil conseguir baixar a cifra de mortalidade por causas infecciosas.

Com a prática sistemática da vacinação antivariólica e antidiférica, alguma coisa se tem feito, no entanto. A última rubrica é a que mais pode ser influída pelos nossos esforços, e, comparando a cifra elevadíssima da estatística portugêsa com o número ínfimo a que conseguimos reduzir a cifra do Dispensário, não podemos deixar de reconhecer o completo êxito do nosso trabalho.

A taxa de mortalidade infantil portugêsa mantém-se há muitos anos estacionária, num valor que reputamos vergonhoso. Para êle contribuem as três rubricas a que atrás nos referimos, mas, acima de todos, a do perigo alimentar.

Êste foi precisamente o que todos os países, principalmente, consegui-

ram diminuir, de tal forma que, em todos os povos em que a Assistência Infantil está organizada, ele fica abaixo dos outros dois.

Em Portugal continua, porém, como por lóda a parte sucedia no comêço dêste século, antes de iniciado o movimento de Puericultura, a representar a cifra mais elevada da mortalidade infantil.

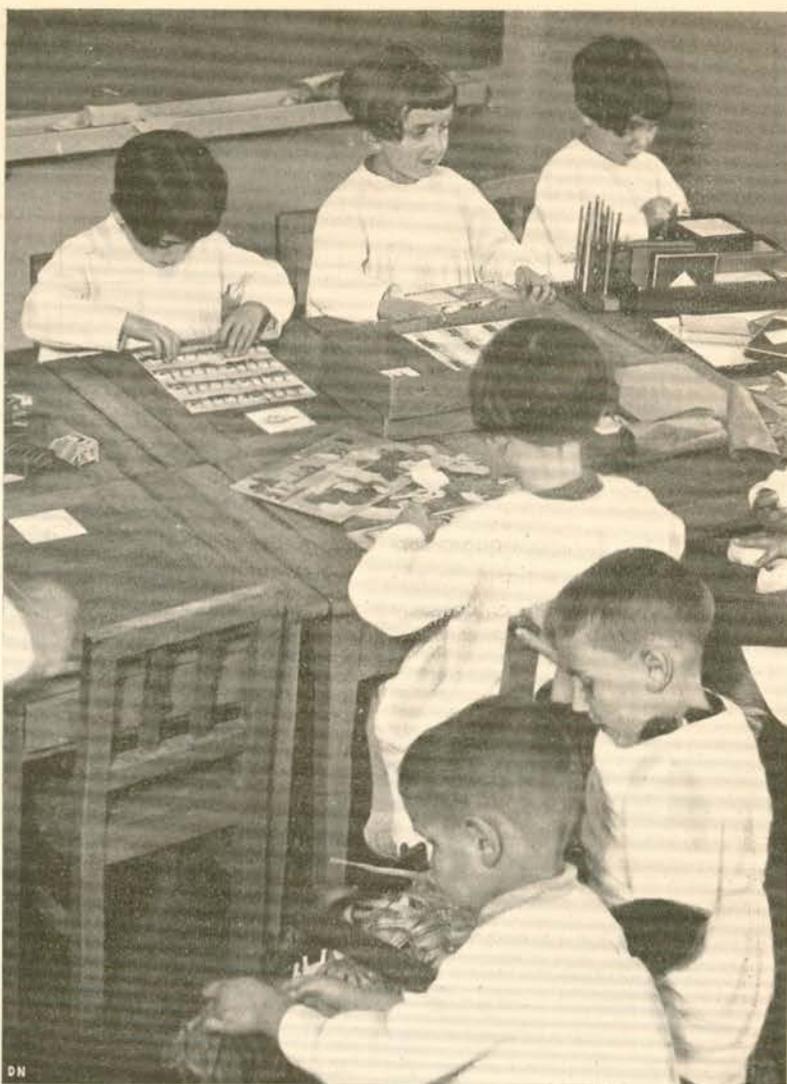
Para se fazer uma idea da vergonhosa situação portugêsa e de quanto é feito no nosso Dispensário para contribuir para a sua modificação, basta verificar o quadro dos valores estabelecidos pelo Comité de peritos da Secção de Higiene da Sociedade das Nações, como fracos, fortes e muito fortes, para a mortalidade, fectio-infantil, perigo congênito, infeccioso e alimentar, comparativamente com os números referentes a Portugal e ao nosso Dispensário.

A desproporção é tam grande e tam evidente que dispensa comentários. Enquanto os valores portugêses são todos fortes ou fortísimos, o perigo alimentar no Pôsto, aquêle sôbre que melhor podíamos influir, é, pelo contrário quási desprezível.

No gráfico junto, em que estão representados os valores, desde a fundação do Dispensário até 1937, comparativamente com os portugêses, mais ressalta ainda o êxito da nossa Obra.

Enquanto a mortalidade infantil portugêsa se mantém estacionária, numa cifra elevadíssima, a do nosso Dispensário, que começou por ser ainda inferior à do total do País, foi progressivamente baixando, até que em 1937 atingiu a cifra baixíssima de 3,9 %

Essa diminuição conseguiu-se, principalmente, à custa do perigo alimentar que em 1937 quási desapareceu (0,8 %). A subida de 1935 foi devida a condições anormais, visto que tinham sido propositadamente admitidos um grande número de distróficos, por causa duns estudos a que então me dediquei.



Aula infantil do Jardim-Creche anexo ao Dispensário n.º 4

Faço-lhes notar que, desde 1932, um ano depois da inauguração do Pôsto, o perigo alimentar foi sempre inferior ao infeccioso, ao contrário do que sucede na estatística portugêsa. Nota-se também que o perigo infeccioso foi sempre maior para o Pôsto do que no total do País, o que reflete as condições miseráveis de vida da maioria dos nossos protegidos.

Esse factor é, principalmente, nítido para o ano de 1932, em que grassaram em Lisboa fortes epidemias de sarampo e gripe. A influência fez-se sentir na estatística global do país, mas, no meio miserável

que constitue da população o nosso Pôsto, a repercussão foi muito mais intensa.

Sôbre esta cifra, pouco podemos influir, pois não é com conselhos e bom alimento que iremos mudar as condições miseráveis de habitação, principais responsáveis da extensão do factor infeccioso.

Só a modificação completa do nível geral de vida das classes pobres poderá ter nítida influência sôbre o perigo infeccioso, e isto está evidentemente fora das atribuições e possibilidades da Junta.

Para que a nossa acção pudesse, em parte, abranger a rubrica do pe-



Um alegre friso de pupilos do Jardim-Creche

rigo congénito, era forçoso modificar, em certos pontos a orientação seguida. Era principalmente necessário multiplicar o Serviço de Visitadoras, para fazer um completo inquérito das necessidades de assistência da área de cada Dispensário, e, por um trabalho de insistente persuasão, levar as mulheres necessitadas a declarar precocemente o seu estado de gravidez e seguir, com regularidade, uma consulta pre-natal, a instalar em cada Dispensário.

E', portanto, quasi exclusivamente sobre o perigo alimentar que a acção dos Dispensários da Junta se poderá actualmente fazer sentir. Mas isso não diminue a sua importância, pois aquela rubrica é, como dissemos, a mais elevada da taxa de mortalidade infantil portuguesa.

Que a acção do Dispensário por mim dirigido tem sido eficaz, prova-o suficientemente a exposição que fiz.

Que o meu reconhecimento sirva de amparo à Junta, para continuar a Obra admirável em que está empenhada, completando-a e aperfeiçoando-a, se as possibilidades o permitirem, são os votos que faço, ao findar o meu trabalho.

N. da R. — Na reorganização dos serviços clínicos e de puericultura da J. P. E., recentemente feita, foram considerados alguns dos casos e deficiências a que se refere o articulista, na sua douda e bem conduzida critica sobre o palpitante problema.

A ELECTRIFICAÇÃO DOS CONCELHOS DE OESTE

Os novos horizontes abertos aos Corpos Administrativos, pelo Código que actualmente regula as suas funções e atribuições animaram alguns desses organismos a tomar iniciativas de largo alcance e conformes com o espirito renovador da politica do Estado Novo. Destacam-se, na actual vigência da Junta de Provincia da Estremadura, o interessante movimento dum importante núcleo de Câmaras Municipais da nossa provincia, fundando a sua Federação Eléctrica dos Municípios de Oeste, o primeiro organismo deste género que se constituiu em Portugal. O acontecimento verificou-se imediatamente à reunião do primeiro conselho da Junta, no qual se encontram, como é de lei, representados todos os municípios da Provincia.

Falar do alcance da grande iniciativa, quasi se torna desnecessário. Toda a gente sabe que a conquista da distribuição

eléctrica nos vários concelhos da Estremadura foi feita à custa de numerosos sacrificios e, por vezes, em condições precárias, o que a torna, até certo ponto, inefficiente para os seus objectivos. Pode dizer-se — e isso não constitui novidade para ninguém — que o progresso local e elevação civilizadora de cada terra dependem, quasi exclusivamente, da quantidade e, também, da qualidade da energia eléctrica, factores indispensáveis para um rendimento capaz de satisfazer as necessidades da nossa época.

A idea tam auspiciosamente começada pela F. E. M. O. não constitui, de resto, uma novidade, se não para nós. Em todos os países onde a revolução moralizadora dos costumes sociais e administrativos substituiu a acção nefasta dos partidos protectores de interesses privados, pela politica do bem comum, foi, con-

Ira tudo e contra todos, implantado o regime da electrificação que é hoje considerado o sistema nervoso dos Estados fortes — como o nosso já o é, felizmente.

As regiões federadas no novo corpo administrativo, fundado à sombra duma lei orgânica quasi inteiramente nova e inspirada nos princípios nacionalistas que geraram o movimento de 28 de Maio, depositam na sua F. E. M. O. as melhores esperanças dum futuro progressivo e de franco desenvolvimento, até hoje ainda bastante emperrado por conceitos velhos e pretensos direitos, opostos ao bem da Nação.

A nova e importante organização reúne os concelhos de Alenquer, Loures, Caldas da Rainha, Alcobaça, Bombarral, Óbidos, Torrões Vedras, Sobral de Monte Agraço, Oeiras, Peniche, Nazaré, Cadaval, Lourinhã e Arruda dos Vinhos, que se federaram logo de início, e os de Sintra, Cascais e Mafra, que encontraram razões, aliás fáceis de demover, de reservarem a sua incorporação na inicialiva. Todos estes concelhos, servidos por um cabo único de alta tensão, proveniente de produção cem por cento nacional, ao mesmo tempo que regularizavam uma das mais importantes condições de vida, concorriam para a retribuição de capital e actividade portuguesas, animando, ainda, o desenvolvimento duma das nossas maiores riquezas — a energia hidráulica.

É curioso e útil registar os primeiros passos da interessante organização que ficou com o nome de Federação Eléctrica dos Municípios de Oeste. Do relato da sessão constituinte se pode avaliar a importância do acontecimento.

No dia 13 de Agosto de 1937, reuniram-se, às 17 horas, na sede da Junta de Província da Estremadura, os representantes das Câmaras Municipais seguintes: Alenquer, Isidoro de Castro Guerra; Caldas da Rainha, Júlio Lopes; Alcobaça, Manuel da Silva Carolino; Bombarral, Honorato da Silveira Sepúlveda; Óbidos, José de Siqueira (S. Martinho); Torrões Vedras, dr. Sebastião de Barros e Cunha; Sobral de Monte Agraço, Euzébio Nepomuceno; e Loures, Dario Canas. O fim da reunião era o acto de posse do presidente e componentes da Federação Eléctrica dos Municípios de Oeste, que reúne, além dos municípios mencionados, os de Oeiras, Peniche, Nazaré, Cadaval, Lourinhã e Arruda dos Vinhos, não tendo, nesta data, dado a sua adesão os de Sintra, Cascais e Mafra. Os delegados que não compareceram justificaram a sua ausência.

O sr. major engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso assumiu a presidência da sessão, secretariado pelos srs. Dario Canas e dr. Ferreira Dias, presidente da Junta da Electrificação Nacional, tendo o sr. presidente pronunciado um discurso, no qual se referiu ao significado do acto.

O sr. major Santos Pedroso, ao principiar o seu discurso, proferiu algumas palavras da saudação, dirigidas aos representantes das Câmaras Municipais presentes; aos membros das comissões politicas da União Nacional que quiseram assistir ao acto; aos representantes da Imprensa presentes, e aos srs. dr. Ferreira Dias e engenheiro Ferreira do Amaral, da Junta da Elec-

trificação Nacional. Em cumprimento duma das disposições do novo Código Administrativo, e com o maior prazer ia dar a posse do cargo de presidente da F. E. M. O., o primeiro organismo deste género que se fundava em Portugal ao abrigo das prescrições do referido Código, facto que honrava sobremaneira a Junta de Província da Estremadura, pelo alto exemplo de dedicação e disciplina nacionalistas que revelava.

O novo Código Administrativo — disse — abre novos horizontes à vida dos municípios, que assim poderão cumprir melhor a missão que lhe incumbe, dentro do programa de reconstrução nacional prescrita pelo Estado Novo. Que as intenções e objectivos do notável diploma foram compreendidos pelos municípios da Estremadura, demonstra-o o acontecimento que ora se regista e que representa uma interessante e patriótica iniciativa, cujos resultados augura serem os melhores. Da criação da Federação resultarão benefícios de alto valor para os municípios que em boa hora souberam escolher os homens que à frente dos seus destinos se encontram.

O sr. major Santos Pedroso produziu, em seguida, algumas valiosas considerações sobre o valor do primeiro trabalho da Federação, afirmando que a unificação da rede eléctrica no norte da província da Estremadura vai impulsionar a activa região para uma maior prosperidade económica. A electricidade constitui em nossos dias o maior fulcro para o

bem-estar dos povos. Está convencido de que a nova rede dará à exploração maior capacidade de distribuição e uma grande diminuição no preço, condições que tornarão a energia acessível a todos os lares e a todas as actividades da Província.

Por este facto, que pode ser considerado um jubileo acontecimento, cumprimentava as Câmaras federadas e, especialmente, o seu presidente, o sr. Dario Canas, pessoa cujo nome e prodigiosa actividade estão ligadas a obras importantes das realizações do Estado Novo. Sempre pronto para dar a sua colaboração a tudo o que represente o bem público, o sr. Dario Canas é um exemplo vivo de trabalho produtivo e a quem o distrito já muito deve.

Ao dar a posse a um organismo de cuja actividade muito tem a esperar o Bem da Nação, e porque tal facto não seria possível se alguém, de muito alto, não preparasse, com a sua inquebrantável fé nacionalista e valiosa orientação administrativa, como grande estadista que é, o luminoso campo de realizações preparado a todos os bons desejos de produzir a Bem da Nação, o orador não podia esquecer daquele cujo nome anda sempre ligado a obras desta natureza. Propunha, por isso, uma saudação muito afectuosa a Sua Excelência o Presidente do Conselho, a quem todos devemos a marcha ascensional para a restauração da Pátria e prestígio do nome de Portugal, e que coloca a Nação entre aquelas que ainda podem apresentar-se de cabeça levantada aos olhos do mundo.

O orador propôs, também, uma saudação ao venerando Chefe do Estado, prestigiosa figura de militar e de português, exemplo das mais excelsas virtudes e, por isso, credor de



O primeiro Conselho de Administração da F. E. M. O. com os membros da J. P. E.

todo o nosso respeito e dedicação. Ambas as saudações foram aprovadas por aclamação.

Falou a seguir o presidente da F. E. M. O., sr. Dario Canas. Agradeceu as palavras do sr. major Pedroso a seu respeito, que classificou de exageradas, e afirmou que a escolha do seu nome para o cargo de presidente da Federação pode dever-se ao facto de ser elle o presidente da Câmara Municipal mais próxima de Lisboa e não por dotes especiais que não possui, além do seu grande desejo de bem servir a Nação.

O orador recordou os primeiros trabalhos para a constituição da Federação e registou, com prazer, o entusiasmo com que a sua idea e iniciativa foram acolhidas pelos seus colegas dos outros municípios, a cujo patriotismo prestava homenagem. Pôs em destaque o motivo principal da realização e enaltecceu o valor da obra e suas conseqüências para a economia dos concelhos federados. Disse que tam grande melhoramento só foi possível devido à promulgação do novo Código Administrativo. E afirmou:

— Se êsse valioso documento não é um diploma completamente perfeito, permitiu, contudo, que os Concelhos do Oeste pudessem reunir-se para um trabalho de tam grande vulto.

O orador prestou, depois, homenagem às entidades que o animaram no seu objectivo, nomeadamente a Junta de Electrificacão Nacional, cujo presidente lhe deu tãda a necessária assistência técnica para o estudo do importante problema que constituía o primeiro trabalho da Federação. Este facto resolveu os mais renitentes presidentes municipais a dar o seu inteiro apoio à idea, de modo que, presentemente, apenas algumas, poucas, câmaras se encontram fora da Federação. Mas está convencido de que, dentro do prazo de 60 dias, conforme prescreve a lei, essas Câmaras ingressarão no novo organismo e o acompanharão no entusiasmo que as outras lhe dispensaram.

Com o maior prazer trabalhará para a total realizaçã dos seus objectivos, procurando, o mais completamente possível, corresponder à confiança que nêle depositaram o sr. Presidente da Junta de Provincia da Estremadura e os seus colegas das Câmaras Municipais de Oeste.

O sr. Dario Canas terminou o seu discurso reiterando os agradecimentos ao sr. Engenheiro Pedroso e associando-se de todo o coração às propostas de saudação ao Sr. Presidente da República e ao Chefe do Govêrno.

Findo o acto de posse que tam bem exprimiu os bons desejos de produzir obra útil para o País, realizou-se a primeira reunião da F. E. M. O. que, como se verificará, foi, também altamente produtiva.

Ao abrir a sessão, o sr. Dario Canas teve, novamente, ensejo de pôr em evidência o valor do trabalho em curso. E, em seguida, submeteu à apreciação dos delegados as bases de trabalho seguintes:

1.º — Os Serviços Municipalizados da Federação Eléctrica Municipal de Oeste serão administrados por um conselho de Administração, composto por cinco membros, dos quais um será designado para presidente, nomeados anualmente pela Comissão Administrativa da Federação, de preferência entre os membros dos Concelhos Municipais das Câmaras Federadas; 2.º — O

Conselho de Administração funcionará em conformidade com as disposições applicáveis contidas no Código Administrativo e terá, pelo menos, duas reuniões mensais; 3.º — O Conselho de Administração poderá delegar as suas funções executivas num director-delegado da sua confiança; 4.º — Os S. M. da Federação E. M. de Oeste ficam obrigados pela assinatura do seu presidente e qualquer dos vogais ou pela do seu presidente e director-delegado; § único — O presidente pode fazer-se temporariamente substituir por qualquer dos vogais que elle designar; 5.º — Emquanto não estiver aprovado o regulamento dos Serviços Municipalizados, o cargo de director-delegado pode ser exercido por um engenheiro consultor; 6.º — Todo o expediente que não envolva compromisso financeiro ou económico para os Serviços Municipalizados será assinado pelo director-delegado. »

Discutidas estas bases, foram as mesmas aprovadas por unanimidade e bem como os nomes dos srs. Dario Canas, da Câmara de Loures; Marquês de Ponte de Lima, da de Alenquer; Manuel da Silva Carolino, da de Alcobaca; conde de Rio Maior, da de Oeiras; dr. Barros e Cunha, da de Tôrres Vedras; Honorato de Sepúlveda, pela do Bombarral; e José de Sequeira, pela de Obidos, para membros do Conselho de Administração destes serviços, ficando designado para servir como presidente o sr. Dario Canas.

Por último, foram lidas e discutidas as bases que constituem os poderes especiais conferidos ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da F. E. M. O. e são do teor seguinte:

*A Comissão Administrativa da Federação confere ao C. A. dos Serviços Municipalizados os seguintes poderes especiais:

1.º — Negociações definitivas para aquisição de energia eléctrica em alta tensão.

2.º — Entendimento com as entidades officiais para a concessão com utilidade pública das linhas de distribuição em alta tensão.

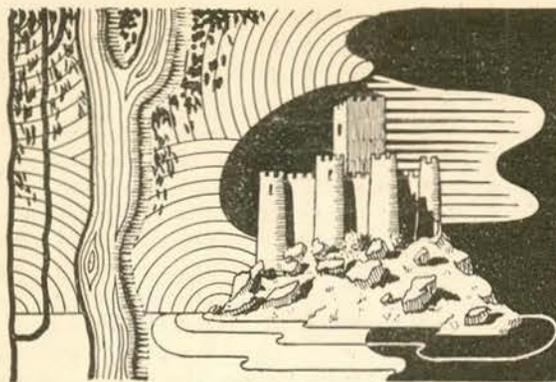
3.º — Pedido de empréstimo necessário à consecução dos fins da Federação e tãdas as negociações inerentes.

4.º — Elaborar o regulamento dos Serviços Municipalizados para ser presente à Comissão Administrativa. »

Estas bases mereceram aprovação unânime.

Antes de ser encerrada a sessão, o sr. presidente manifestou a sua gratidão a todos os colegas, dizendo que, se não confiase no patriotismo e altas virtudes cívicas dos homens bons que ficam ligados a esta Federação dos Municípios, não viria, por seu turno, tomar encargos e responsabilidades de tam alta monta. Mas, como servir a Nação é um dever e como os homens que a êste empreendimento se ligaram outra coisa os não preocupa do que servir e servir bem, todos se sentirão ligados pelo mesmo pensamento e impulsionados pelo mesmo entusiasmo.

Assim terminou a primeira fase desta gloriosa jornada de Municípios portuguezes, que honraram, mais uma vez, a sua tradiçã tam fértil de beneficios proveitosos para os interesses nacionais.



CASTELLOS

OS castelos evocam os dramas das guerras de outros tempos. Imponentes na massa robusta da pedraria, justificam o prestígio de segurança, oferecida às populações. Nas tôrres e sôbre os adarves das muralhas, vigiavam os homens de armas. Alguns foram levantados onde não havia povoação a defender.

No período da conquista da terra aos mouros, as fronteiras entre eles e os portugueses iam-se dilatando do Norte para o Sul, embora com oscilações mais ou menos profundas. Erguiam-se castelos nos lugares adquiridos pela guerra. Os Reis concediam terras e fôros aos cavaleiros das Ordens Militares, homens que devotaram a vida à milícia, no serviço da Cristandade. Exemplo completo nos dá Tomar, no século XII.

Recebida a terra a defender e a povoar, fundaram os Templários o castelo no sítio mais próprio à defesa; chamavam com privilégios e regalias os habitantes para a sombra protectora do castelo, e a povoação começou a formar-se rapidamente.

Outros castelos, pelo contrário, procedem das povoações já formadas e desenvolvidas, que era necessário guarnecer militarmente, quer por defesa local, quer por interesse militar do Reino. Ora as fortificações cercavam inteiramente a povoação, ora formavam cidadela de refúgio a que se acolhiam os moradores na hora do perigo: Óbidos, no primeiro caso; Palmela e Sezimbra, no segundo.

Todos, porém, balizam a história e denotam o esforço heróico da formação do Reino português. Formação pela conquista do território, conservação do território conquistado, formação da alma nacional por afeiçoamento às condições psicológicas e morais, vibram no perfil militar dos castelos.

Nas fronteiras terrestres, a linha dos castelos define a fronteira militar. Na linha do litoral, os castelos, as fortalezas abaluartadas, as tôrres isoladas mas pertencentes a sistemas defensivos marcam a defesa marítima. Os caminhos de penetração, comunicação e transporte, entre povoações dependentes d'elles, dominados por elles, eram defendidos por castelos, que representam hoje a estratégia de então. Atalaias, espalhadas no campo militar, ligavam entre si os castelos. Os nós vitais da defesa, pelo domínio exercido em zonas primaciaes, reforçavam-nos com inteligência os Reis da Dinastia Afonsina por meio de castelos poderosos.

O território, por elles conquistado, estava guarnecido fartamente de castelos, que era forçoso expugnar. Os mouros foram hábeis construtores de obras militares. Em grande parte, no Sul de Portugal, os castelos já existiam antes de lá chegarmos.

Os Reis, depois de os tomarem, tinham de os restaurar e reforçar. O mesmo fizeram os mouros nas fortificações visigóticas, como em Lisboa, Evora e Mértola, e os Visigodos nas fortificações romanas destas três cidades e nas de alguns outros castros, uns certos e já identificados, outros prováveis por vestígios locais e até na toponímia.

Duas cidades, importantíssimas para os povos es-

tranhos à Península e dominadores dela, dispostos nos dois acidentes da nossa costa, que melhor penetração lhes garantiam, foram a *Olisipo* dos Romanos dentro do estuário do Tejo, e a *Salúcia*, a nossa Alcácer do Sal, erguida sôbre o Sado, no extremo das possibilidades de domínio em terra e de comunicações por água.

Acasteladas ambas fortemente e bem defendidas pelos Romanos, Visigodos e Mouros, constituíam dois campos entrincheirados ou, melhor, um só campo, cujos centros de apoio estavam nos dois castelos. Lisboa, a *Olixbona* mourisca, prevalecia porém na importância estratégica. Era o centro de tôdas as fortificações asseguradoras da posse dos territórios da Estremadura Portuguesa.

A Estremadura ficava indecisamente no extremo comum dos territórios cristãos e dos territórios mouros, ao longo da faixa percorrida pelo Tejo, em Portugal e em Espanha.

Fraccionou-se, quando as nossas conquistas atingiram o rio, a montante de Santarém. Ficava a Estremadura ocidental, a nossa, na península formada entre as águas largas do Tejo e o Atlântico. A Estremadura Espanhola corresponde à parte para lá da nossa Beira, que desceu da Estrêla ao Tejo.

O castelo de Santarém guardava Lisboa, pelo Tejo, no caminho fluvial e na avançada ao longo da margem direita. Pôrto de Mós, Tôrres Novas, Alcobaca, Alfeizerão e Óbidos, castelos fortes a Noroeste e Norte de Santarém, tornavam maciça a defesa desta praça de guerra, e formavam, do rio ao Oceano, a gola militar da Estremadura e, especialmente, de Lisboa. Tôrres Vedras, Alenquer, Sintra guardavam com os seus castelos os caminhos de aproximação; Tôrres Vedras a Oeste, e Alenquer, a Leste da espinha dorsal de montanhas que percorre a Estremadura (Candieiros-Montejunto), Sintra, pelo seu extremo meridional e pela foz do Tejo.

Ao Sul do Tejo, Palmela avistava Lisboa, dava garantia às comunicações de Lisboa com Alcácer do Sal, pelo Tejo, pelo Sado e por terra, porque dominava plenamente os dois estuários e a península da Arrábida. Alcácer prolongava-se para Sul, pelo castelo de Santiago de Cacém.

A acção de D. Afonso Henriques, em direcção a Lisboa, cuja posse lhe era necessária para domínio do Além-Tejo como para defesa da costa na melhor base de penetração profunda e séria, que sempre foi o Tejo, esbarrava, do Norte para o Sul, com os castelos mouros, dispostos transversal e longitudinalmente.

Esta disposição fez-nos compreender a fundação e a defesa acérrima do castelo de Leiria, pelo *Conquistador*. Ameaçava Santarém, e defrontava as defesas frontais de Tôrres Novas e Pôrto de Mós; havia de seguir o mesmo caminho do exército castelhano que, em Agosto de 1385, foi desbaratado em Aljubarrota.

Tomado o Castelo de Santarém, no ano de 1147, estava destruído o principal obstáculo à marcha defi-

da ESTREMADURA

nitiva sobre Lisboa. De facto, nesse mesmo ano, o castelo de Lisboa caiu, após quatro meses de cerco por terra e pelo rio, nas mãos do nosso primeiro Rei e fundador do Reino. Logo, Sintra, Almada e Palmela, cintura de Lisboa, ameaçadas pelos cristãos vencedores, foram abandonadas ao Rei dos Portugueses. «Per idem tempus, coepit Sintra, Almada, Palmela», diz a *Chronica dos Godos*.

Em 1147 e 1148, D. Afonso Henriques teve de varrer da Estremadura os núcleos militares dos mouros, resguardados no couro murado e arrogante dos castelos. Alenquer, Tôrres Vedras, Obidos, Tôrres Novas, Alfeizerão, Pôrto de Mós ficaram sob o poder cristão.

No mesmo ano em que D. Afonso Henriques terminou estas conquistas, decidiu-se a atravessar o Tejo e, apoiando-se em Palmela, foi tentar a tomada de Alcácer do Sal.

Baldada a tentativa, repetiu-se em 1151 ou 1152, com o auxílio dos Cruzados, que tinham tocado em Lisboa; repete-a mais uma vez em 1157, para só em 1158 conseguir penetrar no castelo.

Em 1191, os mouros retomaram os castelos do Sul do Tejo. Perdemos Alcácer do Sal, Palmela e Almada. Era necessário recuperar os castelos. Em 1210, já os freires de Santiago estavam novamente no castelo de Palmela; doara-lho D. Sancho I em 1186, ou confirmara-lhes a doação feita por D. Afonso Henriques. D. Afonso II, depois da batalha de Navas de Tolosa, atacou, em 1217, Alcácer do Sal, e tomou o castelo, com a colaboração das ordens militares e de cruzados que desembarcaram no Tejo; foi a hoste real por terra, os outros chegaram por mar, Sado acima.

As restantes fortalezas foram abandonadas pelas guarnições, antes da queda de Alcácer.

Todos os castelos que sofreram os assaltos, ora de Cristãos, ora de Sarracenos, tiveram de ser logo restaurados, para poderem resistir a novos ataques. Alcácer, Palmela, Tôrres Novas e Santarém foram, na Estremadura, os castelos mais sacrificados e os que maiores reforçamentos e restaurações sofreram, desde D. Afonso Henriques a D. Afonso II.

D. Sancho I deu terras a povoadores flamengos, cá trazidos pelo deão Guilherme, da Sé de Silves. A alguns deles couberam terrenos na vertente meridional da Arrábida; aí fundaram Sezimbra.

Palmela, até ser tomado o castelo de Mértola, em 1238, por D. Sancho II, constituiu o centro de acção da Ordem de Santiago da Espada (cujos cavaleiros D. Sancho I no seu testamento chamou «freires de Palmela»). Passou a Mértola o capítulo do mestrado e convento da Ordem. Alcácer e Santiago de Cacém eram castelos fortes destes cavaleiros, com seus comendadores, alguns dos quais ficaram célebres na história, como D. Paio Peres Correia, que o foi em Alcácer e em Mértola. O capítulo da Ordem voltou mais tarde para Palmela.

Todos os castelos da Estremadura, como os das outras regiões, sofreram restauraões e adaptações defen-

sivas, à medida que as guerras, o tempo e os progressos táticos o exigiam. Se as páginas dos feitos militares ficaram gravadas nas muralhas dos castelos, não menos a arte de construir, através dos tempos, as obras militares de protecção deixou de acentuar aplicações oportunas.

Desenvolveram-se as fortificações das cidades e vilas acasteladas; D. Fernando ampliou-as, na previsão das necessidades militares da defesa, quando interveio na política interna de Castela. Muitos, se não quasi todos os castelos da Estremadura tiveram, como Lisboa, as suas cercas ou ampliações fernandinas.

Obras novas, tôrres e fortalezas de modelos adequados aos tempos, alargaram o âmbito dos castelos, tomados por factores de fundamental importância, e criaram outras unidades defensivas, que reforçaram e preencheram, nos séculos XVI, XVII e XVIII, algumas das obras antigas. As Guerras da Restauração levaram Portugal a guarnecer as melhores e mais ameaçadas praças da defesa do território nacional.

Entre os fortes e baluartes de Lisboa, na cintura da cidade e na garantia da vigilância da margem direita do Tejo até além da barra, muitos podem contar-se na toponímia vigente, nas estampas, notícias e relações dos que desapareceram, e nas ruínas mais ou menos acabadas que ainda podemos ver.

A maneira por que deixámos arruinar os monumentos militares não tem desculpa. O abandono das obras de arte é sempre deplorável prova de incultura. E, quando elas representam padrões da vida nacional, como são os castelos que os Portugueses tiveram de conquistar para obter à Nação o território, ou tiveram de fundar para lhe assegurar a independência, o desprezo de tais padrões é inconsciência criminosa de anti-nação.

Dos castelos da antiga Estremadura, indiquemos os que pertencem à província da Estremadura, da actual organização administrativa, depois de formada a nova província do Ribatejo.

Ao Norte do Tejo, em possível ordem de visita circulatoria:

Lisboa — O «Castelo de S. Jorge», ópido romano, alargado por construções visigóticas, e estendido para o Sul por muralhas visigóticas e mouriscas até à margem do Tejo, a formarem a «cêrca velha» em torno de Alfama; a «cêrca nova», de D. Fernando, partia da «cêrca velha», e envolvia, desde 1375, os bairros novos da cidade, extravazada pelas portas das muralhas de Alfama. Restos: o «castejejo» e a «alcáçova», dentro das muralhas que circundam o cabeço na primitiva Lisboa; fragmentos dispersos, patentes ou encobertos, de muros, portas e tôrres das duas cercas exteriores, a toponímia de outras obras militares da mesma espécie. Trabalhos activos procuram actualmente reintegrar a parte alta, o verdadeiro castelo. A cidade moura foi tomada em 1147, por D. Afonso Henriques.

Sintra — Castelo mouro formado por extensa muralha, de trabalho perfeito de adaptação ao solo, em

alto cabeço rochoso da Serra; tem cinco tórres, uma das quais imponente; ocupou-o D. Afonso Henriques, logo depois da tomada de Lisboa; reconstruiu-o D. Sancho I, guarneceu-o D. Fernando, tomou-o D. Nuno Alvares Pereira ao Conde de Seia e de Sintra, D. Henrique Manuel de Vilhena, seu alcaide. Conserva-se em bom estado.

Tórres Vedras — «Em cima de um formoso monte» (Fernão Lopes), conquistou-o D. Afonso Henriques, em 1148; foi restaurado pelo seu conquistador; reconstruiu-o D. Manuel, quando era alcaide-mor D. João Fernandes de Alarcão. Aí viveram Reis e Príncipes, houve conselhos e côrtes notáveis. Restam ruínas dos Paços Novos, reedificados no século XVII, e do castelo: cerca exterior a meia encosta, uma porta com o sinal de D. Manuel. Deu o nome às «Linhas de Tórreres», que defenderam Lisboa na 3.ª Invasão Francêsa (Massena).

Obidos — Castelo mourisco, tomado por D. Afonso Henriques, em 1148; foi reparado e povoado; resistiu ao Conde de Bolonha, quando, por «visitador» e «curador» do Reino, veio substituir D. Sancho II, deposto da real autoridade por Bula do Pontífice Inocência IV. Como Leiria, Celorico da Beira, Guimarães, Coimbra, foi Obidos fiel ao seu Rei. D. Fernando aumentou-lhe as muralhas e começou a Torre de Menagem, a «Torre de D. Fernando» e a «Torre do Poço». A «Torre de D. Deniz» indica as obras deste monarca. Este castelo, de recinto fechado, é o mais completo exemplar de fortaleza medieval, construída pelos mouros sobre prováveis defesas romanas (a Torre do Facho?), e ampliada pelas obras das cinturas de muralhas. O solar apalaçado em que D. João de Noronha, o Velho, quando alcaide-mor de Obidos, transformou a alcáçova, tem grandeza no aprumo das suas paredes nuas. As muralhas, com as portas bem conservadas, circundam a vila. Apoiou a esquerda do exército francês, na Batalha da Roliça, em 15 de Agosto de 1808, na 1.ª Invasão Francêsa (Junot).

Alfeizerão — Ruínas do recinto muralhado, com tórres redondas, semelhante ao de Obidos; tomou-o D. Afonso Henriques em 1147; foi fundado pelos mouros; era a povoação coute de Alcobaça, cujo Abade, D. Fr. João Martins, lhe deu a carta em 1342. D. Deniz e D. Isabel, a Rainha Santa, estiveram no castelo, em 1288. O terramoto de 1755 danificou-o.

Alcobaça — Ruínas mouriscas de castelo, tomado por D. Afonso Henriques em 1147; D. Sancho I reconstruiu-o. Defendia os monges do convento cisterciense de Alcobaça e os habitantes da região. Em ruínas, o castelo conserva os vestígios de muralhas e de uma torre quadrada com cisterna, que um terramoto destruiu, em 1422 e D. João I mandou reerguer. Teve restauros de D. Afonso V e de D. João II. O Dom Abade de Alcobaça tinha o direito de nomear o alcaide. Tomou voz pelo Mestre de Avis, como todos os castelos e terras da Ordem.

Pôrto de Mós — O castelo, hoje em ruínas, foi tomado por D. Afonso Henriques em 1148, e teve por primeiro alcaide-mor o semi-lendário D. Fuas Roupinho; perdido outra vez, foi reconquistado e reconstruído por D. Sancho I. Foi restaurado no século XV pelo Marquês de Valença e Conde Ourém, donatário do castelo.

De forma pentagonal, com janelas e portas ogivais, vitimaram-no os vandalismos dos homens e as violências de terramotos, como os de 1755 e 1909.

Alcanede — Ruínas de castelo medieval, que D. Sancho I doou aos freires de Evora, em 1187; a povoação fundou-a em 1163 Gonçalo Mendes da Maia, a meias com D. Afonso Henriques.

Alenquer — Ruínas do castelo tomado aos Mouros por D. Afonso Henriques, em 1148, depois de cerco prolongado; resistiu aos Mouros em 1184; D. Afonso II cercou-o, sem resultado, por ocasião das lutas com a

irmã D. Sancha; fiel a D. Leonor Teles, suportou em 1385 o cerco do Mestre de Avis, que o mandou desmantelar; a posição, no cabeço do monte rodeado pelo rio, era fortíssima.

Ao Sul do Tejo:

Almada — Restos do castelo de Almadine (mina), sobranceiro ao rio Tejo, defronte de Lisboa; abandonado pela guarnição mourisca, D. Afonso Henriques entrou nele, logo a seguir à tomada de Lisboa. Pertenceu à Ordem de Santiago, foi retomado pelos Mouros de Iacube Almançor, em 1191, para depois voltar à posse dos Portugueses; entregou-se ao Mestre de Avis, em 1385.

Palmela — Castelo de alto porte militar, no ângulo de NE. da Arrábida; guindado num morro, a vila estende-se na vertente voltada para o Tejo, ao abrigo do Castelo. Ocupado por D. Afonso Henriques, em 1147, depois da tomada de Lisboa, foi restaurado, e por ele ou por D. Sancho I, em 1186, doado à Ordem de Santiago; o Capítulo de Ordem estabeleceu-se aí, passou a Mértola em 1238, e finalmente regressou a Palmela, no reinado de D. João I. Perdido em 1191, na invasão de Almançor, foi recuperado, e, em 1210, já estava nas mãos dos «freires de Palmela». As obras de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, seguiram-se outras; as maiores ampliações começaram com D. João I (1426?) e concluiu-as D. João II (1482) quando Príncipe; D. Jorge de Melo, segundo prior-mór, continuou-as (1608). As duas cercas, a velha do século XII-XIII, a nova, exterior, do século XVII, a Torre de Menagem do século XIV, as construções religiosas, militares e profanas, formam o conjunto mais sugestivo. O terramoto de 1755 fez-lhe grandes estragos. Vai ser este castelo cuidadosamente restaurado, para nele residir a Chancelaria da Ordem de Santiago.

Sezimbra — Castelo medieval, no alto sobranceiro à vila. Alguns dos colonos estrangeiros, que vieram a Portugal no reinado de D. Sancho I, estabeleceram-se na vertente meridional da Arrábida, onde fundaram Sezimbra. D. Sancho II doou a vila aos Cavaleiros de Santiago, em 1236. O castelo abrange vasto circuito, e teve alguns restauros nas muralhas e nas ameias.

Santiago do Cacém — O castelo em ruínas teve duas cercas, a primeira com dez tórres e a outra com seis. A Torre de Menagem está desmoronada, e as muralhas com estragos que requerem boa reparação. Pertenceu à Ordem de Santiago; andou a alcaidaria por Pantojas até ao século XV, em que passou a D. Jorge de Lencastre, grão-mestre da Ordem; foi dos Duques de Aveiro até 1759, e então incorporada na Coroa.

Ao longo da costa, por defesa das populações contra os piratas europeus e africanos, há na Estremadura as fortalezas de *Peniche* (mandada fazer por D. João III, em 1557, e acabada por D. Sebastião em 1570, reforçada por D. Filipe III e D. João IV); *Cascais* (elevada a vila por D. Pedro I, que a isenta da jurisdição de Sintra em 1364, com cidadela talvez construída por D. João II, ampliada e modificada no período da Restauração); *S. Julião* ou *S. Gião da Barra* (primitiva torre, atribuída por Garcia de Rezende a D. João II; foi ampliada e remodelada no século XVII, segundo o método de fortificar as cidades situadas sobre rocha à beira-mar, aplicado por Alcaim Manesson Mallet, e seguido por Luís Serrão Pimentel); *Torre de Belém* (planeada por D. João II, para defesa fluvial de Lisboa, mas realizada, com plano diferente, no reinado de D. Manuel, por Francisco de Arruda, de 1514 a 1520); outros fortes alinhavam a margem do Tejo; para o Sul da foz, os fortes mais importantes são: a *Torre de Outão* (medieval), obra de D. João I, adaptada por D. João IV) e o forte ou *Castelo de S. Filipe* (dominante sobre a cidade, mandado construir por Filipe I a Filipe Terço).



SE ao Alentejo cabe a honra de ter sido o bêrço da Restauração da Independência, como o Minho já o foi da Fundação da Nacionalidade; se foi mesmo a província alentejana a primeira a levantar brado por El-Rei D. João IV, quando, em 1637, eclodiu em Évora o célebre movimento do *Manuelinho* e, então, os alentejanos aclamaram, pela primeira vez, nas ruas de Vila Viçosa, o Duque de Bragança como soberano natural do Reino, não é menos certo que, na gloriosa e patriótica arrancada contra o opressor, teve, também, a província da Estremadura, com Lisboa à cabeça, um papel mais que preponderante, decisivo.

Foi Lisboa a primeira terra portuguêsã que, nos começos do reinado de Filipe IV, lançou o grito de revolta à face do castelhano, ao erguer-se contra o imposto lançado sôbre a pesca, pelo ministro do Rei de Espanha. Afrontando todos os perigos, expondo-se a todos os riscos, o povo de Lisboa saiu para a rua, dando morras ao Filipe e levando a sua patriótica audácia ao apedrejamento das janelas do Paço, onde se acoitavam os ministros e representantes do rei espanhol.

O movimento de Évora, que ficaria na história como o precursor da Revolução de 1 de

Dezembro, teve nos tumultos de Lisboa o mais patriótico exemplo, o mais decidido incentivo.

Mais tarde, logo que o movimento do *Manuelinho* foi conhecido fóra do ambiente alentejano, as primeiras terras que aderiram foram, precisamente, as estremenhas. Foi mesmo a adesão de algumas vilas próximas de Lisboa que em mais cuidados pôs os governantes espanhóis, quando da revolta de Évora. Quere dizer: os estremenhos, movidos do mais patriótico alvoroço, apressaram-se, com decisão magnífica, a secundar o grito admirável da patriótica rebelião. E desde então a Estremadura tomou lugar, a par do Alentejo, na Restauração da Independência.

Foi o povo de Lisboa, com as suas manifestações e seu entusiasmo que, em 1638 decidiu, pode dizer-se, D. João IV a aceitar a coroa de Portugal—ao ver o entusiasmo, o ardor patriótico com que o povo da capital o aclamou quando, como Governador das Armas do Reino, visitou a côrte e a cidade-mãe de tôdas as cidades portuguêsãs.

Foi depois das aclamações do povo de Lisboa, foi depois da atitude da nobreza, princi-

palmente nos cumprimentos de Almada, que o oitavo Duque de Bragança, rompendo tôdas as suas naturais e acertadas cautelas, se dispôs a aceitar a coroa de Portugal, principalmente na ocasião em que, na vila ribeirinha do Tejo, ouvindo as instâncias dos fidalgos e ficando a sós com o monteiro-mór D. Francisco de Melo, pessoa de grande discreção e em cuja fidelidade o Duque confiava absolutamente, teve para êle a célebre frase de «que o momento ainda não era chegado», afirmação que, ao ser conhecida dos nobres, em todos causou a maior e mais viva satisfação, visto que ela revelava que, se a hora própria ainda não chegara, era, no entanto, o Duque o primeiro a esperar que ela viesse.

Foi, pois, em Almada, em 1638, e graças às manifestações de Lisboa, que D. João IV deu a primeira palavra de assentimento à Restauração. É mesmo muito provável que, se não tivesse vindo a Lisboa, se não houvesse visto o entusiasmo da gente estremenha que, afrontando tôdas as iras e perigos, tratava já como soberano o que então era simples Duque de Bragança, que o neto de D. Catarina se não tivesse decidido, tam prontamente, a atender os rogos dos fidalgos e do povo.

Depois, foi ainda em Lisboa, no Palácio de D. Jorge de Melo, em Xabregas, que se reuniu a primeira Junta dos Nobres, para, nos começos de 1640, iniciar os trabalhos conspiratórios e a recolha de adesões ao movimento salvador.

Como, porém, D. Jorge de Melo tivesse de seguir para o seu serviço da Beira, onde, por nomeação do conde-duque de Olivares, comandava um das terços que, ali recrutados, tinham de seguir para a Catalunha, a fim de atacar a rebelião que naquela província lavrava contra a coroa de Castela, tiveram as reuniões que continuar noutro local.

Foi ainda em Lisboa, no Palácio de D. António Vaz de Almada, no largo de S. Domingos, que a conspiração prosseguiu, reunindo-se ali os conjurados desde 12 de Outubro até 25 de Novembro de 1640, data em que ficou assente o próximo 1.º de Dezembro como o dia da Revolução. Além disto, foi em Lisboa que D. Filipa de Vilhena e D. Mariana de Lencastre armaram seus filhos cavaleiros, acto de heroísmo



O Palácio dos Condes de Almada, segundo uma gravura antiga

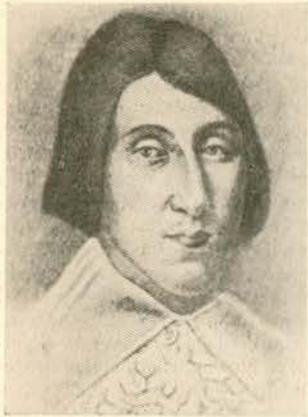
sem par na História Pátria, fazendo-os tomar parte na Patriótica Revolução.

Por último, foi ainda a capital a Terra escolhida para teatro dêsse grande feito histórico que foi o desaparecimento duma dinastia opressora, e o regresso da coroa portugêsa à posse dum Rei natural. Foi Lisboa a cidade eleita para a realização das primeiras côrtes gerais da Restauração.

Nem só, porém, a capital teve um papel preponderante na Restauração; tôdas as demais terras estremenhas, desde Almada a Setúbal, de Cascais a Alenquer e a Palmela, tôda a província estremenha desempenhou um grande e activo papel, nesse período de 28 anos em que de novo a independência de Portugal se afirmou

e consolidou, durante três reinados: os de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II.

Mas, se não bastasse o grande papel da província, haveria o dos seus naturais. É que



Dr. João Pinto Ribeiro

foram estremenhos os principais restauradores. Era de Lisboa João Pinto Ribeiro, o chefe e a alma da conspiração, como fôra natural da capital essa grande figura de mulher que foi a Duquesa de Bragança e Infanta de Portugal, D. Catarina, a primeira fidalga que se ergueu contra a opressão castelhana.

Foi também Lisboa que teve a honra de ver nascer o fulgurante ornamento da diplomacia restauracionista que foi o Padre António Vieira.

E, como êstes, tantos e tantos outros mais que encheram de glória e brios as páginas da História da Restauração.

É da acção patriótica da Estremadura e dos estremenhos que nos propusemos dar conta, neste breve estudo em que, realçando a atitude da nossa província, contribuimos, estamos certos, para recordar algumas das melhores páginas da Restauração da Independência que, se foi obra de quasi todos os portugueses da época, foi-o, principalmente, de todos os estremenhos, patriotas, sempre, entre os primeiros.



Padre António Vieira

ÓSCAR PAXECO.

OS NOSSOS COLABORADORES

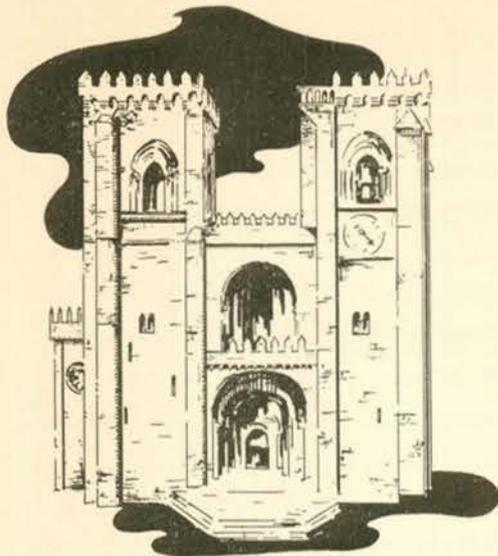
Além do seu director e chefe da secretaria da Junta de Província da Estremadura, sr. dr. Carlos Botelho Moniz, que subscreve o artigo de abertura, o presente Boletim é honrado com a valiosa colaboração de algumas personalidades de valor, nos nossos meios militar, científico e artístico.

O sr. dr. Luís Chaves, devotado amigo das coisas pátrias, etnólogo distinto e conservador do Museu Etnológico Português, com o seu artigo «Castelos da Estremadura», inicia uma série de pequenas notas monográficas sobre o valor histórico, artístico e arqueológico desses grandiosos documentos da nacionalidade portuguesa. O sr. dr. Salazar de Sousa, médico estudioso dos casos infantis e pertinaz cultor da puericultura, dá-nos uma desassomburada e proficiente crítica sobre a forma como é tratado, entre nós, o grave problema, destacando os felizes resultados obtidos pela J. P. E. com os seus Dispensários de Puericultura. O sr. Guilherme Felgueiras, que foi director da Escola Profissional de Paiã e é arqueólogo dos mais apaixonados, ilustra **da Estremadura** com uma introdução, rica de curiosos apontamentos, a uma série de artigos que se propõe escrever sobre o folclore e a arte e costumes populares da Estremadura — trabalho que constituirá, certamente, um apreciável subsídio para a já larga mas dispersa colectânea de tam interessante estudo. O sr. eng.º Carlos Santos, antigo presidente da Junta Geral do Distrito de Lisboa, antecessora da J. P. E., presta homenagem ao falecido Governador Civil, tenente-coro-

nel João Luís de Moura e ao actual, coronel Lôbo da Costa. O sr. major Correia Guedes escreve sobre a actividade da L. P. estremenha. Os jornalistas Oscar Paxeco, Mário Rosa, Costa Júnior e Piteira de Almeida tratam, respectivamente, com brilho e rigor profissional, dos assuntos de oportunidade «A influência dos estremenhos na Restauração de Portugal», «A Estremadura, berço da Aviação Nacional», «A Mocidade Portuguesa» e «O Problema das Comunicações», este último começo duma larga análise sobre os transportes inter-concelhos da Estremadura, que promete resultar um proveitoso estudo. Oscar Paxeco ilustra, ainda, o presente Boletim com um capítulo especial, que se destaca do volume, consagrado ao sr. general Carmona, no qual faz do ilustre Presidente da República uma biografia das mais completas até hoje publicadas. Nesta parte da nossa publicação figuram, ainda, dois nomes de valor, que ocupam lugares de realce entre os da pléiade de investigadores do documentário artístico-arqueológico português: os dos srs. coronel Ferreira de Lima e do jornalista Nogueira de Brito, que tratam, com proficiência artística e brilho literário, o capítulo «Residências Presidenciais».

Os desenhos são dos lápis delicados e espontâneos de Nazaré, primoroso cartazista e Américo, discípulo de Stuart Carvalhais. As fotos foram, na sua maior parte, fornecidas pelo riquíssimo arquivo do jornal **Diário de Notícias**, em cujas oficinas se gravaram.

ESTREMADURA ARTÍSTICA E FOLCLÓRICA



Sé de Lisboa

Escusado acentuar que nada criamos de novo, limitando-se o nosso esforço pouco mais do que a simples reflexões e límidos ensaios. Não há, nem podia haver, a estulta pretensão de uma análise demorada e substancial, antes a preocupação de anotar, sem elegância expositiva mas com fidelidade, tudo o que na região estrementeira tem feição popular vincadamente lusitana.

Quem se dá ao devaneio espiritual de percorrer museus, colecções privadas e bibliotecas, tem constatado que, anteriormente ao último quartel do século XIX, quasi só a estrangeiros despertavam admiração e interesse os usos, tradições e costumes regionais portugueses. Temos o defeito de não saborear a vida nacional, de não saber ver as incomparáveis belezas que nos rodeiam.

São neste sentido esclarecedores os



Lavadeira

quadros, representando cenas de Lisboa antiga, de Nicolau Delarive, de Pillement, de J. E. Hoffmann; os desenhos de Noel, de Labrousse, de Rowlandson, de J. J. Forrester; as gravuras de Wells e de Henry l'Evêque; as delicadas aguarelas de Zacharie Felix Doumet e as obras que correm impressas: *Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume and Character* — (1826) *Voyage en Espagne et Portugal* — Taylor; *Scenery of Portugal & Spain* — (1839); *Les arts en Portugal* — Raczyński; *Portugal Illustrated* — Kinsey; *Voyage en Portugal* — Link; *A general view of the state of Portugal and Travels in Portugal* — Murphy; *Lisbon* — Marianne Baillie (1824); *Portugal e Espanha* — W. Bradford (1808); *Costume of Portugal* — Henri l'Evêque.

William Breckford, Lickmowsky e Ruder visitaram em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o nosso País, maravilhando-se com os costumes dessa época.

Aparte a centelha superiormente popular de Gil Vicente, que o levou a dar forma literária aos temas tradicionais do teatro português, e o espírito lusiada de Garrett, defendendo todo o romanceiro popular que lhe chegava da tradição oral, poucos mais realizaram, antes de 1860, obra com expressão étnica e artística acentuadamente nacional. A obra do fundador do teatro português, as iluminuras do livro de Horas chamado do rei D. Manuel I e os desenhos do livro designado de Duarte d'Armas são fértil manancial de materiais etnográficos e iconográficos.

Nas várias modalidades da Arte, alguns compatriotas nossos, altamente prestigiados pelos seus méritos e trabalhos, foram conscienciosos comentadores da paisagem e dos motivos singelos e humildes: Luís António Xavier Geraldès, Adelaide Braamcamp, Visconde de Meneses, Manuel de Macedo, Francisco J. Rezende, T. J. Anunciação e Rafael Bordalo Pinheiro.

Silva Pôrto, nas trezentas e cinquenta telas de técnica segura que nos legou, revela-se bem o pintor-interpretador das fragráncias campesinas e dos costumes portugueses. Nos quadros *Ceifeiros* (Lumiar), *Conduzindo o rebanho* (região saloia), *Moinhos* (Barreiro), *Os carros* (Belas), *Na ceifa*, (Lumiar), *Barco de pesca* (Setúbal), *O salmejo* (Lumiar), *A nora* (Setúbal), *Barcos de sal* (Alcochete), *Na volta do mercado*, *Campino*, *Volta para a arrilana* e em tantos outros, há preciosos traços de verdade pictural e elementos vivos de etnografia da região da Estremadura.

Malhã foi um naturalista vigoroso e sadio que soube imprimir às suas telas a luminosidade do sol de Portugal — que é uma apoteose de ouro. Desbaratou talento na pintura de costumes, sendo os seus quadros uma aleluia de cambiantes, quasi sempre inundados pelo escaldão insistente do sol.

Na sua larga e valiosíssima obra, entre a qual se destacam as pinturas *A procissão*, *Chegando à ceifa*, *O viático*, *O barbeiro da aldeia*, *A volta da romaria*, *Os oleiros*, *A côr a roupa*, *Azeite novo*, *S. Martinho*, *O lado*, *Côcegas*, *Os bebados* e *Zé Pereira*, há cenas e episódios da cidade e do campo, estruturalmente portugueses, mostrando-se o pintor seguro intérprete dos motivos plebeus, da alma amorosa e lírica da nossa gente, sem mentir à humildade da sua condição.

Carlos Reis tem igualmente abordado com felicidade os grandes temas das cenas rústicas, demonstrando, nas suas predilecções, o enternecedor carinho que lhe merece o torrão pátrio. E' disso prova a sua vasta série: *A feira* (Museu de Arte Contemporânea), *Mercado*, *A saúde dos*

noivos, *Moleirinha de Pisões*... Raquel Ottolini, Abilio e Guilherme Felipe, mais audaciosos de interpretação, vêm escolhendo para motivos dos seus desenhos a praia da Nazaré.

Os aguarelistas Roque Gameiro, Alberto de Sousa, Martins Barata e Alfredo de Moraes têm tratado com verdade e primorosamente os tipos populares e as cenas mais graciosas da vida portuguesa. O estudo psicológico das classes humildes da nossa capital tem sido interpretado com mestria por Stuart Carvalhais.

No delicado sector da Plástica, devemos assinalar, além de Joaquim Machado de Castro, no século XVII, Faustino José Rodrigues e Barros Laborão, que modelaram na argila, destinados à ingénua graça dos presépios, não só toda a figuração imaginária da Natividade, como ainda tipos tradicionais e cenas populares de assuntos profanos, tais como: *locadores de sanfona e de gaita de foles*, *malança do porco*, *bailarinos*, *foliões tocando junto a mulheres que fritam peixe*, etc.

Como reminiscência daquela deliciosa tradição cristã, ainda hoje, nas povoações do Norte, a pequenada se entretém com o arranjo lóscio das *cascatas*, adornadas com alacres esculturazinhas de barro pintado, representando gente simplória e animais bíblicos, modelados por escultores rudes, aos quais apenas o instinto da raça guia as mãos indisciplinadas.

Merecem ser olhados com demorada atenção o presépio que pertenceu ao Mosteiro de S. Vicente, do da Igreja das Necessidades, o da Sé de Lisboa, o da Basílica da Estrêla e o dos Marquizes de Belas, integrado este último no Museu de Arte Antiga. São também curiosos vários grupos escultóricos, avulsos, de presépio, originários do Convento do Sacramento, da Madre de Deus e do Convento do Desagravo, todos pertencentes igualmente ao Museu das Janelas Verdes e ainda os provenientes dos mosteiros do Ralo e das Salésias, de tipo freirático.

Entre os escultores-barristas, deve destacar-se ainda José Joaquim Teixeira Lopes, pai do ilustre estatuário Teixeira Lopes (António), que modelou no barro uma galeria de expressivas figuras populares nortenhas.

A escola do sagaz comentador da vida portuguesa, Rafael Bordalo, com a dupla ciência de humorista do desenho e de ceramista, deu no género delicadíssimo de estatuetas miniaturais dois artistas com um raro conjunto técnico de aptidões plásticas: António Vitorino, em Coimbra, cujos produtos cheios de dinamismo e de originalidade nos motivos, são muitas

vezes inspirados da tradição e das cenas rurais — *campinos*, *condução de gado*, *pastores*, *aldeãos*... e Francisco Elias, nas Caldas da Rainha, com personalidade também muito acentuada, sabendo imprimir ao barro inerte tons de marfim velho e modelando delicadas cenas de costumes, muitas inspiradas nos quadros de Malhã.

Em nossos dias, têm enriquecido a literatura nacional com interessantes trabalhos sobre etnografia: Rocha Peixoto, J. Augusto Vieira, Alberto Pimentel, Júlio de Castilho, Gomes Pereira, Consiglieri Pedroso, M. Vieira Natividade, Pinto de Carvalho, Rui Serpa Pinto, Alfredo Mesquita, Adelino das Neves Melo, P. Fernandes Tomaz, Silva Picão, J. J. Nunes, D. Sebastião Pessanha, Ricardo Severo, A. Tomaz Pires, Manuel Monteiro, Vergílio Correia, Luiz Chaves, Cláudio Basto, Pedro Vitorino, Luiz Keil, J. Lopes Dias, Francisco Lage, Cardoso Marta, Mesquita de Figueiredo, Alfredo Guimaraes, Tude de Sousa, Celestino David, Pombinho Júnior, Abel Viana, Afonso do Paço, Santos Graça, Rocha Madahil, Alberto Soulo, Severo Portela, Armando



Aspecto parcial do Rossio, de Lisboa, onde ficava o Palácio da Inquisição (Azulejo — 1700)

Matos, Pires de Lima, Capela e Silva e outros. Devem destacar-se a erudita actividade e fecundo labor de J. Leite de Vasconcelos, venerado em todo o mundo culto e incontestavelmente a primeira autoridade no assunto, e ainda estes nomes que ressoam como bronze: Ramalho Ortigão, Sousa Viterbo, Teófilo Braga, Fialho de Almeida, Adolfo Coelho e Martins Sarmento.

Na era presente, uma onda de folclorismo exacerbado, arbitrário e mal compreendido, avassalou de Norte a Sul o território pátrio. Surgem, a propósito e a

Por GUILHERME FELGUEIRAS
(da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

despropósito de tudo, ranchos espúrios armados em cegadas truancescas, indumentados em arrebicadas estilizações revestidas, exibindo locafas e danças espectaculares, furtadas aos tabladros, onde as coristas passaram a ser *girls*. Deturpa-se a verdade nessas exibições obliteradas, sem beleza etnográfica. Adulteram-se os detalhes mais insignificantes de tudo o que define e caracteriza a maneira de ser da nossa gente.

Bom é que acalmem tais filúcias impetuosas, para que a etnografia não perca em graça e pitoresco, o que está ganhando em banalidade.

Entre as demonstrações folclóricas e culturais dignas de louvor, pelo arrojado e honestidade, devem destacar-se: o certame de *Arte Popular Portuguesa* realizado em 1936, no Secretariado de Propaganda, a exposição de *Trajes Regionais*, levada a cabo em Junho do mesmo ano, pela Associação Comercial de Lisboa, o *Cortejo Folclórico* promovido pela

Emissora Nacional, as dionisiacas *Festas Vendimárias*, as *Marchas Populares* nas Festas da Cidade, em 1935, e o concurso da *Aldeia mais Portuguesa*, ambas da iniciativa do Secretariado de Propaganda Nacional. Todas estas celebrações de beleza foram dum acendrado lusitanismo, como manifestações de renascimento tradicionalista, procurando despertar no sentimento popular, admiração e orgulho pelas cousas elevadas e distintas da nossa terra.

Nesta estreita faixa rectangular que orla o extremo ocidental da Ibéria, é a

provincia estremenha — pelas infiltrações da estonteante e tentacular vibração da capital — precisamente aquela em que o abastardamento do tesouro folclórico corre maiores perigos. Não sendo esta zona a mais opulenta em hábitos graciosos e populares, tem no entanto ainda originalidade, cor e expressão próprias. Senão vejamos:

Como pais de marinheiros, dos galeões e caravelas das conquistas, dê-se a primazia à orla marítima, povoada desde

a extravagância aberrante do seu extinto colorista, nas flores, nos peixes e nos barcos com que é cercada a Virgem.

Curiosas ainda as *palholas* babujadas pelo mar, dos pescadores da Caparica, construídas de bunho, estormo e caniço, tão intimamente entretecidas que por elles se não cõa gota de água ou frecha de luz; os *palheiros*, ou barraças de madeira, dos marilimos de Vieira de Leiria, utilizados para habitações, depósito e salga da sardinha.

Desperlam também interêsse os obscuros louceiros de Sobreiro de Mafra,romeiros impenitentes de tôdas as feiras estremenhas. Expõem nas mesmas, um vasilhame tõsco, pintalgado a verde e branco melado, desde o pote e a bilha de dois bojos até às grotescas vasilhas de recorte ingenuo, umas de feitios antropomórficos, outras figurando cavalos e suínos inverosímeis.

Estes oleiros, a pesar de possuírem noções grosseiras de manipulação, conse-



Costumes antigos de Portugal — Merendando — 1810 (Desenho de L'Evêque)

Setúbal a Vieira de Leiria por esses heróis dos naufrágios, simples e laboriosos.

A flotilha empregada na cabotagem e na pesca é cheia de piloresco, desde os *batéis* da Caparica, de proas arrogantes e grandes olhos pintados no costado, até às *muletas* do Barreiro e Seixal; às *fragatas* e canoas da *picada*, do Tejo; às *focinheiras de porco* da Ericeira; aos meios barcos da Nazaré e às *lanchas* de Vila Franca, decoradas bizarramente com cores gritantes e desenhos grotescos, em que não raro ressaltam as predilecções tauromáquicas dos naturais. De Alhandra para montante do curso do Tejo, aparecem, por alluras do estio, as *saveiras* de pontas erguidas das águas e fundo achatado, barçaças essas utilizadas na pesca do sável.

O crítico francês A. l'Serstevens é de opinião que só na Malásia ou nas Indias, será fácil encontrar equivalentes aos nossos barcos de pequeno calado.

!Cheios de ingenuidade os registos imagéticos pintalgados pelo povo da Nazaré! Num fundo de papel prateado, surge tôda

No antigo convento de franciscanas de Jesus, em Setúbal, fabricaram-se outrora delicadas rendas de bilros, de alada fantasia. Hoje, são reputadas as *rendas de Peniche*, leves como o espreguiçar duma onda, que os dedos ágeis das raparigas tecem, prêsas a uma abençoada rolina e inspiradas pelo sentimentalismo português.

Voltando-nos para a indústria do sal, há que notar a vida curiosa dos *marnotos* das marinhas do Tejo e Sado e as alfaias por elles utilizadas, desde os *uga-lhos* ou compridos varredoiros, até às fôrmas de madeira com que ornamentam os *pãizinhos de sal*, representando os mais heterogêneos molivos: albarradas, crustáceos, moínhos, flores estilizadas, etc. A vida e dissonante dialéctica local dos salineiros alcochetanos foi já posta em realce por Vergílio Correia quando, na *Etnografia Artística*, se refere às descargas do carvão, nas fragatas que acostam os cois lisboetas, em que aquêles infaligáveis trabalhadores, bem musculados e de tez moreno, *trocam a alvura das cestas das salinas, pela poeira da hulha*.

guem conciliar, nos seus anacronismos de barro, a parte utilitária com a artística.

As plangências das guitarras e, sobretudo, a trovoadra truculenta dos *rumbas*, *sambas* e outras profanações de sabor negróide — vírus perniciosos sincronizados com imperlinência, são bem menos harmoniosos que os descantes de músicas fáceis, do nosso povo amável. Segundo os comentários autorizados do arguto investigador Armando Leça, após as suas vagabundagens espirituais de resgate pelo país, a Estremadura é uma provincia com expressões musicais pouco típicas. Apenas nas circunvizinhanças das lezírias ribatejanas se observam *bailaricos* e os remechidos *landangos*, cheios de dinamismo, que tanto delicia os campinos e gente de borda de água. O fandango requere muita desenvoltura e agilidade. O tronco, parado, não dança e só as pernas e os pés, ágeis como fusos, não param num bailar e sapatear irrequietos.

Nos arredores de Leiria, recolheu o musicógrafo caminheiro Armando Leça,

várias melodias populares e cancioneiros, alguns inéditos: *Olha a laranjinha*, *Margarida moleira*, *S. João Alferes-mór*, *Verdegão e Lavrador da Arada*. Em Turquel, registou modinhas de gaita de foles, fandangos com letra, bailaricos, modas de roda e do lar; em Nazaré, os típicos *Viras* daquela praia e em Lourinhã, modas de roda e fandangos.

Quando, no acampamento da *Mocidade Portuguesa*, em Palhavã, foi feito pelos pequenos camisas verdes um recital folclórico, a assistência aplaudiu os cantares *Cavaco do rio*, *Rema*, *Zinipine*, *Balancé* e outros, apresentados pelo brioso grupo da Estremadura.

Os pregões cantados dos vendilhões ambulantes são outras tantas notas de poesia do burgo lisboês. A varina — ritmo de onda e de asa — de chapelhinho circular para o equilíbrio da canastra, saía listrada arregueifada na cinta, chale cingindo-lhe as ancas e chinellinha ponteguda brincando no bico do pé, lança o seu pregão estridulo na faina da venda, correndo desenvolta com a ligeireza quasi alada duma ave marinha.

Os cegos músicos, rapsodistas das canções nativas, cantam num trio de melancolia e de miséria, emfim, toda essa colmeia humana, saída do grande anonimato das multidões, que moureja e labuta para viver.

As *marchas festivas* que o povo organiza no mês de Junho, nos bairros excêntricos da cidade, fazendo rondas em homenagem aos Santos populares, são expansões sinceras de alegria, pretextos para folgar e pôr à prova os pergaminhos bairristas. Nessas noites de vigília, canta-se e baila-se, estoiram bombas, foguetes escarafuncham os ares, berram apitos e cornetas de barro. Há festões e balões coloridos, arcos enfeitados, manjericos, cravos de papel com redondilhas de métrica obscura, bailados, estridulações simplistas clangorejadas por fanfarras de *cavalinho*, alvoroços de mocidade e de estúrdia, júbilo nos corações. As *fogueiras*, espalhando clarões rubrilouros e bailantes, são reminiscências de mitos primitivos em que, inconscientemente, se celebra, sob um aspecto nimbado de catolicismo, a luta do verão e do inverno, da luz e das trevas.

As feiras tradicionais de Santa Brígida, no Lumiar; da Luz, em Carnide; de Selúbal; da Cova da Piedade; do Espírito Santo, em Sacavém; da Azeira e Venda do Pinheiro, em Mafra; do Sobral de Mont'Agração; de S. Bartolomeu da Charneca; da A dos Negros, em Obidos e quantas e quantas mais, não devendo ficar sem referência a das Mercês, curiosa com o seu *muro do derrete*, onde os namorados, indiferentes ao borborinho da romaria, se delêm em conversas idílicas que, não raro, terminam entre bênçãos, numa ermíndia saloia.

As ingénuas lendas do Salvador de Lisboa, descoberto por um cavaleiro num

altar de cera, fabricado miraculosamente pelas abelhas; a Senhora da Atalaia, que apareceu em cima duma aroeira e tantas outras cheias de graça singular, entre as quais avulta a da Senhora da Nazaré, lam conhecida que por demais seria recontá-la aqui. Todos os anos é recordado, com toda a unção e candura primitivas, o milagre que a Virgem fez a D. Fuas Roupinho.

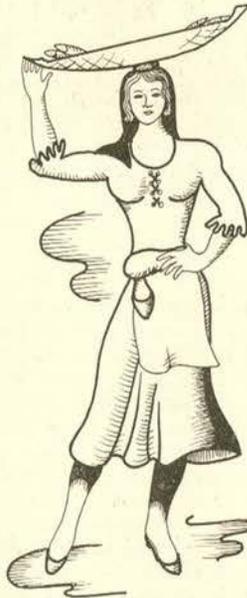
Entre uma das últimas cerimónias simbólicas de ressaibo pagão, figura o *entêrro do bacalhau*, que todos os anos leva a Loures grupo numeroso de festeiros entusiasmados.

A festa da Senhora dos Remédios, em Peniche, é tradicional e religiosamente conservada, desde tempos imemoráveis. Efectua-se no terceiro domingo de Outubro, dia dos três *círios*: do Moledo, da Serra de El-Rei e de Reguengo Pequeno. Cada cirio, composto de grande séquito, marcha processionalmente com o seu estandarte e gaita de foles, vestes próprias e prolongada fila de carros.

Durante a Páscoa, em Lisboa, não cheira a funcho e a espadanas, como nas províncias, mas nas cercanias dos templos vendem-se ramilhetes de rosmaninho e os ritualistas mantêm o hábito da visita às sete igrejas.

Mas não é possível nos limites muralhados de um único artigo evocar todos os usos, tradições e costumes da nossa gente, descrever tudo o que ela mantém, a embelezar-lhe e a alegrar-lhe a vida. Quantas coisas maravilhosas e dignas de interesse haveria ainda a referir!

A multiplicidade de modelos em que é fértil a imaginativa dos cesteiros da Es-



Peixeira

tremadura — o poceiro das vindimas torrejadas, o cabaz moranguero de Sintra, o cesto burriqueiro estrangulado na parte média, em jeito de cintura delicada, da região de Colares... No que toca a gastronomia, merecem citação o queijinho saloio, de ovelha, e as guloseimas

tradicionais: a marmelada e doçaria conventual de Odivelas, a alfêloa, as cavaças das Caldas, os pastéis de nata de Belém, os palitos de Oeiras, os pastéis de feijão de Torres Vedras e as queijadilhas de Sintra.

No capítulo da indumentária popular, não podem ficar esquecidos os trajos de servir o mar dos nossos pescadores, tam lípicos na sua solurna modéstia, sobretudo os da Nazaré: camisa de castorina enxadrezada, carapuça negra, os pés nus e as pernas defendidas por ceroulas listradas, presas no tornozelo; os lenços vistosos das mulheres de Alcobaça; os trajos dos campinos, desses alegres *beduinos nômadas*, cheirando a gado e a feno das lezírias e que enterram até às orelhas, barreles de felpa, flamantes no garridismo das côres; a louçania das vestimentas de chitas claras, das solioias de Loures, das lavadeiras de Caneças, que conservam umas e outras, no amorenado da pele, vestígios fortes de alma sarracena.

Mas se, entre osromeiros da Beleza mais circunspectos, alguns houver que se não alvorocem espiritualmente com o resfolegar dum harmónio, com a graça e o donaire duma corrida à vara larga e com outras manifestações da personalidade, da alegria e destreza do povo, tem ainda a província estremenha encantos de sobra para os espiritos mais exigentes, de nobre cultura e apurada sensibilidade. Ela marca a sua importância e autonomia pela valia das obras de arte, pelas tradições da história, pelo carácter dos habitantes, pela indústria caseira, onde há pequenas maravilhas de renda, de olaria, de cestaria... pelo clima, pela paisagem, por tudo, emfim, que torna Portugal uma terra prometida e abençoada.

Tanto o distrito de Lisboa, como os de Selúbal, Santarém e Leiria, a-pesar das vicissitudes do tempo, da indiferença das gerações e das devastações naturais que o progresso impõe, conservam graciosas reliquias do passado artístico-arqueológico. Não escasseiam monumentos arquitectónicos, religiosos e civis, cheios de interesse.

Entre as savorosas atracções de Lisboa, são conhecidos e apreciados os bairros mouriscos de Mouraria e Alfama, anteriores à reconquista. Neste último, erguem-se ainda típicas casas quhentalistas (*Largo do Menino de Deus*) e do século XVI (*Rua dos Cegos*), com fachada de ressaltos em vários planos. Persistem ainda bécos, vielas, azinhagas e boqueirões, de tortuosa topografia e adorável nomenclatura: *Calçada dos Barbadinhos*, *Cunhal das Bolas*, *Bêco do Alegrete*, *Azinhaga do Asno*, *Travessa do Fala-Só*, *Rua dos Algibeles*, *Travessa das Baldracas*, *Bêco do Almocreve*, *Rua das Atafonas*, *Travessa do Tronco*... Muitos são evocadores do nosso temperamento de nautas aventureiros: *Boqueirão da Galé*, *Cais das Galeotas*, *Remolares*, *Bêco do Gaspar das Náus*...

Algumas das ruelas alfacinhas são pretexto para rememorações bafejadas de heroísmo. Descobre-se ancianidade e beleza num ou outro arco ou portal brasnado, umbral ou frontaria, e surpreen-

demos, nos velustos recantos, cheios de recordações, um pouco dos seus passados de amores e de tragédias... O pitoresco pátio do *Carrasco* em cujo interior teatral e sombrio há pormenores do século XVII; o pátio das *Damas*, à Ajuda, onde outrora desovelaram confidências as aias de D. Maria I e das princesas Maria Benedita e Carlota Joaquina; o pátio do *Chão Salgado*, em Belém, onde foi justificado o Duque de Aveiro...

A legendária *Feira da Ladra*, uma das tradições mais obstinadas dos mercados portugueses, prossegue ainda no seu caricatural comércio de trastes velhos, num cenário de miséria e pitoresco, da velha Alfama. Passou dos *in-folios* valiosos, das bugigangas tentadoras e objectos raros, que causavam a delícia dos coleccionadores, para a exploração do trapo e do lixo.

As obras primas da arquitectura, durante as épocas de mais esplendor da nossa civilização artística, são inúmeras: a *Sé Patriarcal*, que vai sendo carinhosamente reconduzida à sua traça primitiva; os *Jerónimos*, a igreja conventual que soleniza a nossa epopeia marítima; a *Torre de Belém*, um dos mais equilibrados espécimes arquitectónicos do século XVI; a *Basilica da Estrela*; o *Aqueduto das Aguas Livres*, belo trabalho empreendido durante o reinado de D. João V; a *Basilica de Mafra*, monumento de pedra dum grandioso surpreendente, começada a construir em 1717; o *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca*, abadia cisterciense, onde se encontram os túmulos medievais de D. Pedro I e D. Inês de Castro e tantas outras, que inútil será citar, por sobejamente conhecidas.

No entanto, nota-se que a arquitectura civil é bastante menos opulenta em expressão solarenga, nesta provincia, do que nas de Entre-Douro-e-Minho, onde os estremes do sismo setecentista não foram de apavorar. Nota-se, no entanto, uma bellissima representação em vivendas e solares que citaremos desordenadamente, entre os de maior esbelteza de linhas: o *palácio de Belém*, construído em 1700; o das *Necessidades*, mandado edificar por D. João V; o da *Ajuda*, de uma arquitectura severa; os *palacetes dos Condes de Rezende e dos Condes de Avintes*, a Santa Clara; o da *Mitra*, outrora residência dos arcebispos de Lisboa; a *casal-solar dos Galvão Mexia*, no Campo 28 de Maio; o *palácio dos Condes das Galveias*, no Campo Pequeno; o de *Palhavã*, antiga residência dos infantes, filhos naturais de D. João V; o *palácio dos Condes de Almada*; a antiga *casa de Diogo de Mendonça*, no sítio da Junqueira; a dos *Marqueses de Fronteira*, em S. Domingos de Bemfica; a do *Conde de Carnide*; o antigo *palácio de Queluz*, construído no século XVIII; o do *Marquês de Pombal*, em Oeiras, com fachadas em puro estilo D. João V; o *palácio do Duque*, em Selúbal, construção do século XV.

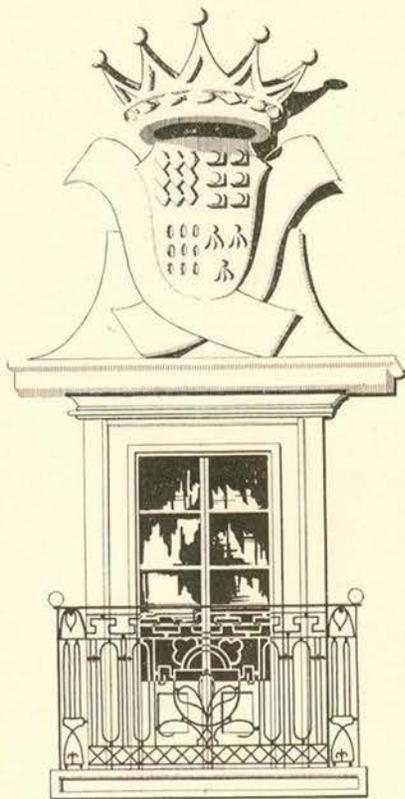
Mas não ficamos por aqui!

Em Sintra, ergue-se, topefando as alturas, o *Palácio Nacional da Pena*, e pode visitar-se, na vila, o antigo *Paço Real* com

suas colossais chaminés, compondo-se numa hábil combinação de estilos, de construções mouriscas, medievais, Renascença e da época manuelina. E, nas regiões arrabaldinas, a *Casa de Ribafria* e a *Casa do Capitão-Mór*, datando ambas do século XVI.

Entre as habitações nobres e quintas de recreio de certa magnificência, merecem registo:—a *dos Pisões*, a de *Seiteais*, a do *Barão da Regaleira*, a de *Penha Verde* e a de *Monserrete*.

A contrastar com as formas estruturais insolentes de muitos prédios de cimento armado, que, em certos bairros, ferem a unidade do ritmo construtivo, nota-se a



Janela brasonada

esbelta urdidura de portais armoriados, de velustas moradas nobres e casas monásticas. Entre muitos outros:—a porta, em estilo barroco, do século XVII, do *Palácio dos Condes da Figueira*; o portal de ordem dórica do *Palácio dos Condes de Belmonte*; a porta do *Palácio da Bemposta*, setecentista, sustentando o escudo de armas da Rainha D. Catarina de Bragança, e ainda as portadas nobres dos *palácios dos Condes de Alvor*, de *Linhares*, de *Obidos*; dos *Marqueses de Lavradio*, de *Alegrete* e de *Louriçal*; do *Arcebispo D. Miguel de Castro*; do *Salvador*; de *Palhavã*; do *Poço Novo*; da *Rosa*; do *Machadinho*...

Além destes, ilustram Lisboa inúmeros portais, não armoriados, mas de calivante beleza arquitectónica, tais como: o românico da *Sé Catedral*; o setecentista, do templo do *Menino de Deus*; a porta lateral da *Igreja de Santa Maria*; a portada da *Igreja da Conceição Velha* e o

portal da *Igreja do Carmo*, em que se revela o estilo gótico.

Representam ainda deleite para os olhos e para o espirito, como reminiscências de períodos transcorridos: os galeões lavrados na brancura do calcáreo, com os simbólicos corvos proclamando, nos cunhais dos prédios, a fundação vicentina; os quadrantes solares de que restam exemplares curiosos. Em Lisboa, por exemplo, no claustro do antigo *Convento dos Capuchos*, e, em Alenquer, num ângulo do claustro do *Mosteiro de franciscanos*. Este último relógio de sol foi oferecido à comunidade religiosa, no século XVI, por Damião de Góis.

Na região estremenha, perfilam os fustes, atestando a antiga autonomia dos nossos municípios, alguns *pelourinhos*, curiosos pelo mérito arquitectural das suas linhas. São dignos de atenção, além do de Lisboa (*Largo do Município*) os de Colares, Oeiras, Povos, Maiorga, Cela, Ericeira, Aljubarrota e Obidos, êste do tempo de D. João II, e, ao Sul do Tejo, os de Palmela, Azeilão, Sezimbra e Setúbal.

No evoluir dos tempos, alguns vândalos facciosos destruíram muitos dêles, supondo que êstes padrões simbólicos recordavam épocas de tirania e pouca humanização das leis. Assim desapareceram, ou ficaram mutilados, entre outros, os de Sintra, Aldeia Galega da Merceana, Vila Franca de Xira, Alhandra, Mafra e Alvorinhal.

Ainda em terras da Estremadura se descortinam, altaneiros, diversos *castelos* cheios de beleza, atestando o espirito bélico dos nossos antepassados. Todos têm o seu romance, como asseverou um cronista distinto, e a cada uma das suas torres desmanteladas ou barbacãs decrépitas, ficou presa a teia subtil de uma lenda.

Acima de todos, está o de *S. Jorge*, dominando Lisboa, onde os romanos viveram a altiva existência dos conquistadores. Curiosos ainda o de *Sezimbra*, o de *Almada*, fronteiro a Lisboa; o antigo castelo mourisco que corôa a *Serra de Palmela*; o de *Tôres Vedras*, hoje em ruínas, e o de *Obidos*, com seus pergaminhos heróicos dum passado que o ennobrece.

A contrastar com a famosa e humilde *Bica dos Olhos*, na rua da *Boa Vista*, erguem-se, em Lisboa e subúrbios, elegantes monumentos fontenários. Basta atentar nos chafarizes setecentistas do *Largo da Esperança* e da antiga *rua Formosa*; d'*El-Rei*, no *Terreiro do Trigo* e no do *Largo das Necessidades*, século XVIII, em estilo joanino. Entre *Odivelas* e *Póvoa de Santo Adrião*, ergue-se o lendário chafariz do *Senhor Roubado*; em Atouguia da Baleia, a antiga *fonte de Nossa Senhora da Conceição*, e *Tôres Vedras* possui a histórica *Fonte dos Canos*, de belo ressaibo gótico, mandada construir em 1561 pela infanta D. Maria.

Ainda entre os fontenários elegantes, merece registo o antigo *repucho de Sintra*, constituído por uma coluna torcida encimada por um conjunto de folhas estilizadas e que muitos, erradamente, supõem tenha sido um pelourinho.

Cheios de recolhimento e de religiosidade, notam-se ainda restos de antigos mosteiros, onde por vezes há que admirar, nos seus detalhes arquitectónicos e, sobretudo, nas preciosidades cerâmicas. Lisboa foi rica de comunidades e só a capital e arredores contavam para cima de oitenta conventos. Muitos foram transformados e adulterados, para se acomodarem às novas instalações, perdendo o antigo carácter. Entre muitos outros, encerram ainda vestígios preciosos da pericia dos nossos meritos azulejadores antigos, os: de *Jesus*; da *Madre de Deus*; da *Boa Vista* e dos *Congregados de S. Filipe Nery*, junto ao Palácio das Necessidades.

Nos arredores de Lisboa, o número não é inferior. Assim, Tórres Vedras possui o de *Nossa Senhora da Graça*, fundado em 1266; o de *Santo António*, na freguesia de S. Pedro; o de *Nossa Senhora dos Anjos*, fundado em 1570, pela infanta D. Maria. Setúbal orgulha-se com o *Convento de Jesus*, antigo recato de freiras capuchas e, na Serra da Arrábida, com o antigo *mosteiro de capuchos franciscanos*, fundado em 1522.

E quantos mais ainda: o de *Odivelas*, fundado em 1305, por D. Deniz; o de *frades franciscanos*, em Alenquer; o de *Chernais*, nos arredores de Merceana, fundado em 1600; o da *Carnota*; o de *S. Miguel das Gaeiras* em Obidos, que data dos fins do século XVI e pertencia aos franciscanos arrábidos...

Lisboa, em todos os tempos, ostentou a primazia no ramo de trabalho tipicamente nacional, da *produção e decoração cerâmica*, o que levou o erudito Jacquart a classificar o nosso país como sendo de algum modo o novo mundo dessa interessante expressão artística.

Os debuchadores de silhares de azulejos, entre os séculos XVI e XVIII, produziram obras admiráveis de gracilidade e frescura, tanto no género tapête policromo como em cenas mitológicas, bíblicas, bucólicas e alegóricas: caçadas, reuniões campestres, jogos, batalhas, regatas, etc. Desde o painel religioso, até ao chamado azulejo de *figura ovulsa*, abundam por toda a província, decorando interior ou exteriormente templos e casas solarengas, inúmeras obras dos azulejistas lisboenses Francisco de Matos, António de Oliveira Bernardes, pai e filho, Francisco Ferreira de Araújo, Policarpo de Oliveira, Inácio de Oliveira e de muitos outros. Deve-se ao primeiro destes ceramistas os célebres panéis do *Palácio da Bacalhôa*, em estilo *renascimento italiano*, que remontam a 1565, merecendo reparo sobretudo aquêl que em tam senhorial vivenda guarnece a Casa das Águas, designado *Suzana no banho*. Em Sintra, no *Palácio da Pena*, abundam azulejos de alto relevo, esmaltados e coloridos, de épocas remotas, muitos de influência mudégar, outros com características do hispano-árabe.

Dignos igualmente de destaque, a formosíssima vista panorâmica de Lisboa, obra cerâmica dos fins do século XVII, que se conserva no Museu de Arte An-

liga, para onde foi removida do *palácio dos Marqueses de Ferreira*, na rua de S. Tiago; os painéis datados de 1691 e assinados por Garcia Ramires, que revestem as paredes do *Convento dos franciscanos* e ainda os azulejos do século XVIII, da autoria de Manuel Borges, que enriquecem a *igreja de Santos*. Muitos dos azulejos são documentos etnográficos e iconográficos de alíssimo valor para a reconstituição da vida de uma época. Para fazer ressaltar os episódios do motivo central, em que aparecem personagens, os painéis são muitas vezes emoldurados por festões e grinaldas de flores e frutos, ao gosto do Renascimento.

Segundo autorizados ceramógrafos, o palácio da Bacalhôa é um museu. Vêem-se aí medalhões no estilo *Lucca della Robbia*, sendo de presumir que muitos dêles provenham das oficinas da Escola Cerâmica, que os monges de Palmela fundaram e que foi frequentada pela mais alta aristocracia do tempo.

Dispersos por todos os recantos, existem numerosos azulejos de *molivo solto* com as mais extravagantes fantasias decorativas. Encontram-se, por exemplo, na *capela de S. Roque*, em Loures; no *Senhor Roubado*; em *Santo António dos Capuchos*; na *Igreja Matriz de Alcochete* e num elevado número de prédios da velha Lisboa.

Um dos encantos da capital e povoações suburbanas está na dispersão de *registos de azulejos*, encimando as portas de entrada, tanto nas moradias de ar humilde, como nas de ar heráldico e sumptuoso. Há-os policromados ou estereolipando a azul, no branco da faiança, imagens revelando as predilecções religiosas dos antigos proprietários das vivendas.

Muitos reproduzem cenas religiosas: *Cristo Crucificado*, *Canonização da Virgem*... outros são consagrados ao *Flores Sanctorum*: *S. Jerónimo*, *S. António*, *S. Martinho*, *Nossa Senhora da Penha*, *Nossa Senhora da Nazaré* e, com mais dispersão, *S. Marçal*, como santo a quem se confiava a protecção dos prédios contra os incêndios.

Entre os registos datados, podemos recolher os seguintes: *rua Castelo Picão* (1737); *rua dos Remédios* (1749 e 1850); *rua dos Cegos* (1754); *calçada dos Barbadinhos* (1755); *escadinhas dos Remédios* e *rua dos Anjos* (1757); *bêco do Belo* (1758); *Arco Escuro* (1764); *Outeirinho do Mirante* (1794 e 1797); *rua do Vale de Santo António* (1801) e *rua das Parreiras* (1807).

Embora sem data, são da mesma forma curiosíssimos, os da *rua das Amoreiras*, da *travessa da Queimada*, da *rua Marechal Saldanha*, da *rua da Atalaia*; da *rua da Barroca*; da *rua do Convento da Encarnação*; da *rua das Lages*; da *rua de S. Ciro*; da *calçada Conde Pombeiro*; da *rua de Santa Bárbara*; da *rua do Sol*, à *Graça*; dos *bêcos da Cardoso e das Cruzes*; da *rua da Costa*; da *rua do Guarda-mór*; da *rua da Galé*; da *travessa do Olival*; da *Calçada de S. João da Praça*; da *travessa da Torrinha*; da *rua de S. Pedro*; da *rua do Mirante*; da *rua*

do *Carrião*; da *rua da Cruz da Carneira*; do *largo de S. Rafael*; da *rua da Bela Vista*; da *rua Penha de França*; da *rua Luz Soriano* e da *rua João Braz*, êste último com uma legenda deliciosa, na sua incorrecção gráfica: *«N. S. da Piedade da Xogas»*.

Nos limites arrabaldinos de Lisboa, notam-se com profusão retábulos de azulejos, adornando exteriormente as moradias dos séculos XVIII e princípios do século XIX. Podem admirar-se ainda, em Carnide: no *largo da Praça* e ruas do *Norte* e *Neves Costa*. Na *Estrada de Bemfica* encontram-se também prédios decorados com a graça voliva dos registos de santos.

Quasi não há, na Estremadura, vivenda, templo, solar ou quinta de recreio, seiscentista ou setecentista, que não possua admiráveis espécimes de azulejos decorativos. Desordenadamente citaremos, entre os mais notáveis e valiosos:

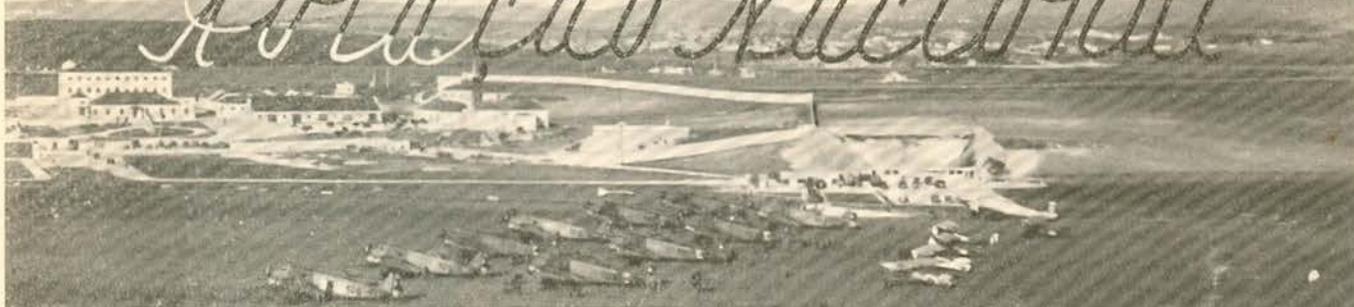
Os que, no *Palácio dos Condes de Almada*, existem alusivos à aclamação de El-Rei D. João IV e a episódios da revolução de 1640; os do antigo *Convento da Trindade*, figurando a tomada de Arzila; os que revestem os claustros de *S. Vicente de Fóra*, com as moralistas fábulas de Lafontaine; os da *Igreja do Menino de Deus*, no bairro de Alfama; os do antigo *palácio dos Marqueses de Ponte do Lima*, no largo de D. Rosa; os de *S. Roque*, do século XVI, assinados e datados; os do *Palácio* que foi dos *Condes de S. Lourenço*, em Belém, com azulejos policromos seiscentistas; os da *capela de Nossa Senhora da Vida*, na *Igreja de Santo André*; os do átrio da *Ermita de Santo Amaro*, em estilo renascença; os da antiga sacristia da *Igreja da Graça*; os do claustro do *Convento das Trinas do Mocambo*... e tantos e tantos outros, devendo salientar-se, pelo seu pitoresco, os silhares de azulejos que se encontram numa vivenda da *rua de S. Boaventura*, a que José Queiroz faz referência, no volume *As Olarias do Monte Sinay*. Representa um peralta muito correcto no seu trajar, de espadim ao lado, o bastão alto, o tricórnio na mão, com as seguintes frases imperativas, escritas para os que chegam a visitar os moradores: *Quem procura vossemecê? — Espere que eu chamo — Entre*.

Fora da capital, não é inferior o número de retábulos, painéis, festões, silhares, sôbre-vergas e arquivadas em cerâmica, que embelezam as construções de outras eras, merecendo registo especial: os azulejos que enriquecem o *Palácio Fronteira*, nas faldas da Serra de Monsanto, representando retratos equestres, curiosos combates e personificações mitológicas; os do arruinado *Palácio dos Chavões*, entre Santana e Carlaxo, com episódios da vida militar dos Condes de Nabão e Marqueses de Niza; os da *Quinta de Santo António de Codrreira*, em Turcifal; os que revestem um dos lagos do *Palácio de Queluz*, nos quais perpassam cenas curiosas do século XVIII; os que rodeiam

(Continua na página 42).

A ESTREMADURA

Bêrço da Aviação Nacional



Apontamentos sôbre os primeiros elementos de propaganda e organização aeronáutica e sua actividade presente



A Estremadura, pela sua configuração e, ainda, pelo muito que representa quanto à defesa da Capital, possui, além de determinadas obras de carácter estratégico, vários campos de aviação, uns com fins militares, outros apenas destinados a instrução de pilotagem.

Pode dizer-se que, oficialmente, a aviação em Portugal nasceu na Estremadura, pois, em 1 de Outubro de 1916, começou a funcionar, em Vila Nova da Raíña, o primeiro curso de pilotos-aviadores militares.

Dêle fizeram parte: capitão Ramires, tenentes João Luiz de Moura, Luiz da Cunha e Almeida, Olímpio Chaves, Duvale Portugal e António da Cunha e Almeida; alferes Paiva Simões, Pinheiro Correia, Pereira Gomes, Correia de Matos, Jorge Gorgulho, Rosário Gonçalves, Sarmiento de Beires, Castro e Silva, Alfredo Guimarães, e, posteriormente, os oficiais de Marinha Azevedo de Vasconcelos, Ferreira Rosado e Trindade.

Já antes, porém, em 1913, principiara a propaganda da Aviação na Amadora. Foi o Dr. José Pontes, com José dos Santos Matos e António Rodrigues Correia, êstes últimos proprietários dos «Recreios Desportivos da Amadora», que, com a colaboração da Imprensa da Capital e a pedido do «Aero Clube de Portugal», principiaram essa propaganda com um concurso de papagaios, nos terrenos que depois haviam de servir para aêródromo local.

Com a colaboração do «Aero Clube de Por-

tugal», realizou-se, a seguir, o concurso de balões-pilotos, lançados no «rink» de patinagem dos Recreios Desportivos e dos quais 6 atingiram a França e 18 a Espanha.

Em Abril do mesmo ano, o aviador francês Sallés, a convite daqueles organizadores, esteve na Amadora com o seu pequeno aparelho de 50 cavalos, que se partiu ao aterrar. Reparado na Fábrica Santos Matos & C.^a, o avião foi baptizado com o nome de «Amadora». Pode dizer-se, pois, que a Amadora foi o bêrço da aviação popular em Portugal, tal como Vila Nova da Raíña o fôra para a Aeronáutica militar.

Em 1917, estiveram na Amadora 50.000 pessoas, que assistiram à maior festa de aviação até então realizada em Portugal: lançamento de 1.200 balões-pilotos e aterragem dos saúdosos aviadores Caseiro e Sacadura Cabral. A essa festa assistiram o Presidente da República, membros do Governo e demais entidades oficiais. Só depois é que se organizou, na Amadora, a primeira unidade de aviação militar do nosso País: o «Grupo de Esquadrilhas de Aviação «República»». De então para cá, a aeronáutica militar entrou na fase pròpriamente dita de desenvolvimento.

Hoje, a Província da Estremadura possui os seguintes campos de aviação: bases de Sintra e da Ota; Amadora e Santa Cruz; o centro de vôo pairado no Algueirão; as bases aero-navais de Cabo Ruivo, civil, e do Montijo, em construção, para onde passará o Centro do Bom Sucesso. A base de

Sintra, com o seu grupo de instrução — Escola Prática de Aeronáutica — constitui o nosso centro de formação de pilotos militares.

Aquela pista serve, também, para instrução dos alunos da Escola de Pilotagem do Aero Clube de Portugal e desempenha, ainda, e até à conclusão do aeroporto da Portela de Sacavém, o papel de aeródromo internacional, para os aviões das carreiras do Norte da Europa e da América do Sul. Ultimamente, passou por grandes beneficiações, tanto na parte militar como civil: construção de «hangars», alargamento da pista, apetrechamento para iluminação e protecção à navegação, etc. Nas suas proximidades, no Algueirão, está a ser construído o centro de aviação sem motor, organizado pela «Mocidade Portuguesa» e pelo «Aero Clube de Portugal».

A unidade militar que estava instalada na Amadora foi extinta e integrada na base de Tanços. Não se sabe, ainda, se aquela pista acabará, na pior das hipóteses, ou se para lá irá o Centro de Formação e Treino de Pilotos, ou uma unidade de caça.

O campo podia ainda ser aproveitado para sede do comando geral da Aeronáutica Militar. A verificar-se a pior hipótese, há que lamentar a extinção da pista, pois a sua proximidade de Lisboa e as condições materiais que reúne, a mais importante das quais é não alagar no inverno, aconselham o seu aproveitamento.

Classificado como campo de recurso, temos o de Santa Cruz, que os pilotos militares utilizam, freqüentemente, em provas de triângulos. Não tem «hangars». Resume-se ao terreno, com as marcas respectivas a delimitá-lo. Porém, a sua referenciação é fácil.

Portas adentro de Lisboa, temos, apenas, o Centro de Aviação Naval do Bom Sucesso, que, pelas suas acanhadas dimensões, vai ser extinto,

para reaparecer na base do Montijo, logo que esta esteja construída. Para isso, fizeram-se já as necessárias apropriações de terrenos.

Os trabalhos de construção do aeroporto da Portela de Sacavém vão já muito adiantados, quanto à parte relativa à pista. Procedeu-se já à adjudicação das respectivas terraplanagens. Muito próximo da capital, o futuro aeroporto desempenhará função importante nas nossas relações aeronáuticas. A sua construção impunha-se.

Lisboa, pela sua

posição geográfica, conquistará o título de aeroporto terminal da Europa. Tornava-se, portanto, necessário apetrechá-la com os elementos indispensáveis para corresponder a essa designação. O aeroporto de Lisboa tem de satisfazer a esse fim, facultando aos aviões transatlânticos todas as garantias de que eles necessitam, principalmente na parte respeitante a raixas de aterragem. Os grandes transportes aéreos, destinados às ligações transoceânicas, exigem superfícies de rolagem bem

extensas, onde a manobria possa ser executada com toda a segurança, de dia, de noite, e com chuva, sem a preocupação de economizar cem ou duzentos metros, porque a pista é reduzida.

Essa preocupação do piloto poderá concorrer para uma aterragem curta, muitas vezes com consequências graves, principalmente no caso das grandes aeronaves comerciais. Daí a importância que os outros países têm dado à construção de aeroportos. As pistas de Tempelhof (Berlim) e Bourget (Paris), que ofereciam condições aceitáveis, foram, a-pesar disso, submetidas a um vasto plano de alargamento, que implicou despesas fabulosas.

No II Congresso de Transportes Aéreos, efectuado em Paris, há três anos, um técnico de reconhecida competência, M. Urbain Cassan, ao tratar das infraestruturas, determinou assim as dimensões mínimas dos terrenos de aviação: «Os comprimentos das direcções de aterragem não devem ser inferiores a 800 metros, para os terrenos de turismo; 1.200 metros, para os aeródromos comerciais a utilizar por aviões médios (cidades de média importância); e 2.000 metros, para os grandes aeroportos, destinados a aviões de elevada tonelagem, de dia, de noite e com todo o tempo». As estas últimas dimensões, deverá obedecer o aeroporto de Lisboa, como testa das linhas transoceânicas.

Além da sua função como aeroporto de Lisboa, ficará instalada na Portela de Sacavém uma esquadrilha de caça, para defesa imergente da capital, equipada, possivelmente, com aparelhos interceptores «Spitfire», aos quais foi confiada a protecção de Londres. Servida a capital com um aeroporto destinado a aparelhos de rodas, temos, também, e já está em actividade, a base aéronaval de Cabo Ruivo, construída pela Sociedade Técnica e Marítima, destinada aos grandes hidro-



Tenente-coronel avião Castilho Nobre
primeiro director da Aeronáutica Militar



Brigadeiro Ribeiro da Fonseca
actual director da Aeronáutica Militar



Cais Aeronáutico do aero-pôrto marítimo de Cabo Ruivo

-aviões das carreiras entre a América do Norte e a Europa, via Açores e Lisboa.

As instalações de terra, da base de Cabo Ruivo, foram delineadas segundo o estilo português, o que não deixa de ser interessante para o passageiro que, vindo da América do Norte, desembarque em Lisboa. O seu pôsto de protecção à navegação aérea, dotado de todos os requisitos modernos, deve ser a última palavra no género.

A marcha dos aviões sôbre o Atlântico será acompanhada, pouco a pouco, e, de trinta em trinta minutos, proceder-se-á, num mapa, à localização da aeronave. Pode dizer-se que o contacto entre o aparelho, sôbre o Atlântico, e o pôsto de Cabo Ruivo é constante.

Uma vez sôbre o Tejo, o chefe de bordo receberá a direcção exacta do vento e a sua velocidade, registada num aparelho especial, em terra. Para a manobra de amaragem, em caso de necessidade, o piloto entrará em contacto com o chefe da base, por intermédio de rádio-telefones. Receberá assim, de uma pessoa conhecedora da pista, tôdas as indicações para a amaragem e acostagem do hidro-avião ao cais flutuante. Este cais, de trinta metros, prolongamento de uma ponte de 161 metros de comprimento, proporciona a acostagem das aeronaves em três sentidos, conforme as direcções do vento.

Ao largo, existem três boias de amarração, ligadas entre si, e ao cais, por fortes cabos de aço, de forma que essa manobra pode executar-se exclusivamente com os recursos dos aparelhos. No entanto, há ainda um gasolina, a dois motores, com rádio-telefones, que, no caso de ser preciso, auxiliará a amarração. Esse barco tem potentes holofotes, para quando houver amaragens de noite, e aparelhagem para extinção de incêndios.

O serviço de reabastecimento é assegurado por dois depósitos subterrâneos de gasolina, de 15.000 litros cada. O «pleno» faz-se com grande facilidade, por intermédio dum tubo que vai dos depó-

sitos até ao cais flutuante — junto do aparelho. Ali, por uma bomba, accionada elêctricamente, a gasolina corre à razão de 380 litros por minuto.

Por êste breve resumo se verifica que a base de Cabo Ruivo está dotada com todos os elementos para poder ser utilizada pelos hidro-aviões das carreiras transatlânticas. Por determinação do Conselho Nacional do Ar, tôdas as emprêsas de navegação aérea podem utilizar aquela base.

Ainda na Província da Estremadura, há a registar a importante base da Ota, próximo de Alenquer, que está na fase final da construção de edifícios de aquartelamento, pois já tem «hangars», com material moderno, e uma pista, cujo terreno precisa, no entanto, de ser consolidado. A base aérea de Ota reunirá esquadrilhas de bombardeamento de noite, trimotores; de dia, bimotores; e de caça, monomotores. Constituirá a primeira base da aviação militar portuguesa, expressamente construída para êsse fim.

Com a organização da base da Ota, desapareceu o Grupo de Bombardeamento, de Alverca, ficando a respectiva pista destinada a campo experimental das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico. Nos limites da Província da Estremadura, e como que a completar as missões dos vários aêródromos militares, os terrenos de Monte Real, Leiria, virão a ser, a par do centro de instrução do Aero Clube local, um magnífico campo de tiro e bombardeamento reais, para a aeronáutica militar, pondo-se assim, de parte, Espinho, dadas as suas poucas condições para êsse fim.

Na Estremadura, funcionam, também, três escolas civis de pilotagem: «Aêro Clube de Portugal», em Sintra; e «Manuel Bramão» e «Salazar», em Alverca.

Ficam aqui reunidos quási, se não todos os elementos gerais àcerca da aviação na Província da Estremadura, escritos por um natural da risonha região.

MÁRIO ROSA
(Jornalista)



Bombardeiros no campo aeronáutico de Sintra

O PROBLEMA DAS COMUNICAÇÕES

Por PITEIRA DE ALMEIDA

Funcionário ferroviário

O estudo que se segue abre, neste Boletim, uma secção a que attribuimos certa importância. Ela se destina a examinar a magna questão dos transportes em toda a Província da Estremadura, quer na parte que se refere ao sistema ferroviário, quer na, sempre crescente e progressiva, comunicação automóvel. É esta uma das mais transcendentas attribuições das Juntas de Província, a par de outros estudos, também importantes, a que iremos dando o devido relêvo.

O presente artigo que, embora se refira a todo o caminho de ferro português, na sua fase inicial, demarca o seu movimento e organização, principalmente na nossa Província. Dentro do plano de divulgação a que visa este Boletim, achamo-lo interessante e, por isso, abrimos, com êle, a presente secção.

Tentativas para a construção da primeira linha férrea em Portugal

Nove anos depois de ter sido inaugurado o primeiro comboio de passageiros na Europa, ou seja em 1844, esboçou-se no nosso País o intento de se proceder à construção da primeira linha férrea. Pelo conde de Tojal, que era nessa ocasião ministro da Fazenda, por seu irmão o dr. Alexandre de Oliveira, e por seu primo, Benjamim de Oliveira, foram traçados os planos duma linha de Lisboa ao Pôrto.

Depois de várias tentativas

conseguiu-se obter capitais ingleses para a execução daqueles planos, mas, por motivo do traçado ser paralelo à costa (Santarém-Leiria, Coimbra-Aveiro), appareceu logo quem impusesse direitos e mostrasse até perigos de concorrência das linhas de cabotagem. Assim, o projecto não chegou a merecer a atenção das instâncias superiores. Pensou-se, em seguida, por se afigurar de maior rendimento, numa linha do Alentejo à fronteira de Espanha, passando por Alcácer do Sal e por Evora. Fizeram-se propostas e combinações e os meses foram decorrendo, sem que qualquer coisa de pratico e interessante apparecesse. Em certa altura, uma empresa, denominada Companhia de Obras Públicas, cujos Estatutos foram

aprovados por decreto de 19 de Dezembro de 1844, opôs que tinha 20 mil contos e que não precisava de capitais estrangeiros para, em meia dúzia de anos, fazer tudo quanto fôsse necessário ao desenvolvimento económico da Nação, incluindo a construção do referido caminho de ferro até à fronteira e de outros mais.

Porém, Benjamim de Oliveira não se conformava com tais propostas e continuava a manter os seus pontos de vista, não se dando por vencido. E, assim, pouco depois submetia à apreciação do Governo novos planos de ligações ferroviárias entre Lisboa e Tomar e entre Lisboa e Pôrto.

Quando este primo do conde de Tojal defendia calorosamente

os planos que havia apresentado aos poderes públicos, a Companhia de Obras Públicas metteu-se de permeio e, com a sua influência, fêz emperrar êsses planos, que ficaram a dormir o sono dos justos nas secretarias do Estado.

Com o fim de reerguer a idea fracassada e pôr de pé os planos preconcebidos por Benjamim de Oliveira, chegou a vir, em 1850, de Inglaterra, um financeiro, mas, devido a discordância acêrca dos juros do capital e da garantia do Estado, e a não ter sido possível remover as dificuldades que haviam surgido, ficou tudo como dantes.

Seguidamente, appareceu um grupo estrangeiro que se propôs, igualmente, executar os planos já traçados sôbre a construção da primeira linha férrea no nosso País e, logo outro se lhe atravessou no caminho. O primeiro dêstes grupos, que afirmava possuir também grandes capitais, prometeu fazer as coisas mais fantásticas em matéria ferroviária, com o fim único de impedir que o seu competidor fôsse adquirindo os fundos necessários. Emfim, tudo caiu pela base e nada se fêz do que tinha sido delineado.

Finalmente, em 6 de Maio de 1852, na vigência de outro Governo, foi assinado por D. Maria II um decreto, pelo qual se mandava abrir concurso para a construção dum caminho de ferro de Lisboa à fronteira. A respectiva empreitada foi dada à firma Waring Brothers and Shaw, que se comprometeu a concluir, dentro do mais curto espaço de tempo possível, a via até Santarém, com todo o material circulante indispensável e linha telegráfica paralela. Em 7 de Maio de 1853, no sítio de Beato, começaram os respectivos trabalhos de construção. Em

6 de Setembro de 1855, determinou-se que continuassem, sob as ordens directas do Governo, mas por conta da Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal, que desde 10 de Agosto de 1852 era a concessionária do caminho de ferro, as obras que haviam sido suspensas pelos empreiteiros com quem aquella empresa ajustara a construção.

Por portaria de 7 de Fevereiro de 1856, foi o engenheiro F. Watier encarregado de dirigir os trabalhos.

A inauguração da primeira linha do nosso País

Em 24 de Outubro de 1856, foi publicada uma portaria fixando o dia 28 do mesmo mês para a inauguração da primeira linha férrea em Portugal, de Santa Apolónia ao Carregado, numa extensão de 36 quilómetros.

Fizeram-se convites a várias pessoas para assistirem ao acto inaugural, as quais compareceram, pelas 10 horas e 30 minutos da manhã, na estação provisória de Santa Apolónia, onde ocuparam os lugares que lhes competiam, segundo a indicação dos bilhetes de que iam munidas. A Família Real, cuja chegada se annunciara com uma girândola de foguetes, foi recebida à porta da estação por uma deputação composta pelos ministros e secretários de Estado, acompanhados pela direcção da Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal.

O senhor Cardeal Patriarca, D. Guilherme Henrique de Carvalho, que também havia sido

convidado para assistir à solenidade e lançar a bênção às locomotivas, foi recebido, igualmente, à porta da estação, pela direcção da referida Companhia e conduzido ao camarim que lhe fôra destinado para se paramentar.

Depois dos soberanos terem ocupado os seus lugares, o eminente purpurado dirigiu-se para o estrado fronteiro à tribuna real, donde lançou a bênção às locomotivas do comboio inaugural. Depois de D. Pedro V ter dado ordens ao Presidente do Conselho, Marquês de Loulé, para a saída do comboio, o sinal de partida foi dado por uma girândola de foguetes. Nessa ocasião, o castelo de S. Jorge e os barcos surtos no Tejo marcaram o acontecimento com salvas de artilharia. A partida do comboio do Carregado foi também annunciada por uma girândola de foguetes.

Assistiram igualmente à inauguração, além de muito povo, vários generais, officiaes superiores e subalternos do Exército e da Marinha, os presidentes dos Tribunais, funcionários dos diversos Ministérios e ainda outras altas individualidades politicas e sociais.

Esteve prohibido o trânsito de *omnibus* e carroças entre a Cruz da Pedra e o Arsenal do Exército, desde as 10 horas da manhã até à 1 da tarde.

No regresso, occorreu um incidente desagradável. A viagem da Estação de Lisboa ao Carregado fez-se em 40 minutos e a de volta durou 2 horas, por terem rebentado os tubos duma das locomotivas que rebocavam o comboio, que se compunha de 14 carruagens. Por êsse motivo esteve o comboio muito tempo parado em Sacavém e a outra máquina trouxe a Lisboa a carruagem real e mais 5 carrua-

gens, voltando depois a Sacavém para rebocar as 8 restantes.

As locomotivas que conduziam o comboio em dupla tracção, uma delas a «Coimbra», eram antigas e estavam gastas, por terem servido na construção do caminho de ferro.

Em consequência do sucedido, o Govêrno, em portaria de 2 de Dezembro seguinte, nomeou uma comissão para proceder aos convenientes exames e indagações sôbre as causas do desastre. Apesar do incidente, a secção da linha entre Lisboa e Carregado foi aberta à exploração pública dois dias depois, rodeada, porém, de tôdas as precauções recomendadas no relatório da comissão que inspeccionou a via e na portaria autorizou a exploração.

O público aproveitou logo as vantagens que a linha lhe proporcionava, ainda que em pequena extensão, como a seguir se verifica:

Desde 1 de Dezembro de 1856 até 5 de Janeiro de 1857, isto é, em cinco semanas, circularam na linha 15.870 passageiros ou sejam 3.174 por semana.

Daquele número, 629 foram de 1.^a classe, 2.133 de 2.^a, e 13.108 de 3.^a Na última semana de Abril do mesmo ano, o número de passageiros elevou-se a 6.530, em tôdas as classes.

Por ter sido dissolvida a Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal, foi, em 9 de Julho de 1857, nomeado administrador geral interino do mesmo caminho de ferro o capitão de engenharia João Crisóstomo de Abreu e Sousa, que ficou encarregado, não só de dirigir a parte da linha em exploração (Lisboa-Carregado), mas também do prosseguimento dos trabalhos.

Este engenheiro foi, mais tarde, substituído pelo seu colega Joaquim Nunes de Aguiar.

Em 31 de Julho de 1857, foi inaugurado o segundo trôço, do Carregado às Virtudes, entre Azambuja e Reguengo, ficando, desde essa data, em exploração, 50 quilómetros de linha.

Construção de várias linhas e sua abertura ao serviço público

Por escritura de 15 de Dezembro de 1859, lavrada em Lisboa, pelo notário Francisco Vieira da Silva Barradas, e com o capital de 6.300:000\$000 réis, formou-se a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, que, devido à implantação do regime republicano, passou a designar-se Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes. Esta empresa, que é a mais antiga de tôdas as Companhias ferroviárias existentes no País, explora actualmente uma rede de linhas no total de 2.520 quilómetros, dos quais 357 são de via dupla, e tem em serviço 401 locomotivas, 1.169 carruagens e 6.913 vagões.

Depois da inauguração da linha entre Carregado e as Virtudes, a que atrás aludimos, foram abertos à exploração, além de outros, os seguintes troços de linhas, nas datas adiante mencionadas:

De Virtudes à Ponte de Santana, em 29-4-1858; de Ponte de Santana à Ponte da Asseca, em 29-6-1858; do Barreiro a Vendas Novas, em 1-2-1861; de Pinhal Novo a Setúbal, em 1-2-1861; da Ponte de Asseca a Santarém, em 1-7-1861; de

Alcântara-Terra a Sintra, em 2-4-1887; de Cacém a Tôrres Vedras, em 21-5-1887; de Tôrres Vedras a Leiria, em 1-8-1887; de Xabregas a Benfica, em 20-5-1888; de Pedrouços a Cascais, em 30-9-1889; de Lisboa-Central a Campolide, em 11-6-1890; de Alcântara-Mar a Pedrouços, em 6-12-1890; de Alcântara-Mar a Alcântara-Terra, em 10-8-1891; de Chelas a Braço de Prata, em 5-9-1891; de Sete Rios a Campolide, em 5-9-1891 e de Pinhal Novo a Aldegalega, em 4-10-1908.

Em 19 de Abril de 1854, dava o Conselho Superior de Obras Públicas o seu parecer àcerca duma proposta do marquês de Ficalho e de José Maria Eugénio de Almeida, como representantes duma companhia que pretendia proceder à construção do caminho de ferro Aldegalega-Vendas Novas.

Em 24 de Julho daquele ano, a Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul do Tejo assinava o contrato da construção da mesma linha, sendo transferida a sua origem para Barreiro e prevista a extensão até Setúbal, Évora e Beja.

Nos termos do contrato de 5 de Maio de 1860 e por alvará de 9 de Abril de 1887, foi a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes autorizada a construir e a explorar a linha de Lisboa-Cais dos Soldados a Cascais e uma outra que ligasse uma estação central de passageiros e mercadorias, a edificar próximo da Praça de D. Pedro, com a linha de Lisboa a Sintra e Tôrres Vedras. O respectivo túnel, entre as Aguas-Livres e a estação central do Terreiro do Duque, importante obra a cujo estudo geológico se dedicou Paul Chofatt, foi atravessado pela primeira vez em 8 de Abril de 1889.

O trço, ligando a linha de oeste ao ramal de Cascais, foi aberto à exploração em 10 de Agosto de 1891.

A segunda via no ramal de Santa Apolónia-Benfica foi aberta à exploração, entre Campolide e a bifurcação de Chelas, em 10 de Setembro de 1892. A segunda via entre a bifurcação de Chelas e Braço de Prata foi inaugurada em 10 de Agosto de 1893 e de Pedrouços a Caxias, entre Alcântara-Mar e Pedrouços, abriu-se à exploração em 6 de Dezembro de 1890. A via dupla de Caxias ao Estoril e do Estoril a Cascais foi aberta à exploração, respectivamente, em 1 de Outubro de 1890 e 25 de Maio de 1892.

A construção da linha do Barreiro a Vendas Novas e do ramal de Setúbal foi concedida primitivamente a uma companhia de capitalistas portugueses. Estas linhas, na extensão de 84 quilómetros, foram adquiridas pelo Estado, por contrato de 10 de Setembro de 1891, pela quantia de 13.500\$000 réis por quilómetro.

Por carta de lei de 29 de Maio de 1860, publicada no *Diário de Lisboa* de 2 de Junho do mesmo ano, foi aprovado, na parte que dependia de sanção legislativa, o contrato celebrado em 3 de Janeiro do citado ano entre o Governo e John Sutherland Valentine, como representante de Charles Edward Mangles, John Chapman, Robert Russel Netman, e George Bernard Townsend, para a construção do caminho de ferro de Vendas Novas a Evora e Beja.

Por portaria de 25 de Outubro de 1861, foi nomeada uma comissão composta pelo director das Obras Públicas dos distritos de Evora, Beja e Faro, e pelo tenente de engenharia José Maria de Almeida Garcia Tidié,

para estudar o ponto em que mais conviria atravessar o Guadiana por um caminho de ferro que de Beja se dirigisse ao país vizinho, tendo em vista estabelecer a ligação mais cómoda e rápida que fôsse possível entre o mesmo caminho de ferro e Vila Real de Santo António.

Em 13 de Fevereiro de 1862, foi mandado reduzir na subvenção concedida à empresa das linhas férreas de Vendas Novas a Evora e Beja, a importância de 500\$000 réis por cada quilómetro de caminho de ferro em que os terrenos de expropriação tivessem sido cedidos gratuitamente ao Estado.

Por portaria de 26 de Junho de 1862, foi autorizado o director do Caminho de Ferro do Sul a estabelecer um acôrdo com a Companhia dos Vapores do Tejo, acêrca da estação provisória de Lisboa, no Terreiro do Paço, junto à ponte pertencente àquella Companhia. Este acôrdo foi celebrado em 10 de Novembro daquele ano.

Em harmonia com a portaria de 23 de Janeiro de 1864, foi autorizada a Companhia do Caminho de Ferro do Sueste a explorar, provisoriamente, a 3.^a secção de linha compreendida entre S. Tiago do Escoural e Beja.

Por decreto de 24 de Fevereiro de 1865, foi aprovado o novo projecto da 1.^a secção da linha de Beja ao Algarve, compreendido entre Beja e Casevel, na extensão de 48,5 quilómetros. Prosseguiram, depois, os trabalhos de prolongamento da linha e, em 1 de Julho de 1889, foi aberto à exploração o trço de Amoreiras a Faro, sendo finalmente a linha até Vila Real de Santo António aberta ao público em 14 de Abril de 1906.

Já que falámos das linhas do Estado, é curioso citar que o seu

valor, à data em que foram arrendadas, 11 de Maio de 1927, era considerado superior a um milhão de contos.

Planos de novas linhas

Em 6 de Outubro de 1898, determinou-se que fôsse confiado, a duas comissões técnicas o delineamento do plano acelerado nas regiões ao norte do Mondego e ao sul do Tejo.

O referido plano, depois de ter sido submetido a um inquérito administrativo de utilidade pública e apreciado pelas competentes entidades consultivas, destinou-se a servir de base para a classificação das linhas complementares.

A classificação relativa à região ao norte do Mondego foi feita por decreto de 15 de Fevereiro de 1900. O plano da rêde ao sul do Tejo, proposto em 15 de Maio de 1899, foi demoradamente examinado pela comissão superior de guerra.

Em 5 de Junho de 1902, o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas fazia a respectiva consulta, faltando sintetizar os resultados do estudo a que procederam os organismos competentes, acêrca da viação acelerada ao sul do Tejo, o que constituía uma das mais legítimas aspirações regionais, harmonicamente coordenadas pelo Governo, sob todos os pontos de vista.

Com o fim de se assegurar o desenvolvimento económico da Nação, tem a política ferroviária, especialmente desde a vigência do Estado Novo, merecido interesse muito particular. Apesar disso, o problema dos transportes ferroviários é dos que con-

tinuam a exigir solução, visto a nossa rede de caminhos de ferro não corresponder, ainda, inteiramente às necessidades do País.

Das linhas existentes, que contam cerca de 3.500 quilómetros, algumas há que, segundo opiniões autorizadas, enfermam de defeitos de origem, pela falta de senso prático no seu traçado e por outros erros cometidos. Por tais motivos, não têm elas servido com vantagens algumas povoações.

Com a publicação do decreto de 6 de Outubro de 1898, tentou-se terminar com a ausência do sistema que se resolvera até então estabelecer na constituição da rede ferroviária no nosso País.

Como conseqüência do estudo a que esse diploma obrigou, foram publicados os decretos de 15 de Fevereiro de 1900, de 27 de Novembro de 1902 e de 19 de Agosto de 1907, referentes à classificação das redes complementares.

Algumas das linhas propostas pelas respectivas comissões deixaram de ser classificadas, sendo mais tarde aprovadas outras.

Linha electrificada e Caminho de Ferro Mineiro

Nas condições do decreto n.º 1.046, de 14 de Novembro de 1914, a Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes assinou com a Sociedade «Estoril», em 7 de Agosto de 1918, o contrato de arrendamento da linha de Cascais, que foi mandada electrificar, sendo em 15 de Agosto de 1926 inaugurado o novo sistema.

Em 17 do mesmo mês, devido às perturbações que se faziam sentir, foi mandado reduzir o número de comboios eléctricos e, no dia 21, eram suspensos os respectivos serviços. Em 22 de Dezembro do citado ano, ficaram removidos todos os inconvenientes que se notavam desde que havia sido restabelecida a tracção eléctrica.

A nova estação do Cais do Sodré foi inaugurada em 18 de Agosto de 1928.

Em harmonia com a portaria de 6 de Junho de 1923, procedeu-se à construção do caminho de ferro de Martingança à Mendiga, com a via de um metro de largura. Mais tarde, foi a mesma linha reconstruída na bitola de 0^m,60.

Como tivesse entrado em liquidação a Sociedade Mineira do Lena, a respectiva comissão liquidatária solicitou, em 6 de Novembro de 1928, que a linha fôsse concedida à firma The Math and Tobacco Timber Supply C^o, e que a esta empresa se passasse igualmente o caminho de ferro Martingança-Batalha.

A construção do trôço Batalha-Mendiga começou em Março de 1926, prolongando-se, depois, a linha até Pôrto de Mós. Esta linha começou a fazer serviço de passageiros em 11 de Setembro de 1930. Por despacho ministerial de 11 de Novembro de 1933, foi suspensa a sua exploração.

Concessões de linhas

Nos termos do decreto de 31 de Dezembro de 1864, foram feitas, a par de outras, as concessões a seguir indicadas:

Em 27 de Novembro de 1865,

estabeleceu-se o contrato para a conclusão da linha do Norte, aprovado por lei de 2 de Março de 1866. Em 22 de Dezembro de 1874, foi publicado um decreto concedendo uma linha de via reduzida de Cacilhas a Sezimbra, que, por decreto de 29 de Dezembro de 1874, passou ao tipo de via larga, sendo aumentada, por decreto de 15 de Julho de 1875, com um ramal para o Pinhal Novo.

Por lei de 16 de Fevereiro do mesmo ano, aprovou-se o contrato de construção do caminho de ferro de Sintra. Por lei de 2 de Maio de 1882, foi aprovado o contrato provisório de concessão da linha Sintra-Tôrres e autorizado o Governo a contratar a linha Tôrres-Figueira-Alfarelos. Por alvará de 7 de Julho de 1886, fez-se a concessão do ramal de Santa Apolónia e Benfica. Em 15 de Janeiro de 1891, foi autorizada a concessão do caminho de ferro americano de Alcobaca à Nazaré. Por decreto de 15 de Outubro de 1891, permitiu-se a concessão dum caminho de ferro americano de Belas à Cruz Quebrada. E, finalmente, por lei de 29 de Julho de 1899, autorizou-se a concessão da linha de via reduzida, de Sintra a Colares e à Praia das Maças.

Algumas outras concessões foram feitas, de pequenos troços de caminhos de ferro americanos em estradas reais, centros de povoações. Tam grande como o número das concessões foi o dos pedidos formulados, e que não chegaram a ser tomados em linha de conta.

A Câmara Municipal de Alenquer foi, por lei de 23 de Junho de 1916, autorizada a contratar a construção e exploração do ramal de Carregado àquela vila. Por contrato de 27 de Fevereiro de 1923, fez-se

a concessão da linha de via larga de Cascais à Praia do Guincho. Por portaria de 31 de Outubro de 1923, foi adjudicada a linha americana de Cacilhas a Sezimbra e Setúbal.

Eis, embora a traços largos, um pouco de história dos caminhos de ferro portugueses, a cuja acção o País tanto deve. Neste despretencioso artigo, foram focadas, principalmente, as linhas que atravessam a Província da Estremadura, visto esta Revista, como é óbvio, se propôr tratar, em especial, de assuntos que interessam directamente à mesma província.

Como a Duquesa de Parma viu o primeiro comboio

Antes de encerrarmos este pequeno estudo sobre caminhos de ferro que, como já afirmámos, constitue o entróito duma análise detida sobre as Comunicações da Província da Estremadura, damos aos nossos leitores o seguinte e curioso documento histórico:

No arquivo secreto da duquesa de Parma, considerado perdido e descoberto, depois, naquela cidade italiana, encontrou-se uma carta, na qual a mulher de Napoleão, a-pesar-de governar um povo, revela que só em 1838 deu pela existência de caminhos de ferro.

Nessa carta, dirigida à filha, Maria Luisa, cheia de espanto por ter visto pela primeira vez um comboio e nêle ter viajado, descreve as suas impressões.

O curioso documento diz o seguinte:

«Schoenbrunn, 23 de Julho de 1838 — Desde a última vez que te escrevi, fiz um montão de coisas.

Na quarta-feira fui até Wagram numa carruagem a vapor e confesso-te que o coração me batia fortemente enquanto subia por meio de uma escada portátil para a famosa carruagem, onde me fecharam à chave. Nem sei como fazer-te essa descrição. Parecia um verdadeiro furacão essa carruagem do Diabo!

Um horrível assobio à partida; os vagões, ligados uns aos outros em linha recta, eram precedidos da máquina, de que saía uma coluna de fumo com faúlhas à mistura, e que era guiada por dois homens em pé, todos cobertos de fuligem, como limpa-chaminés.

A' ida, fizemos um andamento de três léguas tedescas, isto é, quinze milhas italianas, em vinte minutos. A' volta, gastamos um minuto mais.

Perto da aldeia de Wagram há duas estalagens. Parámos numa delas para descansar e tomar refrescos. Foi dali que vi chegar a máquina com outros vagões cheios de gente. Os membros da Comissão tiveram a amabilidade de fazer seguir apenas três vagões, a-fim-de que pudéssemos assistir a este espectáculo.

Nessa manobra, andaram à razão de uns trinta e seis pés em dois segundos (cêrca de vinte e cinco quilómetros à hora).

Depois chegou a locomotiva apenas, com os seus dois condutores. Dizem que esta máquina pesa duzentos quintais e que a sua invenção é tam engenhosa que dois homens bastam para a fazer girar com facilidade e pô-la em caminho para o regresso.

Quando voltei, encontrei já o movimento mais agradável. Dediquei-me a contemplar a região que, à medida que se aproxima de Viena, se torna mais agreste por motivo das colinas eriçadas de mato que circundam a cidade, em cujos arredores se encontram várias aldeias e muitas casas de campo.

Ainda que de-pressa, gostei dêsse passeio, que me ofereceu uma bela vista panorâmica das encostas e subúrbios de Viena, com os seus esplêndidos edificios.»

Abril de 1939.

a imagem de *Nossa Senhora da Piedade*, em Obidos; os da *Ermida de Nossa Senhora do Cabo*, em Sezimbra; os da *Igreja de Santo António do Estoril*, representando cenas tradicionais da vida do glorioso taumaturgo; os do *Convento de Jesus*, de Setúbal, com cenas religiosas e muitos outros, a que a seu tempo se fará referência.

Da Igreja de *S. Domingos de Carnide*, foram destacados recentemente soberbos panos de azulejos do século XVII, com alusões à vida e martírio do Santo, retábulos êsses que se encontram incorporados nas preciosidades cerâmicas que o Museu Municipal conserva no Palácio Galveias.

Em nossos dias, a pintura do azulejo vai caindo na mediocridade e no alambicado. Justo porém é realçar os esforços empreendidos por Leopoldo Balistini, Jorge Colaço, Alves de Sá, Maria de Portugal e outros artistas de mérito, que têm procurado reanimar ou dar expressão nova à indústria mais verdadeiramente típica da arte decorativa portuguesa.

• • •

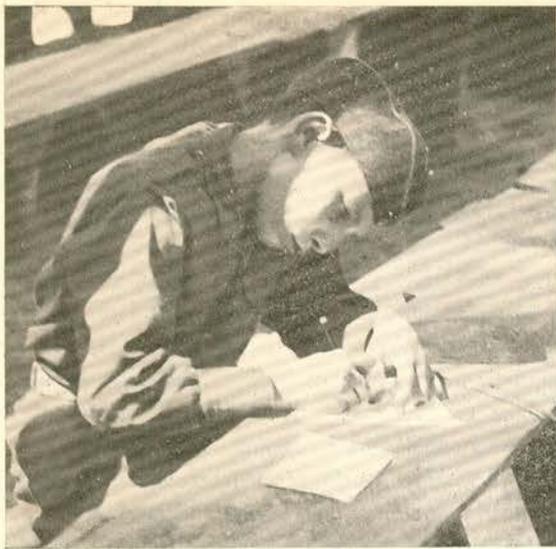
Não há, repetimos, possibilidade de, em filas tam cerradas, fazermos sequer uma resenha rápida de tudo o que na Província é amável e belo para o espirito, e portanto digno de ser exaltado.

Reservar-nos-emos para, em sucessivas crónicas, tentarmos tal empreendimento.

A idea já sugerida pela Junta de Província da Estremadura, de organizar um arquivo artistico-etnográfico, racionalmente ordenado, tornada um dia realidade, deverá merecer a gratidão do País, como elemento cultural para a educação da sensibilidade da nossa gente, para o *reaportuguesamento* da nossa terra.

Há de facto necessidade imperiosa de se integrarem num museu todos os elementos de arte popular que andam perdidos, de reunir todos os documentos biblio-iconográficos que andam dispersos, dando-se, numa visão de conjunto, segura idea da opulência do nosso folclore.

A Junta de Província nobilitará a sua acção, já fecunda, pugnando dentro das suas possibilidades pela criação dêsse *templo de regionalismo*, onde se preste culto às tradições locais, permitindo que o público reviva, em tóda a plenitude, a vida saudável do povo e possa observar o que o mesmo mantém ainda de expressivo, no pitoresco dos usos e na ingenuidade e primitivismo dos costumes.



Duas palavras de saúde...

A Mocidade Portuguêsa

na província da
Estremadura

NÃO é fácil, num simples artigo de revista, dar uma ideia segura do que foi a actividade da Mocidade Portuguesa durante o ano de 1938. De resto, quem viu desfilar nas ruas da cidade algumas centenas desses rapazes, os aplaudiu ou ouviu aplaudir com entusiasmo; quem assistiu à sua participação nas festas do 28 de Maio ou do 1.º de Dezembro, não esqueceu o garbo, o aprumo, a galhardia com que se apresentaram os rapazes da Mocidade — essa força que, sem violências, primeiro conquistou as cidades e, depois, tomou o país inteiro.

Não daremos a sùmula do que foi a actividade desse ano de trabalho pela ordem cronológica das realizações, o que daria a êste artigo o aspecto enfadonho de relatório, mas antes nos vamos referir aos vários factos pela ordem da importância que tiveram — pelo aspecto patriótico ou do interesse público que despertaram.

Entre tódas essas grandiosas manifestações, avulta a de 28 de Maio. A Mocidade Portuguesa tomou parte activa nas festas realizadas em Lisboa, para o que mobilizou um contingente de cêrca de 5.000 filiados de tódas as suas divisões. Enquadrado no programa das comemorações, efectivou, na Quinta de Palhavã, o II Acampamento Nacional que durou de 23 a 31 de Maio. Inaugurado oficialmente a 25 pelo Comissário Nacional, ao som da *Portuguêsa* executada pelas bandas das «alas» do Pôrto, Braga, Viseu e Viana do Castelo, enquanto no mastro de honra subia a bandeira nacional, foi o acampamento no dia seguinte visitado pelos Srs. Presidente da República e Presidente do Conselho e outras entidades oficiais, que vivamente felicitaram o sr. eng.º Nobre Guedes, Comissário Nacional, e o sr. dr. Carneiro Pacheco, ilustre Ministro da Educação Nacional e criador da Mocidade Portuguesa.

No dia 30, começou o regresso às suas terras dos 5.000 rapazes que, durante a sua estadia em Lisboa, deram extraordinário exemplo de disciplina, correcção, brio e patriotismo.

Êstes filiados e mais 2.200 «lusitos» desfilarão nas ruas de Lisboa, perante as aclamações de milhares de pessoas. Essas aclamações repetiram-se na tarde de 29 de Maio, na festa do Jockey Club, em que tomaram parte 16.000 filiados de tódas as idades e escalões. Os vários números de ginmástica puseram em evidência o aproveitamento dos rapazes e a competência dos educadores, e foram motivo de frenéticos aplausos. A cada voz correspondia um movimento perfeito, a cada número uma ovação entusiástica.

A Mocidade Portuguesa adoptou para seu dia, o 1.º de Dezembro, que em todo o país é comemorado brilhantemente. E' ao mesmo tempo dia de expansão e recolhimento. A' mesma hora, no mesmo instante, muitos milhares de portugueses ouvem palavras de fé, que lhe são dirigidas pelo Comissário Nacional, verdadeira exortação patriótica. Em todo o país, foi observado o seguinte programa: Içar da Bandeira Nacional, perante os filiados em formatura e em continência, missa por alma dos portugueses que em tódas as épocas da História lutaram pela independência da Pátria, e sessão comemorativa e compromisso solene dos novos filiados em cada escalão.

Em Lisboa, os filiados desfilarão, em continência e formatura impecável, perante o Monumento dos Restauradores. Os aplausos foram os de sempre, quando os rapazes se apresentam em público.

Em muitas outras manifestações de civismo, tomou parte a Mocidade Portuguesa — ela própria uma força e fonte de civismo.

Associou-se às cerimónias que em todo o país se promoveram para festejar a data do 10.º aniversário

da investidura do sr. doutor Oliveira Salazar na pasta das Finanças; em Lisboa, participou directamente na sessão solene realizada na Assembleia Nacional, onde usou da palavra um filiado, em nome da Mocidade Escolar.

Tomou parte nas «Festas da Marinha», seguindo mais de 2.000 filiados nos barcos que fizeram parte da Revista Naval, e fez-se representar com a «ala» de Leiria nas comemorações de 14 de Agosto, no campo de Aljubarrota e da Batalha; assistiu à partida e à chegada do venerando Chefe do Estado, quando da sua primeira viagem presidencial às colónias; incorporou-se nas festas da Rainha Santa, em Coimbra, destacando-se o desfile de 1.000 «lusitos» da «ala» daquela cidade, e tomou, ainda, parte activa nas festas regionais, com os filiados das respectivas localidades, na Póvoa de Varzim, Vila Real de Santo António, Viseu, etc.

Além do grandioso acampamento de 28 de Maio, em Lisboa, a que já atrás fizemos referência, outros de menor importância numérica e restritos apenas a centros e regiões, se fizeram em vários pontos do país. Entre estes, bem merecem destacar-se aquêl que realizaram em Montemor-o-Novo 150 filiados das «alas» de Vendas Novas, Monte Branco e Alfeteira, de 19 a 21 de Março; o acampamento de 300 filiados da «ala» de Santarém, na mata da Escola de Regentes Agrícolas; 2.000 filiados da «ala» do Douro litoral acamparam, de 30 de Abril a 3 de Maio, no Campo Alegre; de 13 a 15 de Agosto, acampou na Serra da Estrêla, a 1.800 metros de altitude, a «ala» da Covilhã, e ainda

outros acampamentos se realizaram no Funchal, Tôrres Novas e nos arredores do Pôrto e de Lisboa.

Dentro do programa cultural e de educação física da Mocidade Portuguesa, realizaram-se inúmeros passeios e excursões. Alguns filiados das «alas» de Lisboa e Pôrto reuniram-se na Serra da Estrêla, para receberem instrução de «ski»; a «ala» de Elvas deslocou-se a Badajoz, em Maio; cerca de 300 filiados de Braga visitaram a cidade de Guimarães; a «ala» de Guimarães deslocou-se a Santo Tirso, onde foi galhardamente recebida, e um «castelo» da «ala» de Lisboa representou a Mocidade Portuguesa nas festas das JONS, realizadas em Sevilha, em Outubro, onde os rapazes portugueses tiveram uma amabilíssima recepção.

Na Mocidade Portuguesa, marcou como grande acontecimento, no ano de 1938, o início da instrução da Milícia, constituída pelos seus «cadetes». Do pequeno ensaio se pode considerar o trabalho então realizado. Iniciada a instrução em Lisboa, em Santo Tirso e no Funchal, o número de filiados que a frequentou não excedeu 2.000. Ano de experiência, satisfizeram plenamente os resultados, no interesse geral do que se aproveitou, e, em especial, dos ensinamentos colhidos. Um batalhão da Milícia apresentou-se nas festas do Jockey, em 28 de Maio, e a forma como o fez mostrou bem o rendimento colhido nas poucas horas de instrução.

Foi notável, também, a actividade do Centro de Instrução Especializada de Rêmo. Nas festas de 28 de Maio de 1938, efectuaram-se duas provas de rêmo, entre filiados das «alas» de Lisboa e Pôrto, e que bem mos-



Os srs. Presidente da República e do Conselho e membros do Governo visitando o primeiro acampamento da M. P. em Pavalhã

traram a «performance» magnífica das duas equipas. Em Novembro, foram criados centros de instrução no Pôrto, em Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal. Todos êles foram dotados do necessário material, que, embora bastante dispendioso, dá o melhor rendimento, tendo em vista que, na parte educativa, tanto moral como física, êste desporto excede em muito o máximo que se atinge em quasi tôdas as outras modalidades desportivas.

O desporto é uma das melhores formas de educação encontrada pela Mocidade Portuguesa, e, por isso, em tôdas as modalidades praticadas foi grande a sua actividade.

Os filiados do Centro de Lisboa de Instrução Especializada de Esgrima participaram em quasi tôdas as provas organizadas e patrocinadas pela Federação, obtendo, por vezes, boas classificações. A façã da Escola de Educação Física do Exército, difícil prova de florete, foi brilhantemente ganha pelo filiado Luís dos Santos Braga, que conquistou para a Mocidade o primeiro trofeu em competições desportivas.

Ainda no ano de 1938, foi autorizada a criação do Centro de Esgrima do Pôrto, instalado no Liceu Rodrigues de Freitas, no qual logo se inscreveram 60 filiados.

O Centro de Instrução Especializada de Vôo sem Motor largou 21 pilotos e iniciou os trabalhos do segundo curso, que começou a funcionar em Fevereiro. No Centro de Vôo sem Motor, fizeram-se 83 dias de instrução, 1.176 partidas, 1.077 por reboque de automóvel, 82 por bobina e 17 por reboque de avião. Durante êste tempo de instrução, foram feitos 33 exames, todos com bons resultados.

Ainda dando incremento às actividades desportivas, foi instalado em Novembro o Centro de Instrução Especializada de Tennis, modalidade de grande valor técnico e desportivo; na Primavera de 1938, iniciou os seus trabalhos o Centro de Lisboa de Nataçã, no qual se inscreveram 353 filiados, realizando-se em Novembro o 1.º Campeonato de Nataçã da «ala» de Lisboa. No Pôrto, fundou-se idêntico Centro que só no início do corrente ano entrou em actividade.

Com apreciável rendimento, funcionou o Centro de Lisboa de Instrução de Vela, que realizou as regatas de 27 de Maio, em que tomaram parte 27 barcos «Lusiões», e executaram nada menos do que outras 12 regatas e mais duas provas internacionais, em que velejaram 6 barcos tripulados por rapazes alemães, contra outros tantos, tripulados por filiados da nossa Mocidade. O Centro mantém uma aula de marinharia e duas escolas práticas de vela, uma em Pedrouços e outra em Cascais. Dos 34 rapazes que iniciaram a vida do Centro, 20 foram dados como aptos em vela rudimentar, durante o ano a que nos estamos referindo—1938.



Os srs. general Carmona e dr. Oliveira Salazar assistindo ao desfile em continência da M. P.

O Centro idêntico do Pôrto mostrou também grande e útil actividade, sendo muito frequentadas e dando óptimo rendimento os treinos e lições dadas em Leixões.

Em 7 de Novembro de 1938, começou a funcionar o Centro de Instrução Especializada do Jôgo do Pau, tam tradicionalmente português. Os resultados obtidos foram animadores.

Em Junho, fundou-se o Centro de Instrução Especializada de Atletismo, tendo sido contratado para o ministrar o treinador alemão Hans Lipka.

Como sucedera no ano anterior, a Escola Central de Graduados e a Escola Regional de Graduados do Pôrto realizaram os seus cursos e acampamentos para exames finais. O número de graduados formados foi de 3.000 chefes de quina, 397 comandantes de castelo e 80 comandantes de bandeira.

Ainda no ano de 1938, foram criados, dentro da M. P., o Centro de Gimnástica Médica e o Centro da Medicina Desportiva, um e outro com excelentes serviços prestados, principalmente na preparação e durante o grande acampamento de Lisboa e nas escolas de graduados, onde foi feito o ensino de higiene e socorros de urgência.

Uma das mais aplaudidas manifestações da Mocidade Portuguesa, durante o ano de 1938, e justamente, foi sem dúvida o 1.º Salão de Educação Estética, realizado em Maio, durante as comemorações do XII aniversário da Revolução Nacional, caracterizadamente educativo e ao qual concorreram filiados de qualquer cultura.

Foram adquiridos 45 dos trabalhos expostos e o Salão recebeu a visita do venerando Chefe do Estado

e do sr. Presidente do Conselho — unânimes nos seus elogios a tam notável obra.

No concurso sôbre «o mais belo trecho da paisagem portuguesa», aberto por intermédio do *Jornal da M. P.*, foram classificados alguns notáveis documentos que figuraram, juntamente com todos os outros não premiados, no 1.º Salão de Educação Estética, o qual foi anunciado por um cartaz escolhido em concurso aberto entre filiados. O cartaz com a divisa «Mocidade» foi aproveitado como original do diploma do Salão.

Foi bastante intensa a actividade nos serviços de

certamente por citar, tantos êles são. No entanto, alguns queremos, ainda, registar aqui, como por exemplo a participação dos briosos rapazes nas comemorações do 28 de Maio, na cidade do Pôrto, em que algumas centenas dêles desfilarão garbosamente nas principais ruas da cidade, provocando fartos aplausos, por parte da assistência entusiasmada.

Memorável, nos anais da Organização, ficou também a sessão realizada nos primeiros dias de Abril, no gymnásio do Liceu Camões, para distribuição das insígnias aos primeiros comandantes de bandeira, as



A M. P., em majestosa parada, presta continência ao Monumento aos Restauradores

música e canto coral da Mocidade. Organizou-se e foi publicado o *Cancioneiro*, composto por canções regionais, cuja primeira audição foi realizada com o melhor êxito pelo Centro Escolar n.º 17.

A actividade da Direcção do Centro do Serviço Cinematográfico e Fotográfico, durante o ano de 1938 teve dois aspectos: o da produção de documentos para arquivo e o da propaganda. Algumas dezenas de sessões de cinema cultural e educativo foram realizadas em Lisboa e noutros pontos do país, ainda por sua iniciativa.

Muitos factos notáveis da vida e actividade da Mocidade Portuguesa, durante o ano referido, ficarão

quais lhe foram impostas pelo sr. Ministro da Educação Nacional.

Neste simples enunciado — síntese duma grande obra — quanto trabalho realizado, quanto sacrificio feito e, principalmente, que grande sementeira que no futuro frutificará em patriotismo, em energia, em virtudes da raça — especialmente em maior glória da pátria.

COSTA JÚNIOR.
(Jornalista)

A Legião Portuguêsa e a sua actividade em 1938



Desfile de Legionários durante uma festa no Barreiro

A Legião Portuguêsa, criada nos termos do decreto n.º 27.058, de 30 de Setembro de 1936, é dirigida superiormente por uma Junta Central, constituída por cinco membros nomeados pelo Governo. Para organizar e dirigir os serviços de instrução militar dos legionários, exercer a acção disciplinar, comandar as forças da Legião, etc., existe um comando geral, actualmente constituído pelo general Casimiro Teles e dois adjuntos militares, major do C. E. M., J. Correia Guedes e capitão J. da Silva Neves.

São directamente subordinados ao comando geral os comandos distritais, que exercem a sua acção nos distritos administrativos, o comando da Brigada Naval e o comando da Brigada Automóvel.

A Província da Estremadura pertencem os comandos distritais de Lisboa, Leiria e Santarém, e os comandos das duas Brigadas: a Naval e a Automóvel, que têm a sua sede em Lisboa; estende aquela a sua acção nas duas margens do Rio Tejo, até Vila Franca de Xira.

Ao comando distrital de Lisboa pertencem os batalhões n.ºs 1 (Que-luz), 2 (Tôres Vedras), 3 a 9 (Lisboa), 10 (Cascais), e 16 (Vila Franca de Xira) e os terços independentes n.ºs 1 (Oeiras), 3 (Ma-

fra), 44 (Sintra) e o de cavalaria (Lisboa).

A actividade militar dos legionários tem sido cuidada, tendo-se realizado vários exercicios e concentrações, de modo a treinar as unidades no desempenho da sua missão, quer para a guerra, quer para o caso de alteração de ordem pública. Os resultados obtidos foram de molde a criar no espirito de todos uma confiança mútua sobre o valor da Legião como força armada, tendo aquela recebido das mais altas patentes do Exército palavras de incitamento e louvor.

O que tem acontecido no co-

mando distrital de Lisboa, repeliu-se nos comandos de Leiria e Setúbal. No primeiro, realizaram-se com grande êxito algumas concentrações, sempre revestidas do maior brilho. Em Março, concentraram-se em Leiria 2.000 legionários, concentração deveras notável, que decorreu na melhor ordem e despertou, na população da cidade e arredores, uma grande curiosidade, a avaliar pela enorme multidão que a presenciou. Dois meses depois, realizou-se nova concentração, no efectivo de 1.500 legionários, nas Caldas da Rainha. Por último, por ocasião das festas de Alcobaça, realizou-se



O chefe do Estado passa revista à Brigada Naval, numa festa legionária para inauguração da «Casa dos Pescadores», em Cascais



General Casimiro Teles e tenente-coronel Coutinho de Castro, respectivamente, comandantes geral e distrital de Lisboa da Legião Portuguesa

vários núcleos de assistência têm prestado, dentro das suas possibilidades materiais, inúmeros socorros aos legionários e suas famílias. Em quasi todos os batalhões se tem feito distribuição de roupas, gêneros alimentícios, medicamentos, etc., aos legionários necessitados, como o núcleo central de assistência tem conseguido empregar muitos homens que há bastante tempo não tinham trabalho. Em muitas unidades, existe serviço médico permanente, onde o número de consultas é muito elevado.

No comando distrital de Leiria, a assistência a legionários pobres está em andamento, achando-se em estudo um projecto de colaboração com os serviços de Assistência da Câmara Municipal da cidade, deves interessante e de que muito há que esperar.

No comando distrital de Setúbal, a acção social tem tido grande desenvolvimento, apesar da pobreza de algumas localidades. No Barreiro, só no ano de 1938 colocaram-se nas fábricas da C. U. F., trezentos legionários, vindos de vários núcleos legionários do País.

É preciso notar que a Acção Social não tem a mais pequena dotação; tem que viver daquilo que se consegue. É aos comandos das unidades e aos núcleos de assistência que compete arranjar os fundos necessários e que nem sempre se con-

segue. Os comodistas e os indiferentes são em grande número, infelizmente.

A assistência moral aos legionários não tem sido descurada. Muitos homens vivem maritalmente, porque não têm dinheiro para o Registo Civil. Em quasi todos os núcleos legionários se tem procurado a legalização destas situações.

Tem a Legião procurado chamar para o seu seio todos os elementos de valor e que muito poderiam fazer. Registam-se muitas resistências, principalmente nos grandes meios. Já não sucede o mesmo nas localidades rurais, onde se nota um movimento de simpatia pela Legião, que se traduz pelos pedidos constantes de criação de núcleos legionários.

A Legião que dia a dia vai, na medida do possível, melhorando os seus serviços, *continua* e continuará vencendo tôdas as resistências, sendo de lamentar que as camadas burguesas da população não compreendam um organismo que principalmente se constituiu para apoiar um sistema político que defende e acautela os seus interesses.

Da parte do Exército, tem a Legião obtido tudo o que é possível obter, porque aquêlê bem cedo compreendeu o papel da Legião como seu auxiliar, tanto na guerra como na Paz. É a Legião *continua*.

J. CORREIA GUEDES
Adj. -militar da L. P.

uma parada que se revestiu de grande brilho, tendo sido muito apreciada por todos que a presenciaram. As unidades dêsle comando distrital são: batalhões n.ºs 32 (Leiria), 33 (Maceira-Liz) e 34 (Caldas da Rainha) e vários nas principais localidades.

Do comando distrital de Setúbal, o batalhão n.º 48 (Setúbal) e os terços independentes n.ºs 12 (Barreiro), 13 (Montijo) e 14 (Almada), têm a sua sede na Estremadura. Nestas unidades, a instrução militar foi muito cuidada, mas a organização das unidades teve de vencer grandes dificuldades, principalmente o terço n.º 12, que começou muito lenta, por se ter que lutar com resistências passivas, influência do ambiente. Hoje, vencidas as dificuldades, o terço n.º 12, como tôdas as demais forças distritais, está em completa actividade, tendo-se realizado em tôdas as sedes legionárias paradas e concentrações, que têm contribuído para o aumento de alistados na Legião.

Entende-se na Legião que não só a parte militar deve ser encarada, mas que a acção social é muito importante para o prestígio dêsles organismos. Em Lisboa, os



Depois duma manhã de fatigantes exercicios, nos arredores de Lisboa



Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa



General

António Oscar
de
Fragoso Carmo

Ilustre Presidente da
República Portuguesa



GENERAL CARMONA

James White & Co. No. 10

General

Historic Building

Maple Avenue

City of Chicago
Illinois

Chicago

O GENERAL CARMONA

Homem Público e Chefe do Estado

A acção política do Senhor General Carmona é uma das mais belas páginas da História contemporânea e afirma-se pela maior e mais limpida isenção, pelo mais são e glorioso patriotismo. Do exemplo daqueles varões ilustres de que anda cheinha a História da gente lusa, tem o Senhor Presidente da República sabido ser o melhor e mais admirável continuador, o mais claro e vivo espelho.

Ao olharmos a acção e obra do ilustre Chefe do Estado, também podemos dizer com Salazar:

«O Senhor General Carmona tem exercido, com superior critério, alta distinção moral e inexcedível dedicação pelo seu País, a função de Chefe de Estado. A estabilidade que, desde 1926, houve na suprema direcção do Estado, depois da instabilidade que nela tinha havido desde 1910, é devida, tanto às qualidades eminentes, ao equilíbrio de espirito e ao prestígio pessoal do Senhor Presidente da República, como à essência disciplinadora do «28 de Maio» que o ilustre militar interpretou com fidelidade só igual ao seu aprumo. Essa estabilidade sintetiza diante dos portugueses a vitória máxima do ideal reorganizado que se implantou em Portugal.»

Não se pense, porém, que só na chefia do Estado as igrégias qualidades do Senhor Presidente da República se evidenciaram, ou foram melhor olhadas pelos seus contemporâneos. Já muito antes do «28 de Maio» elas tinham tido a consagração merecida — embora passasse despercebida para a grande maioria — no meio do verdadeiro arraial de feira que era então a política portuguesa.

Corria o ano de 1925. Caíra mais um Governo democrático e, desta feita, não fôra já possível confiar-se ao nefasto partido o encargo da constituição do novo gabinete. Ante as evidentes reacções da opinião pública, o Chefe de Estado de então, chamou ao Poder o partido tido e havido como sendo o conservador nas hostes do regime. O dr. Ginstel Machado recebeu o encargo de formar o novo Governo. Apercebendo-se que o descontentamento nacional que inteiramente lavrava, atingira já o Exército, aquêle político procurou conseguir, dalgum modo, a colaboração da Força Armada e resolveu, por isso, que o novo ministro da Guerra fôsse aquêle que o Exército indicasse. Fizeram-se pesquisas; procurou-se ouvir opiniões nesses catorze dias que durou a crise e durante os quais Portugal não teve Governo. De tôda a parte se apontou um nome: o do Comandante da 4.ª Divisão Militar, então um dos generais mais novos do Exército Português — o General Carmona.

O Presidente do Ministério, perante a unanimidade da indicação, convidou o ilustre militar. E escutou a primeira recusa. O distinto oficial não queria tomar parte naquele verdadeiro «desmanchar de feira» que era já, então, a política portuguesa. Recusou-se obstinadamente. Militar e só militar, apenas uma coisa procurava: servir a sua Pátria no Exército. Disseram-lhe, porém, que era precisamente para tal serviço que o chamavam ao Governo. O seu nome fôra indicado pelos seus camaradas. Seria para servir o Exército que ele viria para o Ministério.

Depois de muito instado o Senhor General Carmona acedeu, mas impôs uma condição — condição que foi sempre cumprida, enquanto esteve no Governo: representante do Exército, não lhe interessavam as pugnas partidárias, o «dize tu, direi eu», do Parlamento e da Política. Nos Conselhos de Ministros, como no banco do Governo nas Câmaras, havia sempre um lugar vago, excepto quando se tratava de problemas que interessavam à Força Armada. Acima, pois, dos interesses e das paixões, o Senhor General Carmona pôde governar, fazendo prestigiar, tanto quanto o permitiam as circunstâncias, a alta e patriótica missão do Exército que se esforçou por tornar um espelho vivo das virtudes e das glórias da Grei.

A Nação, que assistira desgostosa e desolada, tanta e tanta vez, à intromissão e confusão do Exército na política partidária dos grupos e das facções, olhou, cheia de desvanecida admiração, êste homem que tam sãbiamente se erguia acima das lutas e dos interesses mesquinhos. Mas, porque a política dêsse tempo em nada correspondia ao interesse da Nação, o General Carmona não esteve no poder mais do que um mês, que tanto foi o tempo que durou o Ministério de que fazia parte.

O POLÍTICO

A Nação, que já o apreciara quando, como Promotor de Justiça no julgamento dos implicados no «19 de Outubro», soubera com rara e nobre energia, acusar os culpados dos horribéis morticínios da noite trágica, escalpelizando a política depravada que os tornava possíveis, viu, com mágoa, sair do Poder êste homem de rija tẽmpera, fiel e perfeito herdeiro das virtudes heróicas de antanho. Mas o General Carmona é que regressava contente por tudo e, até, por mais



O abraço dos dois Presidentes

uma vez ter sabido e podido, em lam difícil emergência, cumprir o seu dever. A 4.ª Divisão voltava a tê-lo como seu Comandante. Nela permaneceu até que, em 1925, tendo de se efectuar o julgamento dos bravos e ilustres oficiais que haviam tomado parte na Revolução de «18 de Abril» — a precursora do «28 de Maio» — o General Carmona foi de novo chamado a desempenhar as funções de Promotor de Justiça.

E, de novo, também uma outra faceta do homem público se revela à admiração da Nação. Desta vez no banco dos réus não estavam criminosos, mas alguns dos mais ilustres oficiais do Exército. O futuro Chefe do Estado, cumprindo a sua função, na qual todo o País tinha postos os olhos, promoveu justiça. E fez o elogio dos seus nobres e patrióticos camaradas que, por muito quererem à sua Pátria, foram levados ao Pretório.

De novo o General Carmona, com o seu raro prestígio, com a extraordinária autoridade que lhe dava o seu passado, condenou a política dos partidos, então alcançados no Poder.

Ficou célebre e, já hoje, entronizada definitivamente na História a sua frase: «Estes homens estão aqui, porque a Pátria está doente.» Portugal, de norte a sul formou então, em espírito, à volta do ilustre militar.

Como se escreveu algures, «fazendo-se intérprete da opinião pública do País, que ainda não deixava de enaltecer o gesto decidido e patriótico dos bravos militares que, com inexcedível apurmo, se tinham revoltado contra a tirania da política imperante, o Senhor General Carmona tomara, naturalmente, o lugar ainda vago do Chefe — o Chefe que, dia a dia, se tornava mais necessário e que, todos o acreditavam piamente, havia de surgir como surgiu.

«O seu discurso na sala do Risco, surpreendeu todo o País, porque era no meio da feira de misérias, fíbiezas e cobardias, a primeira voz de comando, vibrante e altiva que se ouvia.

«Militar ilustre que já sobraçava a pasta da Guerra por indicação do Exército, o homem íntegro, ao qual os

próprios adversários prestavam justiça: o soldado disciplinado e sabedor, que nunca conspirava, que vivera sempre para a sua vida profissional, afastado das intrigas, dos despiques e das fecções, também erguia a sua voz prestigiosa, como poucas, para verberar uma política de desregramento e atropelos que tudo ameaçava destruir. E a Nação sentiu que estava ali o Chefe, que estava ali o homem capaz, por suas virtudes e talentos, de a conduzir à reconquista da passada grandeza. Foi, de resto, por isso, que o nome do Senhor General Carmona passou a andar de boca em boca envolto na auréola dum respeito que raros têm gozado».

De facto, depois da sua passagem pelo Ministério da Guerra, depois da sua actuação na Sala do Risco, Portugal inteiro ficara sabendo que tinha no eminente militar um grande homem de Estado, capaz de conduzir, como conduziu, o País ao regresso de todo o seu passado esplendor.

Por isso, quando após a Revolução Nacional se constituiu o primeiro Governo Militar, o nome do Senhor General Carmona foi logo indicado para sobraçar a pasta, então difícil, dos Negócios Estrangeiros. O seu grande apurmo, a sua elegância, o seu fino espírito de diplomata tanta vez evidenciado, desde os mais verdes anos da sua mocidade, em que o então jovem oficial já concitava, à sua volta, a admiração e consideração de todos os seus amigos e camaradas, indicavam-no, naturalmente, para pôsto de tamanha responsabilidade.

O que foi a sua acção, está bem patenteado na maneira como todo o Estrangeiro soube aceitar e reconhecer o novo estado de coisas criado pelo movimento de «28 de Maio».

A política de prestígio internacional da Revolução Nacional, empreendeu-a, primeiro que ninguém, o Senhor General Carmona como primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros, como precursor de Salazar nessa imensa e patriótica acção que nos tornou, de há muito, um exemplo que todo o Mundo procura imitar.

Mas os incidentes e as incertezas dos primeiros tempos da Ditadura Militar, incidentes e incertezas que, no próprio dizer do Senhor General Carmona, não eram senão «os movimentos oscilantes do corpo que procura a sua estabilidade», fizeram com que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Revolução tivesse de abandonar o Poder.

Os acontecimentos pareciam, no entanto, na sua precipitação, conduzir tudo pelo melhor caminho. Dir-se-ia que, mais uma vez, Deus escrevia direito por linhas tortas.

O bravo e glorioso General Gomes da Costa, o homem que soubera vencer brandindo a espada, embrenhava-se, agora, nos meandros da política, sem poder conduzir a pôrto de salvamento a nau do Estado. Tendo de abandonar o Poder, foi ainda o General Carmona quem, em 9 de Julho de 1929, o Exército indicou para tomar, em suas mãos sábias e honradíssimas, a Revolução Nacional.

Sabendo, com raro fino e perfeito conhecimento dos homens e do seu valor, escolher os colaboradores, o Senhor General Carmona rodeou-se dum pleiade de homens ilustres, nomes de relêvo, quer do Exército, quer do elemento civil. Todavia, porque com a saída do General Gomes da Costa ficava, também, vaga a



O Senhor General Carmona, promotor de justiça no julgamento do «18 de Abril»



O primeiro Governo formado pelo Senhor General Carmona

chefia do Estado, os membros do Governo, sentindo que o seu Presidente era, de facto, a figura melhor indicada para a suprema magistratura da Nação, insistiram com êle para que a aceitasse, embora interinamente, seguros e certos de que a Nação, quando a tal fôsse chamada, ratificaria, como depois o fêz, a sua decisão.

Surgiu, porém, um obstáculo dos mais difíceis de vencer: a opposição do Chefe do Governo. A Presidência da República, pensava êle, que a outro deveria ser entregue.

Foi necessário lutar para vencer a sua resistência. Foi preciso que lhe clamassem que o País exigia dêle mais êsse sacrificio para que êsse homem, que nunca soube negar o quer que fôsse à sua Pátria, transigisse e aceitasse que o Decreto número 12.740 de 29 de Novembro de 1926, o nomeasse Presidente interino da República.

O CHEFE QUERIDO

Começa aqui a sua longa e feliz carreira de Chefe de Estado.

Ao tomar posse das suas altas funções, o Senhor Presidente da República declarou, então, naquela simplicidade que é uma das mais nobres facetas do seu carácter:

«Fui sempre um simples soldado e um simples soldado como eu, habituado ao cumprimento do seu dever e que outra coisa não fêz na vida se não cumprir, sente-se naturalmente louvado ao ascender às mais altas funções a que um cidadão português pode aspirar.»

E, depois, terminando o seu breve discurso, o ilustre Chefe do Estado acentuou ainda:

«Posso garantir que, por mim, tenho procurado sempre integrar-me no espirito nobre e patriótico do



O povo aproveita tôdas as ocasiões para manifestar ao Chefe querido a sua inteira fidelidade e simpatia

«28 de Maio». O programa dêsse movimento não é de vinganças nem de retaliações. E' de paz e de concórdia. Cumprilo ou poder fazer cumprir, é uma honra, não só para mim, como para o Governo.»

Palavras duma simplicidade encantadora, elas constituíram um programa, do qual, nem por um só ápice, o Senhor Presidente da República se tem afastado.

O seu fino tacto politico, a clarividência com que superiormente dirige os destinos da Nação, impuseram-se logo à consideração unânime. Estava, de facto, ali o Chefe que, durante tanto tempo, o País procurou em vão.

Êle era bem o homem que, no dizer preciso e autorizado de Salazar, «reúne tôdas as condições para o exercicio do seu alto cargo: intelligência, ponderação, delicadeza, aprumo, correcção e bondade que não excluem a necessária energia, uma energia sóbria e discreta.»

Quando os inimigos da situação criada pela Revolução Nacional desencadearam a trágica revolta de 7 de Fevereiro, o General Carmona, tal qual como o fizera quando Ministro da Guerra do governo Ginstal Machado, ante a revolta dos marujos, mostrou-se decidido, enérgico e forte na expressão de tam grave atentado contra a ordem pública. Todavia, uma vez esta novamente consolidada, lamentou a sorte dos que tombavam, procurou remediar os males causados pela sangrenta arremetida, mas, como homem superior, seguro da sua força e da sua justiça, não agravou os vencidos nem se serviu dos insultos com que, no outro tempo, foi uso e costume ferretear todos os que perderam.

E' que, para o Chefe do Estado, que tudo fazia e faz para consolidar a tam necessária paz da familia portuguesa, todos os ódios são detestáveis.

Tam nobre altitude soube o País agradecer-lhe através da alma mãe e pura da gente das nossas escolas.

Ficou como uma das mais belas páginas desta consagração perene que a Nação vem dispensando, há quasi catorze anos, ao Senhor Presidente da República, a célebre manifestação da academia coimbrã.

De regresso aos seus lares, os rapazes iam presos do maior encantamento por essa extraordinária figura de Chefe que, sabendo, embora, evidenciar todos os cuidados e virtudes da sãbia prudência, podia, no entanto, entender os anseios puros da alma da mocidade e vibrar, com ela, em unísono.

Todavia, a hora da grande consagração ainda não chegava. Quando em 1928, a dois anos do «28 de Maio», o Governo da Revolução Nacional entendeu dever prover, definitivamente, a suprema magistratura da Nação, foi o Senhor General Carmona o nome indicado para tam alto como difícil e espinhoso cargo.

Pode dizer-se que, pela primeira vez em Portugal, o País acorrera, em massa, às urnas. O Chefe do Estado fôra eleito por 738.265 votos, números jamais verificados em qualquer eleição precedente.

O primeiro acto do Senhor Presidente da República, após a sua eleição, foi confiar a constituição do seu primeiro Governo ao Senhor Coronel José Vicente de Freitas, militar de prestígio que, quer na presidência da Câmara Municipal, primeiro, quer na pasta do Interior, depois, grangeara a simpatia e confiança de todo o País, tornando-se, então, a figura do momento.

Foi para este Governo que, dias depois, entrou Salazar que iniciou, logo, a sua inegalável, patriótica e admirável obra de renovação nacional.

Ao mesmo tempo que dirigia com o mais notável apurmo a alta politica nacional, o Senhor General Carmona foi percorrendo todo o País, de Norte a Sul, visitando terras e provincias que há dezenas de anos não viam o Chefe do Estado. Tomando contacto com a vida da Nação, surpreendendo-a, por vezes, no seu esforçado e patriótico labôr, o Senhor Presidente da República foi-se pondo ao par, por um mais íntimo conhecimento, das necessidades nacionais e, ao mesmo tempo, a sua figura, que irradiava simpatia, foi-se tornando mais querida e familiar a todos os portugueses. Aproximando-se das classes populares, inquirindo das suas necessidades, levando-lhes palavras de conforto, de fé e de esperança com a certeza de que nunca o Governo os esquecerá, esse homem lembra, por vezes, a figura simpática e infeliz dêsse outro Chefe de Estado que foi D. Pedro V. Quando, meses depois, houve que substituir o Governo, foi ainda com o maior cuidado e acôrto que o Senhor Presidente da República escolheu o novo Presidente do Ministério, o General Artur Ivens Ferraz que, em Genebra, soubera, briosamente, defender o prestígio de Portugal ao recusar a pretendida fiscalização financeira e económica da Sociedade das Nações, imposta como garantia dum empréstimo. Mais tarde, em 21 de Janeiro de 1930, foi preciso nomear novo ministério e o Chefe do Estado escolheu a figura, a todos os títulos illustre, do General Domingos de Oliveira, um militar cheio de serviços ao País.

Por último, quando em Julho de 1932 o General Domingos de Oliveira entendeu dever abandonar o Poder, o Senhor Presidente da República confiou a Presidência do Conselho de Ministros, a Salazar. Entregava, assim, a direcção suprema da Política ao homem que, através da sua acção financeira e económica, soubera salvar a Nação, soubera operar o milagre da Redenção Nacional. Mais uma vez o Senhor General Carmona, com raro patriotismo e inteligência, zelara o interesse nacional. Com Salazar, dera a Portugal o Governo que Portugal merecia. E porque assim foi, abriram-se à Revolução Nacional novos e mais largos horizontes, melhores e mais prósperas perspectivas.

E' que Carmona e Salazar completam-se e, por isso, a obra de regeneração nacional tem sido perfeita.

O DIPLOMATA

Durante o Governo do General Ivens Ferraz, em 1929, o Senhor General Carmona visitou a Espanha a convite do Rei Afonso XIII, iniciando, então, o hoje florescente intercâmbio luso-espanhol. A maneira como o venerando Chefe do Estado foi acolhido no País vizinho, tanto pela corte, como pelo povo, dão bem nota da rara e extraordinária simpatia que a todos infunde a figura illustre, a fina personalidade do Senhor General Carmona, perfeito *gentleman*, que em tôdas as circunstâncias tem sabido cobrir do mais alto prestígio, do mais vivo e profundo respeito a Pátria que superiormente representa. Homem público de apreciáveis qualidades, o Senhor Presidente da República tem-se afirmado, também, um diplomata do mais esmerado quilate.

As inúmeras personalidades notáveis de todo o Mundo que, durante a sua suprema magistratura têm passado por Lisboa, desde o Príncipe de Gales, depois Eduardo VIII, de seu irmão, o Duque de Kent, e Príncipe Takamatsu, irmão do Imperador do Japão, ao General Uriburu e Dr. Marcelo de Alvear, antigos Presidentes da República Argentina e a políticos do maior renome mundial; a intelectuais e artistas da mais alta categoria como Maeterlinck, Gonzague de Reynolds, Duhamel, Mauriac, Maritain e tantos outros, todos vão presos da maior admiração por essa figura veneranda e eminente que sabe rapidamente conquistar a simpatia e o respeito de quantos dela se aproximam.



O Senhor General Carmona e Afonso XIII quando da viagem Presidencial à Espanha

Por isso, o prestígio pessoal do Senhor General Carmona, que corre hoje Mundo, só tem par na sua enorme reputação de homem público e de estadista unânime e respeitado.

Para se poder fazer uma ideia, ainda que pálida e vaga do prestígio e consagração internacionais de que goza o Senhor General Carmona, basta que vejamos as condecorações possuídas por Sua Excelência.

Além das portuguesas que lhe pertencem pelo exercício do seu alto cargo, tais como a banda das Três Ordens e o Grão-Mestrado das Ordens Militares da Torre Espada, de Cristo, de Aviz, e de S. Tiago da Espada e das Ordens do Mérito Agrícola e Industrial, da Instrução Pública, da Benemerência e do Império Colonial, o Senhor Presidente da República possui ainda: o grau de Cavaleiro da Espada de Ouro, da Santa Sé; as Grã-Cruzes das Ordens de Leopoldo I da Bélgica; de S. Maurício e S. Lázaro da Itália; da Ordem do Império Britânico; da Ordem Suprema da Águia Branca da Polónia; da Ordem Suprema Imperial do Crisântemo do Japão; do Leão de Ouro da Checoslováquia; da do Cruzeiro do Sul, da Columbiana de Bóiaça, da Ordem do Banho, da de Carlos I da Romênia e da Legião de Honra. Ultimamente foi agraciado com o Colar da Grã-Cruz da Ordem de Santo Olavo, da Noruega, e com o Grande Cordão da Ordem de Mérito do Chile.

Quere dizer, quasi todos os Chefes de Estado do Mundo têm distinguido o Senhor Presidente da República com honrarias da mais alta consideração.

Incompleto mas longo de mais vai este artigo, para que o possamos continuar com aquela largueza que seria mister para podermos referir, pelo menos, todos os principais factos da acção do Senhor General Carmona como Chefe de Estado e homem público. Não queremos, porém, fechar esta breve referência — outra não pode ser a sua designação — sem recordarmos o que foram as duas viagens triunfais do Senhor Presidente da República, durante o Governo de Salazar, a Terras do Império Ultramarino. Apesar da sua idade, apesar dos seus muitos serviços ao País o dispensarem de mais êsses, o Senhor General Carmona quis, patrioticamente, ser ele próprio a selar, com a sua visita pessoal a quatro das nossas mais importantes províncias ultramarinas, os laços já estreitos de intercâmbio entre a Metrópole e o Império.

O que foram essas visitas como consolidação do nosso valor como potência colonial, está ainda na memória de todos os portugueses para que necessário seja recordá-las. Chega que evoquemos todo o esplendor, amizade e consideração com que o venerando Chefe do Estado foi recebido na África do Sul, importante dominio da corôa inglesa, que visitou, a convite, sobremodo significativo e penhorante, de Sua Majestade o Rei Jorge VI.

Compreende-se, pois, que o povo de Lisboa, lidimo representante de todo o povo português, tivesse tributado ao Senhor Presidente da República, quer em 1938, quer em 1939, no regresso de ambas as viagens, as mais apoteólicas e frenéticas recepções.

Ao terminarmos, também nós queremos dizer, com António Ferro, o insigne escritor e jornalista director do S. P. N.:

«Raras nações se poderão orgulhar de possuir, à frente dos seus destinos, uma figura tam desinteressada e de tam completa isenção. Em geral, os homens que dirigem os homens, independentemente do seu natural patriotismo, são movidos pelo orgulho, pelo exibicionismo, pela ambição ou pela simples volúpia de mandar. O Senhor General Carmona, ao contrário desses Chefes, úteis mas demasiadamente humanos, é apenas um português que serve a sua Pátria, que a comanda para a servir. A sua grandeza está na sua simplicidade, na linha recta da sua vida-modelo. Que todos os portugueses vissemos como o Senhor General Carmona, com singeleza, com patriotismo, com amor, e a mentalidade portuguesa já se teria renovado. A sua continuidade no lugar que tem ocupado, é-nos indispensável não só pelas suas qualidades raras que fazem dele um grande Chefe de Estado, como pelo espectáculo reconfortante do seu exemplo.»



Um dos afectuosos encontros do Chefe do Estado com S. E. o Sr. Cardinal Patriarca

NOTAS BIOGRÁFICAS

O Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona nasceu em Lisboa, em 24 de Novembro de 1869. É filho do falecido general Inácio de Moraes Carmona e da Senhora D. Maria Inês de Melo Corte Real Carmona. Por parte de seu pai contam-se, entre os seus antepassados, alguns nomes de ilustres militares, entre os quais há essa grande figura que foi o General Leonel Joaquim Machado de Moraes Carmona que se encheu de glória na Guerra Peninsular. Por parte de sua mãe descende do grande navegador João Vaz Corte Real que, em 1463, descobriu a Terra Nova. É casado com a Senhora D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona, senhora de superiores dotes de coração.

O Senhor Presidente da República fez os seus primeiros estudos no Colégio Militar, onde marcou um lugar do maior relevo, como aluno aplicado e inteligente. Terminado o curso, assentou praça na Arma de Cavalaria em 10 de Agosto de 1888, sendo promovido a alferes em 25 de Agosto de 1894, a tenente, em 9 de Maio de 1899 e a capitão em 10 de Maio de 1907. Em 28 de Junho de 1913 atingiu o posto de major. Foi, depois, promovido a tenente-coronel em 5 de Fevereiro de 1916, a coronel a 19 de Abril de 1919 e a general em 4 de Março de 1922.

Durante a Grande Guerra de 1914 desenvolveu uma intensa actividade na preparação técnica dos officiaes que intervieram no sangrento conflito. Deste modo, exerceu o lugar de instrutor da Escola Central de Officiaes, ao lado de militares ilustres como os Generais Garcia Rosado, Megalhães Ramalho, Sinel de Cordes, Abel Hipólito, Veiga da Cunha e Coelho de Oliveira. Também durante a Grande Guerra exerceu as funções de Director da Escola Prática de Cavalaria.

Quando do julgamento dos implicados na Revolução de 19 de Outubro foi o Promotor de Justiça, acusando os autores dos sangrentos crimes com rara e desassombrosa energia. Em Novembro de 1923, participou pela primeira vez dum Governo, sobraçando a pasta da Guerra no Ministério presidido pelo dr. Ginesal Machado, tendo então de abandonar o Comando da 4.ª Divisão Militar com sede em Evora. Caído o Ministério, voltou de novo ao tam querido comando dos seus soldados.

Quando do julgamento dos implicados na Revolução de 18 de Abril nomearam-no de novo promotor de Justiça. A sua atitude de imparcialidade, que o levou a elogiar os réus pelo seu patriotismo, valeu-lhe a sua demissão do cargo de Comandante da 4.ª Divisão.

Nomeado para uma vaga inspecção militar, por todo o País, tomou parte nalguns dos trabalhos preparatórios do «28 de Maio».

Vitoriosos o movimento do Exército sobraçou a pasta dos Negócios Estrangeiros. Demittido em 6 de Julho de 1929, foi logo em 9 do mesmo mês, pela saída do General Gomes da Costa, do poder, nomeado Presidente do Ministério e Ministro da Guerra e, depois, interinamente dos Negócios Estrangeiros. Pela letra do Decreto n.º 12.740, de 26 de Novembro de 1926, foram-lhe atribuídas as funções de Presidente da República que acumulou com as de Chefe do Governo, sem pasta. Dois anos depois, em 25 de Março de 1928 foi eleito Presidente da República, cargo para que o reelegueu o sufrágio universal em 17 de Fevereiro de 1935, por 743.763 votos.

O CHEFE DO ESTADO NA INTIMIDADE

O que é a vida particular e familiar do Senhor Presidente da República na cidadela de Cascais

VÃO passados já alguns anos sobre aquela hora escurecida duma meia tarde de Abril, pardacenta e embrumada, em que, quasi de assalto, forçando a rigidez impenetrável dum protocolo que à viva força se quer impor até onde o seu banimento foi de há muito decretado, nós penetramos na cidadela de Cascais para surpreender no seu viver íntimo, na sua vida de família como espôso, como pai, como avô, irmão e sôgro, o Senhor Presidente da República.

A velusta fortaleza, página sempre viva da História-Pátria, erguia-se, triunfante, no ar pesado das suas muralhas multi-seculares resistindo, indiferente, aos afagos do mar que, espreguiçando-se, ia perder-se e confundir-se lá nos longes do horizonte, no cinzento carregado e triste daquela tarde abrilenta, ennevoada e agreste.

E a fisionomia pesada da velha cidadela, máscara que os anos envelhecera e sulcaram de cicatrizes do tempo, tinha o seu mais formal e completo contraste na alegria chilreante daquela casa apalaçada e senhoril na sua elegância discreta, onde em seus hábitos burgueses vive e mora com sua família—larga e numerosa prole—o Chefe querido da Nação portuguesa.

Relendo hoje essa página velha e já amarelecida pelo tempo, encontramos nela a mais perfeita legenda do venerando Chefe do Estado quando, falando da vida particular do Senhor General Carmona, escrevemos então:

«Espírito cultíssimo, o Senhor Presidente da República tem, na singeleza da sua vida de família, a desforra mais completa das exigências do Protocolo que aborrece e às quais só se subordina porque a tanto o obriga o seu cargo.

«Nas horas calmas do lar o Senhor Presidente da República é o mais simples dos cidadãos portugueses e o mais familiar dos Chefes de família.

«A sua vida particular é bem um exemplo altíssimo que, na sua simplicidade desataviada, se impõe, se alevanta ante a consideração de todos os seus compatriotas.»

De facto, nestas breves palavras está feita a síntese completa, a legenda perfeita—passe a imodéstia—da vida privada do Sr. General Oscar Carmona. E' que, se na nossa vida de jornalista nos podemos dar à vaidade do orgulho de algo que tenhamos escrito, esse orgulho é, indiscutivelmente, o de ter saído da nossa pena o que aí fica.

E hoje, como há anos, como sempre, as nossas palavras continuam a estar certas, porque o Senhor Presidente da República continua a ser o Chefe de Família exemplar, o espôso dedicado, o pai amantíssimo, o avô carinhosíssimo, exemplo ideal e magnífico em que, com orgulho, se devem rever todos os portugueses.

Inimigo de toda a ostentação, o Chefe do Estado português tem na intimidade do seu lar uma vida calma, só perturbada pela alegria, sempre viva, dos seus muitos netos, mocidade estuante, esplendorosa e comunicativa—permanente e movimentada festa na casa solarenga que o Senhor Presidente da República escolheu para residência particular, longe do bulício e da balbúrdia da cidade.

Contemos, porém, o que é a vida daquela Família, na cidadela de Cascais. Da verdade do relato, por mais simples que ele seja—como aliás deve ser—resultará maior homenagem do que de todas as palavras, mais ou menos trabalhadas que, porventura, pudéssemos escrever.

Ordinariamente o Sr. General Carmona levanta-se tarde. Quem levou uma vida inteira de militar cumpridor, largando a cama a horas matutinas, julga-se no direito, justificadíssimo, de resto, de abandonar o leito um pouco mais longe da alvorada. Dedicando grande parte do seu tempo à leitura de todos os quotidianos portugueses e dos principais órgãos da imprensa estrangeira, é muitas vezes, ainda na cama, que o Senhor Presidente da República realiza este trabalho em que põe o maior interesse.

Antes do almoço o eminente Chefe do Estado entrega-se, no seu gabinete de trabalho, ao expediente da sua



Momento de intimidade dos dois Chefes

abundante correspondência particular. Por vezes, se o tempo lhe sobra, dedica-se, ainda, à leitura de algumas páginas de História. O Sr. General Carmona tem o maior interesse por todos os trabalhos históricos, que constituem a maior parte da sua biblioteca, e, principalmente, pelos que se referem à gloriosa e inegalável figura de Napoleão I, cuja bibliografia conhece perfeitamente.

Até à doença que há alguns anos o teve entre a vida e a morte, umas manhãs por outras o Senhor Presidente da República dava passeios a cavalo na companhia dos seus ajudantes, o seu genro capitão Silva e Costa e capitão Carvalho Nunes.

Ultimamente, porém, esses passeios foram substituídos por outros na companhia de sua esposa e dos netos e que vulgarmente se realizam na linda estrada do Guincho, nas proximidades de Cascais. Tendo o prazer de andar a pé, sempre que o tempo o permite, o Sr. General Carmona abandona o automóvel e percorre o lindo caminho, apreciando aquela paisagem magnificente e variada.

A's 13 horas, de regresso do seu passeio matinal, almoça. As suas refeições são sempre frugais. Confessa-se, porém, dum pecadilho guloso: gosta o mais possível de café e satisfaz, tanto quanto a sua saúde lhe permite, este gosto.

Se tem de vir a Belém para exercício das suas altas funções oficiais, sai da cidadela cerca das 14 horas. Vulgarmente faz a viagem de automóvel, mas, de quando em vez, e porque tem nisso um certo prazer, viaja de comboio. Utiliza, porém, sempre o comboio ordinário de passageiros. Nunca, mesmo, o Senhor Presidente da República pediu à Sociedade do Estoril que lhe reservasse qualquer carruagem. Simplesmente esta empresa sempre que tem conhecimento de que o Chefe do Estado tenciona servir-se do comboio, põe à sua disposição um meio compartimento de primeira classe.

Os dias de Belém são os dias oficiais do Sr. Presidente da República e desses não é nossa intenção falar neste artigo.

Com o hábito da leitura que o leva a ler tudo que lhe merece interesse — no tempo em que os adversários da Revolução Nacional se desentranhavam em manifestos e panfletos contra o Governo, o Sr. General Carmona não deixava de ler uma só dessas muitas publicações que caíam sob as mãos da policia — o Senhor Presidente tem um outro hábito: o do fumo. É um fumador impenitente. Não aprecia, no entanto, grandemente, os tabacos caros. Os seus cigarros predilectos são os de onça, tipo francês, que o próprio Chefe do Estado enrola.

Todavia, como Briand que só apreciava para uso próprio os chamados cigarros por fazer, também o Sr. General Carmona usa na sua cigarreira de ouro os cigarros de preço que têm como único destino serem oferecidos às visitas ou às pessoas que dêle se aproximam. Quando está em Cascais raro falta no chá familiar, que é servido pelas 5 horas da tarde e ao qual assistem, vulgarmente, sempre alguns convidados, ou pessoas das relações do Senhor Presidente ou da Senhora D. Maria do Carmo de Fragoço Carmona.

Gosta imenso de teatro que tem como uma das mais belas expressões de literatura, divertindo-o, porém, bastante, o teatro ligeiro. No entanto, raramente vai a espectáculos porque, para se defender duma bronquite crónica que o incomoda com impertinência, foge, o mais possível, de sair de noite. Por isso, mesmo os serões, passa-os junto da Senhora Carmona, suas filhas e netos. E enquanto as ilustres senhoras se entretêm na azáfama nunca interrompida dos seus trabalhos para os pobres — as malhas, os falos para as criancinhas necessitadas, etc. — o Sr. General Carmona diverte-se ouvindo T. S. F. de que é um grande apaixonado. Para tanto existem na cidadela de Cascais dois dos mais modernos e completos aparelhos.

Abomina o jôgo. Nem ao menos a familiar e patriarcal bisca se joga na cidadela. É que o Senhor Presidente da República nem sequer conhece o valor das cartas, de tal modo as detesta. É o que acontece com as cartas acontece com todos os outros jogos.

Interessando-se imenso por fotografia, o Sr. General Carmona é um apaixonado desta arte. Na cidadela de Cascais há uma «câmara escura» hoje dirigida superiormente por um neto do Chefe do Estado. Se a sua situação oficial não lhe permite praticar, tanto quanto gostaria, a sua arte de fotógrafo-amador, interessa-se, porém, por tudo quanto diga respeito aos progressos da fotografia que, repetimos, tem em seus netos cultores entusiastas.

Na cidadela de Cascais o Senhor Presidente vive para a família, para os seus íntimos e, por isso, raro lá entra a política. O venerando Chefe do Estado só fala de política com quem tem de falar: os seus ministros, os homens públicos do Estado Novo, enfim, aquêles que são os seus mais directos e próximos colaboradores. Anda, porém, sempre informado de tudo quanto se passa e tem na maior conta o sentir da opinião pública do país. A política, no entanto, é tratada em Belém e só em excepcionais circunstâncias chega a Cascais.

Digno par do Senhor Presidente da República, a Senhora D. Maria do Carmo de Fragoço Carmona completa, perfeitamente, o quadro patriarcal dêste exemplar viver de Família.

Emquanto seu ilustre marido tem de atender aos deveres sempre imperiosos da sua alta função, a Senhora de Carmona dedica o melhor do seu tempo à prática benemerente de obras de caridade. Não há dor nem miséria alheia que não comova o coração da ilustre e bondosa senhora e não logre nêle um amparo acolhedor que a minore ou mitigue.

Teríamos de gastar páginas e páginas se quiséssemos, embora sucinamente, dar conta do que tem sido e vale a acção da senhora Carmona em favor dos pobres de Cascais e Lisboa. Não exageramos se afirmarmos que não há obra de caridade que não tenha sentido a acção benemerita da ilustre dama, para quem não há, também, sacrifícios nem canseiras, desde que se trate de auxiliar os pobres e necessitados, de minorar as desgraças e as infelicidades dos outros.

Uma piedosa e interessante nota da personali-



O Senhor Presidente da República com sua Esposa e netinhos

dade da senhora D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona: Profundamente religiosa, quando chegou a Cascais, a esposa do Senhor Presidente da República encontrou a antiga capela da cidadela servindo de arrecadação de arreios. Para um canto, abandonada ao mais criminoso desleixo, a imagem veneranda de Santo António, precisamente aquela que tomou parte nas lutas contra os francêses e chegou a ter no Exército português a patente de tenente-coronel.

Não se compadecia o ânimo religioso da benemérita senhora que tal abandôno continuasse. Por isso tratou logo de restaurar a antiga capela e nela entronizar de novo o culto de Santo António. Desde então, na capela da cidadela todos os domingos celebra missa Mons. Cônego Dr. Carneiro de Mesquita, Arcipreste da Sé Patriarcal e secretário particular de S. E. o Cardial Patriarca de Lisboa. Ao domingo, o dia do Senhor Presidente começa mais cedo porque a tanto o obriga a assistência à missa a que nunca falta, acompanhado por tôda a sua familia.

E' assim que vive em Cascais, burguêsmente, como o mais familiar dos Chefes de familia de Portugal aquêlê que é, também, o Chefe querido da Nação Portuguêsa. E para dar a impressão de quanto são estimados em Cascais o Sr. General Carmona e sua familia, não resistimos à tentação de contar uma história autêntica a que assistimos.

Regressava o Senhor Presidente da sua triunfal viagem a S. Tomé e Angola. Depois da majestosa recepção de Lisboa, depois do acolhimento apoteótico da Costa do Sol, a recepção delirante de Cascais. Tôda a vila veio para a rua. De junto com as entidades officiais e as organizações locais, o povo, a multidão imensa, tôda a população que cordões de policia continham a custo.

A certa altura uma velhinha do povo iludiu tôda a vigilância e, levando encontrão aqui, pisadela acolá, conseguiu chegar junto do Senhor Presidente da República.

Sem cuidar das exigências do protocolo, aproximou-se da senhora de Carmona e fez-lhe entrega da braçada de flores que levava. Depois, lançando-se ao pescoço do Sr. General Carmona, num à-vontade a que a sua propecta idade dava direito, abraçou-o e deu-lhe um beijo, perante o espanto alônilo da policia. Era as suas boas-vindas...

E, a seguir, olhando à roda, leve um gesto de enfado e de triunfo, para logo comentar:

— Oh! senhores para que será isto? Tanta gente para os guardar... Cá na terra chegamos nós e sobejamos...

Na simplicidade admirável dêste comentário está, de facto, expressado o amor do povo português e, principalmente, do de Cascais ao Sr. General Carmona e sua Familia. Guardá-lo com policia no meio onde êle é tam sinceramente querido e venerado chega a ser uma ofensa ao bom povo de Cascais.

Para o guardar, lá na terra, como em tôda a parte, o povo chega e sobeja.



Residências

Presidenciais

Pouco tempo depois de ter ascendido à suprema magistratura da Nação, o Senhor General Carmona foi alojado no Palácio da Cidadela de Cascais. E, embora não parecesse de aconselhar tal residência, de localização agreste e de brisas demasiadamente vivas, o Chefe do Estado, bem como sua Família, tem ali gosado de excelente saúde.

Tornava-se, contudo, indispensável dispor de outro local mais benévolo, capaz, não só de acolher o Presidente da República, na estação aconselhável para a sua saúde delicada, mas que servisse de «Casa de Honra», para receber e hospedar visitantes de categoria que o prestígio nacional da nossa época chama, améude, a terras porfuguesas. E foi resolvido, como já é do domínio público e noutra lugar fazemos referência, criar aí instalações especiais para tal objectivo.

O que são as duas Casas — a de Cascais e a de Queluz — vão os nossos leitores conhecer pelas penas brilhantes e competentes dos distintos investigadores das Coisas Pátrias, srs. coronel Ferreira de Lima e jornalista e arqueólogo Nogueira de Brito.

Os dois artigos completam a modesta homenagem que da Estremadura e, por seu intermédio, a J. P. E., presta ao Chefe querido de Portugal.

A Cidadela de Cascais

pelo coronel HENRIQUE DE CAMPOS
FERREIRA DE LIMA

DADA a situação de Cascais é natural que, antes do reinado de D. João II, se tivessem lá construído fortificações, não só nos tempos dos nossos primeiros monarcas, como, ainda, em épocas mais remotas pelos romanos.

Porém apenas das construções do Príncipe Perfeito resta a lembrança na revelim, onde umas armas reais picadas mostram, ainda, em letras pouco legíveis, o nome: *D. João II.*

Foi no recinto desta primitiva fortaleza que o nobre e valente patriota D. Diogo de Menezes suportou, o ataque das numerosas forças do Duque de Alba em Agosto de 1580. O vencedor fêz, cruelmente, degolar o heróico e brioso defensor da sua Pátria. Os castelhanos passaram a guarnecê-la durante os sessenta anos do nosso cativo. Depois da restauração, em 1640, Martim Afonso de Melo, conselheiro de guerra, foi encarregado, em 19 de Dezembro, da reparação e acrescentamento da fortaleza de Cascais.

Em 7 de Janeiro e 8 de Março de 1641, tomaram-se novas providências conducentes a êste fim e ordenou-se que quatro companhias de infantaria seguissem para ali. Para governador foi nomeado D. António Luis de Menezes, Conde de Cantanhede e, depois, Marquês de Marialva. Estava então encarregado das fortificações um engenheiro francês que, em resultado de desinteligências, retirara para Lisboa. Foi-lhe, porém, dada ordem para voltar ao desempenho do seu cargo. Ao mesmo tempo Jorge de Melo, com dois jesuítas entendidos na arte em que tanto se distinguia Vauban, recebeu a incumbência de ir a Cascais examinar as fortificações e apresentar, na côrte, o seu parecer, o dos jesuítas e o do Conde de Cantanhede.

Nuns documentos acerca do presidio de Cascais, apresentados ao Conselho de Guerra, em 25 de Junho de

1646, sob o título *Advertências importantes ao serviço de Sua Majestade para guarda de Cascais*, há referências aos seguintes baluartes: de S. Jorge, da Lagem do Romel ou Ramil, do Rei, do Bode, do Rio da Carreira, de Santo António (dois), do Rio do Estoril e da Cabeça de Sete Ovos. Na muralha construída em frente da praia, há uma lápide com a seguinte inscrição:

I. H. S. M.
O MAIS ALTO E PODEROSO REI D. JOÃO IV
QUE DEUS GARDE,
MANDOU QUE D. ANTONIO LUIZ DE MENEZES,
CONDE DE CANTANHEDE,
SENDO GOVERNADOR N'ESTA PRAÇA FIZESSE ESTA FORTIFICAÇÃO
NO ANNO DE 1645

E por cima da porta da entrada há uma lápide que reza assim:

I. H. S. M.
EL-REI D. JOÃO IV DE FELIZ MEMORIA
MANDOU FAZER ESTA FORTALEZA
SENDO GOVERNADOR DAS ARMAS D. ANTONIO LUIZ DE MENEZES
CONDE DE CANTANHEDE
DOS SEUS CONSELHOS E DO D'ESTADO
E GOVERNADOR NA SUA FAZENDA
COMEÇOU NO ANNO DE 1681

Esta última data, talvez, o começo das obras de aumento das fortificações, ou só o das obras da porta.

Na ausência do Conde de Cantanhede, no Alentejo, foram seus Governadores D. Rodrigo de Menezes e o Conde de Monsanto. Por sua morte foi nomeado o Marquês de Fronteira. Nesta época era constituída a sua guarnição por dois «terços», um pago, outro de auxiliares, além de sete companhias de ordenança da vila e termo. Deve ter provindo destes terços o chamado Regimento de Cascais que, sob o comando do coronel Francisco de Melo da Cunha Menezes, monteiro-mór do reino, fez parte da Divisão Auxiliar à Espanha, distinguindo-se no Roussillon e Catalunha.

Este regimento, pela organização de 1806, passou a ter o n.º 19. Depois, ocupado Portugal pelas tropas francesas do comando de Junot, foi, com os restos doutros regimentos de infantaria, constituir o 2.º regimento da Legião Portuguesa que marchou para França. Em 1807 foi a fortaleza ocupada por tropas francesas, substituídas, depois da chamada Convenção de Sintra, por uma guarnição inglesa da esquadra do almirante Colton. Em 3 de Dezembro de 1808 foi reorganizado o Regimento de Infantaria, com sede em Cascais. Comandado pelo coronel Luís Inácio Xavier Palmeirim, distinguiu-se na Guerra Peninsular, no Buçaco, Fuentes de Oñor, sítio e assalto de Badojoz, Vitória e Pirineus.

Raimundo José Pinheiro, quando seu governador, fez algumas obras nesla praça e a entrada junto ao mar.

Em 1831, quando a esquadra do almirante francês Rousin veio forçar a entrada do porto de Lisboa recebeu os primeiros tiros deste inimigo.

Em 28 de Maio de 1835 para ela foram transferidos 242 presos, vindos da Torre de S. Julião da Barra, a fim de fugirem ao contágio do cólera morbus. Foram alojados no revelim, a que, pelas suas péssimas condições de salubridade, chamavam o *inferninho*. Faleceram dezasseis deles, entre os quais o notável Jurisconsulto Manuel Borges Carneiro.

«Actualmente a Praça de Cascais — escreve o major Escrivanis — é constituída por quatro faces: duas retilineas, voltadas para o mar, duas abaluartadas, voltadas para a terra; (estas foram envolvidas por um profundo



Aspecto parcial da Cidadela, vendo-se a residência do Chefe do Estado

fôssos de que ainda há vestígios). As faces voltadas ao mar, são conformadas por um caminho coberto e assentam sobre rochedos. Na face sul existe a chamada bateria dos artilheiros. Na face oeste, existe a bateria denominada da Ribeira. No ângulo destas duas faces está o forte de Nossa Senhora da Luz, que parece ser de construção anterior ao resto da fortificação. A bateria da Ribeira liga-se com a frente abaluartada norte. Ao meio da cortina desta frente existe a entrada da cidadela, ou da Rainha. Na face leste está a bateria de Nossa Senhora da Luz, de onde se goza um lindíssimo panorama. Esta liga-se com a bateria alta de Santa Bárbara, ponto mais elevado da fortaleza, onde está a estação semafórica.»

Segundo o mesmo autor esteve armada com noventa e nove peças e seis obuses, montados nas baterias dos artilheiros, de Nossa Senhora da Luz, dos obuses dos ingleses, alta e baixa de Santa Bárbara.

Na Direcção da Arma de Engenharia há uma *Planta da Praça de Cascais e Cidadela de Nossa Senhora da Luz*, levantada nos dias 27 e 28 de Junho de 1879, pelos capitães António Augusto Duval Telles, José Alves de Almeida Araújo e Jacinto Taveira; tenente Alfredo Pereira Tovar de Lemos e alferes Pedro Augusto Arnaut de Menezes, Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista e Leonardo de Castro Freire, copiado no Comando Geral de Engenharia por Bon de Sousa, no ano de 1898, cuja consulta nos foi, amavelmente, facultada pelo sr. major de engenharia Virgílio de Lemos. E' desta planta que nos socorremos para



O terrasso, passeio predilecto do Senhor Presidente da República para as suas meditações

a descrição dos edificios existentes dentro da cidadela. Transpondo a porta de entrada da praça entra-se num quadrilátero de 1.260^{m²} de superficie aproximadamente. Neste quadrilátero, em volta de um grande interno, elevam-se oito construções, destinadas a diversos fins, em que se distinguem: um edificio de dois pavimentos, em que, desde 1871, na época dos banhos (Setembro e Outubro), se alojava a familia Real e no qual, presentemente, reside, com sua familia, o venerando Chefe do Estado, Sua Excelência o General António Oscar de Fragoso Carmona, e a capela de Nossa Senhora da Vitória, onde, actualmente, se venera, no seu primitivo altar, a imagem de Santo António, que acompanhou, durante tôdas as campanhas da Guerra Peninsular, o Regimento de Infantaria n.º 19.

Esta imagem, que o falecido major Augusto Carlos de Sousa Escrivanis, antigo governador da Praça, condecorou com a Cruz de condecoração da Guerra Peninsular, algarismo 5, e guardou, em sua casa, após a revolução de 5 de Outubro de 1910, foi mandada para o Museu de Artilharia, hoje Museu Militar.

Há alguns anos, a instâncias da Ex.^{ma} Senhora D. Maria de Carmona, esposa do Chefe do Estado, foi esta histórica e devota imagem colocada, definitivamente, no seu devido lugar. Na Praça existem ainda vastos quartéis, onde se encontra alojado o Grupo de Defesa contra Aeronaves.

Na cidadela de Cascais falleceu, em 19 de Outubro de 1889, El-Rei D. Luis I.

Bibliografia consultada: *Portugal antigo e moderno*, por Pinto Leal, vol. 2.º; *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*, por Pedro Lourenço de Seixas Borges Barnuncho, Lisboa, 1873; *Subsidios para a história dos regimentos de infantaria e caçadores do exército português*, por F. A. Martins de Carvalho, Coimbra, 1888 e *Investigações históricas do Regimento de Infantaria n.º 19*, por A. C. de Sousa Escrivanis, Lisboa, 1900.



A sóbria portaria da residência Presidencial de Cascais

O Palácio de Queluz

por NOGUEIRA DE BRITO



O século XVIII deu a Portugal, sob o ponto de vista de evocação galante e histórica, um exemplar curioso de arquitectura que foi uma expressão interessante a marcar posição de realce nos últimos quartéis setecentistas.

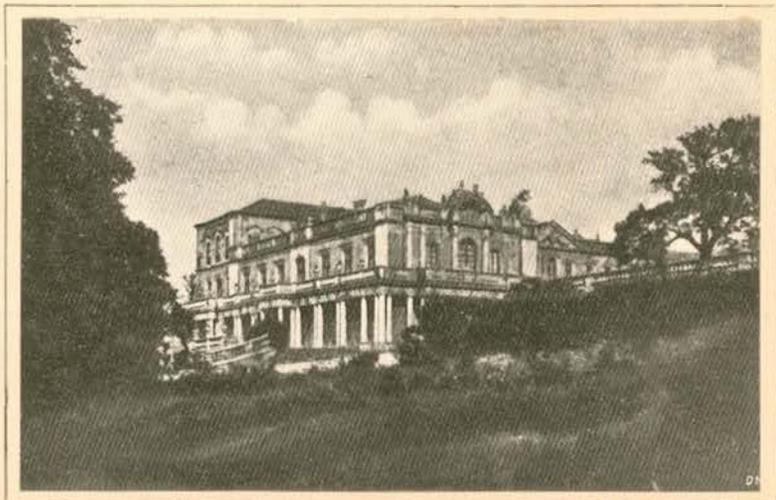
A antecedência solarenga dum palácio do século XVI que os Marqueses de Castelo Rodrigo possuíam em Queluz, fica a perder de vista ao erguer-se a habitação real a que D. Pedro III deu o influxo admirável do seu bom gosto, a graça delicada do tipo de construção que, na França dessa época, ganhou foros de requinte edificativo. E, um francês ilustre, João Baptista Robillion, architecto, gravador e escultor, familiarizado com o que no seu país se produzia, animava a obra com o seu talento e, na ânsia de bem criar, assegurava-se dos seus méritos, ainda, colaborando intensamente com Mateus Vicente de Oliveira, architecto de nomeada que já fizera o risco das Igrejas da Estrêla e de Santo António da Sé, de Lisboa e que na ciência de architectar seguia a traça admirável de Ludovice a quem tanto deve a Basílica de Mafra. Aos dois pertence a glória da criação do Palácio de Queluz, embora cada um deles tenha a êle ligado uma marca

especial. Mateus Vicente de Oliveira foi o animador discreto e exacto das linhas architecturais na sua feição puramente construtiva; João Baptista Robillion imprimiu-lhe a galanteria decorativa levada a deliciosos pormenores. O desaparecimento dos dois artistas monotinizou, banalizou a obra do Palácio de Queluz e, para isso, contribuiu, também, grandemente, a morte de D. Pedro III ocorrida em 1786, quatro anos após o falecimento de Robillion.

Os trabalhos intensos e minudenciados de Queluz congregaram à sua volta artifices de categoria e, se não fôra a interrupção motivada pelo terremoto de 1755, êles ter-se-iam mantido num ritmo nem sempre observado em construções desta natureza em Portugal. Faltando a unidade de vistas e de direcção, o Palácio decaira em acidentadas obras, muitas vezes atrabiliárias, o que leva a afirmar que o solar de Queluz, nos seus primórdios, quando do domínio dos Castelos Rodrigues e depois da morte dos artistas criadores, se evidenciou igualmente pela desordenação e pelo método incerto.

Do período áureo da construção conhecem-se alguns nomes de artifices, mas nem os inventários, que, aliás, não escasseiam, nem outras notícias de vária espécie, permitem registar, geralmente, todos os que nela intervieram e lástima é que assim seja, para que, com a devida justiça, êles fôsem recordados.

Afrontas dos homens e dos tempos malsinaram o Palácio de Queluz, que a nossa história palaciana conservou como exemplar único da segunda metade do século XVIII. Aos primeiros se pode atribuir a deformação estética de que tem sido vítima; aos segundos o aniquilamento de elementos ornamentais e de sectores edificativos e disso é confrangedor exemplo o incêndio de 1934 em que foram sacrificadas dependências que recentes restauros integraram, com criteriosa visão, no gosto primitivo. A vivenda senhorial realenga de Queluz, recomenda-se por três aspectos notáveis: fachadas, interiores das suas principais salas e jardins. As fachadas, ocullam-se, discretamente, a dentro da intimidade do edificio, longe das vistas mal educadas dos que do Palácio se aproximam, alheios a sensibilidades estéticas. Chega, quasi, a ser contraditório que ao visitante interessado se torne necessário penetrar no Paço, para bem se aperceber do admirável equilibrio de linhas e de proporções que domina nessas fachadas. Defenhamo-nos pois, na contemplação atenta das fachadas do Palácio de Queluz tam merecedoras de observação. Por uma questão de categoria voltemos a olhar para a «fachada de cerimónia» que defronta os pilarescos jardins. É principalmente o «Jardim Pensil» que essa elegante fachada olha. A magia decorativa de Robillion mostra-se esplendente nesta fachada, onde os elementos decorativos assumem estranhas delicadezas. Desde o coroa-mento do frontão até à nobre balaustrada, tudo reveste aspectos de elegância verdadeiramente notáveis. Releva-se a maliabilização do clássico num sentido moderno, próprio da evolução architectural da época e, na ornamentação, o mundo plástico de estátuas, grinaldas, festões e outros motivos decorativos, toma proporções e sóbria beleza que encanta. São três corpos esbellos bem próprios duma fachada nobre de grande Palácio. A poente, as fachadas, numa angulização bizarra, apresenta um carácter muito particular no sistema de localização e aspecto de delineamento architectivo. A valorizá-las exalta-se a linda colunata a formar dois elegantes terraços, coberto um, descoberto outro, e dilata-se a luzida escadaria de acesso em que a decoração avulta com imponente traçado e, ao mesmo tempo, galanteria. É a escadaria dos «Leões», que trepam às lojas que serviram de jaula. É dum belo efeito ornamental e construtivo a disposição dos três lanços discordantes de direcção. Vasos ornamentais ilustram a formosa escadaria, rematando, igualmente, os balaustrés encimando a cimalha da fachada



Aspecto parcial do Palácio de Queluz

norte. O friso colunar decora-se, no alto, de denticulos graciosos, constituindo tudo uma composição de rara imaginação construtiva no género. E' ainda a marca do artista Robillion que imprime esbelteza à balaustrada da fachada do norte e o plano térreo em que se apoia, almofada-se gentilmente na pedra dócil, e tem equilibradas proporções que se igualam à das quatro portas que ladeiam a fonte em que se sucedem, alleando-se, quatro conchas. Há no Palácio uma fachada interessante que é a do quarto chamado de «D. Quixote», interessante pelo seu allivo perfil, conjugada com a graciosidade dispositiva. Também uma linda balaustrada corre com elegante traçado, ornamentando-se de figuras e assentando delicadamente em colunas esbeltas. Nota-se, com enlêvo, o sistema de pilastras caneladas, sóbrias no classicismo dos seus capitéis e onde os motivos ornamentais esplendem à maneira delicada de Luis XVI. Frontão semi-circular, sobrepuja a janela central e, no tímpano, a figura de Baco, domina, a evidência do seu carácter português. A frontaria que dá para o «Jardim de Malta» não exulta do «brincado» que caracteriza as outras frontarias do Palácio, mas a sua mesma simplicidade a torna curiosa e atraente.

O conjunto das fachadas do Paço de Queluz é, por si só, um dos maiores encantos construtivos e decorativos. A harmonia das linhas, a pensada permeorização dos ornamentos, o segredo dimencional, são o produto duma ideação grácil e rítmica e, servem a alear na arquitectura civil portuguesa, um dos melhores motivos do gosto edificativo.

Agora, entramos no Palácio de Queluz e fazêmo lo, modestamente, palmilhando o «Corredor das Mangas» que nos recorda as mangas de vidro, que abrigavam da viração indiscreta os lumes das velas. Aqui, neste preliminar de caminhada devota, a arte cerâmica portuguesa exhibe-se em painéis e lambris que trazem a marca dos setecentistas Francisco Jorge da Costa e Manuel da Costa Rosado. Duas salas estão próximas: a «Sala da Tocha» e a «dos Archeiros». Já vimos as suas portas que abrem no corpo do centro da «Fachada de Cerimónia». Seguem-se as «do Bilhar» e a «dos Particulares». Ainda no mesmo sector, se desvendam a «das Talhas» e a «do Conselho do Estado», a «da Açafata», a «do Toucador da Rainha», a «do Quarto da Rainha», a «de D. Quixote» e a «das Merendas». E' esta parte a de maior magnificência do Palácio. Mas, de tôdas estas salas, destacam-se, sob todos os pontos de vista, a «das Talhas», a «do Toucador da Rainha», a «de D. Quichote» e a «das Merendas». A «Sala das Talhas» denominou-se igualmente «dos Embaixadores» e «dos Serenins», tendo, ainda mais remolamente, as designações de «Barraca Rica», «Casa Grande» e «da Galeria». Afora o bellissimo trabalho que Robillion tem no exterior do Palácio, o grande artista francês, pode-se dizer, concentrou nesta sala um dos momentos mais faustosos do seu fino gosto. Como sentido ornamental, esta sala chama a atenção de quem a vê. Ela serviu sempre para as grandes solenidades ou espectáculos de arte; daí as suas mais expressivas designações. Artistas nacionais trabalharam nela, sendo de João Crisóstomo da Silva e João Caetano a obra de talha e de doiradura. Collin, entalhador francês, deu os modelos de que êles se serviram para a pasta que reveste as molduras das paredes e da sanca. A obra pictural do tecto perlece aos Berardis (João e António) e a Francisco de Melo. Histórica e artisticamente, êste tecto reveste importância, nos seus belíssimos quarenta e três painéis. O painel que ocupa o centro é da autoria de João Berardi e tem como assunto um «serenim» na côrte de Josefina. E' realçante a graça na disposição das figuras que assistem ou tomam parte no recital, como se diria hoje: o rei D. José e a rainha D. Mariana Vitória, a princesa D. Maria, mais tarde rainha D. Maria I, as três infantas filhas dos monarcas, D. Maria Francisca Benedita, depois princesa do Brasil, D. Mariana Josefa e D. Maria Doroteia, D. Pedro III, o maestro Lucas Jovini, professor da rainha e o célebre músico David Peres. Figuras da côrte, músicos e cantores completam o famoso quadro em que David Peres toca ao cravo e as infantas cantam solfa, como se vê dos papéis que seguram nas mãos. E' D. Pedro III, que ostenta uma corôa de louros, que dirige a sessão musical. O vão dêste sugestivo tecto é ocupado por dois painéis no tópo, figurando-se, em um, a alegoria da música e, no outro, um concílio de deuses. Esta pintura é obra do mesmo João Berardi. Correm na sanca, à maneira de guarnição, dezóito painéis e paisagens chinesas, motivos alegóricos e outros e nas sobreportas e vãos, mais dezasseis, sendo completada a famosa decoração por seis pinturas que pasta doirada enquadra. Muito belos os docês que, revestidos de espelhos e apoiados em colunas octangulares, se collocaram nos topos da sala. As respectivas cadeiras foram decoradas com obra de talha de Silvestre de Faria Lôbo. A decoração e recheio, luzidíssimos e ricos, da «Sala dos serenins», tem ido desaparecendo dela pela obra dos anos e do desleixo dos homens, como as preciosas talhas do Japão que à sala deram designativo. O «Toucador da Rainha» é, sem dúvida, uma das salas mais galantes do Palácio de Queluz, galanteria que se coadunava com a aplicação do gracioso compartimento. Dá-lha, principalmente, o admirável revestimento, sem exageros, que cobre as paredes de espelhos encaixilhados em prata doirada. Esse aparatoso revestimento ganhou, invadiu tôdas as superficies, estendendo-se a tôda a parte. A decoração de «meninos» que se olham eternecidamente nos espelhos, ora nus, ora requintadamente indumentariados à maneira da côrte e agrupando-se em elegantes painéis, é duma impressionante gracilidade. Do tecto descaem flôres, emergindo duma *corbeille*. Esta decoração pictural saiu do pincel de João Valentim e José Conrado Rosa que viveram nos últimos quartéis do século de setecentos. Neste ambiente de toucador, deliciosamente decorado, dormiram a rainha D. Carlota Joaquina, o infante D. Pedro e o príncipe D. João e, mais tarde, a rainha D. Maria Pia. A sala de D. Quichote é vivacíssima na sua alusão pictórica à vida do celebrado herói espanhol que Cervantes immortalizou, oferecendo, por isso, uma singular curiosidade. O seu tecto é cupular e oito colunas de madeira doirada vieram ampará-lo airoosamente, revestindo-se de espelharia cara. E' tradição que o pintor português Manuel da Costa, teria sido o autor dos dezóito painéis que se collocaram no tecto e sobreportas. De José António Narciso,



é o painel do centro. A «Sala das Merendas» é preciosa nas suas decorações do lecto e das paredes. Aquê, de sectores hexagonais, ostenta roselões e pinhas doiradas num fundo alvo e estas exibem belos painéis onde a pintura releve assuntos que justificam a designação da sala: figuras que descansam em relvados, peças de caça e personagens povoando os locais em sugestivo repasto campesino. Motivos de frutos e árvores se vêem sobre as portas e janelas. Pelo traço, pelo carácter, aventa-se a hipótese de serem estas pinturas de Conrado Rosa e João Valentim que decoraram o «Toucador da Rainha». O que é evidente é que essas merendas se relacionam com as caçadas reais e outras festas da corte, da mesma espécie.

Na ala esquerda do Palácio de Queluz, isto é, da banda que dêste lado segue para o «Corredor das Mangas», as salas que se desvendam oferecem menos interesse. São elas a «de entrada», as «do jantar», «do café», e «do fumo», «da escultura», além dos aposentos privativos das princesas. A sala chamada «do Lanternim» também dêste lado do edificio, é, porventura, a mais interessante. Antiga «Sala escura», Junot mandou-a restaurar e, dessa época, é o lanternim de vidraça que lhe faculta a luz. Nesta sala se vê o conhecido retrato do rei D. Miguel I, pintado em Viena de Austria em 1827, por Giovanni Ender. Resta falar ainda da «Sala das Serenatas, ou da Música» e da «Sala do Trono». A primeira é uma das de maiores dimensões, do palácio, senão a maior. O que a notabiliza é a formosa obra de talha e os espelhos que a opulentaram, forrando paredes e portas. A talha sobreveiu aos espelhos, êsses espelhos vistosos e ricos que tam insistentemente entravam na ornamentação das salas do palácio. Quando a «Sala das Talhas» passou a ser utilizada para as grandes recepções diplomáticas, tôdas as festas de música se realizavam na «Sala da Música», que, assim, por êste motivo, ficou sendo conhecida. Mas se a obra de talha desta sala é preciosa, ainda a excede a que se exhibe na «Sala do Trono», e nessa obra o «entalhado» português, que tantos trabalhos ricos e autênticos produziu nos séculos XVII e XVIII, evidencia-se na intervenção hábil e aprimorada dos entalhadores José Vicente e Silvestre de Faria. Esta «Sala do Trono» é uma das mais exuberantes de decoração, sendo os motivos duma grande profusão, em tudo irmanando com o que a França de Luiz XV produziu nesse tempo. Nesta sala paira vivamente o gosto artistico de Robillion que dirigiu todos os trabalhos. Vistas as salas do palácio de Queluz na magnificência das suas pinturas, na opulência das suas talhas; sentido o ambiente que nelas vive, através de tantos factos históricos e galantes de que elas foram testemunhas, não se deve deixar de falar na Capela, onde é também magnífica a talha. Nela, onde há retábulos de Nossa Senhora da Conceição, S. Pedro e S. Francisco, cantaram, tocaram e regeram muitas das figuras interessantes da música portugueza e estrangeira dos séculos XVIII (segunda metade) e XIX (primeira metade). Bastará para o confirmar, a citação de nomes como Scarlatti, Caffarelli, Geziello, Raff e João Cordeiro da Silva. As salas do palácio de Queluz rescendem ao perfume delicado de outros tempos e o doirado das suas decorações e a galanteria dos seus pormenores ornamentais constituem, com requintado gosto, notas evocativas de pessoas e de factos que ficaram na história, na arte e na politica. Não se detém aqui, contudo, e ainda no aspecto pitoresco, o que o encantador paço real exhibe. A formosura dos seus jardins é, também, motivo de enlêvo e de fulgurante enlêvo, na verdade. Vitima, também, de desleixo, soffrendo intempéries e, porventura, adulterações, êsses jardins, no entanto, são qualquer coisa de belo no sentido da imaginação e da beleza. A despeito do que na voragem de vária espécie se foi subvertendo, o que se conserva impõe-se à admiração. O jardim chamado «de Neptuno» e também denominado «Pensil» vem já do alvorecer da segunda metade do século XVIII. Já a sua solidez se revela no alarramento que gigantes de silhares fortes, com o esforço dos arcos tijolados, agüentam com decisão. Elegante é a balaustrada que corre abrindo-se a meio de dois pilares, deixando pompear as esculturas equestres da Fama, cuja composição forma o «pórtico dos cavalinhos» que é a separação do parque. Há boas razões para crer tratar-se de obra portugueza do escultor Manuel Alves em modelação da talha de Silvestre de Faria Lôbo. E' êste jardim notável por vários elementos, como lagos e estatuetas, que animam uma fugaz vegetação que serve, igualmente, a formar ruas de belo pitoresco. Os tanques, em número de quatro, têm taças de mármore, graciosamente recortadas, destacando-se o que dá o nome ao jardim e onde se veem, em figuras, a alegoria às estações do ano e urnas que se atribuem aos ceramistas da fábrica lisboeta do Rato. Da Inglaterra provêm as figuras de chumbo que se espalham pela parte arborizada. Isto pouco é, se lembrarmos que, no género, a decoração era profusa no que toca a manifestação estatuária, mas que se perdeu a pouco e pouco, restando o que ainda hoje se vê. Tudo é obra do abandono, da usura, do iconoclasismo!

E' do jardim de Neptuno que se comunica com o esplêndido parque, atravessando um semi-circulo e de onde se originam quatro alas divergentes, ligando a do centro, depois de passar por uma rotunda, ao lago, onde perolisa uma cascata artificialmente construída de pedras lôscas e onde se alteia uma cimalha que um vaso decorativo, rodeado de estátuas de chumbo, corôa. Foi Robillion que deu o risco do jardim, como, também, o deu ao jardim dos Azereiros que está separado do primeiro por balaustrada de pedra. Cruzam-se nêle, ruas de buxo e de murta, arbustos predilectos na botânica do jardim do palácio de Queluz. Centralmente está um tanque octogonal onde se evidencia, graciosamente, um golfinho amparado por três «meninos», conjunto escultórico de grande galanteria. Em balaustrada airosa e do melhor mármore, perfilam-se doze figuras que vasos decorativos alternam. Conquanto se trate de obra italiana, isto é, não portugueza, não deixa de oferecer avultado interesse pela graciosidade do traço. Não se deve deixar de mencionar, com apreço, o trabalho artistico das plantações que é obra do jardineiro holandês Van der Kolk, em cuja tarefa bem ajudado foi pelo portuguez Luiz Simões Ressurgido. Também são produto holandês, quasi todos os exemplares de árvores que povoam os jardins e o parque.

A êstes dois jardins do palácio de Queluz, devem acrescentar-se os que foram propriamente domínios do parque, como os de «Labirinto», «Jôgo da Bola», da «Galeria» e o «Botânico» e de que só sobrevive êste último mas deformado pelos homens e pelos tempos.

O que foi no seu período magnífico o palácio de Queluz!

Grandiosa tradição é a sua através das suas brincadas decorações e da sugestão que irradia das obras de arte que o encheram. Passou tudo na vibração dum suspiro; foi um aroma que se evolou, um período de requintada galanteria que se perdeu para sempre, menos na ternura do nosso evocar e na palpitação do nosso sentir. Falam, ainda, as pedras veneráveis, sorri para nós a vida escultórica que ainda o animo, na fluidez dos seus traços, na caprichosa coleção das suas expressões admiráveis.

A politica, a história, o amor, a arte, flutuam como nuvens de incenso através de salas, jardins e outros recessos do palácio, que é um dos capítulos mais interessantes da história da nossa construção civil, um dos aspectos mais enternecidos e fulgurantes da nossa vida palaciana.

1 9 3 8



CADA ano que passa mais se afirma a actividade, por assim dizer dinâmica, que o movimento de 28 de Maio e os homens que tam patrioticamente se dispuseram a cumprir o seu mandato desenvolveram, fazendo caminhar a Nação em ritmo acelerado, para a sua total ressurreição económica, política e moral.

O ano de 1938 foi, como já o haviam sido os mais próximos que o precederam, rico de acontecimentos que marcam, nitidamente, no campo das realizações, a progressão franca e segura das directrizes estabelecidas pelo Chefe.

As efemérides que enriquecem o presente número de "da Estremadura" referem-se, umas, aos principais acontecimentos de interêsse para a nossa província; outras, à vida da Junta de Província da Estremadura, durante o ano que findou; e ainda outras são de carácter nacional de relêvo, que a todos interessa e é grato recordar e arquivar.

AO ABRIR O ANO

O Chefe do Estado fala à Nação

«NO dia em que começa o novo período de trabalhos e de esperanças, pede-me o coração que me dirija a todos os portugueses que, na Metrópole e nas Colónias, ou em países estrangeiros, lutam pela vida irmanados nos mesmos sentimentos de dedicação a Portugal; neste momento, em que a palavra do Chefe do Estado pode chegar, viva, aos ouvidos de milhões de portugueses, eu sinto, como se estivessemos todos presentes, essa estreita solidariedade que nos une e a legítima ambição de, como herdeiros de uma gloriosa tradição, continuarmos a trabalhar pelo engrandecimento de Portugal.

«Queira a Providência abençoar os nossos esforços e dar a cada um de nós e às nossas famílias, no ano que principia, a paz, a prosperidade e a alegria de ver cada vez mais prestigiado o nome de Portugal.»



O Senhor Presidente da República ao microfone

Conselho da Junta de Província

da Estremadura

O primeiro Conselho da Junta de Província da Estremadura reuniu-se no dia 23 de Março de 1937, para tomar posse do seu cargo. O acto provocou grande interesse, tendo reunido na sala das sessões da Junta numerosas personalidades de relêvo nos meios científico, industrial, comercial, político e social de tóda a província.

O acto teve a solenidade devida, assistindo a êle, os membros da Comissão Administrativa da Junta,



Major-engineiro Santos Pedroso

então composta pelos srs. engenheiro Santos Pedroso, presidente, Vítor Tórres, António Ribeiro e Carlos Farinha, além dos altos funcionários dêste corpo administrativo. Foram nomeados para secretariar a mesa, cuja presidência pertence de direito ao presidente da Junta, os srs. Dário Canas, representante do Concelho de Loures, e dr. Augusto Lima e Albuquerque, representante do Barreiro. Trocadas as saudações habituais e proferidos vários discursos que reproduziram a admiração do Conselho pelas figuras dos srs. Presidentes da República e do Conselho e a confiança absoluta nos destinos do Estado Novo e da Pátria, foram ventilados vários assuntos de ordem geral e o sr. presidente convidou os srs. procuradores a fazer uma visita aos estabelecimentos dependentes da Junta, visita que se realizou no dia seguinte. A' tarde, voltaram os srs. procuradores a reunir, para rematar os trabalhos realizados e marcar a nova reunião, que se efectuou no dia 2 de Dezembro.

Nesta última sessão do Conselho de Província, foi apreciado um vasto programa de trabalhos para o ano de 1938 e, finalmente, no dia 15 do mesmo mês, realizou-se nova reunião para verificação de poderes

dos srs. procuradores, cuja lista definitiva é a seguinte:

Representantes das Câmaras Municipais:— Lisboa, dr. Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva; Alenquer, Graciano Felner Garcês Palha; Arruda dos Vinhos, Celestino Augusto da Costa; Cadaval, Alfredo Horácio da Cunha Nery; Cascais, António Duarte Martins; Loures, Dário Canas; Lourinhã, José Pinheiro de Andrade; Mafra, dr. António das Neves Martinha; Oeiras, Agostinho Maria da Costa Cabral de Macedo; Sintra, Mário Costa Ferreira Lima; Sobral de Monte Agraço, Joaquim Marciano



Dr. Madeira Pinto

dos Santos Franco; Tórres Vedras, engenheiro José Maria Teles da Silva; Alcobaça, Manuel da Silva Carolino; Caldas da Rainha, Júlio Lopes; Nazaré, Alípio Pereira Pinto; Peniche, Artur do Rosário Dias; Bombarral, Américo de Oliveira Monteiro; Marinha Grande, Izidro Couceiro Neto; Obidos, José Ferreira Pinto Bastos; Pôrto de Mós, dr. Afonso de Carvalho Baptista; Seixal, António Manuel Viana Baptista; Alcochete, José Nunes Pereira; Almada, tenente-coronel António Baptista de Carvalho; Barreiro, dr. Lima de Albuquerque; Moita, capitão Luís da Costa; Montijo, António Joaquim Marques; Palmela, Venâncio da Costa Lima; Setúbal, major Alfredo Perestrelo da Conceição; e Sezimbra, capitão Joaquim Mateus Prêto Chagas.

Representantes dos Grémios, Federações e Sindicatos:— Federação Nacional dos Industriais de Moagem, Alvaro Baptista Jacquet; Grémio dos Industriais de Lanifícios do Sul, dr. Manuel Colares Pereira; e Grémio dos Produtores de Trigo da Província da Estremadura, Albino Honorato da Silveira Sepúlveda.



Vítor Tórres

Representantes dos provedores ou presidentes das Mesas de Associações e Instituições de Utilidade Local:— dr. António de Sousa Madeira Pinto, engenheiro major António Rodrigues dos Santos Pedroso e dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro.

Representantes das Universidades, Liceus, Escolas e Distritos Escolares:— Professor dr. José Saraiva, Liceu Passos Manuel; dr. Augusto Pires Celestino da Costa, Faculdade de Medicina; dr. Rui Ennes Ulrich, Faculdade de Direito; dr. João Alberto Pereira de Azevedo Neves, Universidade Técnica de Lisboa; e dr. Mosés Bensabat

Amzalak, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Directores dos Distritos Escolares:—Custódio da Cunha Leitão da Costa, do Distrito de Leiria; António dos Reis Matos Serrano, do Distrito de Lisboa; e Jónatas Bernardino Matoso, do Distrito de Setúbal.

Nesta reunião foi eleita a nova Junta, para o triénio de 1938-1940, que ficou constituída pelos srs. major-engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, presidente; dr. António de Sousa Madeira Pinto, vice-presidente; engenheiro José de Arriaga e Cunha (conde de Carnide), Vítor Manuel Eduardo Bueno Tórres e dr. António Soares Franco Júnior, vogais, para os lugares efectivos, e os srs. Carlos Hidalgo Gomes Loureiro, Carlos Farinha e Albino Honorato da Silveira Sepúlveda, para vogais substitutos.

Com a sua Junta e respectivo Conselho, iniciou a J. P. E. o seu triénio de 1938-1940, dentro das normas estabelecidas pelo actual Código Administrativo.



Dr. Soares Franco

director do Dispensário Policlínico e dos Serviços de Puericultura, e Guilherme Felgueiras, director da Escola Profissional de Paiã; os funcionários superiores da Junta, srs. D. Pedro Escórcio da Câmara, Artur de Pinho Costa e António de Andrade Veloso e o sr. Raimundo Alves, funcionário superior do Governo Civil.

Leu o auto da posse o sr. dr. Carlos Botelho Monís, chefe da Secretaria da Junta, após o que o sr. coronel Lôbo da Costa cumprimentou os membros da Junta e aproveitou a oportunidade para prestar homenagem ao sr. engenheiro Santos Pedroso, referindo-se elogiosamente à obra realizada

pela Junta, sob a sua presidência anterior. O sr. presidente da J. P. E., respondendo ao discurso, agradeceu as palavras que lhe foram endereçadas, afirmou que, embora sem programa, estava certo de continuar a produzir-se, dentro dos serviços da Junta, obra proveitosa, e referiu-se elogiosamente a todo o pessoal seu subordinado, para cujo espírito de trabalho, dedicação e até de sacrificio teve palavras de louvor. O orador terminou, lembrando os prestigiosos



Carlos Farinha



Carlos Gomes Loureiro

Posse dos membros da Junta

No dia 3 de Janeiro, tomaram posse dos respectivos cargos os membros da Junta de Província da Estremadura, dentro dos moldes consignados no novo Código Administrativo. Conforme manda este diploma, a posse foi dada pelo Governador Civil de Lisboa, sr. coronel Lôbo da Costa, que investiu nas suas funções os srs. major-engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, dr. António de Sousa Madeira Pinto, Vítor Manuel Eduardo Bueno Tórres, dr. António Soares Franco Júnior e engenheiro José Street de Arriaga e



Conde de Carnide

Cunha (conde de Carnide), como vogais efectivos, e Carlos Farinha, Carlos Hidalgo Gomes de Loureiro e Albino Honorato da Silveira Sepúlveda, como vogais substitutos. Assistiram ao acto quasi todos os funcionários de todos os serviços da Junta, nomeadamente os srs. dr. Xavier da Silva,

nomes de Suas Excelências os Senhores Presidentes da República e do Conselho, supremos inspiradores da obra realizada e em realização, em todos os sectores públicos e particulares do Estado Novo.

Finalmente, o sr. dr. Carlos Botelho Monís, em nome de todo o pessoal da Junta, cumprimentou os novos membros da J. P. E. e agradeceu as referências elogiosas produzidas pelo sr. presidente, outro tanto fazendo o sr. dr. Rodolfo Xavier da Silva, este em seu nome pessoal.

O sr. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso continuou investido nas antigas funções de presidente da Junta de Província da Estremadura.



Albino Sepúlveda

O ano de 1938 abriu com um acontecimento notável para a cidade de Lisboa, capital do Império e sede da Junta de Província da Estremadura. Tomou posse dos destinos do Município lisboeta o sr. engenheiro Duarte Pacheco, antigo ministro da Instrução e das Obras Públicas e Comunicações — cargo êste em que, mais tarde, foi novamente investido. Da sua obra na edilidade, e do que ela representa para a nossa primeira cidade, atestam-no os testemunhos palpáveis dos inumeráveis melhoramentos que, com certa rapidez, estão transformando a velha *Olisipo* numa capital moderna, limpa e apresentável aos olhos dos estrangeiros — e aos nossos próprios.

Com a investidura do sr. engenheiro Duarte Pacheco no seu cargo, Lisboa não beneficiou apenas materialmente. Também moralmente, duma maneira quasi insensível, os hábitos da população se transformaram. De facto, já hoje é possível ver paredes sem riscos ou grosserias escritas; nunca ninguém suporia que resistissem aos instintos pouco educados duma parte dos habitantes pavilhões e objectos caros como as *cabines* telefónicas envidraçadas e vários serviços municipais que foram estabelecidos na via pública, quasi sem vigilância.

As artérias vão-se transformando; as construções modernizam-se e os edificios antigos, que, pelo seu valor histórico ou artístico, são considerados monumentos nacionais ou têm o valor equivalente, são reconduzidos à sua arquitectura primitiva.

Rasgam-se grandes e belas avenidas, melhora-se o abastecimento de águas, constrói-se uma nova fábrica de gás, libertando, finalmente, a formosa Tôrre de Belém da ignomínia de que há tantos anos era vítima; desafogam-se as entradas da cidade, modificam-se os sistemas de pavimentação, melhoram-se os serviços municipais, e ainda outros benefícios vão resultando do esforço do seu pulso de ferro e da sua inteligência esclarecidíssima.

— «Procurarei apenas servir a cidade e o Governo» — disse o ilustre homem de Estado, ao tomar posse do seu cargo. Disse e cumpriu. E, embora à custa de algumas medidas que, porventura, feriram certos interesses, a cidade e a Província — visto que do progresso da capital beneficia também toda a Estremadura — muito lucraram, e a acção do sr. engenheiro Duarte Pacheco tornou-o crêdor de toda a nossa simpatia e gratidão.

Dois dias depois de haver tomado posse, foram apresentados ao sr. engenheiro Duarte Pacheco os novos vereadores de Lisboa, que, em seguida, tomaram também posse dos seus cargos.

Visita do Chefe do Estado ao Centro Maternal Infantil

NO Centro Maternal Infantil (Fundação Júlia Moreira), modelar estabelecimento de assistência infantil, carinhosamente estabelecido pelo sr. dr. Vicente Moreira, filho da senhora que deu o nome

àquela Casa, funcionam serviços de puericultura, que são subsidiados pela J. P. E.

O Senhor Presidente da República visitou aquêles magníficos serviços, deixando ali inscritas as suas impressões, que, como não podia deixar de ser, foram as melhores possíveis. A propósito dessa visita, o *Diário de Notícias* escreve, no seu número de 8 de Abril do ano findo:

«Ali nada falta, para conforto dos «miúdinhos». Ao sr. dr. Vicente Moreira, nas suas frequentes viagens ao estrangeiro, nada escapa: um berço, uma cadeirinha, um simples brinquedo, tudo ele traz, para depois aperfeiçoar e adaptar ao fim a que se destinam.»

E, a fechar a notícia:

«Finda a visita, o Senhor General Carmona teve palavras da maior admiração e carinho pela notável obra, a qual representa, a todos os títulos, um verdadeiro esforço de boa vontade, ao serviço de uma causa cheia de ternura e de um alto significado patriótico.»

Amigos de Lisboa

É sobejamente conhecida a obra cultural desenvolvida pelo «Grupo Amigos de Lisboa», não só em favor do estudo de todos os assuntos que interessam à Capital, como no largo programa de visitas e conferências públicas, realizadas ao ar livre, junto dos locais ou monumentos visitados.

Os «Amigos de Lisboa» entregaram, em Janeiro de 1938, ao sr. engenheiro Duarte Pacheco, um plano de melhoramentos a introduzir na cidade, trabalho resultante dum estudo aturado das necessidades cida-
dinas e filho do acrisolado amor do Grupo pela sua Cidade.

Ao tomar em consideração a diligência dos peti-
cionários, o presidente do Município disse:

— «A urbanização duma cidade é sempre o índice seguro do seu grau de civilização e do progresso social. E, quando se trata duma Capital, êsse índice é mais elevado e assume um significado de grande importância.»

E sobre a forma de realizar:

— «É preciso interessar no plano tôdas as actividades e camadas sociais, colhêr opiniões dos munícipes, mesmo os de pouca cultura, porque muitas vezes têm ideas magníficas.»

A representação era subscrita pelos srs. drs. Virgílio Gague, Mac Bride, Levy Marques da Costa e Arruda Furtado; engenheiros António Emídio Abrantes, Sousa Gomes e Araújo Correia; architectos António Couto; jornalista e crítico de arte Matos Sequeira; escultor João da Silva, Pastor de Macedo, Roque da Fonseca, José Santa Rita, D. Vasco Bramão, José Martins Casal e Jorge Lôbo de Ávila.

Professor Dr. Francisco António Correia

FÁLECEU, no dia 7 de Janeiro de 1938, o antigo procurador ao Conselho da J. P. E., professor dr. Francisco António Correia, vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa, diplomata de grande mereci-



Prof. dr. Francisco António Correia

mento e membro ilustre da Academia de Ciências. Desapareceu, tendo um bom activo de altos serviços prestados ao País que lhe valeram numerosas distinções honoríficas nacionais e estrangeiras, pois o seu nome tinha, muito justificadamente, transposto as fronteiras. A Junta de Província da Estremadura sentiu profundamente a perda de tam ilustre conselheiro.

Carlos Farinha

O nosso vogal substituto, sr. Carlos Farinha, foi, em Março do ano findo, homenageado pelo pessoal da sua fábrica de Alhandra — trezentos operários — que quis aproveitar um outro acontecimento para testemunhar a grande consideração e amizade que nutre pelo seu patrão e amigo: o de ter sido galardoado, pelo Govêrno, com o grau de Cavaleiro da Ordem de Aviz.

Numa sessão que se improvisou numa das dependências da fábrica e que serviu para operários e amigos pessoais do homenageado lhe exteriorizarem tôda a sua amizade, o pessoal ofereceu ao seu patrão as insígnias da referida condecoração.

A simpática festa serviu ainda de pretexto para justificar algumas afirmações de fé política e patriótica nos destinos do Estado Novo, palavras que obtiveram os mais entusiásticos aplausos, da parte dos trabalhadores.

O duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal

NO dia 27 de Março de 1938, o sr. dr. Oliveira Salazar, num programa-comentário sobre a idea das comemorações dos dois centenários da Fundação e Restauração de Portugal, estabelecia, em termos entusiásticos cheios de fervor patriótico, a orientação, quanto à forma e à grandeza, dessa magnífica manifestação de vitalidade, hoje já em plena e activa execução.

—«E vamos a ver se, dominados por tam alta e bela idea, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal»—disse o ilustre Presidente do Conselho.

E' de prever que suceda como deseja quem tam bem tem sabido merecer da Pátria e dos bons portugueses.

A benemérita acção da C. A. P. I.

DESDE a sua fundação, a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno tem distribuído donativos que ascendem a muitos milhares de contos. Os pobres e indigentes da Estremadura têm sido largamente beneficiados. O número destes, com os de todo o País, atinge cifra superior a cem mil pessoas, e tantas foram as que, em 1938, receberam da C. A. P. I. roupas, agasalhos, dinheiro e gêneros alimentícios que as ajudaram a suportar as inclemências do Inverno.

A Campanha é sempre antecedida duma cuidadosa preparação, de molde não só a fazer que todos os pobres tenham o seu quinhão, mas a que as pessoas mais abastadas sejam convidadas a contribuir com o seu óbolo para tam humanitária cruzada.

Nêsse ano, a Comissão da C. A. P. I., composta pelos srs. coronel Linhares de Lima, Mons. Carneiro de Mesquita e engenheiro Santos Pedroso, presidente da J. P. E., tratou directamente com a Imprensa a maneira de conseguir um aumento de receitas capaz de contentar o elevado número de pobres inscritos. A' Legião Portuguesa, foi distribuída a importante missão da recôlha de donativos. Os resultados foram



Peças de fazenda e vestuário armazenados para distribuir aos protegidos da C. A. P. I.

animadores, de maneira que pôde, mais tarde, inaugurar-se a distribuição do Auxílio, desta vez a muito maior número de necessitados.

Honraram com a sua presença essa distribuição os srs. Presidente da República, Ministro do Interior e Governador Civil de Lisboa.

O 7.º ano do Dispensário n.º 4 dos Serviços de Puericultura

O Dispensário n.º 4 dos Serviços de Puericultura da J. P. E. comemorou, no dia 14 de Abril, o VII aniversário da sua fundação, beneficiando numerosas mãis das crianças assistidas. Foi uma festa sim-



Presidente, vogais e funcionários da J. P. E. com algumas das crianças protegidas, no dia da festa do 7.º aniversário do Dispensário de Puericultura n.º 4

pática, como tôdas as dêste género, e que reuniu no interessante estabelecimento, além dos membros da Junta, algumas senhoras que dedicadamente vêm desde há anos colaborando naquela obra de beneficência. Os auxílios dispensados permitiram que se fizesse uma distribuição de muitas centenas de enxovais às crianças protegidas pela Junta, naquele Dispensário, acto com que principiou a comemoração. Seguiu-se um almoço aos membros da Junta e visitantes, na companhia de vinte e cinco crianças das que o Jardim Infantil, adjunto ao Dispensário, recolhe, e depois improvisou-se uma pequena sessão, durante a qual falaram os srs. dr. Xavier da Silva, director dos Serviços de Puericultura, e engenheiro Santos Pedroso. Ambos os oradores agradeceram às senhoras bemfeitoras as suas dádivas e dedicação pelo Dispensário, e enalteciram a obra realizada e seu significado social, no meio pobre do bairro.

Tomaram parte na festa, por parte da Junta, além das duas entidades referidas e das empregadas do Dispensário, os vogais srs. dr. Madeira Pinto, conde de Carnide e Carlos Farinha; o chefe da secretaria, sr. dr. Carlos Botelho Monís, e os funcionários Artur de Pinho Costa e António Veloso; dr. José Champalimaud, director do Dispensário; e as bemfeitoras, sr.ª de Santos Pedroso e de Madeira Pinto, D. Georgina e D. Maria Margarida Feio Terenas, D. Judite Paulo Freire e D. Maria Irene Madail, que têm acompanhado com carinhosa persistência a obra do Dispensário, dando-lhe o seu auxílio moral e material, de maneira a tornarem-se crêdoras dos agradecimentos da Junta e dos pobres protegidos.

Os corpos administrativos na Assistência Pública

FALANDO sobre a reforma da Assistência Pública, o sr. Ministro do Interior, que ao problema tem dedicado a maior atenção, proferiu, por ocasião da sua visita ao Pôrto, em Abril de 1938, um interes-

sante discurso, no qual, pela primeira vez, deu conhecimento público das suas intenções sobre as novas directrizes daqueles importantes serviços do Estado.

E' interessante arquivar alguns períodos do referido discurso. Disse o ilustre estadista:

«Eis o carácter da reforma: centralização dos comandos e uma larga descentralização dos núcleos de assistência directa. Não se trata de criar repartições. Aquilo a que chamo «descentralização» significa maior autonomia onde esta é necessária: e vai muito mais longe — vai até à assistência privada. Não vamos multiplicar os núcleos dependentes do Estado. Pelo contrário, entendemos que a Assistência Pública deve ser coordenadora, exemplificadora, estimuladora e supletiva da assistência privada.»

O período é transcrito do jornal *O Século*, que dá do assunto uma desenvolvida reportagem. O mesmo jornal, seguindo, em resumo, o fio do discurso proferido, diz:

«O sr. Ministro do Interior aludiu, depois, às disparidades inaceitáveis que se observam nos estabelecimentos de assistência do Estado e privada e às anomalias bastante prejudiciais à eficiência dos serviços.

«Para evitar essas anomalias, far-se-á um cadastro geral dos que têm direito à assistência. E' trabalho que incumbe às entidades administrativas, a começar pelas Juntas de Freguesia.»

Por aqui se vê que as Juntas de Freguesia e as Juntas de Província serão chamadas a desempenhar um papel de relêvo, na obra da Assistência Pública, mas de forma disciplinada, e, portanto, mais eficiente do que o fazem actualmente.

Cabe aqui acentuar o papel de relêvo, desempenhado pelo sr. Alberto de Mira Mendes, director geral da Assistência Pública, que, ao serviço da assistência, quer como administrador da Misericórdia de Lisboa, quer como alto funcionário daqueles serviços, se tem revelado um dos mais úteis instrumentos da reforma e aperfeiçoamento por que está passando êsse importante sector de administração do Estado.

Inauguração do Dispensário n.º 7 dos Serviços de Puericultura

COM a presença da espôsa do Senhor Presidente da República, do sr. Administrador do Concelho de Cascais e de outras entidades administrativas, inaugurou-se, no dia 8 de Abril de 1938, na Parede, o Dispensário n.º 7 dos Serviços de Puericultura, que ficou instalado na sede da Associação de Beneficência e Socorros «Amadeu Duarte».

A cerimónia da inauguração constituiu um acontecimento mundano, pois reuniu no aprazível recinto pertencente àquela instituição as melhores figuras da sociedade elegante da Costa do Sol. A sr.ª D. Maria do Carmo Fragoso Carmona teve uma recepção entusiástica, por parte das numerosas senhoras que ilustraram o acto com a sua presença e algumas das quais pertencem às colónias inglesa e americana.

Ao inaugurar o Dispensário, falou o sr. dr. Madeira Pinto, que, depois de saudar a espôsa do Chefe

Fala Salazar

do Estado e de pôr em relêvo a sua obra beneficente, no Concelho de Cascais e em numerosos hospitais e casas de caridade do resto do País, salientou a utilidade dos Dispensários de Puericultura e fêz o elogio da obra de ressurgimento nacional, com tanta competência e felicidade realizada pelo Senhor Presidente do Conselho.

Falaram, depois, o Director dos Serviços de Puericultura, sr. dr. Xavier da Silva, que expôs, com números e factos bastante elucidativos, os resultados benéficos dos Dispensários, e o sr. dr. Azevedo Rua, que, em nome da Associação «Amadeu Duarte», agradeceu a instituição do Dispensário que tantos benefícios concederá às crianças pobres da localidade.

Finda a cerimónia, distribuiu-se leite e farinhas a numerosas crianças já inscritas, das sessenta que passaram a ser assistidas pelo Dispensário. A festa foi abrilhantada pela Banda da «União Paredense».

Dez anos de trabalho honrado, a Bem da Nação

PORTUGAL perfez dez anos de Governo forte, sob a égide de Salazar, no dia 28 de Abril. Dez anos que equivalem — e até excederam — em realizações, a um século de História, pois, como disse o distinto economista sr. tenente-coronel Velhinho Correia, ao fazer o balanço da nossa vida administrativa, em dez anos de Governo, o sr. Dr. Oliveira Salazar apresentou dez orçamentos com saldo, contra três equilibrados, em noventa anos de gerência liberalista.

O comentador da obra de Salazar baseava a sua crítica sob as seguintes epígrafes:

«Exemplos de fora: hoje não aprendemos com os outros, ensinamos. Benéficos efeitos da disciplina e da ordem interna. O êxito da instituição humana que é a propriedade privada. Casas económicas e lares de família. A revolução portuguesa em bom caminho. Somos os mesmos... e quasi nos não conhecemos.»

«Obras... obras... Em estradas, mais de um milhão de contos; em caminhos de ferro, mais de 230 mil contos; em portos, mais de 280 mil contos. Significativo confronto com o passado: estradas, portos e caminhos de ferro em ruína. O «fundo especial» impotente. Confusão entre número e numerário.»

«Edifícios: Depois de Pombal, ninguém fêz mais em tam pouco tempo. Mais de 300 mil contos dispendidos. Arsenal do Alfeite, escolas, institutos, asilos, hospitais, manicómios e outros edificios públicos, além das casas económicas e dos melhoramentos rurais. Em dez anos, um século de progresso. O que eram antes as obras do Estado.»

«Melhoramentos noutros serviços. Maiores possibilidades dos de assistência e beneficência. O grande esforço no Ministério das Colónias. A reconstituição do Banco Nacional Ultramarino. Possibilidade de grandes reformas e da resolução de grandes problemas... Perspectivas dum Portugal maior.»

A reconstituição da Marinha de Guerra. O Exército. Grandes disponibilidades para o seu rearmamento. Conclusões: Sejamos unidos para sermos fortes. Salazar não investiga das ideias nem da origem dos que bem servem o País. Dentro da ordem, cada um deve contribuir para fazer de Portugal a terra de todos os portugueses.»

O Senhor Presidente do Conselho fechou, no dia 28 de Abril, o período experimental de três anos de Assembleia Nacional, exercido com tanto proveito para a Nação.

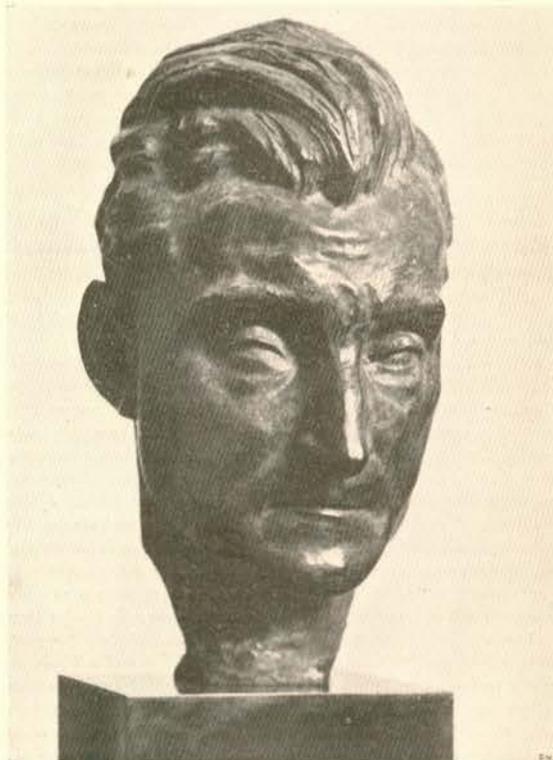
Coincidiu o acontecimento com outro, grato aos corações de todos os bons portugueses: o 10.º aniversário da investidura do Sr. Dr. Oliveira Salazar no seu cargo de Ministro das Finanças.

O Chefe quis rematar esse período inicial da vida normal da Nação com algumas judiciosas palavras que esclarecessem o espírito público e dessem ao País, mais uma vez, a justa medida das suas intenções.

Respigamos do magistral discurso proferido, alguns dos mais importantes períodos — aqueles que definem o Homem, o Chefe, o Político, numa faceta inegalável e que é o motivo do mais justificado orgulho dos portugueses:

Termina este primeiro período experimental quando acaba também de fazer dez anos desde que a mim mesmo começou a caber-me parte maior ou menor de responsabilidade no governo deste País e na direcção de uma obra a princípio de verdadeira salvação pública e depois felizmente de engrandecimento nacional: só um sentimento de modéstia que pelo seu exagêro podia ser considerada vaidade me levaria a esquecer ou fingir esquecer um facto a que aliás se quis dar por várias formas relevo excepcional. E' certo que o ilustre Deputado dr. Pacheco de Amorim afirma que não devem ter memória os políticos; e até certo ponto concordo com a afirmação.

Não hão-de ter memória para as fraquezas dos homens, pois muitas vezes se lhes hão-de confiar como se acreditassem na sua ombridade; não hão-de ter memória para as ofensas dos inimigos, pois acontece terem de estender-lhes a mão para que ajudem a erguer o que antes por cega paixão desejariam destruir; não hão-de ter memória para os desgostos, para as noi-



«Salazar» — Bronze do escultor Francisco Franco

tes perdas, para os esforços mal avaliados, as intenções deturpadas, a honra injuriada, o patriotismo transmutado em interesse, a justiça em gravame, os sacrifícios em delícias do Poder, nem, finalmente, para a ingratitude dos povos, porque, a-pesar-de tudo e acima de tudo, é preciso servi-los sem ressentimento e governá-los com dedicação. Não; os políticos não hão-de ter memória para nada que seja obstáculo à colaboração patriótica, para nada que os leve a pagar agravos com outros agravos, para nada que lhes abata o ânimo no trabalho ou turve na fonte da consciência as rectas intenções. Vive a memória do tempo ido, e ainda que eu não saiba se a citada frase se referia a políticos sem passado e também felizmente sem futuro, achei-lhe em muitas coisas razão...»

O período traduz a modéstia, a consciência do dever, o espírito de sacrifício, a tolerância sem fraquezas e a firmeza de directrizes — virtudes que exornam o carácter do Chefe e que, como bem exprime, desejaria ver brilhar no espírito e no coração de todos os portugueses.

Noutro trecho exterioriza, talvez, certa amargura por sentir que ainda há quem não queira aceitar as esplêndidas realidades:

«Todos estes factos — ter contas actuais, dispor de saldos, fazer o julgamento das gerências logo que findas — são factos únicos no conjunto da nossa história e são já factos banais na história da nossa Revolução. Por eles se passa com indiferença, e isso me alegra, pois não há para mim maior prova de estar bem resolvido um problema do que não dar-se por ele.

«São já de um passado morto as finanças arruinadas, os orçamentos com déficit, a tesouraria exausta, o instituto emissor desviado da sua função, a pobreza do meio circulante, a variabilidade de valor da moeda, a escassez das divisas, as restrições cambiais, os juros altos, os capitais expatriados, as baixas cotações da dívida, a multiplicidade inextricável dos impostos e dos vexames fiscaes, a anarquia do crédito — tudo enterrado no tempo, mas de desejar vivo ainda na memória para não poder repetir-se.»

Explica, mais adiante, numa síntese expressiva, a firme directriz que se impôs:

«Havendo repudiado, com seu cortejo de desastres, o individualismo e o liberalismo do século passado, não nos dispusemos a pôr nas mãos do Estado a competência omnívota de reger por seus próprios meios e serventúrios a economia da Nação; e tendo-nos revoltado contra uma falsa burguesia parasitária e gozadora, não queremos caminhar para uma crescente e geral proletarização, pois não nos causaria inveja uma nação em que só o Estado fosse rico.»

Discriminando, num outro período, o Chefe demonstra como os dinheiros públicos transitam da Nação para o Estado e dêste para a Nação:

«Na actividade traçada ao Estado pela lei da reconstituição económica, sabe a Câmara como uns após outros se têm formulado os planos necessários à sua execução e como, depois de aprovados, se lhes tem dado seguimento. Efectua-se a um ritmo sucessivamente acelerado, sujeito embora às condições actuais da produção mundial, o rearmamento do Exército, e posso desde já anunciar que em breves dias será aprovada pelo Governo a continuação da reorganização da Armada com a construção de novos barcos; executa-se o plano postal, telegráfico e telefónico nos termos aprovados pela Assembleia; acabou de ser aqui votado o plano do povoamento florestal das dunas e das serras ao norte do Tejo; está sujeito à apreciação da Câmara Corporativa o plano das obras de hidráulica agrícola, sem embargo de ter-se continuado a trabalhar activamente nas obras já aprovadas; estão concluídas ou em grande adiantamento as obras dos portos que constituíram o primeiro plano aprovado pelo ilustre Deputado dr. Antunes Guimarães, quando Ministro do Comércio, e a que posteriormente se aditaram os portos de Ponta Delgada, Funchal e Póvoa de Varzim; procede-se à revisão da lei de portos como condição prévia à aprovação das restantes obras ainda indispensáveis, sobretudo nos de pesca, algumas das quais aliás se têm ido realizando com os recursos ordinários do orçamento; tem o Governo em estudo o diploma que estabelece as bases da electrificação nacional; a Câmara aprovou nesta sessão a reforma da instrução primária, sobre a qual se pode gizar a respectiva rede escolar

e formular o plano das casas de escola necessárias em todo o País, e não falo nos edifícios liceais e nas cadeias e palácios de justiça acabados de dotar; estão a negociar-se convénios com as companhias ferroviárias, por meio dos quais se esclarecerá a política de caminhos de ferro, e deve, dentro de poucos meses, encontrar-se uma solução, fora ou dentro das actuais empresas, ao problema da navegação comercial para as colónias.

São coisas muito grandes a passarem do sonho para a realidade da vida ante os nossos olhos, atónitos de tanto nos haver a decadência habituada a tê-las por impossíveis.»

Não esquecendo o aspecto social, que trata com carinho inexcedível, afirma:

«A ligação do económico e do social não é para nós apenas a indesejável afirmação de um facto, mas a directriz marcada para a acção. Salários, seguros de doença ou invalidez, habitação, repouso e férias, subsídios familiares, recreios, assistência aos trabalhadores inválidos, não poderiam viver do orçamento público, senão como meio transitório, pois não teríamos no fundo senão suplementos de salários pagos ao Estado em impostos para que os devolvesse sob a forma mais ou menos disfarçada de assistência aos trabalhadores, quando o que deve ser é tê-los em cada ramo de produção como encargos directos e justa compensação do trabalho. Ficará tudo assim mais no seu lugar.»

Firme na defesa da economia nacional, mostra igual firmeza ao defender os legítimos interesses dos que trabalham, mesmo em face de algumas resistências:

«Não creio que a força da nova mística vença por si só a resistência dos egoísmos individuais e das mentalidades feitas em sentido contrário: eis por que julgo que o Estado deverá usar da sua autoridade para conseguir mais rápida compreensão, reservando sempre para si restabelecer em benefício dos prováveis desfavorecidos o desequilíbrio provocado pelas condições da produção rica e pobre.»

Respondendo aos derrotistas do futuro do Império:

«O tempo desmentiu as profecias que auguravam os piores resultados da aplicação dos princípios de ordem metropolitana aos domínios coloniais. Saneada a vida de cada um, em todos se desenvolveu a produção e o comércio, tomaram notável incremento as obras públicas, segundo os planos previamente elaborados, intensificou-se a obra missionária, a instrução e assistência aos indígenas e o magnífico espírito de cooperação imperial e de dedicação à mãe-pátria vai receber justa consagração na viagem do Chefe do Estado à África Ocidental dentro de meses e esperamos que, para o ano, à outra costa.»

Com uma clarividência notável, prevê os acontecimentos à distância. As palavras que se seguem, pronunciadas em Abril de 1938, dão-nos a medida do Homem de Estado:

«Tem-se a Europa encontrado, nos últimos tempos, por mais de uma vez à beira da catástrofe, e o relativo apaziguamento desta hora não pode garantir-se que sobreviva à resolução de algumas grandes dificuldades pendentes. Levou-a até aí a política «idealista» presa de certos grandes tropos conhecidos e de algumas frases feitas; foi o tempo em que crédulamente se admitia a miragem da «paz universal e indivisível» e da «segurança colectiva», dos acórdos e pactos no «quadro da Sociedade das Nações». Esfalfada esta pelo grande esforço a que a obrigaram, muito para além das suas possibilidades, eis que de todos os lados se afirma e goza do maior favor a chamada política «realista», aureolada por alguns grandes sucessos. Por mim, estou em recetar tanto uma como outra»

E depois:

«A política idealista tornou-se extática e inactiva, cega perante todos os factos que à evidência demonstravam a sem-razão das suas posições: cega perante o facto de serem alguns pacifistas que preparavam as guerras; cega perante o facto de que o direito criado pelas vitórias só pode manter-se enquanto se mantém a força que o impôs; cega perante as divergências entre os sentimen-

tos e os interesses de um lado, os acórdos e os compromissos do outro; cega em Espanha, cega em Praga, cega em Genebra, cega em muita outra parte.»

Em contraposição:

«... houve realismo no Sarre, realismo na Renânia, realismo em Dantzig, realismo no «Anschluss»; do outro lado, houve e há também realismo no Brenner, em 1934, na adesão ao acôrdo de Nyon para a fiscalização do Mediterrâneo, em 1937, no recente convénio anglo-italiano, e até nos contidos sentimentos com que se aceitou o desaparecimento da Austria.»

Em face do que dita, muito judiciosamente, a nossa única posição internacional:

«... Mas ninguém tem dúvidas de que essa força não basta, e os que desejáramos viver na paz e segurança do nosso direito teremos de lamentar toda a política indiferente às imposições do direito e desprovida dum ideal superior de justiça — lamentar e, em harmonia com as realidades, prevenir-nos também: tal é o sentido do nosso rearmamento, das amizades na Europa e fora dela e da aliança inglesa.»

E reforça com palavras já anteriormente proferidas:

«Sente-se que a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria Portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.»

Aprecia com certa parcimónia a questão espanhola, então a um ano exacto da sua solução, e traça uma atitude que o País aplaudiu:

«... do lado de lá da fronteira, houve a revolução e a guerra, substituíram-se por outras muitas situações políticas, implantaram-se novas ideias de governo, estão em favor outras doutrinas, revelaram-se amizades e influências — em suma, muita coisa mudou; mas do nosso lado nada, pois continuamos a oferecer à Espanha, a mesma amizade fraterna. Não queremos ficar a quem e não podemos ir mais longe.»

«... pareceu-me que seríamos réus de covardia, não encarando de frente as situações criadas e não tirando delas as conclusões que se impõem — reconhecendo de direito o Governo do Generalíssimo Franco como governo de Espanha. (Grande ovação. A galeria aplaude com entusiasmo).»

E, já no remate do magistral discurso, Salazar afirma, mais uma vez, a ilimitada confiança em si próprio e a extremada fé nos destinos da Pátria:

«... a obra já não cabe num discurso, nem o seu valor depende do que eu próprio diga em seu abôno. Note, porém, que, não sendo ainda o que poderia ou deveria ser, uma virtude tem, inegável: Portugal foi chamado a nova vida, como se ressurgisse do túmulo ou pelo menos se erguesse daquela tristeza ao mesmo tempo apagada e vil a que se referia o poeta. Não poderíamos ter do facto melhor demonstração que o entusiasmo com que os portugueses se aprestam para as comemorações centenárias de 1939-1940.»

O ressurgimento da nossa Marinha de Guerra

O 11.º ano da nossa «Era do Ressurgimento» foi assinalado por um acontecimento festivo: o início da construção das unidades da segunda parte do primeiro plano de reorganização da nossa Marinha de Guerra.

No dia 4 de Maio, foi publicado na Imprensa o decreto que mandava construir mais as seguintes unidades de Guerra:

- 3 contra-torpedeiros de cêrca de 1.400 toneladas;
- 3 submersíveis de cêrca de 900 toneladas;
- 6 vedetas-torpedeiras;
- 6 lanchas para a fiscalização da pesca;
- 1 petroleiro;
- 1 navio hidrográfico;
- 2 esquadilhas de hidro-aviões de grande exploração;
- 1 esquadilha de reconhecimento; e
- 1 esquadilha de bombardeamento e torpedeamento,

além de torpedos, equipamentos e sobrecelentes para armamento dos navios e aviões.

Como se sabe, são também do primeiro plano do ressurgimento da nossa Marinha as seguintes unidades já construídas:

- 5 contra-torpedeiros;
- 3 submersíveis;
- 2 avisos de 1.ª classe; e
- 4 avisos de 2.ª classe.

O 28 de Maio na Paiã e a obra beneficente da Junta de Província da Estremadura

O Movimento de 28 de Maio foi comemorado, em 1938, na Escola Profissional de Paiã, como é de uso, com toque de alvorada, pela Banda, e formatura geral ao ar livre, durante a qual o professor sr. Ramos Gil proferiu uma alocução patriótica e entusiástica sobre o alto significado da data, pondo em relêvo as prestigiosas figuras dos srs. Presidentes da República e do Conselho. Houve jantar melhorado e licença geral aos alunos para saírem a passeio.

A' tarde, no Centro Escolar da Paiã, prestimosa instituição de ensino e beneficência infantil local, que deve a sua existência ao presidente da Junta, e altos funcionários da Escola Profissional, de entre os quais se destacam os srs. D. Pedro Escórcio da Câmara e Guilherme Felgueiras, respectivamente, inspector e director dêste estabelecimento, realizou-se também uma interessante festa comemorativa da data. Improvisou-se uma pequena sessão, com a assistência das crianças beneficiadas e respectivas famílias, presidida pelo sr. engenheiro Santos Pedroso e secretariada pelos dois funcionários referidos.

As crianças, proficientemente dirigidas pelos seus dedicados professores, entoaram os hinos Nacional e da Mocidade Portuguesa, em seguida ao que foram proferidos patrióticos discursos sobre o 28 de Maio e os Chefes da Nação, pelos professores do Centro Escolar e sr. Reinaldo Tudela, funcionário da J. P. E. O engenheiro Santos Pedroso fechou a sessão, pro-

nunciando uma interessante alocação sobre a obra realizada pelo Estado Novo, para concluir que os portugueses devem aos dois Chefes, Carmona e Salazar, imperecível gratidão.

Na sala, foram descerrados os retratos dos Presidentes da República e do Conselho e, em seguida, foi distribuído vestuário e calçado às crianças que frequentam os postos de ensino da localidade.

Confraternização e uma homenagem

justíssima

O pessoal que presta serviço na Junta de Província da Estremadura, quer o de nomeação oficial, funcionários públicos encartados, quer o de contrato, especializado nos diferentes serviços que são a vida, motor e quasi razão de existência deste corpo administrativo, mantêm entre si as melhores relações de amizade.

Os quasi duzentos funcionários, dispersos pelas varias secções e serviços, têm uma vida absorvente, cheia de dedicação e espirito de sacrificio, sendo raro que possam entrar em contacto, não só devido à colocação dispersa de cada um dos respectivos serviços, como pela soma de trabalho que os ocupa e os leva, quasi permanentemente, a trabalhar horas extraordinárias com um desinteresse que muito os honra e os torna credores da gratidão dos que recorrem aos serviços de assistência da J. P. E.



D. Pedro Escórcio
da Câmara

Por isso, sempre que um feriado ou qualquer outra oportunidade oferece ensejo para se reunirem, os funcionários da J. P. E. confraternizam, nunca faltando a estas festas, por assim dizer familiares, a honrosa presença do presidente, sr. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, que nutre pelo pessoal seu subordinado um affectuoso carinho, verdadeiramente paternal.

No dia 4 de Julho, todo o pessoal da J. P. E. se reuniu, num dos restaurantes dos arredores de Lisboa, em almôço de confraternização, presidido pelo sr. engenheiro Santos Pedroso, e que deu motivo a entusiásticas e cordiais saudações. A festa foi coroada por uma homenagem justíssima, prestada ao sr. D. Pedro Escórcio da Câmara, incansável inspector dos serviços da Escola Profissional de Paiã e a quem este estabelecimento, seus beneficiados e a Junta ficaram devendo inestimáveis serviços que noutra oportunidade deveremos pôr em destaque.

Depois do almôço, todos os convivas se dirigiram para a Paiã, onde, entre prolongados aplausos, foram entregues àquele distinto funcionário as insígnias da

Ordem de Cristo, com que há pouco tempo fôra merecidamente agraciado pelo Govêrno, como prémio dos altos serviços prestados à Nação, quer como funcionário, quer como devotado combatente da causa da Revolução Nacional.

Casas económicas para pobres

EM Agôsto, o Govêrno, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, promulgou um Decreto, mandando que fôsem construídas 2.000 casas económicas, destinadas a alojar a população pobre e indigente que se amontoava nos miseráveis «bairros de lata» de Lisboa, sem o menor confôrto nem qualquer noção de higiene.

Um dos bairros, de quinhentas confortáveis habitações, construídas em *lusalite* e providas do mobiliário indispensável para os seus locatários, foi erguido numa herdade municipal, conhecida pela designação de «Quinta da Calçada». As simpáticas casinhas, que já receberam os seus inquilinos, têm água e luz eléctrica, confôrto de que alguns nunca tinham gozado e de que outros, caídos na miséria, já de há muito se haviam esquecido.

Concluída a instalação daquele bairro, outro está sendo construído, de igual plano, num ponto da cidade de boa localização e surpreendente panorama.

A expansão dos Serviços de Puericultura

NO dia 9 de Agôsto, a Junta de Província da Estremadura inaugurou mais um Dispensário de Puericultura — o n.º 8, em Cascais — este com a colaboração da Obra das Mães pela Educação Nacional, cuja acção benemérita tem sido desenvolvida com actividade notável.

O acto inaugural foi efectuado pelo Senhor Presidente da República, que, com sua espôsa, os srs. Ministros da Educação Nacional e do Interior e outras entidades officiais e particulares, honraram a cerimónia com a sua presença.

Além das personalidades referidas, assistiram também os srs. dr. Carneiro de Mesquita, com representação de Sua Eminência o senhor Cardinal Patriarca; conde e condessa de Monte Real, coronel Lôbo da Costa, Governador Civil de Lisboa; coronel Passos, administrador do Concelho; reverendo Moisés, prior de Cascais; autoridades administrativas e políticas; representantes das instituições de beneficência locais, etc. Da Junta, estavam, além do presidente, sr. engenheiro Santos Pedroso, o vice-presidente, sr. dr. Madeira Pinto; o vogal, sr. Vítor Tôrres; e os funcionários srs. drs. Xavier da Silva, António da Cruz Rodrigues dos Santos, respectivamente, director e sub-director dos Serviços de Puericultura; D. Pedro



O Chefe do Estado e Espôsa, ministros do Interior e da Educação Nacional e Governador Civil, com outras entidades oficiais, depois da visita ao pósto nº 8, no dia da sua inauguração

Escrôcio da Câmara, Artur de Pinho Costa, António Andrade Veloso e o director do novo Dispensário, dedicado cooperador das obras de beneficência, sr. dr. Mário Quina. Entre as numerosas senhoras que assistiram ao acto, contavam-se as sr.^{as} Condessa de Almoster, Mrs. Bucknall, Dr.^{as} D. Alice e D. Maria Guardiola; sr.^{as} de Santos Pedroso, de Bonvalot, de Pessoa, de Azancot, de Madeira Pinto, de Novais Gonçalves, etc.

Numa pequena sessão que se improvisou, após a inauguração do Dispensário, a sr.^a condessa de Almoster, por delegação da O. M. E. N. e como dirigente desta organização patriótica, proferiu um interessante discurso, no qual, depois de prestar homenagem ao Chefe do Estado e agradecer-lhe e a sua espôsa a sua presença, enalteceu o sentido da obra da Junta, pôs em destaque a política social do Estado Novo e exaltou a prestigiosa figura do Senhor Presidente do Conselho. Depois de agradecer aos colaboradores da obra a sua generosa intervenção, fêz votos para que todos, sempre assim unidos, prosseguissem na santa cruzada de bem servir a Deus, à Pátria e à Família.

No discurso que a seguir proferiu, o sr. engenheiro Santos Pedroso, depois de cumprimentar os srs. Presidente da República e Ministros, focou a obra de protecção à infância, desenvolvida pela Junta, apontando a primeira e benéfica consequência: a diminuição sensível da mortalidade que, entre nós, chega a atingir a assombrosa cifra de vinte e cinco por cento. Elogiou também a obra social desenvolvida pelo Estado Novo, referindo-se particularmente à O. M. E. N., de recente criação, e da qual muito há a esperar.

A sessão foi encerrada com entusiásticos «vivas», seguindo-se uma visita às instalações do novo Dispensário.

A guarda de honra ao Chefe do Estado foi prestada por uma deputação de meninas da M. P. de Cascais.

O Império e o Presidente da República

APÓS cinquenta dias de viagem triunfal através de algumas das províncias ultramarinas do Império, regressou à Metrópole o prestigioso Chefe do Estado. A classificação de triunfal, dada à viagem por toda a Imprensa, não é exagerada. Os largos relatos acentuam o regosijo dos portugueses de além-mar, de todas as raças e de qualquer cor, ao sentirem-se acarinhados com a visita do representante máximo de Portugal, vendo e respirando, com a sua presença, um pouco do perfume das frescas campinas e serranias do longínquo torrão materno.

O Senhor General Carmona chegou da sua apoteótica viagem, de boa saúde e bem disposto. Os lucros morais da fatigante visita verificaram-se no estado de espírito e de alma, revelados no rosto do venerando Chefe da Nação, a quem nem as fadigas nem a idade conseguiram diminuir os efeitos do poderoso tónico que para ele foi, sem dúvida, a manifestação de carinhoso apoio, recebida no empório colonial percorrido.

20.000 crianças em férias!

A província da Estremadura conta numerosas casas de assistência infantil, onde são recolhidos, educados e instruídos alguns milhares de crianças. E não só as instituições oficiais prestam à província e à Nação tam relevante serviço; pode mesmo dizer-se que a maior obra realizada provém da iniciativa particular, que reúne, em toda a Estremadura, uma população de cerca de 20.000 crianças.

A maioria destas instituições particulares, de há alguns anos para cá resolveu quebrar o nefasto e tradicional sistema da reclusão das crianças, e principiou, com êxito e largo proveito para a saúde dos seus pupilos, a levá-las a gozar o Sol e ar livre, quer da praia, quer do campo, nas épocas próprias — a época das férias escolares. O ensaio deu tam bons resultados que várias instituições estabeleceram definitivamente as respectivas «colónias de férias», grandes «colmeias» de criançada alegre e turbulenta, que encantam e animam a vida das nossas praias e outros lugares de veraneio.

A Escola Profissional da Paia foi uma das primeiras instituições de carácter oficial que estabeleceu colónias de férias para os seus duzentos e setenta alunos. Tanto os campos da Marinha de Cascais como o de Magoito produziram, no físico dos educandos, o melhor resultado, como não podia deixar



Os alunos da Escola Profissional ajudando a confecção das suas refeições, durante as férias, na Quinta da Marinha, de Cascais

de acontecer. Há dois anos, o novo director geral da Assistência Pública, sr. Alberto Mira Mendes, resolveu, por sua vez, quebrar a tradição do sistema quasi conventual até então usado para com os seus pupilos. E enviou alguns milhares de crianças para a praia ou para o campo, conforme a prescrição médica. No último ano, encontravam-se, por isso, dispersos por colónias de férias, só em Lisboa e arredores, cerca de onze mil crianças.

Na capital, a acção das Juntas de Freguesia tem sido notável, pondo em férias cerca de três mil crianças por ano, na sua «Colónia» da Cruz Quebrada, estação que deverá ser ampliada para um edificio a construir na Parede, com capacidade para mil crianças.

E quem percorre as praias ao longo da Costa, desde Setúbal até o extremo norte da nossa provincia, encontrará outro tanto, pelo que poderão computar-se em cerca de vinte mil as crianças que, em 1938, tiveram a sua época de férias aplicada com vantagens de ordem física e moral.

O sistema da educação ao ar livre está assim a ser adoptado, marcando uma importante renovação nos hábitos até há pouco ainda tífios da nossa vida e muito mais latitude alcançará com mais larga prática desse costume que faz parte dos regulamentos da Mocidade Portuguesa — instituição que, dentro de pouco tempo, não deixará fora da sua exemplar organização uma só criança em idade escolar.

Um importante melhoramento em S. Martinho do Pôrto

SEMPRE que é possível e que os interesses especiais de cada região não colidem com outros interesses também legítimos, o Governo dá a mais ampla satisfação a tôdas as solicitações que tenham por objectivo beneficiar populações. A graciosa vila de S. Martinho do Pôrto reclamava a organização da sua rede de abastecimento de água, melhoramento imprescindível ao desenvolvimento da progressiva e distinta praia.

O sr. Ministro das Obras Públicas atendeu o pedido, publicando, em 9 de Setembro, um decreto-lei que regulariza o importante assunto. Nesse diploma, estabelece-se a instalação obrigatória da água encanada em tôdas as habitações, são fixados os preços do consumo e ordenadas as obras necessárias para a condução da água à localidade.

^

O leite e as providências officiais

O problema era já velho e consumiu, durante muitas dezenas de anos, colunas de prosa nos jornais e nas revistas da especialidade. Esta questão não

interessa sòmente a população de Lisboa, que consume, diàriamente, quasi 100.000 litros do precioso produto. O assunto traz ligados a si problemas e interesses diferentes e importantes: problemas de saúde pública e de exploração dos derivados; formas de tratamento e de distribuição; e interesses dos industriais, dos distribuidores e dos produtores — estes, rède imensa de pequenos e grandes lavradores, cuja produção e comércio, em largá ou pequena escala, influe poderosamente na economia dos trabalhadores dos campos da Estremadura.

O Governò arrumou o caso, legislando sòbre o assunto, de maneira a que todo o País possa regularizar a sua produção, distribuição e consumo do leite. E o primeiro município a receber as indicações legais e tomar providências para a sua execução foi, como não podia deixar de ser, o de Lisboa, que logo se propòs promover a construção duma «central leiteira», capaz de suportar os encargos da alimentação de Lisboa.

Aos planos respectivos ficaram ligados, desde logo, a Câmara Municipal e os Serviços Pecuários, tendo as duas entidades, por intermédio dos srs. engenheiros Rodrigues de Carvalho e Leonardo de Almeida, respectivamente, presidente do Município e técnico da especialidade, concedido informações completas ao repórter que os procurou para tal fim. Assim, sabemos que a Câmara Municipal vai pôr a concurso a construção e exploração duma «central leiteira» de grande envergadura, apetrechada com aparelhagem moderna e capaz de trabalhar higiènicamente o indispensável alimento, que será fornecido ao público «pasteurizado» e em garrafas seladas e datadas. Acaba, assim, o indecoroso espectáculo das «centrais» às esquinas das ruas, com baldeação do leite de origem duvidosa, entre nuvens de poeira, sem o menor resguardo e com gravíssimos riscos para a saúde pública.

A crise da pesca em Setúbal

UMA medida dimanada do Ministério da Marinha proibiu o emprêgo, no Sado, dos engenhos nocivos que ameaçavam destruir a riqueza piscícola do majestoso rio. A medida, disseram os jornais, foi recebida com alegria pela população da cidade e mereceu as mais rasgadas manifestações de aplauso.

O emprêgo de certos engenhos fôra permitido, com o fim de amenizar a crise da classe piscatória, principalmente os pescadores velhos, a quem, no fim de contas, repugnava usar esses processos de pesca, pois que a sua experiência lhes dizia dos perniciosos efeitos a que conduziam. Quem se aproveitou da licença foram alguns indivíduos pouco escrupulosos, que viram uma oportunidade de enriquecer rapidamente, embora com o risco de matarem aquela verdadeira «galinha dos ovos de ouro» que é o lindo rio setubalense.

A decisão do sr. Ministro da Marinha remeteu à

sua normalidade o exercício da indústria da pesca, garantindo a defesa duma riqueza que estava prestes a desaparecer, bem como os benefícios dela para os verdadeiros e honrados pescadores de Setúbal.

Caldas da Rainha e o Turismo

UMA notícia publicada no dia 14 de Setembro diz o seguinte:

«Acaba de ser autorizado pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha o pagamento da importância de 9.030 escudos, para completa liquidação da dívida ao Estado, da percentagem sòbre as receitas arrecadadas pelas Comissões de Iniciativa desde o ano de 1925 até o de 1930-31. Esta dívida e outras que a última Comissão de Iniciativa herdou de anteriores gerências, as quais ascendiam a mais de cem contos, e que passavam a encargos dos Serviços de Turismo e Câmara Municipal, impediam por completo a acção de tais serviços, limitando-a às despesas de mero expediente, sem que lhe fòsse permitido, em harmonia com o decreto n.º 22.530, aplicar as suas receitas que não fòsse na amortização da dívida referida, agora liquidada.»

Caldas, centro de turismo de classe e estância de cura das mais apreciáveis, bem necessita de bons actos administrativos que a valorizem e não desmereçam da categoria que muito justamente disfruta.

Paços do Concelho de Setúbal

EM 14 de Setembro, anunciava-se a conclusão do antigo edifício da Câmara Municipal de Setúbal, destruído em 1910, por um numeroso grupo de revolucionários, que, cegos no seu ódio à polícia, acabou por lhe lançar o fogo, impedindo, a seguir, que os bombeiros extinguissem o incêndio. O noticiário aproveitava a oportunidade para relatar o trágico acontecimento e relembra que ali se perdeu, pasto das chamas, preciosa documentação que registava, entre outros índices da vida setubalense, tòda a história da Cidade.

Desde essa época, ficaram os serviços que ali se instalavam a funcionar provisoriamente no Liceu Boccage. E ali se conservariam eternamente, se o Governò não decidisse mandar reconstruir o edifício destruído, para fazer regressar ao seu ambiente próprio as repartições e arquivos municipais.

O Aeropòrto de Lisboa

A resolução de se construir um Aeropòrto na Portela de Sacavém, idea que exigiu largos estudos e expropriações de grande vulto que absorveram algumas centenas de pequenas hortas e várias herdades

magníficas da região, trouxe consigo, como feliz consequência, a abertura duma nova entrada de Lisboa, em substituição da velha, perigosa e tortuosíssima estrada de Sacavém, que corria, estreita e mal calçada, entre muros desaprumados e velhos, numa ameaça constante de desabarem sobre as viaturas que, aos milhares, eram obrigadas, a passar por ali.

Foi rasgada uma artéria directa do Aeroporto ao centro da Cidade, nela entroncando o magnífico trço da estrada de Sacavém que liga a Portela à localidade daquele nome e que daqui se subdivide: uma parte liga à Avenida Alferes Malheiro, podendo assim o trânsito para a cidade, desde o Aêródromo, ser feito por via Campo 28 de Maio e Avenidas; a outra seguindo directamente para o centro da Baixa, pela Avenida Almirante Reis, numa via quasi recta de perto de três léguas de comprimento e mais de vinte metros de largura. A obra exige um dispêndio superior a 12.000 contos, encargo que é suportado pelo Estado e pela Câmara, em partes quasi iguais.

Asilo Bocage

A comemoração do 25.º aniversário do Asilo Bocage, de Setúbal, interessante festa que reuniu as figuras mais representativas da cidade e algumas entidades oficiais, ficou assinalada pela revelação de um facto muito para ponderar e que, certamente, a laboriosa população setubalense deve ter tomado em consideração. No discurso do sr. dr. Macedo e Castro, proferido na sessão que então se realizou, presidida pelo Governador Civil daquele Distrito, sr. dr. Barreiros Cardoso, afirmou o ilustre clínico e provedor da Misericórdia local que as receitas desta instituição tinham, nesse ano, uma diminuição de cerca de 180 contos, precisamente quando a acção daquela Casa maiores serviços precisava prestar.

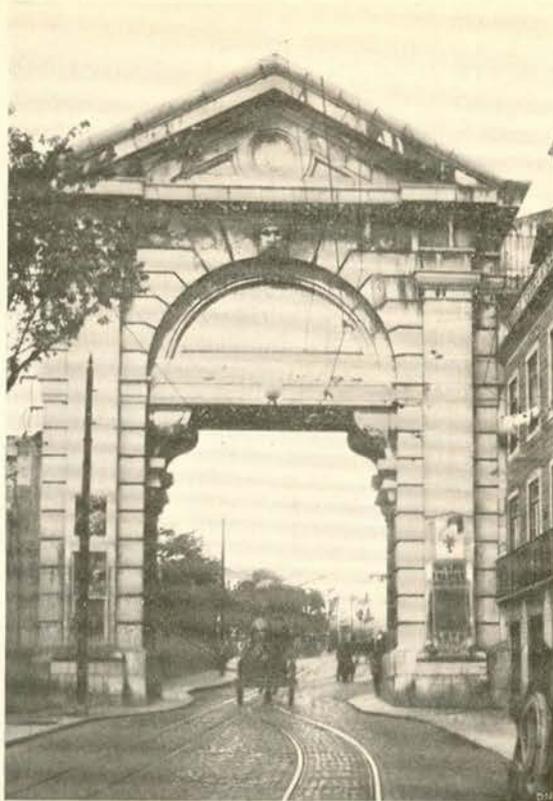
O povo de Setúbal, que muito justamente acorre a prestar o seu preito de homenagem a todos os beneméritos que têm o seu nome ligado às instituições de assistência daquela cidade, não deixará de responder ao aflitivo apêlo em favor dos que ali sofrem as agruras da insuficiência e, quantas vezes, da miséria mais absoluta, por motivo das tradicionais crises da pesca.

A cerimónia ali realizada foi aproveitada para homenagear os srs. Presidente da República e do Conselho, cujos retratos foram descerrados pelos srs. dr. Barreiros Cardoso e Mira Mendes, Director Geral da Assistência Pública.

A Junta de Província da Estremadura foi representada na comemoração pelos srs. dr. Soares Franco, vogal, e dr. Carlos Botelho Monís, chefe da secretaria.

O velho Arco de S. Bento, em Lisboa

AO fixar, em Setembro do ano passado, a zona de expropriações das propriedades de S. Bento, para o desfogo do magnífico Palácio da Assembleia Na-



O velho arco de S. Bento, demolido para descongestionamento do Palácio da Assembleia Nacional

cional, foi ordenado o apeamento do famoso Arco de S. Bento, monumento de utilidade pública sem tradições, além duma que se conserva na memória do povo: a de certo mestre de filarmónica, ao descer a rua de S. Bento, à frente da sua banda, ter arremessado a batuta por cima do arco, indo apanhá-la, depois, ao outro lado, sem alterar a cadência da «marcha» que os músicos executavam.

Do valor monográfico do monumento diz o jornalista Belo Redondo, ao redigir a notícia do apeamento, no *Diário de Notícias*:

«O Arco de S. Bento, irmão mais novo do das Amoreiras, era o complemento da grandiosa obra do aqueduto das Águas Livres, que, por inspiração magnánima do Senhor D. João V, o brigadeiro Manuel da Maia começou e o sargento-mór Custódio Vieira concluiu. Veio, porém, o moderno sistema de canalização e o Arco ficou inútil, como um troço ao trânsito, primeiro, e como afronta à majestade do palácio da Assembleia Nacional, depois. Houve que demoli-lo agora, por estes dois motivos, e todos o viram apear sem saúdes. Não tinha primores de arquitectura que o impusessem, nem tradições, como a desse histórico Arco de Santo André, de que os lisboetas ainda se lembram magoadamente. Nasceria em má hora, porque só muitos anos depois de concluído o aqueduto é que os frades de S. Bento consentiram que lhes expropriassem uma parte da sua cerca para se construir o Arco. E assim, pobre e estreito, tendo dado motivo, noutro tempo, a largas discussões e conflitos sobre a utilidade da sua construção, o Arco desapareceu agora, anónimamente, como empedilho ao progresso. Já nada resta dele.

A Câmara cuidou de numerar escrupulosamente as peças que o constituíam, para o erguer novamente um dia. Mas onde? Ele era o mais singelo dos monumentos erguidos à glória de D. João V — e o rei perdulário tem ainda tantos e tam valiosos que é muito natural que o Arco de S. Bento nunca mais venha a ser lembrado. As suas pedras inexpressíveis ficarão nalguma arrecadação, até que um dia se lembrem de aplicá-las noutra coisa, útilmente...

da Estremadura

APARECEU em Outubro um volume editado pela Junta de Província da Estremadura, no qual se insere uma colecção de artigos e dados estatísticos relativos à acção da Junta Geral do Distrito e da actual Junta de Província da Estremadura, no seu primeiro ano de gerência.

O jornal *O Século* noticia a publicação do referido relatório e destaca d'ele alguns dos números mais interessantes, dos quais, como não podia deixar de ser, são postos em maior evidência os que se referem à assistência dispensada por esta Junta às crianças pobres de Lisboa.

Se bem que o que está realizado nada mais representa que a aspiração duma obra mais vasta e sistematizada, o certo é que o volume de benefícios distribuídos pode considerar-se importante — há cifras que atingem já a casa dos milhões, como sucede, por exemplo, nas refeições distribuídas às crianças lactantes registadas nos Serviços de Puericultura: 10:418.077, até o final do exercício de 1937.

Outros cuidados médicos, morais e materiais às crianças e suas mãis contam-se por milhares, dezenas de milhar e mesmo centenas de milhar.

O «Galo de Prata»

e a «Aldeia mais portuguesa»

MONSANTO, a formosa povoação serrana, foi contemplada com o «Galo de Prata», prémio atribuído pelo Secretariado da Propaganda Nacional, no seu concurso da «Aldeia mais portuguesa», durante o qual verdadeiros primores de carácter, folclore, costume e colorido se revelaram ante os olhos dos membros do júri.

A «Aldeia mais portuguesa» é difícil de classificar. De região para região, cada povoação, lugar, e, às vezes até a vila inteira veste as suas roupagens diferentes e especiais. A arquitectura depende dos hábitos e êstes da topografia local. A «linha» arquitectural da planície difere da da montanha. O que será mais português? A casinha branca, de soleiras encarnadas e sua chaminé rendilhada com grelhas mouriscas, da campina alentejana, ou a árida choupana de pedra solta, da serra, de beirais ennegrecidos e pocilga de paredes meias com os aposentos familiares?... Tam «portuguêsa» é uma como a outra — e qualquer delas tem, no seu «tipo», beleza especial.

Isto significa que o «Galo de Prata» foi muito bem distribuído a Monsanto, que bem o mereceu pela sua gentileza, cavalheirismo e carácter próprios — o que a faz aparecer a nossos olhos, se não como a «Aldeia mais portuguesa», pelo menos uma «Aldeia bem portuguesa».

Cem milhões de litros de água!

EM 1940, ficarão concluídas as obras de condução das águas da Vala do Carregado e dos poços da Azambuja para Lisboa, onde o caudal entrará com a espantosa quantidade de mais de cem milhões de litros por dia!

Desde que Lisboa existe, é esta a solução mais perfeita dum «caso» que foi sempre o maior problema cidadão. Há vestígios que remontam a milhares de anos e que atesiam os esforços feitos pelos ocupantes da cidade, a-fim-de trazer para esta o precioso líquido. O formidável aqueduto Joanino, se bem que lançasse na cidade, para o tempo, uma verdadeira torrente de água, não resolvera o assunto, pois que, logo que o sistema de canalização directa às propriedades foi estabelecido, começaram a notar-se as deficiências que vieram até os nossos dias — dificuldade a que o sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações pôs têrmo, de forma definitiva.

A obra, como tôdas as de tal vulto, fez-se à custa de grandes sacrifícios materiais e até de vidas — pois que, na perfuração dos túneis, parte dos quais passam a mais de trinta metros de profundidade, alguns trabalhadores foram vítimas, por vezes, dos seus descuidos.

A grandiosa obra ficará assinalada com uma fonte monumental, que será construída na encosta do Alto do Pina, ao tôpo nascente da Alameda Afonso Henriques, a famosa avenida de mais de 120 metros de largo, construída em frente do Instituto Superior Técnico e destinada a perpetuar a memória do Fundador de Portugal.

A Fonte Monumental, belo conjunto de dezenas de fontes, repuxos e cascatas, simboliza a entrada em Lisboa do formidável caudal que servirá para o consumo público.



Um estantâneo que dá a impressão nítida da grandeza das novas condutas de água

As Juntas de Freguesia de Lisboa e os interesses da Capital

A Comissão Concelhia de Lisboa da União Nacional, em colaboração com as Juntas de Freguesia, elaborou uma extensa lista de melhoramentos de realização urgente e, acompanhada pelo Chefe do Distrito, fez, no dia 11 de Novembro, entrega dessa reclamação ao sr. presidente da Câmara Municipal de Lisboa. A comissão compunha-se dos srs. engenheiro Belfort Sequeira, dr. Formosinho Sanches, comandante Santos Tenreiro, capitão Maia Loureiro, dr. Amaral Pirrayt, Leopoldo Ludovice e D. Pedro Escórcio da Câmara, pela União Nacional; e visconde de Tovar e engenheiro Carlos Santos, pelo Conselho Central das Juntas de Freguesia.

A lista entregue merecer-nos-á análise especial, principalmente por algumas sugestões interessantes que, nem por defenderem pontos de vista bairrista, e talvez por isso mesmo, deixam de apresentar aspectos dignos de consideração.

O sr. engenheiro Rodrigues de Carvalho, ao atender a Comissão, teve ocasião de afirmar, mais uma vez, os bons desejos da Câmara em satisfazer, pela forma acelerada e sem hesitações, tôdas as necessidades cidadinas de realização viável e cuja essência não colida com o plano geral de urbanização, cuja execução está em plena marcha, como o demonstra a verdadeira revolução estética e reconstrutiva que se opera na Capital.

Serviços de Puericultura em Setúbal

A 16 de Novembro, o *Diário da Manhã* noticiava que a Junta de Província da Estremadura tinha resolvido instalar em Setúbal um Dispensário de Serviços de Puericultura, velha aspiração da laboriosa população daquela cidade. No capítulo respectivo dêste número, dar-se-á conta do que sobre o assunto se tratou, mas o que podemos acentuar é que a Junta mantém a sua firme disposição de estender não só a Setúbal, mas a tôda a Província da Estremadura os benefícios daqueles serviços tam necessários.

A' Junta de Província da Estremadura merece especial carinho a sorte da primeira infância, de cujo tratamento, amparo, observações cuidadosas depende o futuro da Raça, e, conseqüentemente, a conclusão da Obra de Ressurgimento Nacional, tam auspiciosamente delineada e começada pelos homens que realizaram o milagre da Revolução do 28 de Maio.

A expansão do plano de assistência concebido e até hoje já executado com tam bons resultados pela Junta de Província da Estremadura depende de alguns factores de ordem financeira, de realização próxima e viável, e, sobretudo, da conclusão das experiências em curso, sobre a aplicação do Código Administrativo últimamente promulgado.

Sabemos, contudo, em referência a Setúbal, que este concelho congrega algumas boas vontades que darão realidade à sua legítima aspiração.

Eleição de Deputados

O aspecto político mais interessante da eleição dos Deputados para o presente triênio legislativo é o do aumento do número de eleitores, que vem a acentuar-se de ano para ano — o que representa um evidente interesse da Nação pelas coisas públicas, interesse que, naturalmente, aumenta, com a verificação das realidades positivas que, também de ano para ano, mais se acentuam.

O número de votantes de 1928 obteve, sobre o de 1934, uma maioria de 228.574 eleitores.

Os números são os seguintes: em 1934, candidato mais votado, 505.575 votos; em 1938, candidato mais votado, 735.149 votos.

Instituto Britânico de Portugal

DESDE 23 de Setembro de 1938, Lisboa conta mais um Instituto de cultura estrangeira, o que, no caso presente, significa o justo aprêço e alta consideração que o nosso País começa a merecer às Nações de maior envergadura, se não cultural, pelo menos potencial.

O novo estabelecimento inaugurado foi o Instituto Britânico de Portugal, interessante e confortável «house», carinhoso retiro espiritual e valiosíssimo escarpate de cultura inglêsa, onde os amigos de saber encontrarão numerosos elementos de estudo.

A inauguração foi feita na Academia das Ciências, sob a presidência do sr. Ministro da Educação Nacional, ladeado pelos srs. Embaixador da Inglaterra, dr. Gustavo Cordeiro Ramos, presidente da Junta Nacional da Educação, «lord» Lloyd of Dolobram e dr. Celestino da Costa, presidente do Instituto para a Alta Cultura.

Dissemos que Lisboa contava «mais um» estabelecimento de cultura estrangeira. Quisemo-nos referir ao Instituto Francês, de recente fundação, ao Grémio Alemão e ao Instituto de Cultura Italiana, a primeira casa estrangeira dêsse género que se criou entre nós.

O Instituto Britânico está instalado na Travessa de André Valente, num velho edificio completamente reconstruído no tipo de «casa portuguêsã».

Aniversário do Senhor General Carmona

COMO nos anos anteriores, a passagem do aniversário natalício do Senhor Presidente da República levou à cidadela de Cascais muitas centenas de indivi-

dualidades políticas, militares e particulares, que foram exprimir, junto do primeiro magistrado da Nação, o seu contentamento por ver passar mais um ano de boa doutrina e de Revolução Nacional, com tam alta e nobre figura moral de português a presidir aos destinos da Pátria.

O Senhor Presidente do Conselho, um dos visitantes mais fiéis, neste dia de regozijo nacional, aproveitou a oportunidade para entreter com o venerando Chefe de Estado, alguns momentos de prazer espiritual — daquela espiritualidade que só usufrue quem tem ocasião de conviver, embora fugidamente, com o Chefe supremo de todos os portugueses.

^

A Assembleia Nacional

A nova sessão legislativa inaugurou o Palácio da Assembleia Nacional, com as remodelações que o tornaram uma casa digna da sua alta representação. O acto teve solenidade extraordinária. Além das entidades oficiais, por assim dizer, donas da Casa, o Chefe do Estado, o Governo, o Corpo Diplomático, o Senhor Cardeal Patriarca e as autoridades eclesiásticas; magistratura, catedráticos e outras numerosas e altas representações deram à dupla inauguração brilho e distinção excepcionais.

O Senhor General Carmona foi acompanhado, do Palácio de Belém para o da Assembleia Nacional, por luzido cortejo, que entrou na Avenida Presidente Wilson, entre contingentes da guarnição militar de Lisboa e uma multidão compacta de povo, que aclamou entusiasticamente o Chefe do Estado.

O dia teve o ar de dignidade dos grandes momentos e, lá dentro, a Assembleia, que hoje reflecte o pensamento amadurecido e honesto das realidades positivas, viveu mais uma vez a hora dos supremos destinos — o recomêo duma gloriosa jornada, talhada na cons-



O Palácio da Assembleia Nacional, no dia da inauguração da sua nova fachada

ciência colectiva duma vontade forte de desbravar o caminho dum futuro maior.

São do Presidente da República as palavras que se seguem, trechos notáveis da sua mensagem à Nação:

«A transformação desejada prossegue, sem impaciências, mas sem demoras prejudiciais, embora com cuidado que empresa tam delicada exige. E' preciso, por um lado, ir deduzido dos grandes princípios construções parcelares, e, por outro, encaminhando as situações estabelecidas para a nova ordem das coisas.

«O destino dum povo é, sem dúvida, obra sua; mas para que verdadeiramente o seja, há-de êle mesmo fazer a experiência dos princípios que segue. Todavia, as experiências sociais são já realizações que afectam a vida e bem-estar dos homens ou a sua actividade, o que exige, naturalmente, que se encaminhe com aquela segurança que só a prudência pode dar.»

Expressões dum verdadeiro Chefe de Estado, que representam uma exortação, e também um convite à tolerância colectiva, em face da grandeza da obra em gestação e do esforço ingente que se produz, a bem dos interesses da Nação e da grandeza do Império.

^

A Banda da Escola Profissional de Paia

A Banda dos alunos da Escola Profissional de Paia, é amíude solicitada para participar de festas oficiais e particulares. A ela atribue a Junta de Província da Estremadura o honroso papel das homenagens que se prestam às entidades oficiais, nas cerimónias dêste corpo administrativo, e em quasi tôdas as comemorações populares das datas históricas lhe é distribuído o seu lugar, no brilhantismo dos programas.

Nas festas do dia da Restauração, a Banda dos pequenos músicos tocou na praça pública, regida por um minúsculo maestro, aluno também. O facto despertou grande interesse, da parte do público.

^

Mais um grande Liceu

DEPOIS da construção do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, no Parque Eduardo VII, e, mais recentemente, do magnífico edificio liceal de Beja, coube à Província da Estremadura a honra de possuir um outro daqueles estabelecimentos que pode, sem favor, ser considerado um verdadeiro modelo, sob o ponto de vista architectónico e pedagógico.

Construído no local onde a política leviana de outros tempos tinha resolvido erigir um teatro, no centro dum bairro económico de Lisboa — o famoso «bairro social» do Arco do Cego, que só o Estado Novo concluiu e applicou proveitosamente — o novo edificio surgiu à vista da população, quasi magicamente, numa aceleração de trabalho «surpreendente.

O novo liceu, que recebeu o nome de «D. Filipa de Lencastre», tem vinte e cinco salas de aula, bem ilu-



Frontaria do novo e magnífico Liceu D. Filipa de Lencastre

minadas e higiênicamente arejadas; amplísimos vestiários, dois anfiteatros, dois laboratórios de física e química, com salas anexas, uma biblioteca, um museu, consultório médico, cozinha, refeitório-cantina, instalações da Reitoria e Corpo docente, etc.

Tem, também, um vasto recreio abrigado, ginásio, com balneários e cabinas para «douches». No ginásio, que tem sessenta metros de fundo por vinte e cinco de largo, arma-se um magnífico palco. Uma grande galeria lateral, ao redor do vasto salão, faz aumentar a lotação para alguns milhares de pessoas.

Algumas festas que ali se realizaram, no final do ano, resultaram brilhantes, tendo para tal contribuído a imponência das soberbas instalações.

O Ministro do Interior e as Juntas de Freguesia

QUISERAM as Juntas de Freguesia de Lisboa manifestar ao sr. dr. Mário Pais de Sousa, ilustre Ministro do Interior, o seu reconhecimento pelo carinho com que tem tratado do problema da assistência aos pobres da Capital, quer definindo as atribuições das Juntas de Freguesia no Código Administrativo, quer, ainda, facilitando a larga benemerência distribuída à indigência da Capital. Estes Corpos Administrativos resolveram, por esse facto, prestar homenagem ao seu Ministro, entregando-lhe uma mensagem subscrita por tôdas as Juntas de Freguesia, na qual agradecem a entrega de 1.200.000\$00, feita por intermédio da Câmara Municipal para auxílios a distribuir à população pobre das várias freguesias de Lisboa.

Ao agradecer a homenagem, o sr. dr. Mário Pais de Sousa fez revelações interessantes sobre as importantes reformas por que estava passando a Assistência, e declarou ser importantíssimo o papel reservado

às Juntas de Freguesia, na nova organização de Assistência Pública. E desejou:

«Praza a Deus elas possam e saibam cumprir os seus naturais deveres.»

A Semana da Mãe

DE 9 a 14 de Dezembro do ano findo, realizou-se em Lisboa a «Semana da Mãe», movimento promovido pela Opra das Mães pela Educação Nacional, a benemerita instituição criada pelo sr. Ministro da Educação Nacional, com o objectivo de prestar assistência moral à mãe portuguesa, especialmente às mães de prole numerosa.

A simpática «Semana» reuniu um formoso grupo de ilustres e caritativas senhoras da nossa primeira sociedade, do qual se destacavam as sr.^{as} condessas de Rilvas, de Almoester, de Monte Real e do Ameal; a deputada sr.^a D. Maria Guardiola, as sr.^{as} D. Manuela Sampaio d'Orey, D. Lídia Cabeça, D. Mariana Roque Gameiro Martins Barata, D. Albertina Lemos Peixoto, etc. As festas foram honradas com a presença e valiosa colaboração da espôsa do Senhor Pre-



O presidente da J. P. E. num almoço das Senhoras da O. M. E. N. para que foi expressamente convidado

sidente da República, de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca e do sr. dr. Carneiro Pacheco. A Junta de Província da Estremadura estava representada na «Semana» pelo nosso presidente, sr. engenheiro Santos Pedroso.

O programa, brilhantíssimo, foi preenchido com uma récita de gala, no Teatro Nacional e a linda «Exposição de Berços», que encantou centenas de milhar de senhoras que a visitaram, no Liceu D. Filipa de Lencastre, onde se realizaram as interessantes conferências seguintes: «Os perigos morais da mulher na fábrica», pela sr.^a D. Estela Brandão; «Os perigos físicos da permanência da mulher na fábrica: a) para a mulher, b) para a sua descendência», pelo professor dr. Costa Sacadura; «Perigos sociais da permanência da mulher na fábrica: a) abandono do lar, b) falta de educação dos filhos», pela sr.^a condessa de Almoester; e «A mulher operária sob os pontos de vista económico e social», pelo sr. dr. Amal Pyrrait.

^

Casa Distrital de Leiria

NO dia 11 de Dezembro passado, realizou-se em Lisboa uma importante reunião da assembleia geral da «Casa Distrital de Leiria», novo organismo regionalista de Lisboa, destinado a enfileirar entre as suas congéneres das outras províncias na defesa dos interesses do seu distrito, parte do qual pertence à província da Estremadura. A reunião foi presidida pelo sr. almirante Almeida Henriques, leiriense ilustre, e teve como principal objectivo eleger os primeiros corpos gerentes da nova agremiação.

O resultado das eleições foi o seguinte: *Assembleia Geral*: Presidente, dr. Afonso Lopes Vieira; professor Artur Lôbo de Campos e tenente-coronel aviador Pinheiro Correia; suplentes: coronel José Augusto Faure da Rosa, dr. Pedro de Aguiar e major Jaime Pereira dos Reis. *Direcção*: Almirante Joaquim de Almeida Henriques, presidente; dr. Adolfo Leitão, dr. Francisco Côrte Pinho, Jaime de Almeida Coutinho, dr. Luís Carlos Charters de Azevedo, dr. Manuel Ribeiro Ferreira e dr. Paulino Couceiro Leitão; suplentes: António Montês, José Lopes Vieira e Lino António.

Os membros do Conselho Distrital dos concelhos e localidades pertencentes à província da Estremadura são: por Alcobaça, Manuel da Silva Carolino; Batalha, Joaquim Celestino de Sousa Freitas Sampaio; Bombarral, capitão Emídio Augusto Virgílio; Caldas da Rainha, dr. José Saúde e Silva; Marinha Grande, capitão-engenheiro Guarda Antunes; Nazaré, dr. Joaquim Inácio Brillhante; Obidos, Luis Gama; Peniche, architecto Paulino Montês; e Pôrto de Mós, Adolfo Vieira da Rosa.

Doutros concelhos, ficaram fazendo parte do

mesmo Conselho os srs. dr. António Ribeiro Ferreira, engenheiro José da Veiga Lima, António Bebbiano, Artur Martinho Simões, dr. Américo Cortês Pinho, êste por Leiria; Júlio Martins e dr. João Eloi Pereira Nunes Cardoso.

O sr. dr. Afonso Lopes Vieira, que assumiu imediatamente ao acto o seu lugar de presidente da Assembleia Geral, proferiu um magnífico discurso, enaltecendo, com o habitual recorte de grande beleza literária, os encantos da linda província da Estremadura.

A Assembleia entrou a seguir em trabalhos práticos, de grande alcance objectivo para os interesses do seu distrito.

^

O Histórico Castelo de Palmela

A Câmara Municipal de Palmela entregou ao sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações uma representação, na qual pedia socorro urgente para o magnífico Castelo de Palmela, em sério risco de ruína. Depois de enaltecer o valor histórico, arqueológico e artístico da velha séde da Ordem de Santiago, aponta-se na referida mensagem o seguinte articulado, referente às necessidades do momento:

1.º — Reintegração e reforço dos baluartes exteriores, tanto do lado do Norte, como do lado do Sul. Alteamento da torre do lado do Norte. Estado do coroamento de ameias. Pavimentação da entrada que leva à praça do Castelo.

2.º — Reconstrução da Igreja do Patrono Santiago; beneficiação do esplêndido altar de mármore e reintegração dos azulejos da capela-mór e limpeza e beneficiação dos túmulos, em especial do de D. Jorge, Grão Mestre da Ordem; cobertura e restauração do edifício nobre do Castelo, moradia dos freires, ao qual seria dado o destino que adiante mencionaremos; restauração do claustro, cozinha e refeitório, com beneficiação de três painéis de azulejo, ainda aproveitáveis; estudo de novos painéis de azulejo para o completo revestimento da sala.

3.º — Estudo detalhado da necessidade da reconstrução da Capela de Santa Maria; da casa do antigo Governador da fortaleza e onde nasceu Hermenegildo Capêlo, e ainda da demolição ou reconstrução de anexos que se estendem até o recinto da cisterna.

Pouco tempo depois o sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações concedia as verbas indispensáveis para trabalhos a realizar no Castelo de Palmela.

COMO de costume, os protegidos da Junta de Província da Estremadura tiveram, em 1938, a sua festa do Natal. No Jardim Infantil anexo ao Dispensário n.º 4 dos Serviços de Puericultura, onde se acolhem cerca de trinta crianças, durante as horas que as respectivas mãis necessitam ter livres para o seu trabalho, houve árvores do Natal, com distribuição de brinquedos, bôlos e doces aos pequeninos. O sr. engenheiro Santos Pedroso, que, com os altos funcionários da Junta, visitou aquêle Dispensário, aproveitou a ocasião para agradecer às empregadas e às numerosas senhoras bemfeitoras que ali compareceram a carinhosa colaboração dada à obra, quer servindo-a dedicadamente, quer oferecendo os enxovais, brinquedos e outros artigos tam necessários a casas daquele gênero.

Também na Escola Profissional de Paiã se realizou a Festa do Natal, animada pelos cuidados paternais que àquele estabelecimento dedicam o seu director, sr. Guilherme Felgueiras; o inspector, sr. D. Pedro Escórcio da Câmara, e o corpo docente e administrativo.

Houve refeições com ementa extraordinária, música e distribuição de brinquedos aos alunos mais pequeninos.

AO finar-se, o ano velho deixar-nos-á boas ou más recordações — as que se referem à nossa vida particular, reflexos de mil e um factores e imprevistos que tanto podem ensombrá-la como enchê-la de doces encantamentos.

Não sucede o mesmo quanto à vida da comunidade. Olhando, com bons olhos para os 365 dias que passaram, pode concluir-se, sem esforço, que êles foram mais um ano de realidades práticas, a Bem da Nação; alguns factos de ordem interna e externa traduziram, com clareza, uns tantos passos andados no já tam bem firmado e jãmais sonhado prestígio de Portugal. Disso é demonstração nítida o galardão oferecido à Nação Portuguêsa, na pessoa do seu venerando Chefe, o ilustre Presidente da República, Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona, que, no dia 24 de Dezembro, recebeu das mãos do sr. Embaixador de Inglaterra, a Gran Cruz e Colar da Ordem Real do Banho, com que Sua Magestade o Rei Jorge VI se dignou condecorá-lo.

Tanto o acto como as palavras da mensagem que o ilustre diplomata leu então significam, claramente, o alto aprêço que a nossa Pátria está merecendo a países poderosos como o Império britânico, e o grau de prosperidade e de dignidade nacional que o justificam.

A cerimónia, fecho de ano com verdadeira chave de ouro, realizou-se, com tôda a solenidade, no Palácio de Belém e na presença dos srs. Presidente do Conselho, Ministros do Interior, Marinha e Colónias e altos funcionários do Estado.



VIDA dos Cascalhos



capital, estrada marginal Lisboa-Cascais e aêro-pôrto de Sacavém, para não falar de outras que são numerosas e de grande relêvo também.

Melhor do que nós, falam os trechos que recorramos do magnífico relatório feito pelo sr. engenheiro Rodrigues de Carvalho aos vereadores, a meio de 1939, e cujo texto completo virá publicado no próximo Boletim Municipal.

Eis os trechos referidos:

A actuação da Câmara Municipal de Lisboa, durante o exercício de 1938, que principiou sob a gerência do sr. engenheiro Duarte Pacheco, hoje ministro das Obras Públicas e Comunicações, e competentemente continuado sob a presidência do sr. engenheiro Rodrigues de Carvalho, pode considerar-se verdadeiramente notável sob todos os pontos de vista. Além da obra de saneamento financeiro, de organização de serviços e de obras cívicas de grande importância, a actual Câmara teve de alargar o seu plano de actuação, em face do programa das comemorações centenárias, que não se coadunavam com uma cidade deficiente nos seus aspectos estético, higiénico e, pròpriamente, urbano.

Dentre as obras realizadas e começadas, destacam-se como mais importantes as das vias de acesso à



Engenheiro Duarte Pacheco

.....
Abrange este relatório um período certo de doze meses; nos cinco primeiros, sabem V. Ex.^{as} que a Presidência da Câmara esteve confiada ao seu ilustre Presidente efectivo, o sr. engenheiro Duarte Pacheco; a S. Ex.^{as} cabem, nitidamente, os encômios que merece a nova orientação camarária; e alegra-me dizer sem rodeios que a única parte pessoal que para mim reivindicado, nos sete meses restantes, é apenas a de ter incansavelmente procurado interpretar e seguir essa mesma orientação.

.....
Pondo mãos à obra, logo na primeira reunião pública da Câmara, em 17 de Janeiro de 1938, a Vereação aprovou as directivas gerais traçadas pela Presidência para a organização dos Serviços; tendo aquelas merecido a aprovação do Governo, foram publicados os Decretos n.ºs 28.416 e 28.417, de 17-1-38, que fixaram a arrumação dos Serviços em seis Direcções e conferiram à Câmara a atribuição de agrupar e classificar as actividades inerentes a cada uma delas.

No primeiro semestre de 1938, algumas alterações de distribuição foram ainda necessárias, estabilizando-se a classificação posteriormente no seguinte esquema:

I — Direcção dos Serviços Centrais, com 4 Repartições, Serviço de



Engenheiro Rodrigues de Carvalho

Publicidade e Propaganda, e Polícia Municipal; II — *Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras*, com 6 Repartições e uma Secção de Expediente e Contabilidade; III — *Direcção dos Serviços de Finanças*, com 3 Repartições, Serviço de Património e Estatística, Tesouraria e Secção de Expediente; IV — *Direcção dos Serviços Técnico-Especiais*, com 3 Repartições, Secção de Expediente e Contabilidade, e Batalhão de Sapadores Bombeiros; V — *Direcção dos Serviços de Salubridade*, com 2 Repartições e Secção de Expediente e Contabilidade; VI — *Direcção dos Serviços de Abastecimento*, com 2 Repartições e Secção de Expediente e Contabilidade.

Havia um serviço de arquitectura que, no estudo dos projectos, se limitava a dar parecer, isoladamente, sobre o aspecto estético da fachada, e não fiscalizava o decorrer da obra.

Entendeu-se, pois, necessário pôr termo a semelhante sistema, substituindo-o por outro em que as entidades fiscalizadoras, architectos e engenheiros municipais, tivessem habilitações e categorias correspondentes às das entidades fiscalizadas.

Também se julgou necessário substituir a composição das antigas comissões de vistorias da Câmara, destinadas a dar parecer sobre as condições de estabilidade e habitabilidade dos prédios; tais comissões não eram constituídas por funcionários municipais, ainda que tal pareça estranho; viviam em regime de gratificação para remuneração dos seus serviços. Criou-se, pois, uma Comissão única, formada com técnicos do Município, e apta a exercer assim a necessária acção de conjunto, definindo a uniformidade de critérios indispensáveis em tam melindroso assunto.

Noutros sectores técnicos, o problema apresentava aspectos semelhantes. Assim, verificava-se que os serviços públicos prestados por Companhias concessionárias importantes, como as Companhias Reunidas Gás e Electricidade e a Companhia Carris, funcionavam sem qualquer possibilidade de fiscalização tecnicamente eficiente.

Pelo que respeita aos serviços de iluminação pública, entendeu-se que ao Município incumbia alguma coisa mais do que o simples gesto mecânico de cotidianamente apagar e acender os candeeiros.

Considerou-se necessário aplicar, na capital, a técnica de iluminação de arruamentos e edifícios monumentais, hoje corrente no estrangeiro; para tal foram chamados técnicos especializados e se deram ao respectivo serviço condições de eficiência. Os exemplos que cito (iluminação do Palácio da Assembleia Nacional, do Município, dalguns monumentos, da Estufa Fria) demonstram já um progresso apreciável na senda do muito que há ainda a fazer.

Nos serviços de transportes, de aquecimento, de limpeza e higiene urbana, etc., igualmente se reconheceu que só com bons técnicos seria possível efectivar a obra que se impunha. E assim se fez.

E poucas foram, afinal, as novas Repartições criadas. Assim, na Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, organizou-se uma Repartição de arborização e jardinagem e uma Repartição de obras municipais; na Direcção dos Serviços de Finanças, fez-se o desdobramento de uma para três Repartições: orçamento, contas de administração, e impostos e licenças; na Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, criou-se uma Repartição de iluminação e aferições (por conversão duma antiga secção) e uma Repartição de viação e transportes; e na Direcção dos Serviços de Salubridade, organizou-se uma Repartição de Higiene Urbana (por conversão da antiga de cemitérios).

Nem pode dizer-se que as repartições criadas não tivessem plena justificação; assim:

a) — A de *Arborização e Jardinagem* era exigida pela existência de quasi sessenta jardins espalhados na cidade, e pela criação do parque florestal de Monsanto, onde serão plantadas cerca de um milhão de árvores, com a respectiva organização de viveiros, etc.

b) — A de *Obras Municipais* foi imposta pela necessidade de encarar a sério a conservação e reparação de todo o património municipal, representado por inúmeros edifícios, muros, muralhas, monumentos e outras obras de arte. A acção deste organismo, plenamente justificada,

permitiu logo que por elle fôsse absorvida a Comissão de Obras do Novo Matadouro, que funcionava como organismo autónomo.

c) — A de *Contas do Orçamento* tornava-se necessária para efectivar uma acção completa de disciplina orçamental num movimento de receitas e despesas municipais superior a quinhentos mil contos anuais, e que se traduz em milhares de guias de receita e de ordens de pagamento.

d) — A de *Contas de Administração* teria por missão reunir num único órgão de administração municipal o movimento de contabilização de todos os valores próprios do Município, bem como de todos aquêles por quem é responsável para com terceiros, ou que de terceiros tem a haver. Seria ainda esta Repartição o órgão destinado a, administrativamente, dar os resultados numéricos necessários à apreciação do rendimento de tôdas as actividades do Município.

e) — A de *Impostos e Licenças* seria a Repartição através da qual se emitem anualmente cerca de duzentos e cinqüenta mil conhecimentos para cobrança na Tesouraria, e que iria exercer a verificação e fiscalização da maior parte das receitas municipais. Se se considerar que para muitas destas receitas se torna necessário ordenar a sua arrecadação dentro das boas normas administrativas e velar pela disciplina de umas dezenas de funcionários em permanente contacto com o munícipe contribuinte, é óbvio que lhe estava incumbida uma acção muito importante.

f) — Quanto às de *Iluminação e Aferições, Viação e Transporte, e Higiene Urbana*, a sua justificação já se fundamentou devidamente.

Mas é já tempo de passar rapidamente em revista o que se fez em 1938, ou se preparou para realização subsequente. Apenas se indicarão certos pontos mais merecedores de relevo; os relatórios respeitantes a cada Direcção de Serviços mais completamente elucidarão quem pelo assunto se interessar e desejar profundá-lo.

Direcção dos Serviços Centrais — Operou-se melhoria sensível nos serviços de expediente em contacto com o público, fixando-se normas de classificação das pretensões e criando-se um Serviço de Informações que, proporcionando aos munícipes economia de tempo e comodidade, permitiu simultaneamente libertar as repartições municipais da tarefa de prestarem directamente tais informes. Desnecessário parece encarecer o alcance da medida, cujo efeito foi aliás logo notado na atmosfera que envolvia o funcionalismo, porquanto as possibilidades do «favor directo» foram fortemente diminuídas.

Os serviços do Arquivo tiveram melhoria sensível. E' facto que não atingiram o estado de aperfeiçoamento que seria para desejar que tivessem; não poderão atingi-lo enquanto as instalações, dispersas por pontos distantes, não puderem concentrar-se num único local, e enquanto não for possível separar o Arquivo Histórico, dando-lhe instalação adequada. Estas legítimas aspirações hão-de procurar satisfazer-se, porquanto a actuação dos diferentes serviços camarários depende muito dum bom funcionamento do Arquivo; a rapidez de decisão da grande maioria dos casos a resolver está-lhe completamente condicionada.

Nos Serviços Culturais, a acção do Município teve posição destacante: a intensificação da leitura nas bibliotecas, o avanço dado à catalogação de livros, os cuidados proporcionados aos Museus dependentes do Município, e o enriquecimento, ainda que lento, das suas colecções; a realização da exposição da Estátua Equestre e de conferências sobre assuntos olisiponenses, actividades estas que mereceram a consideração dos altos poderes do Estado, traduzidas pela presença de Sua Excelência o Presidente da República e de alguns Ministros nos actos de inauguração ou encerramento; a edição e reedição de publicações que têm por objecto divulgar os conhecimentos relativos à história de Lisboa e à sua evolução no decorrer dos séculos; a visita das crianças da Aldeia de Monsanto, com o intuito de receberem, ao vivo, uma lição da história do passado e do presente; os concertos na Estufa Fria, com a valiosa colaboração da orquestra da Emissora Nacional, tudo constitue um conjunto de manifestações culturais que demonstra que a Câmara vai ao encontro das velhas tradições municipais, e compreende e pensa que «nem só de pão vive o homem».

Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras — A esta Direcção foram incumbidos serviços de excepcional importância para a cidade, e cujo funcionamento tem essencialmente como base a existência do Plano

de Urbanização e Expansão de Lisboa. Sobre este, não é ainda a altura de falar; direi apenas que ele há-de atender às justas e naturais aspirações da capital, das quais destaco, como das mais importantes, a correcção progressiva do velho erro que consistiu em construir e urbanizar a cidade em directriz oposta ao Tejo, elemento essencial da sua beleza.

No capítulo das obras municipais, tanto em arruamentos como em edificações, a actividade do Município exerceu-se sobretudo no sentido de preparar em primeiro lugar os projectos necessários à realização das obras ligadas ao programa das Comemorações Centenárias, obras que estão tendo a sua efectivação no corrente ano. No entanto algumas realizações de interesse se verificaram em 1938. Além da conclusão de algumas obras começadas em 1937, como o prolongamento da Avenida Alferes Malheiro, a grande reparação da Estrada do Desvio, a pavimentação de certos grupos de arruamentos, as obras preliminares do Novo Mata-douro, etc., outras se iniciaram e concluíram, tais como o prolongamento da Rua da Imprensa, com o seu jardim anexo, a conclusão do último trço da Avenida Alferes Malheiro até à grande praça junto à Portela, o alargamento da Calçada dos Mestres e da Rua do Marquês da Fronteira, o arranjo da muralha do Monte, a construção dos recreios infantis no Jardim da Estrêla, a construção do Bairro de Casas Desmontáveis na Quinta da Calçada, certas obras no Parque Florestal de Monsanto — o início do arranjo do Miradouro de Montes Claros, das estradas de acesso ao Parque, pelo lado da Ajuda e de vários caminhos florestais, — a grande transformação do edificio municipal da Rua Castilho, ocupado por várias Repartições Públicas; outras obras de menor monta em edificios municipais e a construção de novas dependências, como, por exemplo, as instalações sanitárias destinadas ao público, num ângulo do terraço da Maternidade Alfredo da Costa.

Dentre todas estas convém destacar, pelos elevados fins sociais que visa, a construção do Bairro da Quinta da Calçada: neste momento alberga já as famílias que habitavam, em condições deploráveis, o aglomerado de miseráveis barracas conhecido pelo nome do Bairro das Minhocas.

Merece também citação especial a construção do referido Parque Florestal.

Pela área ocupada (cêrca de 1.000ha, ou seja um oitavo da área da Cidade) e pela sua localização, o Parque é uma obra grandiosa, cujo elevado dispêndio tem larga contrapartida na considerável melhoria das condições de vida que proporcionará aos habitantes da Capital. No decorrer de 1938, a Câmara expropriou as I e II Zonas do Parque, iniciando alguns dos melhoramentos previstos no projecto aprovado. Abriam-se cêrca de cento e oito mil covas para árvores e plantaram-se umas cento e trinta mil, disseminadas por uma extensão de 130ha; estudaram-se também diversas obras, algumas iniciadas em 1938 e outras para iniciar no corrente ano e que estão em curso, tais como o Miradouro da Luneta dos Quarteis, os campos de jogos na Cruz das Oliveiras, o Parque Infantil e os campos de tennis na Estrangeira, uma grande parte dos arruamentos principais, etc.

Em matéria de jardins municipais, a Câmara, em 1938, alguma coisa fez, além de preparar intensivamente ultteriores realizações. Merecem destaque os seguintes trabalhos: melhor arranjo da Estufa Fria, exposições de begônias e de gloxinias, trabalhos de mosaico-cultura junto de edificios e monumentos em festas comemorativas, ornamentações de pavilhões e edificios públicos para cerimónias officiaes, transplantações de árvores, instalação de viveiros na Quinta da Pimenteira e melhorias no aspecto dos diferentes jardins. São manifestações do rendimento deste serviço, a justificar que na nova orgânica municipal lhe tenha sido dado relevo superior ao que possuía.

Direcção dos Serviços de Finanças — A remodelação dos serviços camarários fez-se também sentir intensamente nesta Direcção.

No que respeita às Contas do Orçamento a principal dificuldade a vencer resultou de a Câmara ter vivido, no decorrer de 1938, subordinada ao orçamento de 1937 — (elaborado, portanto, em fins de 1936) — orçamento desactualizado no tempo e na essência da orgânica dos serviços, que fôra modificada pela necessária adaptação ao novo Código Administrativo.

A tarefa, nada fácil, foi no entanto vencida dentro de um certo número de critérios gerais fixados, e a que os serviços tiveram de subordinar-se. Conseguiu-se chegar ao fim do ano, promulgando dois orçamentos suplementares. Como, porém, um deles foi elaborado e votado para cumprir determinações do Governo em decretos-lei, segue-se que, praticamente,

apenas houve, como determinava a lei, um orçamento suplementar a corrigir o orçamento de 1937.

Em matéria de Contas de Administração, após os necessários estudos, assentou-se na mais conveniente classificação das contas, de modo a verificar-se o rendimento dos diversos serviços e a acompanhar-se a evolução do património municipal.

Simplificou-se a cobrança dos emolumentos para o Governo Civil de Lisboa pelo registo de licenças, com grande vantagem e economia de tempo para o público.

Promoveu-se a publicação dum diploma governamental respeitante ao recebimento — que se fazia por meio de estampilha — das receitas do Estado arrecadadas com os impostos municipais; e que passou a fazer-se por sistema mais simples e menos incómodo para os munícipes.

Fiscalizou-se eficazmente o cumprimento da postura de 1 de Julho de 1921, que regulava a cobrança das licenças de comércio e indústria; isto permitiu, sem quaisquer alterações nas taxas de incidência, arrecadar no segundo semestre de 1938 cêrca de mil contos mais do que no 1.º semestre, antes de se fazer a revisão das bases de incidência. Para tal foi necessário organizar um ficheiro, com cêrca de trienta mil fichas, correspondentes a outros tantos contribuintes das diversas actividades industriais e comerciais da cidade, o que também permitiu verificar que grande número de contribuintes do Estado não pagavam imposto ao Município.

Finalmente, prepararam-se os elementos de estudo necessários à promulgação da deliberação ultimamente votada pela Câmara, respeitante àquelas licenças.

Direcção dos Serviços Técnico-Especiaes — Em matéria de iluminação, procurou-se dar a este importante elemento de comodidade e estética cidadinas o relevo devido, que até agora não pudera ter, mercê de pouco desenvolvimento destes serviços dentro da antiga orgânica. A nova repartição, dotada de técnicos com o devido grau de cultura e especialização, iniciou o estudo respeitante a um novo tipo geral de iluminação pública que permita obter com as lâmpadas empregadas melhor rendimento de fluxo luminoso, fluxo este que, no actual tipo de aparelho de iluminação, se desperdiça em grande parte para a atmosfera e na iluminação da parte superior das fachadas.

Passando a outro sector desta Direcção — Viação e Transportes — verificou-se que os objectivos que na nova organização dos serviços municipais lhe foram assinalados tinham e têm de facto grande importância para a cidade.

Prova-o a acção intensa exercida — criteriosa e com bom sentido de não provocar profundas reacções — para diminuir progressivamente certo número de elementos perturbadores do trânsito na cidade, já hoje bem difficil por circunstâncias de todos conhecidas, e cujo o remédio se está preparando no estudo do Plano de Urbanização.

E, assim, verifica-se já redução sensível na circulação de carroças e carros de mão, de burros com carga, e de vendedores ambulantes de toda a espécie, etc.

O problema da atenuação dos ruídos da cidade foi também considerado, preparando-se elementos de estudo e actualizando-se dentro das possibilidades, para alguma coisa conseguir.

Em matéria de transportes colectivos, também alguma coisa se procurou fazer.

Em matéria de tarifas, conseguiu-se a anuência da Carris para pôr em vigor, destinada a operários, uma tarifa especial de ida e volta, em certas carreiras, como complemento da tarifa simples de ida, fixada em 1935, com o mesmo objectivo.

Finalmente, no respeitante aos transportes do Município, a variação

das anteriores condições pouco se fez sentir; marcou-se sempre, no entanto, o princípio da redução gradual dos transportes hipomóveis.

Um serviço de actividade pouco destacada pela sua natureza mas onde a acção camarária bastante se fez sentir também, foi o do subsolo. Pouca memória terá quem se não lembrar de que há cerca de dois anos a cidade apresentava buracos abertos por todos os lados e que assim se mantinham, por vezes, durante dias e até meses. Procurou-se metodizar o assunto com rigor, obrigando as companhias concessionárias a manter estreito contacto com o Município, e forçando-as a colaborar simultaneamente, sempre que alguma delas ou a Câmara tivesse necessidade de remodelar canalizações. Dêste modo se fizeram já trabalhos de conjunto de todas as companhias, em determinadas zonas da cidade, reduzindo a incomodidade para o público e acatellando o futuro.

Ao mesmo tempo, estudaram-se perfis-tipos de arruamação das rédes de canalizações para as diferentes larguras e perfis transversais de arruamentos, de modo a virem a colocar-se todas as canalizações nos passeios, acabando assim com o grave prejuizo de estar a cortar constantemente com valas as fachas de rolagem de arruamentos recém pavimentados. O primeiro exemplo importante dêste novo critério observa-se já na transformação da Avenida Almirante Reis. E' orientação de efeito lento mas de resultados que serão apreciáveis, dentro em pouco, desde que nela se persista.

Convém, finalmente, citar a situação desta Direcção de Serviços, com os do Estado, no sentido de se realizar com toda a urgência a transferência da fábrica do gás para a Matinha, libertando a Torre de Belém dêste incómodo vizinho.

Pelo que respeita ao Batalhão de Sapadores Bombeiros, nada há de especial a destacar; a sua acção continuou a desenvolver-se dentro das normas antecedentes, que se mantiveram, à-parte pequenos pormenores de interesse interno da corporação.

Direcção dos serviços de Salubridade — A actividade dos Serviços de Limpeza e Regas exercu-se especialmente nos seguintes sentidos: — melhorar e acelerar o transporte dos lixos até aos vazadouros e estudar o melhor sistema de transformar os lixos recolhidos em produtos utilizáveis.

Quanto ao transporte, a acção desenvolvida pouca efficácia pôde ter, pois o número de unidades de transporte rápido não foi modificado no decorrer do ano; resumiu-se a combinar o melhor possível as diferentes espécies de transportes existentes, de modo a reduzir o tempo gasto na remoção dos lixos das habitações.

Alguma coisa se fez no sentido de melhorar as condições precárias que vinham do antecedente: afastou-se um pouco mais do centro da Cidade um dos locais de vazadouro, acabando-se também com a prática anti-higiênica de permitir nesse local a engorda dos suínos destinados à alimentação pública; transferiu-se o vazadouro fluvial, da doca de Santos para o extremo do cais de Santa Apolónia.

Também se promoveu a abertura de um concurso para a adopção do recipiente do lixo doméstico, em substituição do que vinha sendo adoptado e que se verificara apresentar vários inconvenientes práticos.

Em matéria de Higiene Urbana, publicaram-se normas para a construção de jazigos e ossários particulares, determinando-se que os projectos respectivos sejam sempre assinados por architectos; fizeram-se experiências de revestimento de sepulturas, com a intenção de dar exemplo de dis-

ciplina aos particulares; fixou-se o programa da construção de novos cemitérios, e do destino e aproveitamento dos existentes, depois de convenientemente ampliados, preparando os necessários elementos para um estudo definitivo do problema, que continuará a merecer a maior atenção, tendo em vista as condições do novo Plano de Urbanização.

Em relação à hygiene das habitações, estudou-se e promulgou-se uma nova postura sobre vistorias sanitárias por mudanças de inquilinos, organizando-se com rigor o respectivo serviço. Aproveitando os elementos colhidos nessas vistorias e os fornecidos por outras entidades, entre as quais a Direcção Geral de Saúde, começou-se a organizar o ficheiro respeitante a todas as habitações da cidade, do qual se poderão deduzir conclusões de grande interesse para a hygiene das diferentes zonas e de cada uma das habitações.

Finalmente, como complemento desta actuação, ainda se procedeu ao exame médico-veterinário de todos os cães submetidos a licença, melhorando e intensificando o serviço de apanha de animais vadios, e pondo para tal em circulação uma viatura automóvel apropriada.

Direcção dos Serviços de Abastecimento — Em relação aos mercados, a actividade dos serviços visou sobretudo a melhorar, na medida do possível, as condições de sanidade e a disciplinar neles o comércio, impondo restrições à venda de determinados géneros, melhorando as suas condições de apresentação, e forçando os vendedores à necessária urbanidade para com o público.

Como a localização dos novos mercados é função essencial das condições resultantes do novo Plano de Urbanização, não se pôde adiantar quanto seria desejável o estudo dos projectos, salvo onde a localização desses mercados fôsse já susceptível de ser fixada. Assim, deixou-se quasi ultimado o projecto do novo mercado do Bairro dos Actores, destinado a substituir o péssimo mercado actual do Pôço dos Mouros.

Em matéria de Abastecimento de Carnes, procurou-se manter e impôr os princípios essenciais: protecção à Lavoura Nacional, traduzida pela conservação, para determinadas espécies animais, de uma tabela de preços sufficientemente remuneradora; protecção aos munícipes pela adopção dum novo regime de fornecimento de carnes (aproveitando para isso a organização, já existente, do Grémio Concelhio dos Comerciantes de Carnes), regime em que os direitos dos munícipes foram devidamente acatellados e em que se estabeleceu preço especial para a carne de vaca, em determinados dias, com o fim de estimular o seu consumo pelas classes menos abastadas; protecção aos proprietários dos talhos, e indirectamente também ao público, disciplinando a sua actividade, promovendo a redução do número de talhos (exagerado em relação às actuais necessidades) e obrigando os que restassem a melhorar as condições higiénicas; obediência ao princípio de não exercer o Município funções comerciais, promovendo a extinção dos talhos municipais que ainda funcionavam; disciplina na oferta das reses, procurando acabar com a prática imoral de se insereverem, para entrega, reses que de facto não estavam na posse do ofertante.

Quanto, propriamente, ao funcionamento do Matadouro actual, nada de notável há que mencionar nem é fácil melhorar as condições do estabelecimento, que está condenado. O novo Matadouro projectado teve um compasso de espera, para exame de orientação que se aguardava o Ministério da Agricultura desejasse imprimir ao problema, pelo que prosseguiram apenas as obras já em curso. Espera-se que no corrente ano o assunto se esclareça, permitindo à Câmara progredir com passo firme no caminho que adoptara.



Setúbal

CONCELHO de 1.^a classe, séde do distrito, 50.467 habitantes. Compõe-se das freguesias de Bocage, Santa Maria da Graça, S. Julião, N. S. da Anunciada, S. Lourenço de Azeitão e S. Simão de Azeitão. Composição da

Câmara Municipal: major Alfredo Augusto Xavier Perestrelo da Conceição, presidente; Manuel Lourenço Carquejeiro Júnior, engenheiro Botelho Monis Borba, António Luís Esteves e João Manuel da Costa Teixeira, vereadores; dr. António Inácio Greck Tôres, chefe da Secretaria.

Setúbal, a laboriosa cidade das margens do lindo Sado, passou nos últimos anos por transforma-



*Engenheiro Manitto Tôres,
Governador Civil substituto de Setúbal*

ções sensíveis, a principal das quais foi, sem dúvida, a da construção do seu magnífico pôrto — obra realizada pelo Estado Novo e que constituiu, durante muitos anos, uma das maiores aspirações dos seus habitantes. Melhoramento de vulto, êle destinava-se a corresponder ao papel de capital importância que Setúbal e a sua principal indústria — a das conservas — bem como

outras, como sejam as das frutas da região e do seu excelente vinho moscatel, de fama universal, têm na balança comercial da Nação. Infelizmente, devido às profundas alterações que se deram no inter-câmbio comercial de todo o mundo e cujas causas são sobejamente conhecidas, a satisfação do maior desejo e necessidade dos trabalhadores de Setúbal coincidiu com uma crise grave, cujos resultados atingiram seriamente a vida económica do rico concelho, outrora tam florescente.



Major Alfredo Augusto Xavier Perestrelo da Conceição, presidente da Câmara de Setúbal

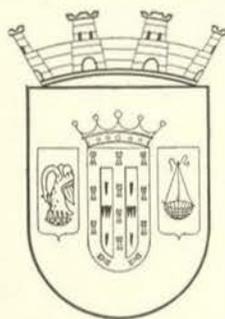
Louvores merecem as entidades nas mãos dos quais foram entregues o Governo e a administração distrital e municipal da região. Do esforço para bem conduzirem a economia local e afanosa dedicação pelas famílias em crise, existem largos testemunhos nas diligências realizadas junto do Go-

vêrno, em várias medidas promulgadas e na obra social de assistência desenvolvida por intermédio da Câmara e das várias instituições de previdência do concelho, nomeadamente a Misericórdia, cuja acção ultrapassa, muitas vezes, a sua capacidade financeira.

A fisionomia da cidade beneficiou muito nos últimos anos. As principais artérias, como sejam a magnífica avenida Luísa Toddi e o formoso campo do Bomfim, muito beneficiados, atraem agora o forasteiro curioso das velharias, sempre interessantes que em grande número embelezam os arredores — os seus castelos e os seus mosteiros, peças de grande valor histórico e artístico que o Estado, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, vai, a pouco e pouco, beneficiando ou reconstruindo.

Os arredores da cidade, de singular beleza e que se desenrolam à vista do visitante em panoramas diferentes, ora viçosos na sua densa arborização, ora rudes e penhascosos, como a mole imensa de pedra da Serra da Arrábida, constituem um magnífico passeio e proporcionam um dia agradável e fértil de surpresas. As suas praias de Troia, Albarquel, Comenda, Outão, Galapos e Portinho da Arrábida são recantos admiráveis de luz, convidativos a um bom repouso.

Dizem as notas directamente colhidas que a obra municipal realizada durante 1938 foi reduzida, pois que houve de atender-se a outros problemas de ordem económica a que já nos referimos e que consumiram muito trabalho e bastas disponibilidades. A Câmara Municipal possui, porém, uma carteira de realizações que deverão traduzir-se em realidades, logo que as circunstâncias o permitam.



Caldas da Rainha

Cidade

CONCELHO de 2.^a ordem. Comarca de 2.^a classe. 7.829 habitantes. Compõe-se das freguesias de A dos Francos, Al-

vorninha, Caldas da Rainha, Carvalhal, Benfeito, Coto, Foz do Arelho, Landal, Salir dos Matos, Salir do Pôrto, Santa Catarina, S. Gregório, Serra do Bouro, Tornada e Vidais. Composição da Câmara Municipal: dr. Júlio Lopes, presidente; dr. João Artur Botelho Monis, administrador do concelho; José Paulo Rodrigues dos Santos, José da Silva Natário e Joaquim Botelho, vogais; José Venâncio Coelho Pereira, chefe da secretaria.

A gerência de 1938, que teve de suprir algumas deficiências, cuja solução ficou pendente de Câmaras



Dr. Júlio Lopes, presidente da Câmara de Caldas

anteriores, conseguiu, depois do necessário Saneamento financeiro, efectuar as seguintes obras, de grande importância para esta cidade:

Construção do Ossário no cemitério da cidade, na importância de 25.635\$45; pavimentação das ruas das Figueiras e Leão Azedo

em Caldas, e da rua Direita, na freguesia de Santa Catarina, por 179.407\$00; construção dum poço na fre-

guesia do Landal, por 9.701\$00; obras no cemitério de Vidais, por 23.105\$00; montagem da rede eléctrica, comparticipação 175.036\$82; construção dum novo balneário, no valor aproximado a 2.500.000\$00 (obra do Estado); restauração do Teatro Pigneiro Chagas, com remodelação nas instalações e mobiliário, etc.

Tôdas estas obras foram feitas em comparticipação com o Estado.



Dr. João Artur Botelho Moniz, administrador do Concelho de Caldas



Alcobaça

CONCELHO de 2.^a ordem, comarca de 2.^a classe. 38.718 habitantes. Compõe-se das freguesias de Santíssimo Sacramento de Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Alpedriz, Barrio, Benedita, Cela, Coz, Évora de Alcobaça, Maiorga, Pataias, Prazeres de Aljubarrota, S. Martinho do Pôrto, S. Vicente de Aljubarrota, Turquel, Vestiaria e Vi-meiro.

Composição da Câmara Municipal: Manuel da Silva Carolino, presidente; José Pereira da Silva, vice-presidente; Bernardo Correia de Almeida, Francisco Nunese João Marques Trindade, vogais; Eurico Pereira de Araújo, chefe da secretaria.

Da obra Municipal, que é vasta, pode destacar-se a que beneficiou largamente o fomento local, como sejam o abastecimento de água à vila e a algumas das freguesias, e a modificação no sistema do fornecimento da luz eléctrica, sendo notáveis, ainda, além de muitos outros pequenos me-



Manuel da Silva Carolino, presidente da Câmara de Alcobaça

lhoramentos, mais os seguintes, de certa importância: o ajardinamento da praça Dr. Oliveira Salazar; construção da «Casa dos Magistrados»; cobertura do rio Baça; aquisição do Parque Municipal General Carmona; obras várias de fomento; construção de doze edificios escolares e reparação de muitos outros; construção de fontes e instalação da rede telefónica.



Alcochete

CONCELHO de 3.^a ordem. Comarca do Montijo. 6.674 habitantes. Compõe-se das freguesias de S. João Baptista e de S. Brás

do Samouco. Composição da Câmara Municipal: Francisco José Pereira Coutinho Leite da Cunha, presidente; Manuel Marques Sena e Augusto Lopes Condelpes, vogais; Carlos Pinto Ferreira, chefe da secretaria.

Em 1938, a Câmara realizou duas obras novas: a construção de calçadas nas duas freguesias do Concelho, e a de retretes públicas na sede do Concelho. Estas duas obras foram comparticipadas pelo Estado, tendo a Câmara dispendido cerca de 6.000\$00.



Almada

CONCELHO de 2.^a ordem e fiscal de 2.^a classe. Comarca de 3.^a classe. Relação de Lisboa.

23.994 habitantes. Compõe-se das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Caparica e Trafaria.

Composição da Câmara Municipal: tenente-coronel António Baptista de Carvalho e tenente Armando Afonso Barreira, presidentes efectivo e substituto; António José Gomes Faria e João Baptista Pais Pinto, vereadores; João Luiz da Cruz, chefe da secretaria.

Região de turismo puro, pela extraordinária beleza da majestosa praia da Caparica — a Praia do Sol — o concelho tem um futuro certo de grande prosperidade. Administrativamente, a Câmara faz o que

pode, dentro dos seus recursos e, sem desprezar as necessidades gerais, as suas atenções voltam-se, naturalmente para a praia, onde põe as suas naturais e legítimas esperanças.

A comunicação oficial da gerência de 1938, dá a seguinte súmula:

«Freguesia de Almada — Reparação do Mercado Municipal; conclusão do Dispensário Anti-Tuberculoso; transferência da Escola Oficial do sexo feminino; instalação da Te-souraria Municipal em casa própria; construção dum edificio para Escola Oficial do sexo masculino na sede do concelho; reparação da rua D. José Mascarenhas, em Almada; reparação da Fonte da Pipa, Almada; aquisição do terreno da antiga Praça de



Tenente-coronel
António Baptista
de Carvalho,
presidente da Câmara
de Almada

Touros, em Almada, para urbanização do Campo de S. Paulo; construção da Secretaria privativa do Cemitério Municipal de Almada; arranjo de arruamentos em Almada; instalação de canalizações de água para abastecimento de água à Escola Oficial do sexo masculino, ao edificio da Câmara Municipal, ao Tribunal e ao Cemitério Público de S. Paulo; construção de manilhas para a rede de esgotos do Pragal e conclusão do coreto da Alameda do Castelo, em Almada.

«Freguesia da Cova da Piedade — Reparação, ampliação e modernização da Romeira; elaboração do plano de urbanização da Quinta dos Frades; pavimentação da rua Artur Paiva; reparação da Escola do sítio da Romeira.

«Freguesia do Monte de Caparica — Construção do colector para esgotos do Monte de Caparica ao lugar da Tôrre; reparação da Escola da Charneca de Caparica e arranjo do depósito de água da Charneca de Caparica.

«Freguesia da Trafaria — Construção dum edificio destinado a retretes

na povoação da Trafaria; aformoseamento da entrada do edificio da Igreja da Trafaria; estudo técnico da obra da Enxurrada; estudo técnico do abastecimento de águas ao lugar do Pôrto Brandão; endurecimento de ruas e expropriação de um prédio situado na Costa de Caparica, rua n.º 10; construção de oito casas económicas para substituir oito barracas de colmo, de pescadores pobres, na Costa de Caparica; construção dum pontão e regularização das avenidas que o servem, à entrada da Costa de Caparica; construção de placas ajardinadas e arborizadas, junto ao mercado da Costa de Caparica; alcatroamento da rua dos Pescadores — Costa de Caparica e construção e arranjo das estradas que dão acesso à praia de Costa.»



Arruda dos Vinhos

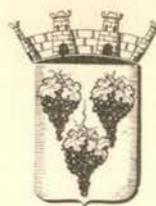
CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe. Comarca de Vila Franca de Xira. 3.712 habitantes. Compõe-se das freguesias de Arranhó, Arruda dos Vinhos, Cardosas e S. Tiago dos Velhos.

Composição da Câmara Municipal: capitão Celestino Augusto da Costa, presidente; José Marques Simões e Manuel Domingues Lage Júnior, vereadores; Acácio Dias Sirgado, chefe da secretaria.

Rica região, como todas as que o são em agricultura, principalmente em vinho, são fracas as possibilidades financeiras do município para grandes realizações. A Câmara tem, contudo, produzido obra útil, mantendo uma atenção permanente sobre as pequenas reivindicações sobre os numerosos lugares e casais dispersos pelo pitoresco concelho.



Celestino A. da Costa,
presidente da Câmara
de Arruda dos Vinhos



Bombarral

CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe. Comarca das Caldas da Rainha. 12.615 habitantes. Compõe-se das freguesias de Bombarral, Carvalhal e Roça.

Composição da Câmara Municipal: Américo Monteiro e Emílgio Augusto Virgílio, presidentes efectivo e substituto; Francisco Luis Marques e José Gomes, vereadores efectivos e Artur Jerónimo e José Bernardo, vereadores substitutos; João Franco, chefe da secretaria.



Américo Monteiro,
presidente da Câmara
do Bombarral

Grande centro comercial e agrícola, o concelho do Bombarral consegue, a despeito das suas fracas receitas, manter um nível administrativo honroso, procurando acudir às mais instantes necessidades. O extracto do relatório de 1938, que a seguir publicamos, dá bem a nota da boa administração municipal:

«A nossa curtíssima gerência, dez escassos meses apenas, não nos permite apresentar-vos obras, nem, sequer, grandes planos de imediata realização.

«Dentro de um orçamento desequilibradíssimo, avolumado com um razoável montante de dividas extra-orçamento, a nossa primeira e principal preocupação é o equilibrio e a liquidação de todos os débitos, o que nos absorverá as receitas de vinte e quatro meses — se chegarem — e nos manietará, impedindo-nos de acudir a tanta necessidade urgente, durante este espaço de tempo, porque entendemos que só com as finanças saneadas deveremos pensar em obras.

«Iniciámos, portanto, um período de feroz compressão de despesas — que a muitos poderá parecer exagerada — e a prová-lo está a economia que fizemos nos primeiros nove meses de, aproximadamente, dezóito contos, procurando não prejudicar os

serviços, mas antes, regulando, tanto quanto possível, para melhor, o seu andamento. Para isso, temos tido e esperamos continuar a ter, a boa vontade e o sacrifício de todo o pessoal.

«Não pudemos, como atrás dizemos, fazer obras, no verdadeiro significado da palavra, mas, dentro ainda das economias que citamos e avolumando-as, acudimos, com pequenas verbas, aos seguintes melhoramentos:

«Reparações nas Escolas da Azambugeira e Columbeira e no mobiliário da escola do Pó; fornecimento de material didáctico a tôdas as escolas do concelho; reparação das fontes da vila e da Columbeira e auxílio da cobertura de um poço no Sanguinhal, que era um foco de infecção; reparação de algumas calçadas na vila e das estradas do Sobral ao Carvalho e a da Roliça ao Pó, e auxílio do ensaibramento das ruas de Vale Covo; e compra de dois armeiros para a Legião Portuguesa e de dois armários para a Secção de Finanças.

«Assim, embora com verbas diminutas, mostrámos a nossa boa vontade. Pagámos dívidas no montante de Esc. 15.314\$55, faltando-nos liquidar, ainda, Esc. 56.245\$55, que ficam a pesar, como chumbo, nos futuros orçamentos.

«A fim de podermos receber o restante da comparticipação do Estado para a Estrada de Pero Moniz — uns dezassete contos — tivemos que fazer o grande sacrifício de a reparar entre o Sanguinhal e a Quinta do Pombo, no que gastámos Esc. 3.350\$00.

«Temos pedida a compartição do Estado para a construção da estrada do Barrocalvo — calçada do Sanguinhal — pontões da Carniceira e Casal do Vale (obras que devem custar pouco à Câmara) e para acabamento e reparação do Matadouro.

«Estamos a proceder a vários estudos, alguns dos quais já concluídos ou em vias de conclusão, entre eles os da estrada do Salgueiro, a grande reparação das estradas do Carvalho e do Pó e a construção de várias fontes e escolas.

«Pretendemos executar não só estes como outros precisos e urgentes melhoramentos, enquadrando-os num grande plano a estudar com as Juntas de Freguesia, para o que será, possivelmente, preciso contrair um empréstimo. No entanto, o futuro

nos indicará o melhor caminho a seguir.

«Estamos a braços com a questão posta por motivo da posse da antiga Central Eléctrica que, a-pesar do nosso advogado nos dar as melhores esperanças, não sabemos até onde irá parar.

«Tendo chegado até nós várias queixas de alguns pais que não puderam matricular os filhos, por falta de lugares nas escolas, procurámos junto do Sr. Director Escolar que fôsem autorizados alguns desdobramentos, o que nos foi prometido.»

A nossa solicitação para que nos fôsem fornecidos elementos que permitissem remediar quaisquer lapsos ou inexactidões contidas no Anuário Comercial, a Câmara do Bombarral respondeu com uma nota completíssima que publicamos por a julgarmos de grande utilidade:

Alterações a fazer no Anuário Comercial

Dista de Leiria 75 km. e não 64,5.

Feiras e Mercados — A que está a 1 de Maio é no 2.º Domingo e segunda-feira de Maio.

Vias de comunicação — Não há serviço de camionetes a qualquer dos combóios mas, simplesmente, «uma espécie de trem...»

Secção de Finanças — Chefe: Joaquim Rodrigues dos Reis e não José Nunes da Costa Pinto (este foi o anterior).

Câmara Municipal — Falta o oficial de Diligências Francisco Vergikok e o contínuo Alfredo Alberto.

Tesouraria da Fazenda Pública — Tesoureiro, António Alexandre Luís Louro e não Alexandre L. Louro. Proposto, Humberto Pereira da Conceição, que substituiu Joaquim M. P. de Lacerda.

Juntas de Freguesia — Bombarral, presidente Mário Sabino Pereira; Carvalho, presidente Salustiano da Silva Veloso; Roliça, presidente José Monteiro.

Pecuária — Médico Veterinário em vez de Inspector de Sanidade.

Saúde Pública — Delegado de Saúde e não sub-delegado Dr. Joaquim de Albuquerque.

Adubos — A firma Arlindo Rodrigues já não existe.

Depositários de adubos — Companhia União Fabril, Patuleia & Pa-

tuleia; Veríssimo Duarte & C.ª, L.ª; Francisco Bruno Patuleia; Augusto Bruno Patuleia; Garrudo & Ramos, L.ª, representantes de Abecassis (Buzaglos) & C.ª

Jornais — *Notícias Ilustrado*, *Os Sports*, *Eva*, *Arquivo Nacional*, *Diário de Notícias*, *A Noite*: vende Garrudo & Ramos, L.ª. Estes foram retirados ao antigo agente Artur Jerónimo.

Aguardente vínica — Já não existe a firma Mário Marques Martinho. Acrescentar: Abel Pereira da Fonseca, Sociedade Comercial Pereira Bernardino, L.ª e José Barardo.

Alfaiates — Cortar: Costa & Ribeiro e substituir por António da Costa Ferreira.

Automóveis — Cortar: António Laura e acrescentar Miguel Agostinho Jorge.

Bicicletas (alugador de) — Acrescentar: Raúl Vilas (Pedras).

Cafés — Acrescentar: Bar Neves, de Miguel Jorge das Neves.

Carpintaria de carros — Acrescentar: Couto & Jorge.

Casas de espectáculos — Acrescentar Esplanada Electro Cine (ao ar livre).



Cadaval

CONCELHO de 3.ª classe. Comarca de Torres Vedras, distrito de Lisboa. Compõe-se das

freguesias de Alguer, Cadaval, Cercal, Figueiros, Lamas, Painho, Peral, Pero Moniz, Vermelha e Vilar. Composição da Câmara Municipal: major Alfredo Horácio da Cunha Nery, presidente; José Soares Siopa, vice-presidente; Pedro Filipe, vogal; José Pereira dos Reis, chefe da secretaria.

O seu reduzido orçamento — 386.314\$57, verificado em 1938 — é absorvido, em quasi 50 por cento,



Major Alfredo Horácio da C. Nery, presidente da Câmara de Cadaval

pelos vencimentos do funcionalismo e o custo da hospitalização e tratamento dos seus doentes e sinistrados.

Diz mais a informação oficial para da *Estremadura*:

«O que resta das despesas obrigatórias, e muitas são, pouco é para que a Câmara possa realizar, mesmo com a comparticipação do Estado, quaisquer obras, mesmo as mais necessárias. Torna-se, portanto, difícil, realizar o plano municipal traçado com critério e justiça, o que só se conseguirá em período mais longo com a boa vontade que deve existir da parte de todos.

«A falta de indústria, pois que êste concelho é essencialmente agrícola, sendo a sua grande produção, vinho e trigo, contribue poderosamente para que não possa ser aumentada a receita camarária. Assim se luta com dificuldades e só a pouco e pouco se faz alguma coisa do muito que há que realizar. Projectos há bastantes, mas a sua execução aguarda a devida oportunidade.»



Cascais

CONCELHO de 2.^a classe, comarca e distrito de Lisboa,

22.543 habitantes. Compõe-se das freguesias de Cascais, Alcabideche, Carcavelos, Estoril, S. Domingos de Rana. Composição da Câmara Municipal: capitão José Roberto Raposo Pessoa, presidente; João António Gaspar, Franklin Lamas, António Maria Pinto Coelho, vogais; António Duarte Martins, chefe da secretaria.



Cap. José Roberto Raposo Pessoa, presidente da Câmara de Cascais, substituto em exercício

Residência Residencial, Cascais, vila de gloriosas tradições, é ciosa da sua categoria e dos seus pergaminhos, engrinaldado pela linhagem dos habitantes e pelo labor honrado dos

trabalhadores do mar que constituem a população humilde da vila, acarinhada e muito considerada por pessoas distintas que ali vão procurar, na amenidade do clima, o repouso dumas férias bem ganhas.

As vereações que, desde o 28 de Maio, por ali têm passado, produziram obra de vulto, dando-nos uma flagrante nota o último relatório publicado — o de 1933 — que regista trabalhos importantes de urbanização, tais como: alargamento de ruas, modificações de esgotos, ajardinamentos e aformoseamentos de praças e jardins; formação do Matadouro, regularização do trânsito, obras no abastecimento das águas, reparação de escolas, compra da casa do Conde da Guarda, aquisição do vario material para serviços municipais, etc. Registaram-se mais importantes obras no Monte Estoril, Alto Estoril, S. João e S. Pedro do Estoril, Parede, Carcavelos, Alvide, Abuxarda, Alcabideche, Alcoitão, Manique, Bicesse. Livramento, Alapraia, Caparide, Abóbada, Talaide, Sassoeiros, S. Domingos de Rana, Rebelva, Murtal, Cobre, Charneca, Murches, Aldeia do Juzo, Cabreiro, Malveira, Guia e Birre.



Loures

CONCELHO de 2.^a ordem e fiscal de 2.^a classe.

Comarca de Lisboa, 29.014 habitantes. Compõe-se das freguesias de Apelação, Bucelas, Camarate, Caneças, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Moscavide, Odivelas (com as partes extra das freguesias do Lumiar e de Carnide), Póvoa de Santo Adrião (com a parte extra da freguesia da Ameixoeira), Sacavém, Santa Iria da Azoia, Santo Antão do Tojal, S. João da Talha, S. Julião do Tojal e Unhos.

Composição da Câmara Municipal: Dario Canas, presidente; Francisco dos Santos, Júlio Jacinto Gomes Ferreira, Manuel Lopes da Costa e Marcos Romão dos Reis, vereadores; Guilherme Henrique Seromenho, chefe da secretaria.

Colocada na estrada de Lisboa-Pôrto, à saída de Lisboa, a sede do

concelho foi sempre muito justamente considerada um centro de grande importância e, por assim dizer, ponto de paragem e de concentração obrigatória de todo o tráfego saio, quer dos produtos hortícolas, quer das regiões vinícolas de Tôres, Arruda e outros, quer ainda dos lacticínios que no concelho se produzem em grande quantidade e até da indústria das pittorescas lavadeiras que por ali passam, montadas nas grandes cargas de trouxas, a caminho de Lisboa ou dos lavadouros.



Dario Canas, presidente da Câmara de Loures

Nem a modificação dos vários sistemas industriais, nem a aceleração dos transportes que, à primeira vista, poderia fazer dispensar aquela etapa, conseguiram fazer diminuir a importância local. Antes, pelo contrário, de ano para ano Loures tem-se desenvolvido extraordinariamente e, nos últimos tempos, graças à enérgica intervenção da actual Câmara Municipal, animada pelo seu presidente, sr. Dario Canas, mais tem progredido a laboriosa região. A sede consolidou, assim, os seus créditos de cabeça do concelho, tam disputado, há anos por outras povoações de mais estrutura e população.

Dos melhoramentos conseguidos pela Câmara actual, ressalta como de maior importância e incalculável beneficio para tôdas as freguesias, o lançamento da rede eléctrica, a que, sem dúvida alguma, se deve o rápido desenvolvimento da região.

Eis o resumo oficial da actividade municipal, durante o ano de 1938:

Electrificação — Continuação das obras.

Lavadouros — Loures, Ramada e Camarate (construção).

Mercados — Caneças e Lousa (ajuda na construção feita pelas Juntas de Freguesia).

Cemitérios — Ampliação do de Santo Antão do Tojal e ossários

para os Combatentes da Grande Guerra, em Loures e Caneças.

Esgotos — Loures, Caneças, Sacavém e Louza (canalizações novas e grande reparação das velhas).

Escolas — Loures (construção, continuação); Sacavém (adaptação).

Pavimentação — Pontinha, Fanhões, Tojal, Ponte da Póvoa, Camarate e Loures.

Águas — Montachique, Louza, Loures, Camarate, Tojal e Caneças.

Assistência — Auxílio às Juntas para menores, medicamentos e amparo na velhice.

Serviço de incêndios — Seguros contra acidentes, subsídios para material de incêndios, etc.



Montijo

CONCELHO de 3.^a ordem e fiscal de 3.^a classe. Comarca de 2.^a classe. Relação de Lisboa,

18.000 habitantes. Compõe-se das freguesias de Montijo, Sarilhos Grandes e Canha.

Composição da Câmara Municipal: António Joaquim Marques e tenente Leonar-do Mendes Fialho Prego, presidentes efectivo e substituto; José Pereira Duarte e António Inácio da Silva, vereadores.

Vila grande de história e de actividade comercial, agrícola e industrial, o Montijo, antiga Aldegalega do Ribatejo, tem reservado papel de relêvo no futuro, com a ligação entre as duas margens do Tejo, prevista no plano de obras da Administração do porto de Lisboa.

Como melhoramentos mais importantes, começaram em 1938, apontam-se, oficialmente, o abastecimento de águas e obras de calçamento,



António Joaquim Marques, presidente da Câmara de Montijo

para as quais o Estado comparticipou, respectivamente, com escudos 36.142\$28 e 520.611\$00.



Palmela

CONCELHO de 2.^a ordem, 18.583 habitantes. Compõe-se das freguesias: Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Marateca.

Composição da Câmara Municipal: Venâncio da Costa Lima, presidente; Xavier Santana e João da Costa Xavier, vereadores; Henrique Bernardino da Graça, chefe da secretaria.

É dos concelhos do distrito de Setúbal o de estrutura mais pitoresca, se bem que toda a região oferece condições para uma boa exploração turística que não deixará de ser aproveitada.

Tem sido boa a sua administração, o que pode avaliar-se pelos dados oficiais que a seguir publicamos:

«A preocupação constante que esta Câmara tem tido para conseguir administrar os destinos deste concelho tem encontrado grandes dificuldades, pois que vê, infelizmente, a maior parte das suas receitas absorvidas com o tratamento de doentes nos diversos hospitais, com a conservação da sua extensa rede de estradas e com a instrução.

«A-pesar-de todas as dificuldades, conseguiu esta Câmara, fazendo economias, equilibrar a vida municipal e levar a efeito, durante o ano findo, a conclusão das obras seguintes:

«Em Palmela: Acabamento do Quartel da Legião Portuguesa; Electrificacão de todo o concelho; Construção de 4.334^m de macadame, entre Areias Gordas e Poceirão; Conservação Geral da rede de estradas;

e construção de um canil. Em Pinhal Novo: Reconstrução de um trço de macadame na estrada dos Espanhóis; e compra de um extenso lote de terreno para a construção de um bairro. Em Quinta do Anjo: Construção de macadame da rua da Igreja; Construção de um trço de macadame da estrada da Quinta do Anjo ao Pinhal Novo; e abertura de uma rua. Em Marateca: Abertura de uma escola em Poceirão; e construção de duas pontes, sobre valas de água, em Poceirão.

«Agricultura e Turismo: Saúdavel — mortalidade insignificante, em proporção com seu número de habitantes. Desde que a agricultura produza bem e a crise geral se torne, portanto, mais benévola, tem este concelho muitas probabilidades de poder progredir e ser, no futuro, um dos concelhos mais prósperos.

«Subsídios: Pela força das circunstâncias, vê-se esta Câmara forçada a conceder alguns subsídios a diversas entidades, as quais não poderiam viver sem esse auxílio.»



Venâncio da Costa Lima, presidente da Câmara de Palmela



Peniche

CONCELHO de 3.^a ordem e fiscal de 2.^a classe. Comarca das Caldas da Rainha. 16.237

habitantes. Compõe-se das freguesias de Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição e de S. Pedro, da sede; Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei.

Composição da Câmara Municipal: João Mendes Madeira Sobrinho, presidente; Artur do Rosário Dias e António Guilherme de Faria, vogais.

Terra de pescadores, cuja vida é, amiúde, balida pelas inclemências do mar traçociro e pelas periódicas crises



João Mendes Madeira Sobrinho, presidente da Câmara de Peniche

que provêm, algumas vezes, da paralização das fábricas, os seus habitantes mantêm, através do seu nível económico reduzido, uma afeição notável às lindíssimas praias da terra natal e aos frágeis baléus, que são a enxada com que conquistam árduamente o pão de cada dia.

Muitas são as aspirações do laborioso concelho, muitas as de ordem económica e, também, numerosas as de carácter moral. Vejamos o que, oficialmente, nos comunica a Câmara, acêrca da actividade municipal em 1938:

«A Câmara Municipal de Peniche, no desejo de satisfazer e contentar os múltiplos e variados interesses dos seus municípios, tem procurado, dentro das suas disponibilidades, realizar as obras que a todos beneficiem. É tarefa ingrata e difícil contentar a todos, pois que, para uma equitativa distribuição de melhoramentos, teria esta Câmara, primeiro que tudo, de socorrer aquêles mais instantes e inadiáveis. Mas, como acima se diz, olhou-se sempre para as possibilidades orçamentais, e, assim, foram levadas a efeito e iniciadas, no ano de 1938, as seguintes obras:

«Conclusão de dois edificios escolares no lugar de Ferrel. Idem da estrada Municipal de Bôlhos a Ribafria. Terraplanagens e obras de arte no caminho vicinal da Serra de El-Rei aos Casais Mestre Mendo. Construção de um marco fontenário, nos Casais de Mestre Mendo. Idem em Geraldés. Idem de dois, na sede do Concelho. Início da obra de construção da rede de esgotos, na vila de Peniche. Continuação da obra de construção da rua do Vale em Atouguia da Baleia. Conclusão das obras de adaptação de um barracão para calabouços, na vila de Peniche. Diversos trabalhos de pavimentação das ruas da vila e freguesias rurais. Conclusão de um amanhadouro de peixe. Conclusão do reservatório de águas em Santana. Construção de um campo de *tennis*. Diversos melhoramentos no Jardim Público. Subsídio à Misericórdia de Peniche, para aquisição de um aparelho de Raios X, e outros de electro-medicina. Outros subsídios: aos Bombeiros Voluntários de Peniche e à Filarmónica Penichense.»



Seixal

CONCELHO de 3.^a classe, distrito de Setúbal. Compõe-se das freguesias de Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela e Seixal.

Composição da Câmara Municipal: António Manuel Viana Baptista, presidente; António Policarpo Alves Ferreira e Cosme Narciso de Castro, chefe da secretaria.

A despeito da exiguidade do seu orçamento, a Câmara Municipal do Seixal realizou algumas obras de vulto relativo, durante o ano de 1938, tais como: a conclusão do saneamento da Vila; electrificação da povoação de Corroios; reparação do cemitério de Arrentela; construção dum mictróio subterrâneo na vila; parte do saneamento da freguesia de Paio Pires; reparações importantes na sede da Câmara e na Repartição do Registo Civil e aquisição de mobiliário; saneamento da península do Alfeite, em combate ao anofélis; planificação do projecto urbano da vila; e comêço das obras de abastecimento de águas à vila.



António Manuel Viana Baptista, presidente da Câmara do Seixal

Soares, Rui Augusto de Sousa e Brito, Francisco António Sebastião Ribeiro Spinola e Mário Costa Ferreira Lima, vogais; Abilio Alfredo Cardoso, chefe da secretaria.

Do que é e quanto vale o agradável concelho de Sintra, dizem as numerosas monografias e publicações turísticas publicadas e largamente distribuídas pelos interessados no seu progresso. Sintra

foi, é e há-de ser o encanto de quem visita o nosso país e nós próprios, tam alheios aos valores reais da nossa terra, de vez em quando a escolhemos para os nossos passeios.

As várias vereações, sempre compostas por verdadeiros amigos da-quele rincão paradisíaco, procuraram acautelar o mais possível os seus interesses, defendendo junto dos poderes centrais as suas legítimas aspirações. Grande parte do seu progresso deve-se, contudo, a particulares que soberam embelezar a linda vila, séde do concelho, com quintas e retiros que são um verdadeiro primor.

A actual vereação, preocupada com os problemas importantes que lhes absorvem todos os momentos, entendeu que nada poderia dar melhor uma idea do trabalho realizado em 1938 do que as suas contas, que são as seguintes:

RECEITA

Saldo do ano anterior	12.104\$73
Cobrança de impostos, taxas, licenças, etc.	1.990.123\$49
Subsídios do Estado.	67.047\$40
Levantamento da conta de empréslimo	910.423\$32
Imposto de taxas de turismo	176.694\$96
Total	<u>3.156.393\$90</u>

DESPESA

Encargos e conversão do empréslimo.	1.039.063\$12
Pensões de aposentações	15.105\$35
Pessoal do quadro	245.786\$20
A transportar	1.299.954\$67



Sintra

CONCELHO de 1.^a classe, distrito de Lisboa. Compõe-se das freguesias de Almargem

do Bispo, Belas, Colares, Montelavar, Queluz, Rio de Mouro, Santa Maria e S. Miguel, S. João das Lampas, S. Marinho, S. Pedro de Penaferrim e Terrugem.

Composição da Câmara Municipal: capitão João de Sousa Soares, presidente; Américo dos Santos, presidente substituto; José António



Capitão João de Sousa Soares, presidente da Câmara de Sintra

Despesa com transporte e tratamento de doentes	86.380\$69
Subsídios para actos de beneficência	22.956\$00
Pagamento do passivo do ano de 1937	147.542\$65
Despesa com o serviço de saúde	5.634\$70
Sanidade Pecuária	13.550\$40
Serviços de hygiene e limpeza	162.009\$85
Iluminação Pública	144.824\$26
Cemitérios	23.173\$75
Matadouros	172.563\$35
Aquisição de camionetes	66.213\$00
Obras de reparações em edificios	49.168\$78
Idem em estradas, ruas e caminhos	370.755\$94
Idem em fontes e lavadouros	15.313\$94
Manutenção e conservação de jardins	49.664\$14
Vencimento de guardas e despesas com serviço de policia	89.387\$54
Aferições	1.584\$00
Serviço de incêndios	20.000\$00
Instrução	78.229\$25
Despesas diversas	97.032\$98
Encargos de empréstimo da zona de turismo	29.650\$65
Despesas com o pessoal	9.950\$00
Obras diversas e manutenção de parques e jardins	51.272\$50
Despesas diversas	58.638\$86
Saldo que transitou para o ano de 1939	91.202\$42
Total	3.156.393\$90



Sobral do Monte Agraço

CONCELHO de 3.^a ordem e fiscal

de 4.^a classe. Comarca de Tôrres Vedras. 6.912 habitantes. Compõe-se das freguesias de Sobral, S. Quintino e Sapataria.

Composição da Câmara Municipal: Joaquim Marceano dos Santos Franco, presidente; João Simões Costa e Francisco José Maximino, vereadores; José Carlos Ferreira Dias, chefe da secretaria.

Posição importante das linhas de defesa da capital, o concelho de Sobral tem certa categoria turística, pouco aproveitada, aliás. E' de crer que este ponto possa um dia vir a ser tratado como merece, pois que se disfrutam ali magníficos panoramas, próprios duma instância de recreio e repouso. Da obra realizada pelo município, relativa ao ano



Joaquim Marceano dos Santos Franco, presidente da Câmara de Sobral do Monte Agraço

de 1938, damos a seguir o resumo oficial:

«Durante o ano de 1938, levou esta Câmara a efeito alguns melhoramentos, entre os quais avultam o prosseguimento das obras de abastecimento de águas à vila, que só no corrente ano ficará concluído.

«Mandou construir e reparar caminhos, fontes, lavadouros, etc. Para isso, foram amplamente aumentadas as receitas com novos impostos, que criaram ao Município possibilidades que até então lhe eram desconhecidas.

«Também em 1938 foi elaborado um plano de urbanização da sede do concelho, e reparado o edificio onde funcionam as suas repartições. A rede de esgotos foi melhorada e algo se fez também no respeitante a sanidade.

«Brevemente principiarão as obras de construção do novo Matadouro Municipal, obras participadas pelo Fundo do Desemprego e planeadas durante 1938.

«Adquiriu um terreno destinado a campo desportivo e que se ofereceu ao Grupo desta vila.

«Projectamos a construção de um Bairro Económico, para o qual esperamos a aprovação de Sua Excelência o Sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações, com o carinho e boa vontade que sempre estas obras lhe têm merecido.

«Mais melhoramentos levou a efeito esta Câmara, mas a que deixamos de nos referir, por serem de menor importância.»

NOTA DA REDACÇÃO

Conforme noutro lugar dissemos, limitamos esta secção — «A Vida dos Concelhos», que desejaríamos publicar completa e convenientemente desenvolvida — aos elementos que nos chegaram às mãos por intermédio das Câmaras Municipais que responderam ao nosso pedido.

Temos necessidade e agradecemos a preciosa colaboração dos srs. Presidentes das Câmaras Municipais da Província da Estremadura, para que esta parte do nosso Boletim, que é, também, o porta-voz dos interesses da nossa Província, saia tam completa como é para desejar e lhe compete.

As notas sobre «A Vida dos Concelhos» devem ser, embora sintéticas, muito completas e agradecemos que a sua redacção seja feita, tanto quanto possível, de maneira a podermos publicá-la tal qual nos é enviada.

Com esses elementos, aceitamos tôda a colaboração de assuntos que caibam nas directrizes determinadas no artigo do nosso director, sr. dr. Carlos Botelho Monís, com que se abre o presente Boletim.

RELATÓRIO

da J. P. E., de 1938

Nos relatórios que se seguem não houve a preocupação de dar a nota completa e sempre massuda do movimento dos serviços da Junta de Província da Estremadura. Quisemos, apenas, fornecer índices, fatalmente numéricos, pelos quais os leitores curiosos pudessem avaliar do resultado e eficiência da acção da Junta, e os estudiosos dispusessem de elementos, embora resumidos, para a história da Assistência e dos Corpos Administrativos portugueses.

Este primeiro relatório — visto que o anterior foi, somente, uma colectânea de apreciações sobre a vida e obra da extinta Junta Geral do Distrito, saída, oportunamente, à luz da publicidade, para marcar o fim do Corpo que se extinguiu com uma bela fôlha de serviços prestados à causa pública — incompleto e hesitante, como todos os primeiros passos duma realização, deverá, de número, para número, ser melhorado e completado, nomeadamente na parte que se refere a esta última secção: relatórios.

As importantes remodelações pelas quais acabam de passar os serviços da Junta de Província da Estremadura, por força do texto do novo Código Administrativo, contribuirão, de maneira positiva, para que este Boletim preencha cabalmente a sua missão.

Um ano de actividade

Findo o exercício de 1937 e aprovado o plano de trabalhos para o ano de 1938, entrou a Junta de Província da Estremadura, de maneira decisiva, no cumprimento efectivo da letra do novo Código Administrativo, no que se refere ao funcionamento e atribuições das Juntas de Província.

O ano de 1938 não devia, porém, ser rico de novos cometimentos. Tôda a acção, à excepção da criação de mais dois «Dispensários de Puericultura» e a planificação de outros, se limitou, pode dizer-se, a aguardar que o tempo desse às novas disposições administrativas os foros de estabilização que o período experimental a que o Código Administrativo esteve, e ainda está, submetido há-de criar.

Compreendendo a necessidade de interpretar, no seu sentido construtivo, as intenções do magnífico estatuto administrativo, a Junta de Província da Estremadura procurou estudar, dentro do sentido mais prático e legal, a sua integral aplicação e o mais fiel cumprimento da respectiva letra. E, nesta preocupação de que ressaltava, com evidência, a necessidade de reformar os serviços, sem prejuízo da acção benéfica, larga e acelerada, desenvolvida por força do dinamismo que lhe criou o ambiente espiritual do «28 de Maio», limitou-se a Junta, na maior parte dos casos, a despachar assuntos em trânsito, prover as necessidades da sua assistência, dentro das rubricas orçamentadas; alargar, um pouco mais, a obra lançada, princi-

palmente no sector da protecção à primeira infância; distribuir subsídios com os objectivos cultural e beneficente; participar de movimentos de ordem nacional; verificar as contas dos organismos, que, por força da Lei, tutela; e estudar a nova ordem administrativa, para que uma mais larga aplicação lhe fôsse dada no ano seguinte.

Há a destacar, no que se refere à tutela das instituições de beneficência da Província, o trabalho importante que resultou dum esforço quasi inacreditável, expressão real da boa vontade dos funcionários encarregados de tal serviço, que foi o da verificação das contas entregues à fiscalização da Junta e que se encontravam totalmente abandonadas quasi desde a fundação da República!

Exceptua-se um período recente, que deixou um claro de ordem, no verdadeiro caos em que se encontravam os processos de contas nunca julgados, em sequer organizados convenientemente.

Não é demais repetir: a reorganização dessas centenas de processos, alguns dos quais tinham a data de 1919, foi um trabalho verdadeiramente esforçado, tendo consumido aos respectivos funcionários, sem exclusão do Chefe da Secretaria, sr. Dr. Carlos Botelho Moniz; Chefe do Contencioso, sr. Dr. Vasco Ribeiro e do próprio Presidente, meses e meses de dias de trabalho que, muitas vezes, principiavam às 9 horas para acabar muito depois das horas regulamentares.

Além da regularização deste serviço, cuja necessidade se tornava evidente, não só para o cumprimento da disposição legal que atribue à Junta a função de Tribunal de Contas, para o movimento

da assistência particular, mas também porque dessa regularização resultam índices que serão um magnífico elemento para a futura organização da Assistência Pública, a Junta de Província da Estremadura pôde verificar e, por isso, orientar convenientemente as suas funções, e a forma, por vezes, pouco criteriosa como foi feita administração nalguns dos estabelecimentos de assistência particular. Este assunto será oportunamente estudado, conforme os direitos e deveres que são prerogativas da Junta e que o Código Administrativo lhe impõe.

*
* *
*

Este e outros trabalhos ocuparam as atenções da Junta, de maneira que, como já dissemos, parte da planificação feita no final de 1937, se não ficou prejudicada — porque no ano de 1939 deveria ter larga aplicação — foi adiada para ocasião mais oportuna. Compreende a realização e estudo de novos actos administrativos que, na data em que escrevemos — e porque se referem à gerência de 1939 a êle não aludimos — já ofereceu à Província o mais benéfico dos frutos.

Dado o cumprimento legal ao que dispõe o Código Administrativo, quanto ao funcionamento do Corpo Central da Junta — o seu Conselho — foi êste informado, detidamente, do trabalho realizado e dos planos para a vida futura e, com êste mandato, entregou o sr. Engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, ao Conselho, os poderes da Junta, para que aquela Assembleia, conforme dispõe a Lei, nomeasse a nova Junta para o triênio que se seguia — 1938-40.

Eleita a nova Junta, conforme noutra lugar noticiamos, o exercício decorreu nas normas já descritas. Do que foi o exercício falam parcimoniosamente as respectivas actas, das quais extraímos algumas das deliberações mais importantes.

Não falando em questões de mero expediente vulgar, mas sempre valorizado pela sua directriz evidentemente construtiva; pagamento de algumas verbas auxiliares da vida de outros Corpos Administrativos, etc., registam-se os seguintes factos:

— *Em Março*, foi resolvido prestar concurso à iniciativa do Secretariado de Propaganda Nacional que foi o interessante certame «A Aldeia mais portuguesa de Portugal», e, nos termos da base 7.^a do respectivo regulamento, nomear para o Júri os srs. Dr. Luís Chaves Lopes, Luís Pastor de Macedo, Capitão José de Avila Madruga e Capitão Manuel Ribeiro.

— No mesmo mês, foi resolvido oferecer à Associação Central da Agricultura Portuguesa uma taça para um dos prémios a atribuir aos concorrentes da VIII Exposição de Avicultura e Cuniculicultura.

— *Em Abril*, foi resolvido instalar um «Dispensário de Puericultura» na Associação de Socor-

ros «Amadeu Duarte», da Parede, ficando a cargo da Junta a orientação superior e as despesas de alimentação e prémios e a cargo daquela Associação o alojamento, médico e visitadora.

— No mesmo mês, foi resolvido que a Junta se associasse, por todos os seus serviços, às homenagens a prestar ao Senhor Presidente do Conselho, na comemoração do décimo aniversário da sua investidura na pasta das Finanças; e conceder um subsídio à revista *Defesa Nacional*, para aquisição das taças para a «IV Semana Militar».

— *Em Agosto*, foi resolvido criar um novo «Dispensário de Puericultura» em Cascais, com a colaboração da «Obra das Mães pela Educação Nacional».

— *Em Novembro*, foi resolvido renovar o material de Raios X, dos Serviços Policlínicos da Junta, com o que foi modernizada e valorizada a respectiva instalação. Na mesma sessão, foi aprovado o orçamento suplementar para 1938, cujo desenvolvimento damos adiante e foram atribuídos os seguintes subsídios:

Misericórdias de Cascais, Sesimbra, Nazaré, Cadaval, Lourinhã, Peniche, Barreiro, Palmela e Ericeira, com 2.000\$00 cada, e a de Azeitão, com 2.500\$00;

Casas de pescadores, da Nazaré, 4.000\$00; de Cascais, 2.000\$00; de Setúbal, 3.000\$00; de Peniche, 3.000\$00; de Lisboa, 1.000\$00; delegação da Caparica, 2.000\$00; do Seixal, 1.500\$00; de Sesimbra, 1.500\$00; Associações de Bombeiros Voluntários de Agualva, Cacém, Peniche, e Palmela, 1.000\$00 cada; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, 2.000\$00; Bombeiros Voluntários de Tôrres Vedras, 5.000\$00 e Câmara Municipal da Lourinhã, 4.000\$00. Foram, também, concedidas várias bôlsas de estudo.

— *Em Dezembro*, foi resolvido conceder à «Obra das Mães pela Educação Nacional» um donativo destinado à concessão dum prémio à família legítima, pobre e mais numerosa da Província, que mais se impusesse pelas suas necessidades e virtudes.

Orçamento ordinário para 1938

Os orçamentos da Junta de Província da Estremadura são um espelho da sua obra administrativa, da qual ressalta, claramente, a benéfica acção dêste Corpo Administrativo e por êles se podem prever os efeitos da distribuição das verbas.

O orçamento ordinário da receita e despesa do ano económico de 1938 acusa, na primeira rubrica, um movimento de 4.035.120\$40, distribuídos pela forma que se segue e a que

damos nomenclatura compreensível para as pessoas que vivem fora dos círculos oficiais:

Rendimentos legais e de Secretaria	3.114.860\$40
Idem, da Escola Profissional de Paia (rendas, exploração e outros)	431.900\$00
Idem, do Instituto Clínico (serviços clínicos, cirúrgicos, análises, agentes físicos, etc.)	255.000\$00
Idem, dos Serviços de Puericultura (subsídio da Câmara Municipal de Tôrres Vedras para manutenção do Posto n.º 6 (Tôrres Vedras); e outros)	12.100\$00
Receitas anteriores e consignação de receitas	221.260\$00
	<u>4.035.120\$40</u>

As despesas foram previstas com a seguinte distribuição:

De Secretaria	230.293\$40
Encargos Legais (de pagamentos de rendas a várias instituições do Estado, compras de mobiliários, seguros, Tribunal de Contas, etc.)	276.860\$00
Cultura e Assistência (Bolsas de estudo)	40.500\$00
Subsídios (A Junta de Província da Beira Litoral: para pagamento de pensões a pupilos internados no Asilo Distrital de Leiria e naturais de Concelhos daquele Distrito encorporados na Província da Estremadura).	60.000\$00

A Comissões de Assistência à Mendicidade no Distrito de Setúbal:

a) Concelho de Setúbal:

da freguesia Marquês de Pombal	12.000\$00	
Idem, Bocaige	12.000\$00	
Idem, S. Julião	6.000\$00	
Idem, Santa Maria da Graça	6.000\$00	
Idem, S. Lourenço	3.600\$00	
Idem, S. Simão (Azeitão)	2.400\$00	42.000\$00

b) Concelho do Barreiro:

de Defesa dos Pobres do Barreiro	3.000\$00
--	-----------

c) Concelho do Montijo:

da Freguesia do Montijo	6.000\$00
-----------------------------------	-----------

d) Concelho de Palmela:

da Freguesia da Quinta do Anjo	3.000\$00
--	-----------

e) Concelho de Sesimbra:

da Freguesia de S. Tiago	6.000\$00	18.000\$00
A transportar		667.653\$40

Transporte 667.653\$40

A diversas instituições do Distrito de Setúbal:

a) Santa Casa da Misericórdia de Setúbal	6.000\$00	
b) Idem, de Canha	4.800\$00	
c) Idem, de Alhos Vedros	1.200\$00	
d) Casa do Povo de Amora	600\$00	
e) Dispensário de Higiene Social (Setúbal)	1.200\$00	
f) Casa de Saúde da Ordem Terceira de S. Francisco (Setúbal)	600\$00	
g) Asilo da Infância Desvalida de Setúbal	1.200\$00	
h) Asilo D. Pedro V do Barreiro	1.200\$00	
i) Associação Setubalense de Caridade	1.200\$00	
j) Escola do Racing Clube Setubalense	1.200\$00	
k) Orfanato Setubalense	600\$00	19.800\$00

Para completa organização do núcleo da Mocidade Portuguesa, constituído pelos pupilos da Escola Profissional de Paia		60.000\$00
Diversos: a) de carácter permanente	5.000\$00	
b) de carácter eventual	20.000\$00	25.000\$00

Contencioso: Várias despesas		20.000\$00
Escola Profissional de Paia: Despesa total		1.498.500\$00
Instituto Clínico: Despesas com pessoal	571.900\$00	
Idem, com material e outros	205.800\$00	777.700\$00

Serviços de Puericultura: Despesas com pessoal dos seis Dispensários existentes no princípio do ano	169.000\$00	
Despesas com material e diversos	47.750\$00	
Despesas com terapêutica, alimentação das crianças, prémios de amamentação, etc.	382.000\$00	
Rendas de casas e diversos	23.936\$00	622.686\$00

Jardim Infantil e Serviços Afiliados, incluindo um subsídio de 12.000\$00 à Associação Preventiva da Tuberculose da Infância		145.781\$00
--	--	-------------

Gerências anteriores e consignação de Receitas: Vários pagamentos		198.000\$00
		<u>4.035.120\$40</u>

Proposta

O orçamento fôra acompanhado da habitual proposta apresentada pelo sr. Presidente da Junta e cujo texto é o seguinte:

«Nos termos do Código Administrativo, a Comissão Administrativa da Junta de Província da Estremadura, em reunião extraordinária, devidamente convocada, propõe:

1.º — As percentagens adicionais às contribuições e impostos do Estado e outros rendimentos e recursos da Junta de Província da Estremadura para o ano de 1938, e que constam do orçamento de Receitas, que faz parte integrante desta proposta, são avaliados em Esc. 4.035.120\$40, incluídos Esc. 98.000\$00 de Consignação de Receitas.

2.º — São fixadas as despesas ordinárias da Junta de Província da Estremadura em 4.035.120\$40, incluídos Esc. 98.000\$00 de Pagamentos por Consignação de Receitas, como consta do orçamento de Despesas, que também faz parte integrante desta proposta.

3.º — Durante o ano de 1938 não poderão ser utilizadas as dotações orçamentais em mais de 90 por cento, salvo expressa determinação da Junta de Província.

§ 1.º — São excluídas da aplicação d'êste artigo as verbas destinadas a satisfazer encargos legais, vencimentos, rendas de casa, seguros, telefones, subsídios, bolsas de estudo, ou outras de consumo total imediato. Esta exclusão abrange também as verbas referentes às Secções Zootécnica e Agrícola da Escola Profissional de Paia, desde que nisso concorde o vogal do respectivo pelouro.

§ 2.º — Decorrido o primeiro semestre, poderá a Junta revogar o disposto neste artigo.

4.º — Não poderão ser concedidos fardamentos e quaisquer artigos de vestuário ao pessoal menor, ainda que para êsse fim se encontrem inscritas verbas especiais no orçamento, senão quando seja regulamentada a sua distribuição.

5.º — Ficam desde já incumbidos de estudar o regime de aposentações, tendo em vista o disposto no artigo 29.º do Decreto-lei n.º 27.424, os srs. Chefe da Secretaria, Advogado Síndico, Director da Escola Profissional de Paia, Director do Instituto Clínico e Inspector de Serviços.

6.º — Tôdas as receitas da Junta de Província, provenientes de fornecimentos, utilizações ou comissões a funcionários, deverão dar entrada nos cofres da mesma Junta até ao dia 10 do mês seguinte a que se refere o fornecimento, utilização ou concessão.

7.º — A venda de produtos agrícolas e pecuários da Escola Profissional de Paia só será permitida mediante autorização da Junta que fixará o respectivo preço em face da proposta da mesma Escola, salvo os destinados à venda nos mercados.

§ único — Como princípio, não será permitida a venda de animais não adultos, salvo caso imperioso, devidamente justificado perante a Junta de Província.

8.º — Os subsídios concedidos por esta Junta serão pagos em duodécimos, emquanto se verificar que são devidamente aplicados ao fim a que se destinavam, para o que se exercerá a necessária fiscalização.

§ único — No próximo ano de 1938 só se iniciarão os pagamentos de subsídios depois de cada uma das entidades subsidiadas ter prestado contas bastantes, conforme o anteriormente estabelecido (proposta orçamental para o ano de 1937).

9.º — Em vista da redução da percentagem que constitue o adicional sobre as contribuições e impostos do Estado (artigo 665.º do Código Administra-

tivo), e de terem variado as colectas, sem que delas até agora tenha sido possível obter informações exactas, fica desde já esclarecido que tôdas as disposições do orçamento para o próximo ano de 1938, referentes a despesas facultativas, devem ser consideradas como a fixação de um limite máximo, e, portanto, sujeitas às deduções que a Junta julgue necessárias, para que se mantenha o equilíbrio orçamental, no caso da cobrança do aludido adicional resultar inferior à previsão feita.»

Orçamento Suplementar

Em sessão de 9 de Novembro de 1938, foi aprovado, pela Junta, o primeiro Orçamento Suplementar ao ordinário para o ano decorrente. Esse orçamento consignava no capítulo «Receitas» a importância de Esc. 652.590\$35, divididos pelas rubricas de «Saldos», Esc. 651.690\$35 e de «Consignação de Receitas», 900\$00.

O capítulo «Despesas» dividiu-se da seguinte forma: de «Secretaria», 14.407\$10; de «Encargos Legais», 2.540\$00; de «Cultura e Assistência», 74.765\$00, subdivididos por 14.765\$00 para Bolsas de Estudo e 60.000\$00 para vários subsídios; de «Escola Profissional de Paia», 107.228\$25; do «Instituto Clínico», 140.400\$00; dos «Serviços de Puericultura», 262.350\$00; e, finalmente, de «Consignação de Receitas», 900\$00, ficando ainda um saldo de 50.000\$00.

Ano Novo

No dia 2 de Dezembro de 1938, reuniu-se o Conselho da Junta de Província da Estremadura para, em conformidade com a Lei, proceder-se à análise e votação do orçamento para 1939, documento a que nos referiremos desenvolvidamente no Boletim que se segue. Com êsse diploma regulamentar, o sr. Engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, Presidente da Junta de Província da Estremadura, apresentou ao Conselho as considerações e bases que se seguem, relativos ao novo exercício:

No desempenho da missão imposta pelo n.º 4 do artigo 266.º do Código Administrativo, venho submeter à apreciação e votação de VV. Ex.ª o plano de actividade desta Junta de Província para o próximo ano.

Subsistem ainda neste momento as incertezas apontadas no ano findo, no que respeita ao destino dos bens e serviços a cargo da extinta Junta Geral do Distrito de Lisboa, a-pesar das diligências feitas, por não ter sido cumprido até à data o disposto no artigo 16.º do Decreto-lei n.º 27.424, de 31 de Dezembro de 1936.

No que respeita às Receitas, já infelizmente pôde a Junta afirmar que foram sensivelmente reduzidas, tendo-se até à data verificado uma diminuição de Esc. 600.159\$82.

Com efeito, até 31 de Outubro findo, a Junta arrecadou 3.632.822\$47, correspondentes ao adicional sobre as contribuições gerais do Estado, cobradas até àquele período; no ano corrente, a cobrança atingiu somente 3.032.662\$65, pelo que se verifica no ano que está decorrendo uma diminuição de 16,5 por cento nas receitas. Essa diminuição verificar-se-á ainda no pró-

ximo ano; espera a Junta, porém, que tal inconveniente desapareça em 1940, ano em que haverá uma mais extensa matéria colectável, em vista de ter terminado o período de isenção do pagamento de contribuição para as construções civis.

Não pode portanto a Junta abalançar-se a novas iniciativas, limitando a sua actividade à conservação e, se possível fôr, desenvolvimento dalguns dos seus serviços.

Dentre êles destacará, pela sua importância nacional, pode assim dizer-se, o da Puericultura, que alargou no ano que está a findar ao Concelho de Cascais, com o estabelecimento de dois Postos: um em Cascais e outro em Parede, o primeiro em colaboração com a Câmara Municipal daquele Concelho e a Obra das Mães pela Educação Nacional, e o segundo com a de uma instituição de beneficência local. No próximo ano espera-se estender os mesmos serviços a alguns outros Concelhos dos três Distritos que constituem a Província, procurando para a sua realização, a participação das autarquias locais, Misericórdias e outras entidades a quem interesse tal assunto. Dependerá tudo, porém, da efectivação do desejo do Governo, de utilizar a propriedade de Paia para a instalação, na mesma, da Escola Prática de Agricultura, que actualmente funciona em dependências do Palácio Nacional de Queluz, que se pretende deixar inteiramente liberto.

Está êste assunto, neste momento, dependente de resolução superior, tendo a Junta procurado defender na medida do possível os seus legítimos direitos e bem assim a situação do pessoal que está servindo na Escola Profissional de Paia. A verificar-se tal facto, desapareceria do orçamento da despesa da Junta uma verba bastante importante, que faria face á redução de receita apontada e daria margem ao alargamento projectado.

Em face dos factos apontados e da incerteza em

que ainda se encontra, não pode deixar de ser modesto o seu plano para o próximo ano e que consta das seguintes bases:

Base primeira — Fica a Junta de Província da Estremadura autorizada a cobrar durante o ano de 1939 o adicional consignado por Lei sobre as colectas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional referentes à Província, as receitas dos serviços actualmente a seu cargo e quaisquer outras a que legalmente tenha direito e a aplicar o seu produto às despesas a que por Lei é obrigada e outras inscritas no orçamento para o mesmo ano.

Base segunda — A Junta continuará a manter os seus actuais serviços até resolução definitiva do Governo sobre o destino a dar aos estabelecimentos que estavam a cargo da extinta Junta Geral do Distrito de Lisboa, para o que inscreverá no orçamento as verbas necessárias.

Base terceira — A Junta procurará manter os subsídios concedidos pelas extintas Juntas Gerais dos Distritos de Lisboa, Leiria e Setúbal, já devidamente autorizados pelas instâncias superiores, fazendo inscrever no orçamento as verbas necessárias para tal fim.

Base quarta — Se a previsão das receitas o permitir, fica igualmente a Junta autorizada a inscrever no orçamento as verbas necessárias para dar cumprimento, no todo ou em parte, às atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 259.º, 260.º e 261.º do Código Administrativo, bem como a subsidiar outras entidades, além das referidas no artigo anterior, ao abrigo do disposto na circular n.º X-1-42, de 6 de Janeiro de 1938, da Direcção Geral da Administração Política Civil.



Serviços dos Dispensários Policlínico e de Puericultura

Dispensário Policlínico

Foi o ano de 1938 de intensa actividade, o que, mais uma vez, pôs à prova a dedicação e o esforço com que médicos, enfermeiros e mais pessoal desempenharam a sua missão.

Um número imenso de doentes buscou diariamente o Dispensário Policlínico e dêle usufruiu os proveitos e benefícios.

Comparativamente com o ano anterior (1937), houve um aumento considerável de todos os serviços clínicos, o que volta a confirmar plenamente que o Dispensário Policlínico, demonstrando a absoluta necessidade da sua existência, conseguiu marcar um lugar de destaque, não só pelos benefícios prestados a bastantes desamparados da sorte, que não sabiam como obter alívio aos seus padecimentos, mas ainda porque a acção social do Dispensário presta à população e, portanto, ao País, relevantes serviços.

As provas provadas das afirmações que acabamos de fazer estão patentes nos números que vão ler-se, resumindo os trabalhos efectuados durante os anos de 1928 a 1938 (Vide mapa n.º 1):

Movimento geral de doentes
desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

ANOS	Doentes inscritos	Consultas	Operações	Tratamentos pelos agentes físicos	Tratamentos dentários e extracções	Tratamentos diversos e vacinações	Radiografias e radioscopias	Análises clínicas	Análises histopatológicas	Banhos e duches
1928 . . .	107	216	2	—	8	—	—	11	—	—
1929 . . .	5.633	30.262	189	1.466	1.794	310	70	701	—	90
1930 . . .	6.568	57.539	231	3.251	2.920	785	485	843	—	98
1931 . . .	8.481	74.624	465	4.012	2.840	942	671	1.005	—	381
1932 . . .	10.311	95.511	780	14.357	1.698	2.064	807	1.198	—	276
1933 . . .	10.718	104.752	1.291	24.204	4.128	2.090	1.100	1.432	—	290
1934 . . .	10.648	111.043	1.232	25.805	6.197	1.626	1.190	1.605	—	301
1935 . . .	10.194	110.475	1.474	29.169	6.769	2.035	1.010	1.555	—	455
1936 . . .	9.798	112.851	1.687	29.455	6.542	2.961	1.276	1.849	—	647
1937 . . .	9.251	137.341	2.193	29.570	8.504	40.427	1.288	1.859	51	318
1938 . . .	18.803	123.265	2.446	31.031	7.531	67.235	1.611	2.448	35	620
Total . . .	100.512	956.149	11.990	192.320	48.931	120.476	9.508	14.527	86	3.476

Em média, em cada um dos primeiros 9 anos prestaram-se 122.039 serviços. Como em 1938 se registaram 231.508, foi de 90 %, aproximadamente, o aumento dos serviços realizados pelos clínicos das consultas acima mencionadas.

Para se concluir das condições sociais dos clientes do Dispensário Policlínico, estabelecimento de assistência inaugurado em 13 de Dezembro de 1928, e cujas portas se abriram ao público em 17 do mesmo mês, publicamos alguns mapas elucidativos das profissões, sexo, estados e idades dos doentes inscritos desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1938.

O trabalho sempre crescente do Corpo clínico do Dispensário Policlínico da Junta de Província da Estremadura, a espécie e importância dos serviços prestados pelo estabelecimento vão também discriminados em vários mapas, onde são claramente descritos.

Doentes admitidos

**segundo o estado civil, em cada sexo e idade, desde 17 de Dezembro de 1928
a 31 de Dezembro de 1938**

IDADES	VARÕES			Total	FÊMEAS			Total
	Solteiros	Casados	Viúvos		Solteiras	Casadas	Viúvas	
91 a 100	—	2	—	2	—	—	—	—
81 a 90	4	21	21	46	10	9	42	61
71 a 80	42	256	119	417	87	96	393	576
61 a 70	139	1.160	286	1.585	294	625	1.088	2.007
51 a 60	349	2.444	321	3.114	685	2.015	1.340	4.040
41 a 50	871	4.392	396	5.659	1.359	3.987	1.079	6.425
31 a 40	2.229	6.126	384	8.739	2.525	5.965	782	9.272
21 a 30	7.924	4.286	107	12.317	5.730	5.888	220	11.838
11 a 20	6.605	70	—	6.675	6.677	444	2	7.123
6 a 10	2.907	—	—	2.907	3.371	—	—	3.371
0 a 5	7.220	—	—	7.220	7.118	—	—	7.118
	28.290	18.757	1.634	48.681	27.856	19.029	4.946	51.831

Profissões dos doentes inscritos

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

Adelos e trapeiros	12	Transporte	31.672
Agentes, guardas civis, bombeiros e informadores	2.012	Douradores, estucadores, pintores, pulidores e desenhadores	570
Agricultores, hortelões e jardineiros	59	Electricistas, mecânicos, canalizadores e vulcanizadores	669
Ajuntadeiras, correios e sapateiros	934	Empregados de hotéis e casas de comida	132
Alfaiates, bordadoras, costureiras e modistas	5.756	Empregados públicos, pensionistas reformados e professores oficiais	4.560
Amassadores, caiadores, calceteiros, canteiros e pedreiros	520	Empregados de tramueis, ferroviários e agulheiros	326
Artistas de teatro	66	Encadernadores e papeleiros	120
Asilados	386	Engraxadores	77
Barbeiros e cabeleiros	512	Estampadores de tecidos e tintureiros	118
Caixeiros, empregados de escritório e escriturários	9.604	Estudantes	2.939
Caldeiros, funileiros, latoeiros e fundidores	349	Feirantes e vendedores ambulantes	199
Cantoneiros e varredores	54	Ferradores, ferreiros, serralheiros, soldados e torneiros	1.943
Carniceiros e cortadores	172	Floristas	15
Carpinteiros, calafates, marceneiros, serradores, tanoeiros e entalhadores	1.166	Impressores, litógrafos, tipógrafos e fotógrafos	1.078
Carregadores e descarregadores	156	Jornaleiros e trabalhadores	1.659
Carreiros, carroceiros, cocheiros, motoristas e condutores	1.355	Jornalistas	68
Carteiros, recebedores e cobradores	497	Lavadeiras	56
Carvoeiros, fogueiros, forneiros e maquinistas	342	Leiteiros	55
Chapeleiros	51	Luveiros, peleiros e surradores	28
Colchoeiros, decoradores e estofadores	165	Marinheiros, marítimos, pescadores e estivadores	1.637
Confeiteiros, cozinheiros, empregados no fabrico e padeiros	875	Médicos, farmacêuticos, parteiras e enfermeiros	208
Contínuos, serventes, porteiros e fiscais	1.995	Militares de terra (praças de pré)	402
Cordoeiros, sirgueiros e tecelões	67	Militares de terra (oficiais)	98
Corticeiros	79	Missionários	4
Criados e serviçais	4.488	Moços de fretes	279
		Músicos	98
A transportar	31.672	A transportar	48.955

Transporte	48.955
Oficiais de ourives, relojoeiros e gravadores	224
Outras profissões	562
Peixeiras	95
Profissões ignoradas	343
Prostitutas	11
Sacristães	4
A transportar	50.194

Transporte	50.194
Sem profissão	Menores 22.053
	Adultos 2.989
Serviços domésticos	24.676
Telefonistas e telegrafistas	253
Vendedores de jornais	195
Vigilantes e visitantes	97
Total	100.512

Número de doentes admitidos

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938, em relação a cada consulta

Doenças tropicais	3.621
Doenças nervosas	3.604
Sífilis	5.843
Agentes físicos	6.135
Doenças das crianças	5.447
Rins e vias urinárias	8.414
Higiene e cirurgia infantil	8.730
Estômago, fígado e intestinos	8.934
A transportar	50.728

Transporte	50.728
Doenças das senhoras e operações	9.223
Doenças da pele	11.009
Coração e pulmões	12.197
Bôca e dentes	14.528
Clínica geral	15.601
Doenças dos olhos	16.504
Oto-rino-laringologia	24.093
Total	153.883

Tratamentos pelos agentes físicos

efectuados desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

Alta frequência	3.453
Ar quente	899
Banhos de luz	1.846
Correntes galvânicas	39.526
Diatermia	53.413
Diatermia (ondas curtas)	3.012
Eflúvios eléctricos	1.072
A transportar	103.221

Transporte	103.221
Ionização	2.592
Massagens	37.003
Mecanoterapia	1.761
Raios infra-vermelhos	7.695
Raios ultra-violetas	39.730
Raios X	318
Total	192.320

Operações

efectuadas desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

Oto-rino-laringologia	7.242
Cirurgia infantil	829
Oftalmologia	584
Urologia	561
Odontologia	503
Pleurotomias e toracenteses	882
Ginecologia	47
Cirurgia geral	932
Exames cistoscópicos e cromo-cistoscopias	410
	11.990

Dr. Carlos Ary dos Santos (Filho)	6.843
Dr. Benjamim Mendonça Santos	882
Dr. António de Pina Júnior	742
Dr. Sebastião da Costa Santos	584
Dr. António Dias da Silva	578
Dr. João Manuel Bastos	566
Dr. Amadeu Viegas Baptista	485
Dr. Cristóvão de Sousa Pereira	295
Dr. Sebastião de Brito e Abreu	328
Dr. António Dias Costa	304
Dr. Ary dos Santos (Pai)	110
Dr. Henrique Martins Ruas	56
Dr. António Rodrigues dos Santos	50
Dr. João Bastos Lopes	35
Dr. João Rafael Belo Moraes	99
Dr. José Rodrigues Viterbo	17
Dr. Mário Damas Mora	10
Dr. Henrique Jorge Niny	4
Dr. João Cravo Lopes Cardoso	2
	11.990

Gabinete de Raios X

Orgãos e regiões radiografadas, desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

Ante-braço	22		
Bacia	26	Transporte	2.010
Bexiga	18	Fígado	200
Braço	43	Intestinos	118
Cabeça	168	Joelho	118
Clavícula	27	Mão	73
		Maxilares	195
Coluna	31	Ombro	66
	73	Pé	114
	91	Perna	92
Cotovêlo	42	Pescoço	4
Coxa	107	Punho	37
Dedo	44	Rins	130
Dentes	192	Seios frontais	128
Estômago	1.084	Tórax	6.172
Face	42	Vesícula	51
A transportar	2.010	Total	9.508

Laboratório de Análises Clínicas

NOMENCLATURA ANALÍTICA desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

Análises de leite	5		
» » feses	36	Transporte	8.043
» » muco nasal	12	Expectorações — Bacilos de Koch, etc.	1.130
» » pús	672	Serosidades diversas	213
» » suco gástrico	6	Exame de sedimento urinário (a fresco)	107
» » urina (completa e simples)	6.600	Fórmulas leucocitárias	214
Auto-vacinas	21	Hemoculturas	3
Contagem de glóbulos no sangue	267	Pesquisas da hematozoários e tripanossomas	41
Contagem de hematoblastas	12	Pesquisas de micoses	213
Doseamento de glucose no sangue	53	Reacção de Gazoni	14
» » ureia no sangue	252	» » Weinberg	8
» » da indicana no sangue	20	» » Widal	2
Espermocultura	30	» » Wassermann	4.532
Determinação do tempo de coagulação	57	» » Xanto-Proteica	15
A transportar	8.043	Total	14.525

Serviços prestados em cada clínica

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1938

CLÍNICAS	Consultas	Extracções dentárias	Tratamentos dentários	Tratamentos Agentes físicos	Operações	Tratamentos diversos. Pensos	Total de serviços
Bôca e dentes	48.888	15.759	33.172	—	503	—	98.322
Coração e pulmões	94.789	—	—	—	882	7.093	102.764
Agentes físicos	36.608	—	—	192.320	—	—	228.928
Doenças dos olhos	126.569	—	—	—	584	13.187	140.340
Rins e vias urinárias — 1. ^a	14.934	—	—	—	11	3.980	18.925
Rins e vias urinárias — 2. ^a	100.776	—	—	—	656	10.947	112.379
Rins e vias urinárias — 3. ^a	27.008	—	—	—	304	9.249	36.561
Oto-rino-laringologia	81.000	—	—	—	7.242	7.204	95.446
Doenças tropicais	36.132	—	—	—	48	4.928	41.108
Doenças da pele	51.022	—	—	—	—	4.731	55.753
Doenças nervosas	14.958	—	—	—	—	3.462	18.420
Doenças das crianças	31.140	—	—	—	329	6.602	38.071
Higiene infantil	58.730	—	—	—	741	12.661	72.132
Estômago, fígado e intestinos	27.698	—	—	—	—	5.192	32.890
Ginecologia e operações	27.340	—	—	—	587	11.252	39.179
Clínica geral — 1. ^a	28.789	—	—	—	99	4.994	33.882
Clínica geral — 2. ^a	66.354	—	—	—	—	6.403	72.757
Sífilis	83.414	—	—	—	4	8.591	92.009
Totais	956.149	15.759	33.172	192.320	11.990	120.476	1.329.866

Além destes serviços, foram ainda executados, no Gabinete de Raios X, 1.611 radiografias, no Laboratório de Análises Clínicas, 2.448 análises, no Laboratório de Histopatologia, 35 análises. Foram, ainda, ministrados 620 banhos no Balneário do Dispensário Policlínico.

Movimento de doentes e serviços prestados em 1938

Relativamente ao movimento geral de doentes e aos serviços prestados durante o ano de 1938, damos a seguir os mapas fornecidos à redacção deste Boletim pela secção de Contabilidade e Estatística do Dispensário Policlínico.

Doentes admitidos

segundo o estado civil, em cada sexo e idade, no ano de 1938

IDADES	VARÕES			Total	FÊMEAS			Total
	Solteiros	Casados	Viúvos		Solteiras	Casadas	Viúvas	
91 a 100	—	—	—	—	—	—	—	—
81 a 90	—	6	4	10	3	4	12	19
71 a 80	5	53	30	88	13	26	70	109
61 a 70	21	215	39	275	65	136	195	396
51 a 60	76	474	62	612	155	374	262	791
41 a 50	158	838	56	1.052	302	802	238	1.342
31 a 40	466	1.144	54	1.664	544	1.210	151	1.905
21 a 30	1.419	711	24	2.154	1.028	1.075	50	2.153
11 a 20	1.105	19	—	1.124	1.154	60	—	1.214
6 a 10	572	—	—	572	729	—	—	729
0 a 5	1.294	—	—	1.294	1.300	—	—	1.300
	5.116	3.460	269	8.845	5.293	3.687	978	9.958

Profissões de doentes inscritos durante o ano de 1938

Adelos e trapeiros	—	Transporte	3.397
Agentes, guardas civis, bombeiros e informadores	356	Carregadores e descarregadores	12
Agricultores, hortelões e jardineiros	11	Carreiros, carroceiros, cocheiros, motoristas e condutores	239
Ajuntadeiras, correeiros e sapateiros	87	Carteiros, recebedores e cobradores	94
Alfaiates, bordadoras, costureiras e modistas	478	Carvoeiros, fogueiros, forneiros e maquinistas	49
Amassadores, caiadores, calceteiros, canteiros e pedreiros	64	Chapeleiros	9
Artistas de teatro	12	Colchoeiros, decoradores e estofadores	35
Asilados	23	Confeiteiros, cozinheiros, empregados no fabrico e padeiros	135
Barbeiros e cabeleiros	102	Contínuos, serventes, porteiros e fiscais	338
Caixeiros, empregados de escritório e escriturários	2.008	Cordoeiros, sirgueiros e tecelões	4
Caldeiros, funileiros, latoeiros e fundidores	67	Corticeiros	17
Cantoneiros e varredores	2	Criados e serviçais	462
Carniceiros e cortadores	21	Douradores, estucadores, pintores, pulidores e desenhadores	99
Carpinteiros, calafates, marceneiros, serradores, tanoeiros e entalhadores	166	Electricistas, mecânicos, canalizadores e vulcanizadores	138
A transportar	3.397	A transportar	5.028

Transporte	5.028
Empregados de hotéis e casas de comida	12
Empregados públicos, pensionistas reformados e professores oficiais	802
Empregados de tramueis, ferroviários e agulheiros	52
Encadernadores e papeleiros	25
Engraxadores	11
Estampadores de tecidos e tintureiros	1
Estudantes	521
Feirantes e vendedores ambulantes	24
Ferradores, ferreiros, serralheiros, soldados e torneiros	323
Floristas	9
Impressores, litógrafos, tipógrafos e fotógrafos	187
Jornaleiros e trabalhadores	232
Jornalistas	10
Lavadeiras	1
Leiteiros	7
Luveiros, peleiros e surradores	1
À transportar	7.246

Transporte	7.246
Marinheiros, marítimos, pescadores e estivadores	239
Médicos, farmacêuticos, parteiras e enfermeiros	50
Militares de terra (praças de pré)	53
Militares de terra (oficiais)	12
Missionários	—
Moços de fretes	53
Músicos	25
Oficiais de ourives, relojoeiros e gravadores	53
Outras profissões	184
Peixeiras	10
Profissões ignoradas	193
Prostitutas	1
Sacristãs	1
Sem profissão	4.403
Menores	148
Adultos	6.033
Serviços domésticos	51
Telefonistas e telegrafistas	19
Vendedores de jornais	29
Vigilantes e visitantes	—
Total	18.803

Número de doentes admitidos

segundo os distritos, concelhos e freguesias, em relação às suas residências, durante o ano de 1938

Ajuda	275
Alcântara	385
Ameixoeira	6
Anjos	972
Arroios	937
Beato	274
Belém	180
Bemfica	146
Bom Sucesso	44
Camões	305
Campo Grande	166
Campo de Ourique	1
Carnaxide	115
Carnide	43
Castelo	75
Charneca	25
Conceição Nova	85
Encarnação	904
Escolas Gerais	181
Graça	207
Lapa	375
Lumiar	91
Madalena	121
Marquês de Pombal	597
Mártires	332
Mercês	808
Monte Pedral	965
Moscavide	21
Olivais	202
Pampilha	—
À transportar	8.838

Transporte	8.838
Pena	302
Penha de França	780
Restauradores	201
Santos	147
Santa Apolónia	—
Santa Catarina	1.078
Santa Isabel	1.878
Santa Justa	—
Santo Estêvão	202
Santos-o-Novo	6
Santos-o-Velho	589
São Cristóvão	241
São Domingos	17
São João Baptista	2
São João da Praça	54
São José	474
São Julião	111
São Lourenço	49
São Mamede	308
São Miguel	143
São Nicolau	220
São Sebastião da Pereira	1.159
São Tiago	129
São Vicente	64
Sacramento	358
Sé	240
Senhora de Fátima	6
Socorro	369
Xabregas	3
À transportar	17.968

Transporte	17.968
Concelho de Alenquer	4
Concelho de Azambuja	4
Concelho de Cascais	41
Concelho de Loures	117
Concelho de Lourinhã	4
Concelho de Mafra	4
Concelho de Oeiras	147
A transportar	18.289

Transporte	18.289
Concelho de Sintra	203
Concelho de Sobral de Monte Agraço	2
Concelho de Tôrres Vedras	5
Concelho de Vila Franca de Xira	15
Distrito de Leiria	1
Distrito de Setúbal	288
Total	18.803

Número de doentes admitidos

durante o ano de 1938, em relação a cada consulta

Doenças tropicais.	597
Doenças nervosas.	523
Sífilis	1.132
Agentes físicos	1.201
Doenças das crianças	479
Rins e vias urinárias.	1.807
Higiene e cirurgia infantil	1.624
Estômago, fígado e intestinos.	1.059
A transportar	8.422

Transporte	8.422
Doenças das senhoras e operações.	982
Doenças da pele	1.485
Coração e pulmões	1.187
Bôca e dentes	1.622
Clínica geral.	1.653
Doenças dos olhos	1.657
Oto-rino-laringologia	1.795
Total	18.803

Número de serviços prestados em cada clínica,

durante o ano de 1938

Doenças nervosas	4.278
Estômago, fígado e intestinos.	7.801
Doenças das senhoras	8.447
Doenças das crianças.	6.822
Doenças tropicais	6.949
Doenças da pele	10.985
Higiene e cirurgia infantil	13.101
Sífilis	13.371
A transportar	71.754

Transporte	71.754
Oto-rino-laringologia	14.548
Bôca e dentes	17.067
Clínica geral.	19.237
Coração e pulmões	12.871
Doenças dos olhos	22.199
Rins e vias urinárias.	37.867
Agentes físicos	35.965
Total	231.508

Operações

efectuadas durante o ano de 1938

Oto-rino-laringologia	1.413
Cirurgia infantil	235
Urologia	264
Odontologia	154
Pleurotomias e toracenteses	129
Ginecologia	3
Cirurgia geral	184
Exames cistoscópicos e cromo-cistoscopias.	64
Total	2.446

Dr. Carlos Ary dos Santos (Filho)	1.413
Dr. Benjamim Mendonça Santos	129
Dr. António Pina Júnior.	147
Dr. António Dias da Silva	110
Dr. João Manuel Bastos	196
Dr. Amadeu Viegas Baptista	154
Dr. Sebastião de Brito e Abreu	88
Dr. António Dias Costa	130
Dr. João Rafael Belo Morais	77
Dr. Mário Damas Mora	2
Total	2.446

Tratamentos pelos agentes físicos

efectuados durante o ano de 1938

Alta freqüência	666	Transporte	16.718
Ar quente	106	Ionização	171
Banhos de luz	350	Massagens	4.209
Correntes galvânicas	5.879	Mecanoterápia	941
Diatermia	7.428	Raios infra-vermelhos	2.534
Diatermia (ondas curtas)	2.129	Raios ultra-violetas	6.444
Eflúvios eléctricos	180	Raios X	14
A transportar	16.718	Total	31.031

Gabinete de Raios X

Orgãos e regiões radiografadas durante o ano de 1938

Ante-braço	6	Transporte	324	
Bacia	2	Fígado	31	
Bexiga	1	Intestinos	25	
Braço	3	Joelho	18	
Cabeça	18	Mão	11	
Clavícula	5	Maxilares	68	
Coluna	{ Cervical	2	Ombro	12
	{ Dorsal	26	Pé	19
	{ Lombar	9	Perna	17
Cotovelo	6	Punho	2	
Coxa	13	Rins	23	
Dedo	5	Seios frontais	21	
Dentes	52	Tórax	1.016	
Estômago	175	Vesícula	24	
Face	1	Total	1.611	
A transportar	324			

Laboratório de Análises Clínicas

Nomenclatura analítica durante o ano de 1938

Análises de leite	1	Transporte	1.435
» » fezes	3	Expectorações — Bacilos de Koch, etc.	174
» » muco nasal	1	Serosidades diversas	65
» » pús	182	Exame de sedimento urinário (a fresco)	71
» » suco gástrico	1	Fórmulas leucocitárias	34
» » urina (completas e simples)	1.016	Hemoculturas	2
Contagem de glóbulos no sangue	78	Pesquisas de hematozoários e tripanossomas	4
Doseamento de glucose no sangue	32	Pesquisas de micoses	46
» » ureia no sangue	76	Reacção de Cazoni	9
» » indiana no sangue	18	Reacção de Wassermann	606
Espermocultura	5	Reacção de Xanto-Proteia	2
Determinação do tempo de coagulação	22	Total	2.448
A transportar	1.435		

Serviços prestados em cada clínica durante o ano de 1938

CLÍNICAS	Consultas	Extracções dentárias	Tratamentos dentários	Tratamentos Agentes Físicos	Operações	Tratamentos diversos. Pensos	Total de serviços
Bôca e dentes	9.382	1.890	5.641	—	154	—	17.067
Coração e pulmões	9.043	—	—	—	129	3.699	12.871
Agentes físicos	4.934	—	—	31.031	—	—	35.965
Doenças dos olhos	12.731	—	—	—	—	9.468	22.199
Rins e vias urinárias — 1. ^a	2.874	—	—	—	2	2.221	5.097
Rins e vias urinárias — 2. ^a	8.767	—	—	—	196	7.753	16.716
Rins e vias urinárias — 3. ^a	8.777	—	—	—	130	7.147	16.054
Oto-rino-laringologia	9.291	—	—	—	1.413	3.844	14.548
Doenças tropicais	4.425	—	—	—	—	2.524	6.949
Doenças da pele	7.769	—	—	—	—	3.216	10.985
Doenças nervosas	2.397	—	—	—	—	1.881	4.278
Doenças das crianças	4.121	—	—	—	88	2.613	6.822
Higiene infantil	8.657	—	—	—	147	4.297	13.101
Estômago, fígado e intestinos	4.526	—	—	—	—	3.275	7.801
Ginecologia e operações	4.246	—	—	—	110	4.091	8.447
Clínica geral — 1. ^a	4.136	—	—	—	77	2.625	6.838
Clínica geral — 2. ^a	8.361	—	—	—	—	4.038	12.399
Sífilis	8.828	—	—	—	—	4.543	13.371
Totais	123.265	1.890	5.641	31.031	2.446	67.235	231.508

Assistência gratuita

Depois da demonstração detalhada dos serviços prestados no Dispensário Policlínico, apresentamos, ainda, alguns números que constituem elementos interessantes e elucidativos acerca dos diversos serviços clínicos, prestados gratuitamente.

Os algarismos a seguir expostos correspondem aos serviços prestados em 1938:

Consultas	53.151
Tratamentos pelos Agentes Físicos	18.733
» dentários e extracções	3.047
» diversos e vacinações	66.517
Operações e exames	1.787
Análises clínicas	733
» Histopatológicas	8
Radiografias e radioscopias	338
Banhos e duches	610

Serviços prestados a desempregados e suas famílias

Para terminar êste breve balanço do *Movimento Geral do Dispensário Policlínico*, registamos, ainda, que desde 1930 a 1938 recorreram ao Dispensário Policlínico 2.360 consumidores munidos dos certificados do Comissariado do Desemprego, aos quais foram prestados os seguintes serviços clínicos:

Consultas	2.591
Observações	2.360
Tratamentos pelos Agentes Físicos	24.789
Operações e exames	246
Tratamentos diversos, extracções, injeções e vacinações, etc.	41.708
Radiografias e radioscopias	297
Análises clínicas	621
Banhos e duches	69

Serviços de Puericultura

Ao encetar, em 1937, a publicação deste Boletim, referimo-nos à magnífica e notável obra de assistência à Infância, prestada pela Junta de Província da Estremadura, desde 1931 (segundo semestre), data em que estes serviços ficaram subordinados à Direcção do Dispensário Policlínico, até 31 de Dezembro de 1937.

Os números então publicados dos serviços prestados à população infantil, pelos Dispensários dos Serviços de Puericultura, não só nos mostravam a competência, o esforço e a dedicação de todos os funcionários que nela trabalham, mas ainda o cuidado, o amor, o zelo e a orientação segura do prestigioso Director dos Serviços de Assistência, Dr. Rodolfo Xavier da Silva.

O problema infantil que à Junta de Província da Estremadura, presidida pelo ex.^{mo} sr. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, vem merecendo a maior atenção, constitui, hoje, um dos mais importantes serviços prestados ao País, por intermédio dos seus Dispensários dos Serviços de Puericultura.

No prosseguimento dos seus fins, a Junta de Província que, até 1936, possuía quatro Dispensários, em Julho e Novembro de 1937 criava mais dois Dispensários, sendo um em Lisboa e outro em Tôres Vedras.

Em 1938, dando novo impulso a esta magnífica obra, criou mais dois Dispensários, o primeiro na Parede e o segundo em Cascais.

Na sua interessante cruzada, de que tam alto falam os benefícios espalhados, vejamos quais foram os serviços prestados em 1938, pelos Oito Dispensários de Puericultura, à população infantil, não só de Lisboa, Parede e Cascais, como à de Tôres Vedras:

Junta de Província da Estremadura

Serviços de Puericultura

Movimento de crianças nos Dispensários n.ºs 1 a 8, durante o ano de 1938

DISPENSÁRIOS	CRIANÇAS INSCRITAS						Crianças saídas durante o ano		Crianças existentes em 31-12-1938	
	TOTAL		Vindas do ano anterior		Inscritas durante o ano		Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas
	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas				
Dispensário n.º 1	428	367	225	185	203	182	181	116	247	251
Dispensário n.º 2	295	271	120	114	175	157	159	137	136	134
Dispensário n.º 3	270	301	154	188	116	113	109	114	161	187
Dispensário n.º 4	214	263	121	139	93	124	87	81	127	182
Dispensário n.º 5	47	44	25	25	22	19	14	14	33	30
Dispensário n.º 6	120	132	49	57	71	75	52	62	68	70
Dispensário n.º 7	58	48	—	—	58	48	8	9	50	39
Dispensário n.º 8	22	31	—	—	22	31	—	—	22	31
Totais	1.454	1.457	694	708	760	749	610	533	844	924

Junta de Província da Estremadura

Serviços de Puericultura

Serviços prestados nos Dispensários n.ºs 1 a 8, durante o ano de 1938

DISPENSÁRIOS	Visitas domiciliárias	Pesagens	Medições	Crianças consultadas	Crianças observadas	Tratamentos anti-sifilíticos	Tratamentos de agentes físicos	Tratamentos diversos	Vacinações	Banhos de limpeza	Número de refeições distribuídas	Leite em pó consumido — Quilos	Farinhas e outros preparados consumidos — Quilos
Dispensário n.º 1	3.986	11.289	11.289	3.083	15.788	84	1.466	5.411	798	—	483.016	3.958.230	4.411.970
Dispensário n.º 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	337.904	3.141.967	2.486.000
Dispensário n.º 3	4.533	7.774	7.774	2.177	10.174	15	698	92	150	—	350.239	3.171.951	4.626.409
Dispensário n.º 4	5.036	6.426	6.426	1.111	8.395	62	454	1.845	208	1.031	262.935	2.916.730	3.131.135
Dispensário n.º 5	1.193	1.557	1.557	164	1.969	—	266	261	—	47	65.982	503.250	759.425
Dispensário n.º 6	281	4.365	4.365	1.041	4.750	99	377	519	191	50	211.030	2.110.570	2.130.850
Dispensário n.º 7	—	1.624	1.624	481	1.780	—	—	—	33	—	33.223	317.429	429.170
Dispensário n.º 8	54	382	382	82	463	—	68	87	17	—	10.042	96.332	97.928
Totais . .	15.083	33.417	33.417	8.139	43.319	260	3.329	8.215	1.397	1.128	1.754.371	16.216.459	18.072.887

Consultando as estatísticas dos Serviços de Puericultura, onde vêm especificados todos os serviços prestados, recolhemos, finalmente, os números que respeitam às crianças admitidas, aos serviços prestados e às refeições distribuídas.

Desde 1931 (2.º semestre) até 31 de Dezembro de 1938, inscreveram-se nos Dispensários, 8.922 crianças, pertencendo ao sexo masculino 4.522 e ao feminino, 4.400 crianças.

Relativamente aos serviços prestados nos Dispensários de Puericultura, durante os sete anos e seis meses da sua existência, efectuaram-se 59.221 consultas médicas e foram feitas 267.152 observações clínicas. Durante o mesmo período de tempo, foram prestados 26.364 tratamentos pelos Agentes Físicos, 5.948 tratamentos anti-sifilíticos e 12.924 tratamentos diversos. Foram, ainda, ministrados 11.835 banhos de limpeza, efectuando-se 5.141 vacinações, 220.347 mensurações e pesagens.

Regista, ainda, a estatística, que pelas visitadoras sanitárias dos Dispensários, foram efectuadas 88.931 visitas domiciliárias. Dentro de 90 meses, compreendidos desde 1 de Julho de 1931 a 31 de Dezembro de 1938, distribuíram-se 12.172.448 refeições, com o consumo de leite em pó, em números redondos de 121.130 quilog. e o de farinhas e outros preparados, de 115.072 quilog.

Em 1938, o número de óbitos registados foi de 166 crianças, o que corresponde a menos de 14 óbitos em cada mês e, portanto, a uma mortalidade aproximadamente de 10,7 % da população dos Dispensários.

E' de notar que no ano de 1937 o número de crianças falecidas foi de 218. Em cada mês faleceram, portanto, 18 crianças e que a percentagem em relação à população Dispensários foi de 13,1 %. Em 1936, a percentagem anual foi de 11,5 e em 1935, de 12,7.

Em 1933 e 1834, acusa a estatística que o número de óbitos corresponde à percentagem de 12 %.

Durante o segundo semestre de 1631 e o ano de 1932, a percentagem dos óbitos foi de 20,6 %. Pelo exposto se conclue que os resultados obtidos atestam o valor da obra de assistência infantil prestada pela Junta de Província da Estremadura.

Junta de Província da Estremadura, 1 de Janeiro de 1939.

A BEM DA NAÇÃO.

